

06
P 502
P 503.04
P 507.04
P 507.02

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR
BIBLIOTECA

ASPECTOS DE ECONOMIA AÇUCAREIRA

338.17361
D278
a

DO MESMO AUTOR:

- O AÇUCAR NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, 1937.
- GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL DA CANA DE AÇUCAR NO BRASIL, 1938.
- O PROBLEMA DO COMBUSTIVEL, 1939.
- ASPECTOS AÇUCAREIROS DE PERNAMBUCO, 1940.
- HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO AÇUCAR NO BRASIL, 1940.
- ESTRUTURA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DO AÇUCAR, 1941.
- O DRAMA DO AÇUCAR, 1941.
- FATORES DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO AÇUCAR, 1941.
- O PROCESSO HISTÓRICO DA USINA EM PERNAMBUCO, 1942.
- RITMO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DO AÇUCAR, (safra. 1939 - 1940), 1942.

GILENO DE CARLI

**ASPECTOS
DE
ECONOMIA AÇUCAREIRA**

Biblioteca
do
Conselho Nacional de Economia



338.17361
D278

1942
IRMÃOS PONGETTI, EDITORES
Av. Mem de Sá, 78 — Rio



2436 14 12 67

PREFACIO

Cedo comecei a sentir os problemas econômicos e financeiros. Tudo em Pernambuco sempre girou em torno do açúcar. Ouvia, desde menino, as queixas dos pequenos comerciantes do Recife quando os preços do açúcar desciam. Pouco se vendia então, porque a crise se generalizava. Quando em vez, os preços reagiam, e então, corriam velozmente as notícias dos lucros enormes dos usineiros. Lembro-me das cousas fantásticas que se diziam de um usineiro da zona de Goiana que queimava as cédulas de alto valor, gastava rios de dinheiro com extravagâncias asiáticas; outro usineiro comprara uma propriedade por um preço astronômico; os fornecedores de cana se juntavam para jogar cartas e o dinheiro corria à vontade; os cavalos eram un luxo; cavalos de sete palmos com estrelas na testa e pés calçados atingiam preços incríveis, no leilão sui-generis entre os requintados plantadores de cana de meu Estado; o Club Internacional era o grande centro das demonstrações do quanto valia o açúcar. Eu ouvia, — com os meus sentidos aguçados de menino observador, — essas histórias, ora tristes, ora extravagantes. Eu me perguntava, vendo as repercussões de tudo que dizia respeito a açúcar nos negócios comerciais do meu pai: porque essa interrelação

entre assuntos completamente diferentes — açúcar e fábrica de móveis?

E mal podia pensar que existia em Pernambuco um fenômeno econômico que já levava o Estado, e não poucas vezes, às portas da desgraça: a monocultura canavieira. O resto, naquele tempo, não tinha expressão na vida econômica da região.

Depois, terminados os meus estudos secundários, eu me interneei numa escola de agronomia, a “Escola Superior de Agricultura de S. Bento”, localizada numa ubérrima propriedade canavieira. Vivi quatro anos, trabalhando nos campos de cana, cercado de canaviais de 6 e 8 mil toneladas, de engenho fornecedor.

Daquela zona canavieira, tributária da Usina Tiama, então sob a direção de uma sociedade anglo-brasileira, partira uma grande reação contra a usina. Presenciei alguns discursos inflamados, e vivendo no meio exclusivo de fornecedores de cana, em contacto com o próprio canavial, fixou-se-me, sem que eu procurasse me assenhorear de todo o drama, no sub-conciente, aquelas queixas de José Beraldo Carneiro da Cunha, de Campo Alegre; de Antônio Vicente Veloso de Andrade, de Outeirão; de Francisco Tavares de Moura, de Tabocas. Todos gritavam contra um monstro de ferro, cheio de engrenagens tremendas; vapor por toda a parte; vácuos enormes vomitando a massa cozida, e turbinas velozes descarregando açúcar branco. E, quando eu via do alto da colina onde se construira a escola, o trem da Usina trazendo as canas dos engenhos Campo Alegre, Outeirão, Bateria e Outeiro de Pedro; parando nos pontos do engenho S. Bento — ao pé do velho engenho desmontado — e carregando mais de 50 toneladas diárias; e con-

tinuando sua marcha para Santo Antônio e Poço d'Antas, Tabocas, Tapacurá, Valha-me Deus, Santa Rosa e muitos outros engenhos, eu sentia que aquela estrada de ferro estigmatizava a terra por onde ela passava.

Era uma servidão, era uma escravidão da terra ao ferro. Podia ser uma apreciação menos exata, mas, a paisagem entrando de olhos a dentro, e aquela fita dupla de ferro descendo e subindo os correços e môrros, levando tanta cana para ser esmagada longe, dava uma impressão penosa de que a vida e a riqueza se deslocaram daquelas terras.

Mas, não somente a terra, o fornecedor e a usina me chamaram a atenção. Eu via, detidamente, naquela paragem tão bonita, naquele vale que não tem igual em Pernambuco — vale do Tapacurá — fértil, úmido, fácil de trabalhar, cheio ainda de matas, e acima de tudo, cheio de propriedades particulares não absorvidas pela usina — eu via, horrorizado, (eu nascido na cidade e ignorante das cousas do campo) uma multidão de gente mal alimentada, vivendo em mocambos. Meninos raquíticos, mocinhas fanadas, mulheres emurchecidas. Um ou outro tipo de homem hercúleo. Maleita, boubá, anquilostomiase, e muita aguardente. Quanto ganharia um daqueles homens trabalhando de 6 da manhã às 6 da tarde, com mulheres e filhos para sustentar? O pequeno sítio daria para alimentar toda aquela filharada?

Essa paisagem humana teria também de se reter na minha memória, porque eu a vira de muito perto.

O destino mais uma vez me iria pôr num centro de produção canavieira. Começara a trabalhar, depois de formado, como fornecedor de cana a uma

usina pernambucana. Trabalhei quatro anos com a intensidade de dez. Entrara para o negócio da cana, ainda debaixo do regime da Cooperativa Açucareira de Pernambuco, com altos preços do açúcar, com um grande lote de açúcar vendido garantindo as cotações. Isto foi nos princípios de 1929. Mal se escoara o ano, e deflagra a maior crise açucareira da velha indústria do Estado. Eu, atônito, via o valor daquelas toneladas de cana que eu comprara para me instalar no engenho, a 18\$000 a tonelada, no mês de fevereiro, e que dera 3 limpas — e me estava a tonelada a 26\$000 — caindo de preço, verticalmente. Após a safra, fiz o balanço para conhecer o preço médio pelo qual havia vendido as minhas canas: apurara 14\$000. O deficit era inevitável, consequência da crise que ninguém saberia onde iria chegar. A safra de 1930/31 fôra ainda mais negra. Os preços se aviltaram sensivelmente, atingindo o valor da tonelada de cana a 8\$000. Ora, os salários rurais são função do preço de venda da cana, e a preços tão vis da cana se poderá ter uma idéia do que fosse o preço do trabalho. Este desceu a 1\$000 por dia. Havia, ainda por cima, sêca no sertão, e os sertanejos fugiam aos horrores do cataclisma. A oferta de braços era enorme e a recusa do trabalho cada vez mais se acentuava, porque ninguém via solução para aquele sofrimento. Foi então que comecei a verificar os efeitos da crise sobre a própria Usina. Concluí que a Usina era tão atingida quanto o fornecedor de cana, pela crise aguda. Ví usineiros se desfazendo de bens particulares; restringindo, a fundo, as suas despesas; ví, até, usineiros retirando filhos do colégio pela impossibilidade de os manter. O sofrimento os atingira em cheio.

Essa experiência no campo, esse contacto com a situação crítica dos usineiros, deram-me a oportunidade de retificar conceitos, de reformar as impressões que eu trouxera da minha vida de estudante de agronomia. Eu percebi que os males que se apontavam contra a Usina eram mais um produto da evolução sem disciplina que um mal congênito da fábrica centralizadora.

Quando um dia o Governo tivesse deixado a clássica orientação de ser o indivíduo soberano na sua vontade, sem nenhuma articulação com o interesse da coletividade, e propendesse para uma vinculação desses interesses particulares em torno de um bem-estar social, aquela feição antipática da Usina individualista e fria, teria se dissipado completamente.

Vivendo aquele período angustioso, eu fui um sofredor, como todo fornecedor de cana, como todo usineiro, e como todo trabalhador rural. Peça de um drama, faltavam-me raizes, tradição de família de agricultores, sentido de proprietário de terra, — pois eu era um rendeiro — para me deixar agarrado à gleba, esperando dentro da palha dos canaviais que aquela tormenta que se demorava, afinal passasse.

Larguei tudo, antes da redenção, antes que o Governo benemérito do Presidente Getúlio Vargas tivesse apagado aquele quadro de desânimo, de desesperança, antes que de novo, porem já com um novo sentido, se iniciasse uma era de franca prosperidade para o agro canavieiro do meu Estado.

Ficou-me, além da nostalgia dos canaviais, a dura lição de uma crise intensa. Porem eu aprendi muito, observei muito. Sentê bastante o drama do agricultor, de todos aqueles que vivem esperando

que a terra dê bons frutos e que os preços recompensem o seu trabalho. Não me esqueci de como vivia o trabalhador de enxada, e do quanto eu podia a ele pagar. Ficou-me essa tendência de procurar orientar os meus estudos para investigações sociais. E eu também reconheci no usineiro, o homem, — nem sempre com a compreensão do problema geral que o cerca, — de uma fibra indômita, de uma invulgar capacidade de trabalho, conseguindo à força de vontade e tenacidade, construir num Estado pobre, sem grandes recursos materiais, o melhor e o maior parque industrial de açúcar do país, o que é bem um índice de capacidade altamente realizadora.

Aquelas impressões de minha juventude, depois aqueles quatro anos de vida acadêmica, sucedida, na vida prática, por outros tantos anos de realismo dentro de um engenho fornecedor, a crise e suas consequências, formam a base objetiva, concreta, de todos os meus estudos de economia açucareira.

Os trabalhos posteriores que escrevi derivam, em grande parte, desses conhecimentos. E, ao apresentar um novo livro — *ASPECTOS DE ECONOMIA AÇUCAREIRA* — coletânea dos principais artigos e conferências sobre temas açucareiros, que vão de 1936 a 1942, poder-se-á acompanhar a evolução do meu pensamento, e maneira de encarar certos problemas econômico-sociais da cana de açúcar.

Encontrará qualquer analista uma sequência de raciocínio e, acima de tudo uma honesta interpretação dos fatos, baseada em números e estatísticas. Não tenho preconceitos, porém tenho programa, que sem ser de caráter imutável, tem um

norte. E o reconhecimento da sinceridade desses meus propósitos se testemunha no seguinte fato: várias teses defendidas por mim em alguns artigos ferem os próprios interesses de usineiros; porem, numa demonstração de tolerância e de apreço às idéias alheias, um grande grupo de usineiros de diversos Estados do Brasil — de usineiros grandes e pequenos — me induziram a publicar em volume os meus trabalhos esparsos.

A esses meus amigos, que dão um tão elevado exemplo de compreensão e de cordialidade intellectual, eu ofereço o presente livro.

Aspectos históricos

HISTÓRIA DO AÇUCAR EM ALAGÔAS

O nascimento da economia açucareira de Alagoas, se não coincidiu com o de Pernambuco, seguiu-lhe, no entanto, o destino. Em 1526, se pagavam dízimos, em Lisboa, do açúcar remetido de Pernambuco. E, no ano de 1571, a primeira bandeira, cortando o "certão", vai a pouco e pouco, incorporando novas terras do sul de Pernambuco, ao determinismo do açúcar.

O capitão-mór Pero Lopes Lobo incursiona pelas terras ferteis do cabo de Santo Agostinho, à frente dum troço de 2.000 homens e bate, após uma resistência tenaz, o nativo, o dono da terra, empurrado sempre para os sertões.

É quinhentista o aparecimento do açúcar na comarca das Alagoas, pois, em 1575 Cristovam Lins funda Porto Calvo, onde se estabelece, levantando engenhos.

A comarca das Alagoas, em 1749, constava das vilas de Porto Calvo, das Alagoas e de Penedo. Na primeira, Vila de Porto Calvo, com seu termo, havia 18 engenhos banguês, todos florescentes, distribuidos, 6 na freguesia da Vila, 4 em parte da freguesia de Una, 5 na de Camaragibe e 3 em S. Bento. Não existia nenhum engenho de fogo morto.

Na Vila das Alagoas e seu termo, havia 33 engenhos, em 1749, sendo 27 moentes e 6 de fogo morto. Estavam assim distribuídos:

Na freguesia da Vila, 10 moentes e 4 de fogo morto.

Na freguesia do Norte, 8 moentes e 1 de fogo morto.

Na freguesia de S. Miguel, 9 moentes e 1 de fogo morto.

Na Vila de Penedo eram 10 os engenhos, sendo 7 moentes e 3 de fogo morto.

Na comarca havia, pois, 61 engenhos banguês, movidos a água e por animais — engenhos de besta — sendo 52 moentes e 9 parados.

Porem o surto de progresso dos banguês começou, em Alagoas, na ano de 1835.

Em 1853, a exportação de Alagoas, para o estrangeiro, é de 2.791.744 libras de açúcar no valor de 137:640\$000.

Sem poder precisar a data exata, no entanto, foi antes do ano de 1870, que se montou no norte de Alagoas a primeira máquina a vapor, no engenho banguê Bom Jesús, pertencente ao sr. Jacinto de Mendonça Alarcão Aiala. Esta máquina ainda hoje funciona, montada no engenho Apara, no município de Porto Calvo.

Em 1875, eram mais de 500 os engenhos do Estado de Alagoas, havendo mais de 100 alambiques. A mais importante fábrica de aguardente, então, pertencia a Joaquim José da Silva, distilando anualmente 24.000 canadas de aguardente.

Pela lei n. 2.687 de 6 de novembro de 1875, o governo imperial com o intuito de favorecer e estimular a indústria açucareira no Brasil, e depois pelo decreto 10.100, de 1 de dezembro de 1888, organizou uma distribuição de garantia de juros

sobre um capital de 30.000:000\$000, para os que se habilitassem, pessoas ou organizações, a fundar e explorar engenhos centrais.

Quando foi suspenso o decreto n. 10.100, estava ainda intacta a quota correspondente a Alagoas, de 1.200:000\$000.

A aparente displicência de Alagoas se explica, porque já em 1886, o Governo Imperial considerava caduca a concessão à “North Brazilian Sugar Factories Limited”, por falta de cumprimento do contrato, que tinha por obrigação a construção dum engenho central em Penha, Estado de Alagoas; em Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte; em Itambé, Nazaré e Igarassú, em Pernambuco; em Japarutuba e S. Cristovam, em Sergipe.

Somente em 1890, funciona a primeira usina do Estado, a Brasileiro, fundada pelo Barão de Vardesmert. Em 1893, instalam-se a Utinga e a Cansarção de Sinimbú.

Interessante que, nessa época, com o advento das usinas, a exportação — concomitantemente a produção — decaiu bastante em relação à época em que nas Alagoas, todo o açúcar era bruto, melado e escorrido. Pela estatística abaixo, vemos a confirmação desta queda dos níveis da produção:

<i>A n o s</i>	<i>Sacos</i>	<i>Toneladas</i>
1883/1884	642.036	48.548
1884/1885	522.568	39.886
1885/1886	161.758	11.948
1886/1887	512.135	39.484
1887/1888	659.478	50.796
1888/1889	572.945	43.915
1889/1890	430.329	30.647
1890/1891	559.014	40.350

Em 1903 —	7.118.942 k.,	no	valor	de	1.291	contos
Em 1904 —	3.413.403	”	”	”	791	”
Em 1905 —	14.572.731	”	”	”	2.448	”
Em 1906 —	31.101.188	”	”	”	3.207	”
Em 1907 —	1.035.268	”	”	”	146	”

Somam essas exportações de açúcar no quinquênio, 57.241.532 quilos, no valor de 7.883 contos de réis, representando 34,6% no peso e 33,6% no valor de toda a exportação de açúcar do território nacional nesse período. Neste último ano, havia em Alagoas 6 usinas, no valor de 3.140:000\$000.

Do quinquênio seguinte 1908/1912, possuímos os seguintes dados:

Em 1908 —	5.352.279 k.,	no	valor	de	951	contos
Em 1909 —	11.044.440 k.,	”	”	”	1.652	”
Em 1910 —	14.243.963 k.,	”	”	”	2.241	”
Em 1911 —	7.918.268 k.,	”	”	”	725	”
Em 1912 —	3.552.247 k.,	”	”	”	550	”

Somam essas exportações de açúcar do quinquênio, 42.111.197 quilos, no valor de 6.119 contos de réis, correspondente a 21,1% no peso e 18,4% no valor de toda a exportação brasileira de açúcar.

Ainda do seguinte quinquênio 1913/1917 conseguimos os dados:

Em 1913 —	—	k.,	no	valor	de	—
Em 1914 —	5.076.307 k.,	”	”	”	856	contos
Em 1915 —	17.401.536 k.,	”	”	”	3.665	”
Em 1916 —	1.891.339 k.,	”	”	”	600	”
Em 1917 —	5.965.413 k.,	”	”	”	1.927	”

As exportações de açúcar de Alagoas neste quinquênio correspondem a 10,6% no peso, que foi de 30.064.595 quilos e 6% no valor que foi de 7.048 contos, de toda a exportação brasileira de açúcar.

Há uma circunstância a notar. É que, durante o ano de 1913, Alagoas liderou a exportação nacional de açúcar, com um alto contingente de 74,5%, enquanto Pernambuco, sempre o maior produtor e maior exportador, descia a 21,2%.

No ano de 1917, havia no Estado de Alagoas, cerca de mil engenhos banguês e as seguintes usinas e meios-aparelhos:

Brasileiro . . .	com capacidade de 300 tons. diárias			
Uruba	" "	" 130	" "	" "
Leão Utinga . . .	" "	" 700	" "	" "
Apolinário . . .	" "	" 160	" "	" "
Serra Grande . .	" "	" 260	" "	" "
Sinimbú	" "	" 260	" "	" "
Pindoba	" "	" 100	" "	" "
Sto. Antônio . .	" "	" 90	" "	" "

Fora estas usinas, havia os meios-aparelhos, Esperança, São Simeão, Bom Jesús, Pau Amarelo, Santa Alice, Conceição do Peixe e União..

Nesta época a usina Leão ocupava o 4.º lugar dentre as usinas do Brasil, em relação à capacidade das moendas. A usina Brasileiro o 14.º lugar, a Serra Grande e a Sinimbú, o 16.º.

Em relação ao aparelhamento industrial, somente possuíam no Brasil, quádruplo-efeito, 11 usinas entre as quais se incluíam a Leão Utinga e Sinimbú.

A respeito de coeficiente de expressão, a Leão Utinga estava colocada em 5.º lugar no Brasil, com

78%, cabendo o 1.º à usina Santo Inácio, em Pernambuco, com uma expressão de 83%. A Sinimbú achava-se colocada em 11.º lugar com 71%, a Santo Antônio em 12.º com 70%, a Serra Grande com 68%, em 13.º, e a Apolinário em 16.º com 65%.

A-pesar-de, neste período, o Estado de Alagoas se achar provido de várias usinas e meias-usinas, a percentagem de açúcar bruto na exportação era bastante avultada, como poderemos apreciar:

<i>A no</i>	<i>Açucar total</i>	<i>Açucar usina</i>	<i>Açucar banguê</i>	<i>% usina</i>	<i>% banguê</i>
1912 —	700.000	169.308	530.694	25	75
1915 —	841.429	239.032	602.297	28,4	71,6
1916 —	709.510	217.414	492.096	30,6	69,4
1917 —	766.142	211.829	544.313	27,6	72,4

Neste último ano o valor oficial da exportação de açúcar atingiu a 13.045:451\$139, cabendo 5.382:393\$364 ao açúcar de usina e 7.663:057\$775 ao açúcar bruto, valendo o quilo de açúcar de usina exportado — 410 réis e o de banguê — 223 réis.

Em 1920, o número de usinas era ainda de 15, porem o capital nelas invertido, ascendia a 12.063:841\$000.

Em 1922, o açúcar de usina começa a vencer o de banguê na exportação do Estado, então com uma superioridade de 0,8%, pois para uma exportação de 917.664 sacos, foram de açúcar de usina — 460.969 sacos e de açúcar bruto — 456.693 sacos.

E esta ascendência mais e mais se acentúa, com a supremacia do açúcar melhor fabricado e mais puro.

Pode-se aquilatar essa supremacia, comparando-se as produções totais de açúcar do Estado e as de açúcar de usina e banguê, nesses últimos tempos.

*I — Safras de açúcar no quinquênio
1929/30 — 1933/34:*

1929/30	1.740.610	sacos de 60 ks.
1930/31	1.644.010	" " " "
1931/32	1.368.650	" " " "
1932/33	1.439.050	" " " "
1933/34	1.211.300	" " " "

*II — Safras de açúcar de usina no quinquênio
1929/30 — 1933/34:*

1929/30	1.317.237	sacos de 60 ks.
1930/31	1.046.006	" " " "
1931/32	851.782	" " " "
1932/33	825.312	" " " "
1933/34	747.551	" " " "

*III — Safras de açúcar bruto no quinquênio
1929/30 — 1933/34:*

1929/30	423.373	sacos de 60 ks.
1930/31	598.004	" " " "
1931/32	516.868	" " " "
1932/33	613.738	" " " "
1933/34	563.749	" " " "

Resumindo em valores percentuais, a contribuição de açúcar de usina e de banguê, temos:

<i>A n o</i>	<i>% de açúcar usina</i>	<i>% de açúcar b r u t o</i>
1929/30	75,6	24,4
1930/31	63,6	36,4
1931/32	62,2	37,8
1932/33	57,2	42,8
1933/34	61,7	38,3

É insofismavel a vitória da usina. Basta atentar que o capital nelas invertido em 1931 subia a 81.158:000\$000.

É verdade que a percentagem de açúcar aumentou no quinquênio 1929/30-1933/34. Explica-se porque a crise, que indubitavelmente desorganizou a vida agrícola e industrial das fábricas de açúcar, atingiu com muito mais veemência às usinas que aos banguês. As operações de crédito entre a grande e a pequena indústria, são diferentíssimas e muito mais escassas em situações cíclicas de crise, para a primeira.

Quando a ação do Instituto do Açúcar e do Alcool se fez sentir, surgiu a convalescença econômica. Claro que esta ação não foi taumatúrgica. Foi aos poucos dando estabilidade e equilíbrio aos preços do açúcar, cujo contrôle é a base da economia dirigida, executada entre nós sem artificialismos e transplantações exóticas.

(1935)

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

O ano de 1884 foi um ano limite, para Pernambuco. Concretizaram-se as inúmeras tentativas para a fundação de um verdadeiro parque industrial açucareiro. Era uma realidade o engenho central, a usina. Antes, havia um arremedo, como em Tinôco, município de Serinhaem, onde se usava “uma caldeira de cristalizar e turbinar”. Em São Francisco da Várzea, onde o açúcar branco turbinado, sofria uma depreciação de quase 10% no preço da venda, em relação ao açúcar purgado seco. Em São João da Varzea, em 1877, os relatórios já fazem menção à “caldeira do vácuo” e a açúcar turbinado; e em Mameluco, a aparelhos de eliminação, evaporação, caldeira de vácuo e turbinas Melton.

Não podendo na verdadeira acepção considerar essas tentativas de racionalização dos métodos de produção, como época de usinas, entretanto, foram o início, o preparo para o advento duma nova era, dum novo ciclo. Houve um ciclo de açúcar — do açúcar bruto, melado, purgado, batido, retame, branco macho, mascavado, somenos. Existe um novo ciclo de açúcar — do açúcar demerara, cristal, usina, refinado, grã-fina.

Houve uma civilização provocada e erigida pelo engenho banguê — hoje endeusada com todas

as cores róseas que o passado esfumaça, e aos cérebros impressionáveis dos sebastianistas, a evocação surge, como tempos dignos de serem vividos. Todos atentam no fausto, na ostentação, nos damascos, nas casas senhoriais de Olinda, mas poucos auscultam a intensidade do trabalho, a brutalidade do esforço inhumano, a dureza de um determinismo geográfico, histórico, econômico, traçando, sulcando, ferindo fundo o “facies” de Pernambuco. O engenho era um símbolo e uma realidade econômica. Simbolizando a supremacia de uma classe, e realizando, num meio adverso, a base da economia brasileira.

A usina iniciou, com um novo ciclo, uma nova civilização, a da máquina. A da racionalização industrial, da concentração, da standardização. Em suma, realizou o ideal moderno de tailorização. E, procurando-se mais detidamente, poder-se-á perceber o sentido psicológico da usina e do engenho central. O engenho central dá-nos a impressão de fábrica dependendo da matéria prima, fornecida por agricultores alheios à indústria. A usina tem um sentido de absorção de matéria prima, da “Fazenda Plantadora”, de produção intensiva, de racionalização dos trabalhos agrícolas, de garantia de um mínimo de safras. E, portanto, à aproximação do estado por muitos almejado, do industrial ser o produtor da matéria prima, desaparecendo o intermediário, isto é, o fornecedor de cana.

A fábrica moderna, tende a ampliar o fenômeno ocorrido no início da era da usina, com os banguês. O fenômeno da concentração.

A concentração é sinônimo de absorção. O sacrifício do banguê é hoje o da pequena usina. Ela subsistirá unicamente nas zonas de fraca densidade de produção açucareira. Onde, porem, se

erigir uma central, o darwinismo econômico, ou a super-mecanização, implacavelmente, afirmará o poder da lei natural do mais forte.

E, através de toda a história econômica do açúcar de usina, se constata o número elevado de usinas desaparecidas, aliás, incluindo algumas, relativamente, grandes usinas — as iniciais, que êrros de técnica, e de incompreensão do meio, fizeram sossobrar.

No ano de 1885, já existiam em Pernambuco 10 usinas, denominadas: Tinoco, São Francisco, São João da Várzea, Perseverança, Mameluco, Conceição dos Milagres, Cuiambuca, Firmeza, Bom Gosto e Santo Inácio.

Entre 1885 e 1890, fundaram-se, Aripibú, Bamburral, Cabeça de Negro, Carassú (Central Barreiros), Frei Caneca, Ipojuca, Maravilhas, Timbó, Tiúma, Trapiche, Ubaquinha e Goiana.

De 1890 a 1895, são fundadas as usinas Bom Jesús, Cachoeira Lisa, Catende, Caxangá, Penderama, Cucaú, Estreliana, Florestal, Mercês, Pedrosa, Pirangí, Roçadinho, Salgado, Mussumbú e Javunda.

Entre 1885 e 1890, instalaram-se as usinas União e Indústria, Timbó-Assú, São João, Ribeirão, Muribeca, Jaboaão, Limoeirinho, Massau-Assú, Frexeiras, Fenix, Nova Conceição e Brejo.

Entre os anos de 1900 a 1905, fundaram-se as usinas Santa Filonila, Engenho do Meio, Mussú e Desespero.

Fundaram-se entre 1905 e 1910, as usinas Bulhões, Desterro, Santa Tereza, São José, Nossa Senhora das Vitórias.

Entre 1910 e 1915, fundam-se as usinas Aliança, Matarí, Mussurepe, Petribú, Rio Una, Santo André e Vicente Campelo.

De 1915 a 1920, são fundadas as usinas Água Branca, Cruangí, José Rufino, Pumatí, Santa Pânfila, São Salvador, Serro Azul, 13 de Maio e Bosque.

De 1920 a 1925, instalam-se as usinas Pirajá, Barra, Camorim Grande, Coelhas, Preferência, Dois Irmãos, Sibiró Grande, N. S. Auxiliadora, Peri-Perí, Sant'Ana de Aguiar, Santa Terezinha, S. José da Costa, Bom Dia, Santa Flora, S. Felix, Gigantes, Liberato Marques, Colégio, Uruaé e Santa Rita.

Entre 1925 e 1930, são fundadas as usinas Três Marias, Capibaribe, Central Olho d'Água, Sibéria, Jaguaré, Porto Alegre, Morenos, Santa Tereziinha de Jesús.

De 1930 a 1935, as usinas Manoel Borba e Regalia.

Foram, pois, fundadas em Pernambuco, desde o advento das usinas até hoje, 104 usinas de açúcar.

E atualmente somente estão em funcionamento 66 usinas, como uma demonstração patente do princípio econômico da concentração industrial. Para satisfazer os imperativos da absorção industrial foram sacrificadas 38 usinas, representando, sobre o número total, 36,5%, e, sobre o número atual de usinas em funcionamento, 57,5%.

E essa tendência mais se acentúa, quanto mais atuam, a racionalização, a técnica e a concorrência.

A centralização se generaliza, a verdadeira "grande indústria" açucareira tem o seu início.

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO AÇUCAR

A partir de 1914, a situação da indústria açucareira do Brasil melhorou muito pela desorganização, ocasionada pela guerra, na indústria de açúcar de beterraba.

Aliás, desde o início do século XX a produção de açúcar no mundo sempre crescia, e não havendo rápido aumento de consumo, os estoques se avolumando, motivaram as crises de açúcar ocorridas entre 1900 e 1914.

Crises periódicas que através de toda a história econômica do açúcar encontramos assoberbando, desorganizando e aviltando a indústria básica do Brasil. As crises de açúcar entre nós se tornaram endêmicas. Compulsando os documentos da história econômica do Brasil, quer no século XVII quer nos seguintes, verificamos a periodicidade das crises, de forma a motivar a intervenção do Governo da Metrópole em 1687, que exigia o melhoramento da qualidade do açúcar, para desaparecer a péssima impressão que dava o açúcar brasileiro no estrangeiro, a ponto de dizerem que "os portugueses não sabem fazer açúcar: enchem grandes caixas de terra". Essa rejeição já era consequência da crise reflagrada pouco antes de 1673, que deu ensejo a contínuas moratórias para o senhor de engenho, por muito tempo, até no século XVIII. É interessante focalizar que, além da ostensiva intervenção

do Governo no mercado do açúcar quer tabelando preços, quer acobertando dívidas, essa intervenção foi mais longe, com o contingentamento da produção em determinadas zonas, como em Minas e, principalmente no Pará. O Governo Metropolitano proibiu, em 1761, a exportação de açúcar do Grão Pará e limitou a produção desse gênero “à porção que fôr necessária para o consumo e comércio interior dos Rios e deste Estado em razão de terem contra si nossa cidade de Lisboa, os mesmos gêneros da Baía e Pernambuco, estabelecidos com maior abundância e reputação há muitos anos”.

Essa situação de crise, praticamente, só veio melhorar após a desorganização da indústria açucareira das colônias inglesas e espanholas, com a devastação de S. Domingos e com as guerras napoleônicas.

Nos meados do século XIX, nova, aguda e prolongada crise. O fim desse século foi assinalado ainda por grave crise que mais se acentuou em 1903-1905, a qual motivou a organização do Congresso Açucareiro do Recife. Essa crise era agravada pelo aumento crescente da produção mundial de açúcar, como podemos verificar:

	<i>Quintais métricos</i>
1906/1907	138.167.822
1907/1908	133.322.635
1908/1909	138.756.531
1909/1910	144.187.757
1910/1911	162.837.430
1911/1912	151.635.406
1912/1913	177.976.126
1913/1914	178.263.872
1914/1915	172.830.355
1915/1916	180.684.329

Exatamente em 1915 é que a situação do açúcar no Brasil fica mais desafogada, permitindo exportações avultadas, consequência da desorganização da indústria do açúcar de beterraba, que tendo atingido, num dos anos do decênio acima, a uma produção de 89.379.760 quintais métricos, equivalendo a 50,91% da produção mundial do açúcar, cai em 1915-1916 para 79.597.303 quintais métricos, correspondendo a 44,06% da produção mundial. As exportações brasileiras de açúcar foram a partir de 1914, em sacos de 60 quilos:

A N O S	Cristal	Demerara	Mascavo	Total
1914	22.755	347.932	160.834	531.005
1915	48.811	367.932	569.634	986.179
1916	530.231	216.234	160.834	907.299
1917	1.747.147	175.681	379.821	2.302.649
1918	1.578.662	149.732	198.831	1.927.225
1919	834.163	6.738	166.246	1.007.147
1920	1.053.032	480.848	285.134	1.819.014
1921	1.461.608	905.159	301.464	2.868.231
1922	1.777.299	1.664.712	759.848	4.201.859
1923	856.787	1.268.670	427.453	2.552.910

Desde 1922 que nova crise vinha assoberbando a indústria do açúcar. Tendo sempre vivido no regime da superprodução, quando nos faltou o mercado consumidor estrangeiro caímos à fatalidade da crise. O novo equipamento da indústria da beterraba de após guerra ia aos poucos reconquistando a posição estatística da produção desse açúcar, a ponto da produção da safra 1926-1927 ter sido inferior à de 1915-1916, somente 3,2% e no ano seguinte já superior, 13,3%.

Felizmente, o nosso consumo de açúcar tem aumentado, embora o consumo "per capita" vacile

entre 20 e 30 quilos, que é visivelmente baixo. E esse consumo é que tem proporcionado o progressivo aumento da produção das usinas do Brasil. Haja vista a produção do decênio 1925-1926 a 1934-35, em sacos de 60 quilos:

1925/1926	5.282.071
1926/1927	6.378.360
1927/1928	6.992.551
1928/1929	8.000.407
1929/1930	10.804.034
1930/1931	8.256.153
1931/1932	9.156.948
1932/1933	8.745.779
1933/1934	9.049.590
1934/1935	10.448.064

É interessante focalizar esse aumento em números índices. Tomando como base o ano de 1925-1926, temos:

1925/1926	=	100
1926/1927	=	120,7
1927/1928	=	131,6
1928/1929	=	151,4
1929/1930	=	204,5
1930/1931	=	156,3
1931/1932	=	173,3
1932/1933	=	165,5
1933/1934	=	171,3
1934/1935	=	197,7

Positiva-se pela análise dos números índices o progresso das safras e também a existência de dois ciclos nitidamente caracterizados. De 1925-1926 a 1929-1930 o aumento foi sempre constante, tendo a produção nesse último ano duplicado. Exatamente, em 1929, ano de grande safra, tem início, a maior, em profundidade, das crises de

açúcar. E, coincidindo com o retraimento geral de todas as atividades agrícolas e industriais do mundo, o consumo de açúcar também entre nós caiu. Cairam, concomitantemente, o consumo e a produção. Está marcante na relação de números índices, a queda de 204,5, em 1929-1930, para 156,3, em 1930-1931 e 173,3, em 1931-1932. Uma nova safra pequena se esboçava, sob péssimas perspectivas de preços, debaixo da desorganização generalizada da indústria açucareira, principalmente a do Norte do país e a do Estado do Rio.

Os preços desceram de maneira assustadora, trazendo o quase aniquilamento da indústria. Basta atentar na queda dos preços do saco de 60 quilos, no mercado do Distrito Federal, a partir de 1928:

1928	64\$900
1929	49\$200
1930	28\$200
1931	36\$700
1932	37\$700
1933	49\$100
1934	50\$900
1935	50\$100

Tomando-se por base o ano de 1928, os desniveis de preços em 1929, 1930, 1931 e 1932 foram respectivamente 24,1%, 56,5%, 43,4% e 41,9%. Era impossível perdurar essa situação que se poderia agravar bastante, pois os campos estavam-se depopulando e os salários rurais baixaram de 50%. Intervém, então, o Governo, a princípio em 1932, com a Comissão de Defesa do Açúcar e, em junho de 1933, com o Instituto do Açúcar e do Alcool. E os efeitos desse intervencionismo se comprovam com a elevação e subsequente estabilização dos preços do açúcar.

SÍNTESE HISTÓRICA DOS PREÇOS DO AÇUCAR

O açúcar sempre foi um produto sujeito a contínuos desniveis de preços, e os senhores de engenho foram continuamente vítimas desses cíclicos colapsos de preços.

Através da história econômica do açúcar, se percebe, além das variações dos preços, o empenho oficial em amparar a indústria básica, de todos os tempos, do Brasil.

O Regimento de Tomé de Souza é um estímulo à iniciativa dos senhores de engenho, pelas concessões, por muitos julgadas excessivas. Estas concessões e privilégios foram de tal monta que se firmou, por séculos, jurisprudência de se “impedir a execução de senhores de engenho — que adquiriram assim uma excepcional situação como devedores”.

A-pesar-disto, o sacrifício se nota através dos tempos.

Era tida como florescente a indústria açucareira no tempo da invasão holandesa em Pernambuco. Naquela época, e em grande parte do século XVII, os preços médios de açúcar foram de 1\$040 por arroba. Nos tempos de Antonil, — princípios do século XVIII — o preço de um quilo de açúcar branco batido era de 132 réis. O preço de

açúcar branco macho era de 161 réis e o mascavo branco custava 115 réis o quilo.

No século seguinte, com excepção de alguns anos, vemos o aviltamento dos preços e a desorganização da indústria, pois, “fecham-se os engenhos. Um alvo único — ouro e diamante — e nesse rumo a tensão máxima do aparelho governativo português”. De tal forma os preços baixaram que chegaram a 89% em relação aos da época holandesa, chegando a 110 réis o valor de uma arroba de açúcar. Era a degradingolada da indústria açucareira do Brasil. O governo português compreendeu a situação crítica da Colônia e em 1797 escrevia a Caetano de Mello e Castro, governador da Capitania de Pernambuco, a seguinte ordem:

“Eu ei-rei vos envio muito saudar. O excessivo preço, que estes annos passados tiverão os assuquares nessas Capitánias tem sido de tanto prejuizo ao Commercio, que hoje se acha este genero sem preço, nem sahida nesse Reyno, e por que achey obrigado a dar-lhe o remedio de que necessitava e mandando ver e considerar qual este devia ser com toda a circunspeccão. Fuy servido resolver que não se ajustando o preço dos assuquares nessa Capitania em tempo de quinze dias depois da chegada á Capitania da frota, e se ella tiver tardado depois de dez dias, que ordeneis á Capitania faça que os homens de negocio, e os Lavradores de assuquares nomeem cada um pela sua parte dous homens para conferirem e ajustarem os preços, dando-lhes o juramento na forma da Ley para que dentro de trez dias arbitrem o justo

preço, por que se devem vender os assuquares conforme as suas qualidades, e com consideração ás circunstâncias do tempo, e quando no dito termo de trez dias não concordem, se devolverá este arbitramento livremente e com as mesmas considerações, a vós, ao Bispo, e ao Ouvidor Geral e quando não concordeis, se executará o preço do meyo, que vem a ser ajustarem-se os trez preços, e tirar-se da sua somma a terça parte, que é preço que se ha de pôr, quando todos sejaes differentes. Esta matéria é muito do meu serviço, e muito importante a conservação desse Estado, e assim vos hey por muito recommendado, que infallivelmente façaes executar esta minha rezolução sem embrago de todas as razões que representarem em contrario, e mandareis registrar esta minha Carta nos Livros da Secretaria e nos da Camara, para que os vossos successores a executem na mesma conformidade.

Escrita em Lisbôa a 17 de Janeiro de 1797 (sic) — *REY*".

Apesar da época tão recuada, já o Governo intervinha para a manutenção do preço do açúcar numa base justa. E existe ainda quem tache de inovação o Estado Moderno dirigir a Economia, julgando-a prejudicial e extemporânea. E se se pesquisar mais de um século antes da data desta missiva, encontraremos Nassau, legislando sobre a produção dos engenhos.

Em princípios do século XIX, a situação do açúcar melhora bastante, com o desastre de São Domingos e com as guerras napoleônicas. Em 1820,

o preço do quilo de açúcar branco de engenho era de 130 réis e o mascavo 68 réis.

Em 1825, os preços do quilo de açúcar branco sobem para 138 réis e o mascavo para 96 réis.

Em 1835, novamente sobem os preços por quilo, atingindo 147 réis para açúcar branco e 113 réis o mascavado.

Em 1840, temos os preços de 113 réis o quilo do branco e 76 réis para o mascavado.

Em 1845, nova ascensão. O branco dá 163 réis e o mascavado 130 réis o quilo.

Em 1850, o preço por quilo de açúcar branco é de 147 réis e o do mascavado 111 réis.

Em 1887, o preço médio do quilo de açúcar branco é de 160 réis, o do somenos 113 réis e o mascavado 96 réis.

Em 1892, o branco valia 420 réis, o someno 302 réis e o mascavado 250 réis.

Em 1897, o açúcar cristal consegue o preço de 553 o quilo, o demerara 366 réis, o branco 506 réis, o somenos 346 réis e o mascavado 280 réis.

Os três anos seguintes ainda são de altos preços de açúcar, pois, nas safras de 1898 a 1901, os preços médios do triênio, foram de 4\$333 a arroba, e os máximos de 9\$033 a arroba do açúcar cristal. O demerara dá a média mínima de 4\$533 e a máxima de 6\$066 em arroba. O mascavado atinge a 3\$300 a média mínima, e 5\$200 a máxima em arroba. O açúcar branco dá a média mínima de 4\$700 e a máxima de 9\$866 em arroba.

Em 1901, há uma queda tremenda nos preços; a média dos preços neste ano, em arroba de açúcar cristal, foi de 3\$000, do demerara de 1\$800, do branco de 3\$850, do mascavado de 1\$700, do bruto seco de 1\$850 e do retame de 1\$550.

Esta situação de crise perdurou até a safra 1906-07, melhorando então, para baixar novamente durante as safras 1909-1911.

Em 1912, os preços estão fixos e se firmam ainda mais, com o início da guerra, atingindo então altos níveis, até 8\$000 a arroba de somenos, 9\$600 a arroba do cristal e 8\$500 a arroba do branco.

Em 1922, os preços estão novamente aviltados, valendo uma arroba de açúcar cristal 6\$487, de demerara 4\$785, do branco 5\$625, do somenos 4\$680 e do mascavado 3\$090.

Em 1923, há uma ascensão brusca e inesperada para 15\$300 no preço de arroba do açúcar cristal. O demerara subiu para 12\$780 a arroba. A arroba do açúcar branco atingiu 14\$505, a do somenos 13\$350 e a do mascavado 8\$535.

Com os dados da exportação de açúcar do Estado de Alagoas, podemos organizar os preços por saco de 60 quilos, tanto para os mercados nacionais, como também para o estrangeiro. Iremos verificar algumas desigualdades de preços, dignas de estudo, pesquisa e meditação. — Vejamos:

Ano	Estrangeiro,	Brasil,	Média Total
1924	49\$695	33\$213	34\$064
1925	28\$030	28\$109	28\$107
1926	—	29\$445	29\$445
1927	20\$132	26\$484	26\$179
1928	34\$644	32\$282	38\$379
1929	60\$373	22\$646	35\$903
1930	11\$062	20\$654	19\$986
1931	—	20\$104	20\$104
1932	25\$606	30\$480	29\$985
1933	30\$966	38\$661	38\$235



Para evitar uma argumentação longa sobre os números acima, reduzimos os preços médios, totais, das exportações de açúcar de Alagoas, a números índices, que exprimem com mais clareza e persuasão o fato.

Tomemos o ano de 1924 como base, isto é, 100 e encontraremos:

1924	100
1925	82,5
1926	86,4
1927	76,8
1928	97,9
1929	105,3
1930	58,6
1931	59
1932	88
1933	112,2

Julgamos que dispensará qualquer comentário a análise deste quadro. Apesar da crise tremenda que estremece todas as organizações industriais, a ação inicial do Instituto do Açúcar e do Alcool conseguiu normalizar a situação da indústria açucareira no Brasil.

HISTÓRIA AÇUCAREIRA DE MINAS GERAIS

Quem estuda a história econômica do Estado de Minas Gerais não encontra nenhuma “vocaçào” nem tradição açucareira. Durante a época colonial e imperial a sêde de ouro e diamantes não permitiu que qualquer soluçào agrícola predominasse nos destinos econômicos do Estado montanhez.

Não achamos uma cultura que fixasse o mineiro numa grande exploraçào agrícola, induzindo-o a criar uma civilizaçào rural. Decorrente do sentido da exploraçào do subsolo, das riquezas minerais, o mineiro vive, ainda hoje, muito mais a era do couro, que de cultura agrícola. O cafeeiro, no ambiente do grande Estado mediterrâneo, antes é uma exceçào à regra e uma afirmaçào de invasão, em procura de terras menos cansadas. O pastoreio, sim, é a grande preocupação do mineiro. A criaçào bovina, permitindo ao homem a aventura da exploraçào mineral traçou o panorama da grande fazenda de criar que exige muito maior área de terra. E por isso, “não existem na vida mineira as condiçõeis para formar a felicidade doméstica, que dá a sua companheira, verdadeira amiga do homem — a agricultura”. (Varnhagen).

Se a agricultura aproxima o homem, criando uma vida regular em torno da sede da propriedade; se, especialmente, com a indústria açucareira essa

aproximação foi um motivo e um fator preponderante para a civilização rural erigida nas zonas onde a cana de açúcar imperou; com a indústria pastoril, a disseminação e a escassez demográfica nos campos eram acentuadas e características.

Daí, o desinteresse com a cana de açúcar, e com culturas que impressionem pela continuidade e tenham significação econômica como volume.

Há uma outra circunstância interessante para o estudo da economia açucareira de Minas Gerais. Tem-se a impressão que, salvo pequenas exceções, o grande Estado alpino vive ainda a era colonial do açúcar, ficando porem, em situação de desvantagem ante a potência dos engenhos banguês de Pernambuco e Baía daquela época. Aproximam-se os engenhos de Minas Gerais das fábricas campistas do século XVII:

...“há engenhocas que não teem de cobertura senão o espaço que ocupam as moendas, cuja cobertura anda à roda por estar armada por uma das almanjarras; e só moi em tempo de sol, outro há, senhor de tais engenhocas que não possuem escravo algum e se serve com a sua familia — filhos, irmãos mulher e alugados. Fazem-se incrível o que se conta de algumas dessas fábricas, que assim mesmo fazem muito açúcar com que se remedeiam os donos, e vão deixando de cultivar outras, a que antes se applicavam” (Reyes).

Muito mais tarde, Saint Hilaire, no princípio do século XIX, viajando por São Paulo, ao deparar no município de Cachoeira a rudimentar indústria açucareira diz: “Vêm-se engenhocas de

açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigência”.

O estado de primitivismo da indústria do açúcar no Brasil se poderá verificar pelo número de engenhos de açúcar e rapadura e de engenhos turbinadores, isto é, antigos engenhos banguês, com a adaptação de uma turbina, fazendo, assim, açúcar demerara.

Eis o quadro dessas fábricas, registradas até o dia 31 de Dezembro de 1937:

<i>ESTADOS</i>	<i>Engenhos de açúcar e rapadura</i>	<i>Engenhos turbinadores</i>
Acre	94	1
Amazonas	58	8
Pará	71	4
Maranhão	512	9
Piauí	1.392	2
Ceará	1.938	16
Rio G. do Norte	493	—
Paraíba	1.181	—
Pernambuco	1.769	—
Alagoas	594	—
Sergipe	122	—
Baía	1.744	4
Espírito Santo	167	6
Rio G. do Sul	286	2
Rio de Janeiro	1.717	13
São Paulo	1.307	193
Paraná	93	5
Santa Catarina	4.854	1
Minas Gerais	28.016	124
Mato Grosso	80	8
Goiás	2.598	14

Os engenhos de açúcar e rapadura no Brasil sobem a 49.088 e os engenhos turbinadores atingem

410, correspondendo os de Minas Gerais respectivamente a 57% e 30% do número total. Em relação, por exemplo, a Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar do Brasil, o número de engenhos em Minas Gerais lhe é superior 1.482%. e, no entanto, a produção de açúcar de usina de Pernambuco, é superior à do Estado de Minas 1.466%. Daí se concluir que é completamente rudimentar a indústria açucareira, distribuída em algumas dezenas de milhares de engenhos, muitos deles de uma incrível simplicidade. Quanto à capacidade de produção por fábrica, daria uma produção de tipos baixos de 2.801.600 sacos, o que representa bem o consumo interno do Estado de Minas, de açúcar colonial.

Se é verdade a tese de que o consumo de açúcar de usina é índice de civilização, encontraríamos para o grande Estado central um índice significativo de atraso, pois é enorme o consumo de açúcar bruto e pequeno consumo de açúcar superior.

Está claro que o consumo de açúcar baixo, de quase impossível contrôlle, se deve, em parte, ao atraso industrial dos produtores de açúcar, que, em tempo, não acompanharam a evolução da indústria.

Para o cálculo da limitação das usinas do Estado de Minas concorreram 25 fábricas, com uma quota total de 351.156 sacos. Se verificarmos a média do quinquênio que a lei estatuiu para base de fixação de limites, encontraremos 173.292 sacos. Calculada a majoração havida entre a média quinquenal e o limite arbitrado, encontraremos um acréscimo de 95,7%, enquanto, nos casos normais, a majoração permitida ia somente até 20% sobre a média, quando a capacidade das moendas era su-

perior à média do quinquênio básico. Comparando a majoração sobre a média quinquenal, no Estado do Rio de Janeiro ela subiu a 25,3% e em São Paulo atingiu 42%. Quatro motivos essenciais devem ter influido poderosamente na fixação da limitação de Minas Gerais:

1. — Sendo um grande mercado para consumo de açúcar e um pequeno produtor de açúcar de usina, houve intencionalmente uma certa liberalidade na distribuição das quotas;
2. — Sendo um Estado pouco interessado na defesa açucareira, desde que ficaria na impossibilidade de se abastecer com sua própria produção, um grande onus não lhe deveria caber;
3. — Dentre os Estados atingidos pelo mal do "mosaico", nenhum foi tão fortemente atacado, nos seus canaviais, como o Estado de Minas Gerais;
4. — Finalmente, a capacidade de produção das usinas mineiras, durante o quinquênio, era sempre inferior a cem mil sacos, de forma que, percentualmente, a majoração distribuída a vinte e cinco usinas dá impressão de alto relevo. Basta dizer que a média da produção quinquenal em relação ao número de usinas, é de 6.931 sacos por fábrica, e 13.966 sacos, em relação ao limite geral do Estado.

As estatísticas da época da limitação dão os seguintes números para a capacidade diária de esmagamento das usinas mineiras:

Até 100 toneladas	7 usinas
De 101 a 200 " 	11 "
De 201 a 300 " 	5 "
De 301 a 400 " 	— "
De 401 a 500 " 	— "
De 501 a 600 " 	1 "
De 601 a 700 " 	1 "

As produções dessas 25 usinas em funcionamento, no quinquênio anterior à limitação foram:

<i>A n o s</i>	<i>Sacos</i>
1929/30	73.291
1930/31	145.348
1931/32	177.106
1932/33	212.127
1933/34	258.602

Em relação ao primeiro ano desse estudo, isto é, 1929/30, em números índices, a situação da produção açucareira durante o quinquênio é a seguinte:

1929/30	100
1930/31	198
1931/32	245
1932/33	290
1933/34	353

Pelo estudo dos números índices depreendemos que a partir de 1929/30, as safras tiveram uma ascensão brusca, chegando, em 1933/34 a superar de 253%.

Tendo a média quinquenal atingido 173.292 sacos, a menor safra do quinquênio lhe é inferior 42%.

Fixado o limite do Estado de Minas Gerais em 351.156 sacos, esse limite, de acôrdo com o

volume de produção de cada usina, está distribuindo, em ordem de classificação, do seguinte modo:

	Até 10.000 sacos	15 usinas
Entre	10.000 e 20.000	7 "
"	20.000 e 30.000	1 "
"	30.000 e 40.000	0 "
"	40.000 e 50.000	0 "
"	50.000 e 60.000	0 "
"	60.000 e 80.000	1 "
"	80.000 e 100.000	1 "

Por esses números deduzimos o atraso industrial das fábricas de açúcar de Minas Gerais em relação à indústria açucareira de outros Estados. Basta que se medite que, enquanto o limite de Minas Gerais está fixado em 351.156 sacos, somente a usina Catende, em Pernambuco, tem um limite de 340.500 sacos, havendo uma pequena diferença de 10.656 sacos ou de 3%.

Em relação ao quadriênio posterior à fixação do limite das usinas, a produção atingiu os seguintes níveis:

1934/35	245.831 sacos
1935/36	394.395 "
1936/37	408.229 "
1937/38	414.023 "

Nesse último período, também, em nenhuma safra houve diminuição, continuando a ascensão iniciada em 1929/30, com um pequeno decréscimo de 12.781 sacos, da safra de 1933/34 para a de 1934/35.

Em relação ao limite de produção, as safras seguintes do quadriênio posterior à fixação das

quotas tem em números índices, a posição que segue:

Limite	100
Safra 1934/35	70
” 1935/36	112
” 1936/37	116
” 1937/38	117

A média do quadriênio 1934/35 a 1937/38 atingiu a 365.617 sacos, isto é, uma majoração de 14.461 sacos sobre o limite, ou 4,1%. Em relação à média quinquenal do período 1929/30 a 1933/34, a média quatrienal, de 1934/35 a 1937/38, tem uma superioridade de 191.325 sacos, correspondendo a 110,5% de aumento.

(1939)

Aspectos econômicos

UMA VISÃO INICIAL DA POLITICA AÇUCAREIRA

Sem dúvida, a ação criteriosa e vigilante da organização de defesa açucareira revitalizou a economia do industrial do açúcar, quando a crise ameaçava subverter a indústria que foi a base do florescimento do Norte e criou um tipo de civilização rica em cultura.

Partidários que somos da economia dirigida, com soluções, porem, nossas, adequadas às nossas necessidades e realidades, sem transplantações exóticas e sem experiências em cobaias, façamos justiça ao plano de defesa do nosso principal produto.

Não fôra a interferência direta do Governo na economia açucareira, de que resultou a formação do Instituto do Açúcar e do Álcool, talvez não pódéssemos no confronto dos preços médios de açúcar na praça do Recife, constatar a convalescença econômica, da nossa indústria básica, principal fonte de renda do Estado.

Computando-se os preços médios de açúcar cristal, desde 1924, o preço por tonelada então foi:

Em 1924	1:046\$000
” 1925	761\$000
” 1926	741\$000
” 1927	713\$000

Em 1928	946\$000
" 1929	658\$000
" 1930	323\$000
" 1931	448\$000
" 1932	597\$000
" 1933	641\$000
" 1934	660\$000

Tomando-se o ano de 1924 como base, isto é, 100, para estudo dos números índices, encontramos para os demais anos:

1925	72,7
1926	70,8
1927	68,1
1928	90,4
1929	62,9
1930	30,9
1931	42,8
1932	57,0
1933	61,2
1934	63,0

A média dos onze anos, dos preços de açúcar, é de 684\$900, superior sómente em 3,8% aos preços do ano de 1934.

Tomando-se como referência o ano inicial da crise, isto é, 1929, temos os seguintes números índices:

1930	49
1931	68
1932	90,7
1933	97,4
1934	100,3

Após uma depressão profundíssima, pela ação do I.A.A. — não sómente catalítica, porem, dire-

tamente na economia individual, — a indústria açucareira pôde obter um nível de preços praticamente igual à média dos preços de 1929.

Foi o período da convalescença econômica, com bom senso e visão, levada a efeito, pela nossa organização de defesa.

A primeira etapa do vasto plano técnico-econômico, está vencida e vitoriosa.

Não discutimos se no Brasil existe super-produção ou sub-consumo. O fato real é que há sobras da produção sobre o consumo. Outra constatação é que no Brasil o consumo “per-capita” é de 20 quilos, e há países em que o consumo “per-capita” é cerca de 200% a mais. E a grande massa da população pobre do Brasil se alimenta mal. Sendo o açúcar gênero de primeira necessidade para alimentação, no entanto, como diria Gilberto Freyre, quando Deus é servido, — mel ou rapadura, quebra o regime alimentar do brasileiro pobre: farinha, xarque e bacalhau.

Mas encarando o problema atual desprezando o aspecto social, teremos de convir que, além das sobras atuais, marchamos — consequência da estabilidade do mercado — para maiores produções.

É um fato consumado e aceito, que perigará a defesa do açúcar, se as exportações, consequentes do aumento de produção, ultrapassarem as possibilidades financeiras do I. A. A.

A limitação, pois, para o Brasil é necessária, e para o Norte, uma medida salvadora. E a obra que o Instituto do Açúcar e do Alcool tem de processar neste setor, será a maior garantia da indústria do açúcar. Mas, sendo o caso brasileiro, completamente diferente do que ocorre em outros países açucareiros, e dada a excepcional oportunidade de vermos quase resolvido, dentro da nossa

realidade, o nosso mais palpitante problema, temos que atentar que não poderemos jamais limitar a área de cultura.

No Nordeste, onde a cultura canavieira é mais extensa, ela vive em constante flutuação de rendimento agrícola, derivada da inconstância de chuvas e de sua má distribuição, durante o ciclo vegetativo da cana de açúcar. Temos usinas em Pernambuco que, em anos do quinquênio 1929-1933, tiveram reduções de safras consequentes da baixa curva de pluviosidade, de 50%, 60% e mais, sobre a estimativa de produção. Seria um grave erro econômico, portanto, se se pensasse em redução de safras, pela diminuição de área plantada. A inclinação é inteiramente contrária. Há tendência sempre do aumento da áreas de plantio, infelizmente, entre nós mal compreendida, pois, a cultura intensiva para quase todos é um mito e talvez motivo de irrisão, quando se fala em organização científica do trabalho agrícola.

Ocorrerá, fatalmente, portanto, o aumento da matéria prima. Impossibilitado de produzir açúcar, abre-se-nos o caminho da fundação de um gigantesco parque industrial para álcool anidro. Rota acertada. Diretiva econômica lógica. Consequência: — gradativa nacionalização do combustível e segurança absoluta dos justos preços do açúcar.

O Brasil, em matéria de combustível, é um país colônia. Andamos arrastando cifras fantásticas, para transformação em movimento, em circulação, em força. Porem, nem sempre é motivo de orgulho a ostentação nas colunas de importação, de números astronômicos. Eis o que importamos de combustível, (gasolina e óleo combustível) no quinquênio 1929-1933:

a)	— de gasolina em 1929	394.128.859 litros
	Com o valor a bordo de	147.130 contos
	De óleo combustivel em 1929	174.587.319 litros
	Com o valor a bordo de	76.263 contos
	Total de gasolina e óleo combustivel	768.716.178 litros
	Com o valor a bordo de	223.393 contos
b)	— De gasolina em 1930	375.161.073 litros
	Com o valor a bordo de	139.173 contos
	De óleo combustivel em 1930	416.081.210 litros
	Com o valor a bordo de	73.813 contos
	Total de gasolina e óleo combust.	791.242.274 litros
	Com o valor a bordo de	212.986 contos
c)	— De gasolina em 1931	287.652.348 litros
	Com o valor a bordo de	96.244 contos
	De óleo combustivel em 1931	436.240.266 litros
	Com o valor a bordo de	50.612 contos
	Total de gasolina e óleo combust.	723.892.614 litros
	Com o valor a bordo de	146.856 contos
d)	— Gasolina em 1932	192.897.986 litros
	Com o valor a bordo de	53.922 contos
	De óleo combustivel em 1932	448.085.630 litros
	Com o valor a bordo de	40.618 contos
	Total de gasolina e óleo combust.	640.983.636 litros
	Com o valor a bordo de	94.540 contos
e)	— Nos nove meses de 1933 o volume	
	de gasolina importada era de	239.229.530 litros
	De óleo combustivel	368.345.939 litros
		<hr/>
	Somando	607.575.469 litros

São cifras astronômicas, dignas de meditação e estudo. Enquanto que a produção anual de álcool anidro, talvez ainda não atinja 5 milhões de litros. Já existe a garantia dos 10% de mistura com a gasolina importada, além das inúmeras aplicações industriais do álcool anidro. Como garantia ainda

maior, a percentagem de mistura poderá ser aumentada. E, atente-se que estamos no início da era prática dos transportes no Brasil.

Focalizando Pernambuco, importamos em 1933, de gasolina e óleo combustível, o volume de 39.183.120 litros, no valor de 6.466:562\$950. E notemos num Estado que já na safra 1931-1932, para um consumo anual de 2.412.559 litros de gasolina com uma percentagem de 26,33% sobre o consumo total, o combustível nacional entrava com 73,17%.

Poder-se-á, por aí, ajuizar que quota total de gasolina estaria reservada a Pernambuco, para aquisição do combustível estrangeiro, não fôra o álcool-motor.

Essa é a última etapa do plano econômico.

Verdadeira obra de nacionalismo, sem idéia de autarquia, e, sim, valorização do trabalho do brasileiro. Profilaxia econômica, drenando para a economia particular, o que, a peso de ouro, ainda estamos adquirindo em alta escala, aos países eminentemente colonizadores, detentores do petróleo.

Das sobras da matéria prima, derivadas da limitação da produção, dos meis ricos e exaustos, poderemos obter um rendimento compensador, com a transformação em álcool anidro. Um único detalhe resta resolver: o preço.

Sem o justo preço, e com os desniveis de preços que ultimamente observamos em inúmeros produtos agrícolas e industriais, verdadeira orgia de ginástica de saltimbancos, caleidoscopicamente invertendo seus vértices, altos e baixos, que prenunciam crises agudas, as atividades agrícolas e industriais não se fortalecem, não ressurgem, não subsistem e muitas vezes não medram.

Já o dr. Leonardo Truda, numa substancial conferência, proferida em Recife, abordando a questão do preço do açúcar, assim se manifestava:

“A garantia do “justo preço” aos produtores de açúcar encontra, pois, todas as justificativas”. E mais adiante: “Essencial no mesmo caso é que, por ambição desarrazoada não se transponham os limites desse preço justo, caindo em excessos não apenas condenáveis como contraproducentes”.

O detalhe é, pois, o da garantia desse justo preço. A fixação de um mínimo para o álcool anidro, em relação ao preço mínimo do açúcar. A qualquer objeção, de se tornarem altos os preços do combustível nacional, antepomos a conexão, a íntima ligação, entre o açúcar e o álcool anidro. Assim, jamais o consumidor será prejudicado. Mesmo com a garantia da paridade entre os preços do açúcar e do álcool anidro, não haveria absolutamente o perigo de cairmos naqueles “excessos não apenas condenáveis como contraproducentes”, porque a lei controlará o preço, e o Instituto do Açúcar e do Alcool executa com êxito e com aprovação dos produtores, o maior plano de economia planificada do açúcar, de que temos conhecimento.

A CANA DE AÇUCAR EM ALAGÔAS

Continua e, por muito ainda, será o eixo da economia do Estado de Alagoas a cultura da cana de açúcar. Mas forçoso é dizer, não fossem condições excepcionais do meio, do clima e do solo, e não fôra o determinismo econômico e geográfico, fatalmente, com o empirismo e rotina da agricultura, já haveria desaparecido a cultura da cana de açúcar do Estado. Em Alagoas somente algumas usinas plantadoras trabalham com técnica agrícola. Ainda a mecanização da agricultura para muitos é um mito.

O Estado de Alagoas apresenta zonas de grande valor para a cultura da cana, como o vale do Coruripe, o vale do alto Camaragibe, o município de S. Miguel dos Campos, Capela, Atalaia, Muricí, parte do município de Porto Calvo, etc. Em algumas dessas zonas temos a impressão do "ótimum" para a cana de açúcar.

A variedade de cana que predomina nos canaviais do Estado, é indubitavelmente a Demerara, seguindo-se-lhe a Manteiga. Cultivam-se ainda a Port Mackey, Bois Rouge e a Imperial. Nos canaviais encontramos também a BH 10-12, a S. Caetano, a Ubá, a Pitú, a Louzier e a Caiará.

As Usinas Brasileiro, Central Leão, Serra Grande e Sinimbú, possuem diversas variedades

de cana P.O.J. sendo que a Sinimbú no ano vindouro terá 25.000 toneladas, cinquenta por cento da safra, de canas P.O.J. 2878, 2714 e 2725.

Possuimos algumas análises das variedades de cana existentes no Estado, em nosso arquivo, e algumas obtidas na Central Leão Utinga, que possui um bom "jardim" para experiências de variedades.

Eis as análises do caldo das variedades:

QUADRO DE ANÁLISE DE DIVERSAS VARIEDADES

VARIEDADES	BRIX	SACAROSE	PUREZA
Port Mackey	20,80	18,46	90,27
Caiará	17,50	13,06	74,60
Badila	13,60	9,36	68,80
Pitú	16,50	13,36	80,90
Manteiga	17,80	14,84	83,3
BH 10-12	19,30	16,36	84
B. 208	20,30	17,45	85,90
Salangor	20,30	17,76	87,40
Caiana	19,60	17,44	88,90
Bambú Rose	18,40	14,79	80,40
Demerara 433	15,50	11,54	74,40
Demerara 625	15,90	11,83	74,40
Fita Imperial	19,50	17,80	87,60
Rosa	18,50	16,01	86,50
Cristalina	16,50	13,39	81,10
Barbados 3405	17,10	13,30	77,10
Crioula	17,40	15,15	87
Ubá	21,30	19,32	90,70
Kassoer	17,40	15,04	86,40
S. Caetano	17,84	14,25	82,27
P. O. J. 161	18,90	17,53	92,73
P. O. J. 2714	19,60	17,27	88,10

VARIÉDADES	BRIX	SACAROSE	PUREZA
P. O. J. 2725 . . .	18	16,04	89,10
P. O. J. 2727 . . .	17,60	14,87	84,04
P. O. J. 2878 . . .	20,70	18,64	90

Um fator mais importante que a semente de cana é, inquestionavelmente, o clima. Principalmente entre nós, onde o problema da irrigação dos canaviais não foi sequer abordado. Vivemos na eterna dependência do fator tempo. As quantidades de chuvas caídas ocasionam grandes oscilações anuais das safras.

Num dos pontos de maior densidade canavieira, colhemos os dados de pluviosidade em polegadas desde 1922. Assim, temos:

1922	111,46 "
1923	58,51 "
1924	75,42 "
1925	58,32 "
1926	37,44 "
1927	49,90 "
1928	46,10 "
1929	52,13 "
1930	50,49 "
1931	50,42 "
1932	53,51 "
1933	64,78 "
1934 (Até 31 de Outubro)	74,24 "

De 1922 até esta data, ainda não atingimos à pluviosidade desse ano. Tivemos sim, diferenças de 64,4% em quedas de chuvas. É interessante focalizar a relação entre as chuvas caídas e as safras de 1922 até 1934. Tivemos as seguintes safras:

A N O	Toneladas de Açucar	R e l a ç ã o
1922	97.495	1" x 874 toneladas
1923	69.927	1" x 1.195 "
1924	81.078	1" x 1.075 "
1925	79.893	1" x 1.369 "
1926	76.800	1" x 2.051 "
1927	100.402	1" x 2.012 "
1928	89.102	1" x 1.932 "
1929	104.436	1" x 2.003 "
1930	98.640	1" x 1.953 "
1931	72.119	1" x 1.430 "
1932	86.343	1" x 1.613 "
1933	72.678	1" x 1.121 "
1934	108.000	1" x 1.454 até outubro

Um ponto primordial que influe nas conclusões da relação chuva x açúcar produzido é a pluviosidade durante os meses de verão. E nisto teremos a explicação para algumas contradições dos números. Assim, o ano de 1929, que não foi grandemente chuvoso, teve no entanto uma safra excepcional. Teve, porem, uma queda de 14,29" de chuvas durante os meses de estio. O mesmo ocorreu na safra 1934-1935 com uma produção de 1.800.000 sacos de açúcar tendo nos três meses, agosto, setembro e outubro, uma queda de 15,78" de chuvas. Daí a safra enorme que se esperou e que correspondeu à expectativa geral.

Outro fator que não pode ser desprezado é o da diminuição das safras decorrente da crise. Influirá naturalmente no volume da produção. Em 1929, exatamente, os preços eram altos, e em 1934 são compensadores.

É, finalmente, de suma importância o estudo e conhecimento da pluviosidade, porque por ela

percebemos que há fatores que, além dos apresentados, causam irregularidades na produção de açúcar do Estado.

E no entanto, de tudo se increpa o Governo. A chuva retardatária. A “surra” do mato. O sol. A malandrice do trabalhador.

Não se percebe, porem, que se está plantando numa área muito maior relativamente que as de antanho. É o esgotamento da terra.

Não se percebe, ainda, que o rendimento está baixando cada vez mais.

Pois que no início das Centrais, em Pernambuco — a Santo Inácio, Firmeza, Cuiambuca e Bom Gosto — em 1884 as percentagens de açúcar no caldo eram, respectivamente:

19,73	19,06	19,90	16,55
18,35	18,73	17,27	20,40
19,25	15,00	23,61	20,23

Sendo a pureza de:

93,9	94,3	93,7	91,5
84,2	90,8	88,2	91,6
94,4	88,5	92,2	96,0

Enquanto na média das safras das maiores usinas de Pernambuco em 1934-35, os dados são os seguintes:

% Açúcar . . .	13,36	13,16	13,23
Pureza . . .	78,62	74,36	72,87

E enquanto uma das usinas do Estado de Alagoas nos fornece os dados da análise do caldo:

% Açúcar	13,15
Pureza	78,19

Tudo isto é um sinal evidente que precisamos começar a pensar séria e praticamente no problema agrícola canavieiro.

Está claro que os problemas básicos da agricultura alagoana são a racionalização do meio de trabalhar a terra e a semente da cana.

(1935)

O EQUILIBRIO AÇUCAREIRO

Transita pela Câmara dos Deputados um projeto sob N.º 62 relativo à transferência de usinas de uma zona para outra do território nacional.

É autor do projeto o Sr. Francisco Pereira, deputado pelo Estado do Paraná, que se tem batido arduamente para tornar realidade o seu projeto, o qual merece uma análise detida, com o estudo das consequências econômicas e sociais que advirão forçosamente, se conseguir convertê-lo em lei.

O projeto n. 62, que é a redação para discussão especial de uma emenda apresentada ao projeto n. 142-A de 1935, já transformado em lei, está assim redigido:

“Art. 1.º — Mediante indenização que livremente acordarem com os seus fornecedores, poderão as usinas reduzir ou suprimir as quotas do fornecimento de cana a que são obrigadas pela legislação em vigor, não prevalecendo, nesse caso, para o fornecedor, a faculdade de que trata o parágrafo único do art. 4.º do decreto 24.749, de 14 de julho de 1934, mesmo que a usina, em consequência, seja fechada ou removida para outro local.

“Art. 2.º — As usinas que, na forma do art. 1.º, obtiverem de seus fornecedores de cana a supressão integral de seus fornecimentos, poderão ser removidas, total ou parcialmente, para qualquer outro ponto do território nacional, sem prejuízo das quotas de produção que lhes cabem pela legislação em vigor, podendo também transferir suas quotas de produção ou parte delas a outra usina já existente do país.”

Em síntese, o que pretende o projeto do sr. Francisco Pereira é o deslocamento do centro de gravidade econômico de alguns Estados que alicerçam sua economia no açúcar.

Querem aniquilar completamente uma região que retém um grande coeficiente de resistência, já travando uma luta desigual com a natureza, já curtindo estoicamente o esquecimento do Governo Central anteriormente a 1930. Basta haver o açúcar perdido aquela antiga ascendência na estrutura econômica brasileira, que usufruia desde o início do período colonial, a ponto de, no valor das exportações dos princípios do século XVIII, ser superior às exportações de ouro em 312,6%; ao tabaco, o terceiro grande produto de exportação, em 635,5%; às exportações de couros, em 1.156,2%; e finalmente, ao pau brasil 5.181,5%.

Confirma-se ainda, em parte, o que o governador geral d. Diogo de Menezes mandava dizer ao rei: que as verdadeiras minas da Colônia eram o açúcar e o pau brasil, sem acarretar à fazenda real nenhum onus.

Nessa época, o ciclo das minas já havia iniciado certo desequilíbrio econômico das zonas de

produção, deslocando o eixo econômico do Brasil, com a febre de mineração que “criou um temperamento, uma constituição econômica”. Na exposição de d. Álvaro de Albuquerque ao governo da Baía ele declarava que “a terra despovoava-se com as minas, constituindo-se elas verdadeiro flagelo”.

Na época da nossa independência política, o açúcar ainda liderava a economia brasileira, com uma exportação de 23.100 toneladas; vindo depois o algodão com 5.600 toneladas; couros com 3.600 toneladas; café com 1.500 toneladas; arroz com 1.500 e cacau com 1.200 toneladas.

Em meados do século passado o deslocamento do centro de gravidade econômico do Brasil já se tinha tornado real. O açúcar havia deixado de ser a base da economia brasileira, que, desde então, passou a repousar no café. O Norte cedera aos imperativos de ordem econômica e política a situação privilegiada de pouco mais de três séculos de predomínio. Foram circunstâncias naturais que impuseram esse deslocamento. Houve uma transformação de valores. Nunca, uma marcha de culturas, porque em todos os povos, em todas as civilizações, por mais que queiram libertar-se do ambiente, a caracterização inicial que circunstâncias mesológicas e geográficas traçaram, perdura, formando a feição típica da economia local. Assim, o Nordeste, que teve sempre no açúcar o seu motivo de prosperidade, desde a fase inicial da formação histórica do Brasil, até hoje, e até um amanhã longínquo, terá que viver do açúcar. Ele não poderá emigrar como emigrou a hegemonia política e econômica de Pernambuco. O desequilíbrio ocorrido quando o Nordeste viu escapar-lhe a hegemonia do açúcar fôra, se bem que de feição material, — mais acentuado pelo lado moral, com o

desprestígio que a fatalidade histórica, econômica e geográfica lhe reservara.

Mas, se a emigração fosse do açúcar, se o deslocamento fosse da cultura canavieira, então, além da miséria, do enfraquecimento, teríamos criado o deserto no Nordeste açucareiro, além de um caso social que já naquelas épocas teria consequências imprevistas.

Compreendendo a necessidade de preservar as regiões produtoras, o decreto n. 24.749, de 14 de julho de 1934, estatuiu a proibição terminante de fundação de novas usinas e transferências das existentes, de uma zona para outra, como um meio eficaz de evitar o flagelo do despovoamento e assegurar prosperidade aos que, tendo passado pela crise mais terrível, conseguiram relativa estabilidade de preços.

Impossível consentir na desorganização de uma economia a tanto custo sustentada, que foi aos limites mínimos de preços nos centros de produção. A curva dos preços em números índices, incluindo o período da crise, foi:

1924	100
1925	72,7
1926	70,8
1927	68,1
1928	90,4
1929	62,9
1930	30,9
1931	42,8
1932	57,0
1933	61,2
1934	63,0

E jamais, mesmo quando os números índices desceram a 30,9 e 42,8, se processou qualquer mo-

vimento no sentido de distribuir de outra forma a produção nacional açucareira.

Seria uma grave injustiça se se quisesse fazer crer que só uma pequena região brasileira iria sofrer com a medida de transferência. A produção de açúcar em relação às duas zonas está da seguinte maneira distribuída, na média 1929/30-1934/35:

Norte

Paraíba	148.962	sacos
Pernambuco	3.726.164	"
Alagoas	1.071.392	"
Sergipe	516.950	"
Baía	544.030	"
	<hr/>	
	6.007.507	sacos

Sul

Rio de Janeiro	1.705.326	sacos
São Paulo	1.522.485	"
Minas gerais	185.382	"
	<hr/>	
	3.413.193	sacos

Sobre o total da média da produção brasileira do período 1929/30-1934/35, o Norte açucareiro participa com 63% e o Sul com 37%. É preciso ainda salientar que Pernambuco, no período em questão, remeteu para os mercados estrangeiros uma média anual de 603.637 sacos ou 16,2%, e Alagoas, 147.525 sacos, ou 13,7% de sua produção. Quer dizer que no cômputo da distribuição do açúcar nos mercados internos o Norte realmente só concorre com 59,2% e o Sul, com 40,8%.



Esses números atestam exuberantemente que não é privilégio do Norte produzir açúcar. Ele vive espalhado em quase todas as zonas brasileiras de produção, que, à custa de sacrifícios e vencendo a adversidade, conseguiram viver sem miséria, sem anarquia e com o fruto de seu trabalho garantido.

(1936)

ECONOMIA DO AÇUCAR BRUTO

O banguê foi a fábrica de um ciclo que passou. Foi o expoente duma época de industrialização incipiente. E já deveria ser um motivo de admiração, a moenda de “pé” de madeira, o cozimento a fogo crú, com o mestre de açúcar dosando, e conhecendo o “ponto” pelo cheiro da fumaça; o transporte do mel para a casa de purgar; o batalhão de formas em cima de tábuas furadas por onde escorre o mel; o açúcar bruto, purgado, açúcar com “cara de cocada”, açúcar branco de “cara a cabucho”. Secador de açúcar, com açúcar espalhado ao sol. Alambique de cobre ou de barro, distilando a garapa cheirosa e fermentada, e gota a gota a aguadente aljofrando, espumando e logo guardada em ancorêtas, em breve levadas pelo matuto que não sabe selar a cachaça, e que à noitinha cachimbando, vai estrada em fóra, levando o vício, embora seja para matar a fome, a sêde, a tristeza, o frio e a “maleita”.

A rotina aí ainda impera com todas as características da fabricação de açúcar dos tempos de Antonil.

Unicamente desapareceu em grande parte a feição da civilização ruralística, onde o senhor do engenho era o centro do microcosmo. Chefe de clan, exercendo um patriarcado que o fazia verda-

deiro senhor feudal, ostentando pompas, fascinando, no tempo, com luxo oriental, vivendo, pontificando na Casa Grande e miscegenando nas senzalas duas raças, plantando o tipo racial médio do brasileiro.

O banguê ainda hoje é uma realidade. Como cogumelos espalham-se os banguês. Consequência da morosidade de nossa evolução industrial.

Comprovando, vejamos o número incrível de engenhos de rapadura, de açúcar bruto e fábricas de aguardente, espalhadas pelo Brasil:

	Número de engenhos	
	De rapadura e aguardente	De açúcar e aguardente
Acre	101	96
Alagoas	724	585
Baía	2.181	1.354
Ceará	1.836	1.437
Espírito Santo	341	145
Goiás	1.811	1.464
Maranhão	914	535
Mato Grosso	165	76
Minas Gerais	16.039	10.096
Pará	159	70
Paraíba	1.211	958
Paraná	297	60
Pernambuco	1.725	1.206
Piauí	657	554
Rio de Janeiro	1.409	629
Rio Grande do Norte	375	348
Rio Grande do Sul	1.294	270
Santa Catarina	1.807	1.274
São Paulo	2.894	1.031
Sergipe	266	105
Total	36.272	22.358

Esta estatística computa os engenhos registrados no Instituto de Açúcar e do Álcool até Outubro de 1935, não sendo exagero o cálculo dum total de 40.000 fábricas rudimentares, sendo 28.000 o número de engenhos banguês e de rapadura.

Isto representa, a grosso modo, uma fábrica rudimentar para cada 1.100 brasileiros. Deduzindo-se toda a população das capitais, das cidades, teríamos a oportunidade de verificar o estado do rudimentarismo da atividade agrícola no Brasil. Principalmente ao se constatar a supremacia do número de fábricas de rapadura sobre as de açúcar bruto. Poder-se-á verificar no quadro que segue:

NÚMERO DE ENGENHOS POR ESPÉCIE

(Até outubro de 1935)

	Engenhos banguês	Engenhos de rapadura	Fábricas de aguardente
Acre	69	34	12
Alagoas	482	161	180
Amazonas	27	32	33
Baía	284	1.024	533
Ceará	253	1.678	564
Espírito Santo	93	46	199
Goiás	1.573	433	325
Maranhão	206	346	662
Mato Grosso	40	38	106
Minas Gerais	5.246	8.407	2.674
Pará	59	14	96
Paraíba	104	839	345
Paraná	13	48	252
Pernambuco	697	897	485
Piauí	15	854	172
Rio de Janeiro	806	487	511
Rio Grande do Norte	104	248	61
Rio Grande do Sul	261	75	1.080
Santa Catarina	1.322	4	1.013
São Paulo	974	366	1.882
Sergipe	137	1	39
Total	12.765	16.032	11.224

E é interessante focalizar a situação da indústria de açúcar de tipos baixos nos diversos Estados.

Lidera-a o Estado de Minas Gerais que tem um número de engenhos banguês superior em 752% a Pernambuco, 1.088% a Alagoas, 538% a São Paulo e 650% ao Estado do Rio. E quanto a engenhos de rapadura ou engenhocas, novamente Minas Gerais tem a dianteira, possuindo 937% mais que Pernambuco, 5.221% que Alagoas, 2.324% mais que São Paulo e 1.726% mais que o Estado do Rio.

Outro aspecto digno de estudo é a distribuição por capacidade de produção anual, onde cerca de 20.000 banguês tem capacidade inferior a 250 sacos. Assim, com capacidade até 50 sacos anuais, 14.842; de 50 até 200 sacos, 2.629; de 150 a 200 sacos, 1.804; e de 200 a 250 sacos anuais, 370 engenhos.

E a produção dessas engenhocas e engenhos banguês é de cerca de 25% da produção de açúcar de usina no Brasil.

Assim se distribue a produção de açúcar de tipo baixo, de acordo com a média da produção quinquenal 1929/33, em sacos de 60 quilos:

Acre	6.700	sacos
Amazonas	1.236	"
Alagoas	704.092	"
Baía	119.140	"
Ceará	247.884	"
Espírito Santo	3.327	"
Goiás	60.659	"
Maranhão	29.622	"
Mato Grosso	2.252	"
Minas Gerais	537.738	"
Pará	11.840	"

Paraíba	346.299	sacos
Paraná	1.110	"
Pernambuco	889.963	"
Piauí	20.854	"
Rio de Janeiro	40.098	"
R. G. do Norte	113.647	"
Rio G. do Sul	6.885	"
Santa Catarina	29.754	"
São Paulo	123.494	"
Sergipe	65.178	"
	<hr/>	
	3.361.782	"

A produção de açúcar no quinquênio, época sujeita que foi à crise de preços e de chuvas, representando uma produção de 201.706.920 quilos, dá a cada brasileiro um consumo médio de cerca de 5 quilos, sendo o consumo "per capita" de açúcar de usina de cerca de 16 quilos. E enquanto é onerado com cerca de 10% o açúcar de usina, o açúcar bruto vive solto, quase sem onus, difícil de ser controlado. Assim, este mina, arruina e fatalmente desorganizará o plano geral de defesa da produção. E além disto, o açúcar bruto se desenvolve, expansiona, se valoriza, em detrimento e às custas do açúcar de usina.

Para positivar tal assertiva, basta compulsar os dados dos preços, com todas as flutuações, ocorridas num longo período de doze anos em Pernambuco. Assim, temos:

<i>A N O S</i>	<i>AÇUCAR BRUTO</i>	<i>AÇUCAR CRISTAL</i>
1924	37\$980	62\$790
1925	27\$720	45\$890
1926	23\$400	44\$490
1927	20\$880	42\$780

1928	29\$730	56\$760
1929	25\$080	39\$510
1930	13\$290	19\$410
1931	19\$140	26\$910
1932	21\$060	35\$850
1933	19\$830	38\$460
1934	24\$700	40\$500
1935 (até Agosto)	28\$600	39\$700

Facilmente, se verificará a interdependência dos preços do “bruto” e cristal.

Na análise dos preços entre os dois tipos de açúcar podemos tirar conclusões. As diferenças entre os preços dos tipos são as seguintes:

1924	24\$810
1925	18\$170
1926	21\$090
1927	21\$900
1928	27\$030
1929	14\$430
1930	6\$120
1931	7\$770
1932	14\$790
1933	18\$630
1934	15\$800
1935	11\$100

Dois períodos econômicos, aí se esboçam: o período anterior a 1929 e o deste ano até 1935.

Quando o cristal se achava valorizado, atingindo níveis incríveis de preços, as variações eram paralelas.

Após a queda fragorosa do açúcar cristal, o preço do bruto também desceu, arrasando a produção de açúcar baixo. E as diferenças entre os

dois tipos diminuíram. O preço de 1 quilo de açúcar bruto desceu a \$221 e o de cristal \$323. As consequências foram as mais nefastas: desorganização, aviltamento, miséria.

Ensaia-se, em 1932, o plano de defesa do tipo de usina, que sobe a 35\$850 o saco, sendo a diferença para o bruto de 14\$790. Estabilizado o preço em 1933, a diferença para o bruto é de 18\$630.

Com uma pequena melhoria dos preços do cristal no ano de 1934, a diferença do bruto que deveria acompanhar a melhoria não é proporcional.

Enquanto o açúcar cristal, em 1934, melhora 5,3%, o açúcar bruto melhora 24,5%. E no ano seguinte, caindo o cristal 1,9% o preço do açúcar bruto sobe 15,7%. E, para melhor positivar, tomando-se como base o ano de 1933, a valorização do açúcar cristal foi de 3,2% e a valorização do açúcar bruto, de 44,2%. Verdadeira valorização adventícia.

Porque, valorizando-se automaticamente com o plano de defesa, sem nenhum onus, e somente com vantagem, ele, o açúcar bruto, se locupleta, se desenvolve, combatendo e concorrendo com o açúcar de usina?

Abrangendo todo o período do presente estudo, encontramos u'a média para o açúcar bruto de 24\$284, e para açúcar cristal, de 41\$087.

E, calculando as porcentagens de aumento e decréscimo sobre as médias acima, a posição dos dois tipos, assim se esboça:

<i>A N O</i>	<i>BANGUE</i>	<i>CRISTAL</i>
1924	+ 56 %	+ 52 %
1925	+ 14 %	+ 11 %
1926	- 3 %	+ 9 %
1927	- 14 %	+ 4 %

1928	+ 22 %	+ 13 %
1929	+ 3 %	— 3 %
1930	— 45 %	— 52 %
1931	— 21 %	— 34 %
1932	— 13 %	— 12 %
1933	— 18 %	— 6 %
1934	+ 1 %	— 1 %
1935	+ 17 %	— 3 %

Em síntese, a situação clara, positiva e que precisa ser dita é a seguinte: a bagaceira compete com a esplanada. O terno de moenda de “pé” de ferro e de madeira, concorre com os múltiplos ternos de moendas, com esmagadores e facas. O cozimento a fogo crú se emparelha com evaporadores, Dorr, tríplice-efeito e vácuos. As fôrmas rivalizam com os cristalizadores e turbinas. O secador ao sol, ao lado do secador a vapor. O Banguê e a Usina. O século XIX afoitamente se ostentando no esplendor do século XX. A rotina lutando com a técnica. A luta econômica dos tipos de açúcar: “bruto” e usina.

(1936)

LIMITAÇÃO AÇUCAREIRA

Após o crack do açúcar, quando o governo resolveu intervir para salvar da ruína uma grande indústria, um problema de relevo desde logo se esboçou. Com a estabilização dos preços, a produção, — então já em excesso sobre o consumo — seria fatalmente aumentada. Por isso o artigo 58, das “disposições gerais” do regulamento do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado com o decreto número 23.931, de 25 de julho de 1933, estabeleceu claramente o critério da limitação da produção, assim se expressando:

“O limite da produção de que trata o artigo 28, do decreto número 22.789, de 1 de junho de 1933, será estabelecido *tomando por base a média de produção do último quinquênio.*

§ 1.º — O limite da produção para cada usina, engenho, banguê, meio aparelho ou outra qualquer instalação destinada ao fabrico do açúcar, será fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, de acôrdo com a capacidade dos maquinismos dos mesmos e a área das lavouras atuais”.

De acôrdo com a autorização outorgada por lei ao Instituto do Açúcar e do Alcool, para fixa-

ção das quotas de limitação, a sua Comissão Executiva, pela Resolução de 20-3-934, deliberou que nenhuma usina teria limite inferior à média quinquenal, de 1929/30 a 1933/34, e que, quando a capacidade das moendas fosse superior à média quinquenal, o limite seria beneficiado até 20%.

Diante da lei, que mandava tomar como base a média da produção do quinquênio, o Instituto do Açúcar e do Alcool não iria arbitrariamente agir, distribuindo quotas graciosamente, por considerações geográficas ou políticas. Tendo encontrado uma situação de fato, um direito adquirido em cada Estado e em cada Usina, por lei, o Instituto do Açúcar e do Alcool estabeleceu a limitação, tomando como base a média do quinquênio e concedendo até 20% sobre essa média quando a capacidade das moendas o permitisse.

E dentro desse critério imparcial e legal, o contingentamento necessário da produção foi executado, havendo, assim mesmo um excesso de cerca de dois milhões de sacos, ultrapassando o consumo nacional.

Se o critério da limitação não fosse a média do quinquênio e sim a capacidade das moendas, em 90 dias de produção e 90 quilos de açúcar de rendimento por tonelada de cana, a produção seria elevada a 13.221.000 sacos, aos quais seriam acrescidos cerca de 1.400.000 sacos, do direito adquirido de muitas usinas, detentoras de boas médias de produção no quinquênio. Representaria um aumento sobre a atual limitação de 28% e sobre o consumo nacional, 55%.

Para Pernambuco isso representaria um aumento de 20%, para Alagoas 30%, para Sergipe 116%, o que vale dizer que u'a massa de produção de dois milhões de sacos, além dos excessos atuais,

agiria como um "dumping", degradingolando, desorganizando, aviltando toda a produção nacional.

Diante, porem, da limitação da produção quem teria sido mais beneficiado?

É interessante focalizar esse aspecto do importante problema, pois que denuncia a sem razão de todos os argumentos que tem sido levantados, se querendo insinuar preferências de distribuição de quotas.

O maior beneficiado com a limitação é o Estado de Minas Gerais, seguindo-se-lhe o Estado de São Paulo, os dois únicos Estados que tem a atual limitação superior à maior safra. Todos os demais Estados açucareiros, tem a sua atual limitação num nível inferior à sua maior produção, na seguinte proporção:

Alagoas	18 %
Pernambuco	11 %
Baía	8 %
Rio	3 %
Sergipe	3 %
Paraíba	0,9 %

E sobre a média do quinquênio, ainda coube a Minas Gerais o maior benefício sobre a atual limitação, de acôrdo com os dados que seguem:

Minas Gerais	95 %
Sergipe	53 %
Paraíba	45 %
São Paulo	41 %
Baía	30 %
Estado do Rio	20 %
Alagoas	19 %
Pernambuco	14 %

Os números que publicamos, falam exuberantemente para que seja necessário qualquer comentário, afim de desfazer a impressão de que determinados Estados foram prejudicados em suas limitações, em favor de Estados Nordestinos. Uma coisa, a mais, porem, é preciso ressaltar. A história da última crise do Brasil foi um drama trágico vivido pelo produtor. A miséria negra batendo-lhe à porta. O patrimônio se esborando. O credor ameaçando de execução. O dinheiro minguido não dava para pagar as folhas do operariado. O trabalhador rural do Norte chegou a ganhar \$800 por dia de trabalho. Era a véspera do caos.

O Estado intervém. Os produtores aos poucos vão-se desafogando.

Será justo, legal, humano, que se beneficie, ainda mais a produção açucareira de Estados importadores desse produto que querem o regimen autárquico — agora que sobre a sacrificio incalculavel dos produtores de açúcar do Brasil, se conseguiu a estabilidade dos preços em nivel remunerador?

(1936)

DECÊNIO AÇUCAREIRA NO DISTRITO FEDERAL

O estudo do movimento de açúcar no Distrito Federal requer um período de dez anos, porque não haverá o receio de cairmos numa análise falsa, proveniente quer de um pequeno período em que atuam fatores vários, quer de um largo período em que, havendo alteração demográfica, inutilizaria os resultados pelas necessidades crescentes de consumo.

O presente estudo começa com o movimento do mercado do açúcar no Distrito Federal, no ano de 1925, e será dividido em três partes: I — Entradas de açúcar; II — Saídas de açúcar; III — Estoques de açúcar. Todos os números obtidos serão comparados com os números de 1935.

I — ENTRADAS DE AÇUCAR

1. — Decênio 1925-34

O volume das entradas de açúcar do decênio 1925-34 ascende a 20.680.467 sacos ou u'a média de 2.068.042 sacos, da seguinte procedência:

	<i>Sacos</i>
Pernambuco	746.618
Campos	603.100

Alagoas	378.913
Sergipe	216.528
Baía	70.848
Paraíba	26.787
Diversos	25.248

2. — Sobre o volume médio anual das entradas de açúcar no Distrito Federal, as percentagens na distribuição pelas procedências, obedecem à seguinte ordem:

Pernambuco	36,0 %
Campos	29,1 %
Alagoas	18,3 %
Sergipe	10,4 %
Baía	3,9 %
Paraíba	1,2 %
Diversos	1,1 %

Cabe, portanto, o primeiro lugar a Pernambuco, que teve no decênio, sobre Campos, uma ascendência, no açúcar distribuído, de 23,7%.

3. — A distribuição no ano de 1935 apresenta um aspecto completamente diferente da do decênio. Pernambuco passa para o segundo lugar, com a melhor colocação de Campos. Alagoas praticamente perdeu seu mercado no Distrito Federal, tal o decréscimo que o afetou em 1935. O volume das entradas foi de 2.059.192 sacos, assim distribuídos:

	<i>Sacos</i>
Campos	795.281
Pernambuco	763.422
Sergipe	303.728
Baía	96.598
Alagoas	71.432
Paraíba	6.000
Diversos	18.731

4. — Sobre o volume de 2.059.192 sacos, a ordem percentual, por procedência, obedeceu à seguinte classificação:

Campos	38,6 %
Pernambuco	37,1 %
Sergipe	14,8 %
Baía	4,7 %
Alagoas	3,6 %
Paraíba	0,3 %
Diversos	0,9 %

Constata-se assim o deslocamento de Pernambuco que está 3,8% inferior a Campos e a queda de 18,3% para 3,6% da quota de Alagoas.

5. — Os diversos centros de produção, tomada a média das entradas no decênio 1925-34, e comparando-a com as entradas de 1935, se acham com a seguinte posição:

Sergipe	+	39,9 %
Baía	+	36,3 %
Campos	+	31,8 %
Pernambuco	+	2,2 %
Diversos	—	21,8 %
Paraíba	—	77,1 %
Alagoas	—	80,6 %

A média anual do decênio 1925-34, comparada com as entradas de 1935, dá uma posição inferior a esta, de 0,4%.

6. — Dá melhor idéia da situação dos centros de produção nas quotas de fornecimento do Distrito Federal, reduzindo-se as percentagens do item 5 a números índices. Assim, sendo 1925-34 = 100, em 1935 os diferentes números índices são:

1925-34	100
Sergipe	139,9
Baía	136,3
Campos	131,8
Pernambuco	102,2
Diversos	78,2
Paraíba	22,9
Alagoas	19,4

Causa surpresa a queda fragorosa de Alagoas na concorrência dos mercados açucareiros do Distrito Federal. Percebe-se também que qualquer motivo forte entrava a distribuição do açúcar pernambucano que somente cresceu 2,2% .

7. — Finalmente, como último estudo das importações de açúcar no Distrito Federal, concluiremos na análise dos números índices, que não há aumento no movimento comercial do açúcar, nem há o trabalho para forçar esse aumento.

Tomando-se como base, isto é, 100, as entradas de 1925, temos:

1925	100
1926	129,1
1927	99,1
1928	111,1
1929	146,1
1930	109,3
1931	96,7
1932	99,8
1933	102,1
1934	103,5
Média do decênio	109,6

Comparando o ano de 1925, com o ano de 1935, o número índice deste é um pouco mais elevado;

porém, se tomarmos a média do decênio 1925-34 como base (100), o número índice de 1935 sendo igual a 99,6 denota que as entradas decresceram.

II — SAIDAS DE AÇUCAR

1. — O volume das saídas de açúcar do decênio 1925-34 sobe a 20.875.140 sacos, ou u'a média anual de 2.087.514 sacos. Comparando-se essa média anual com as saídas em 1935, de 2.058.356 sacos, constatamos um decréscimo de 1,3%.

2. — Tomando-se como base do estudo das saídas de açúcar o ano de 1925, e dando-lhe o valor de 100, os números índices dos anos seguintes são:

1925	100
1926	116,5
1927	105,9
1928	112,2
1929	133,1
1930	111,6
1931	104,5
1932	99,2
1933	101,4
1934	106,4
Média do decênio . . .	109,0

Tomando-se ainda como base para comparação, o valor de 100 para 1925, o número índice encontrado para 1935, é 108,6. Mas, tomada a média do decênio, que é muito mais representativa, encontramos para 1935 o número índice 99,6.

Tivemos, pois um decréscimo nas saídas de açúcar, como constatamos também nas importações. O movimento comercial não aumentou.

Quando muito poderíamos considerá-lo estacionário. Porém, em se verificando um crescente aumento na população e uma elevação do "standard" de vida, principalmente no Distrito Federal, surpreende-nos esse estacionamento.

III — ESTOQUES DE AÇUCAR

Os estoques no Distrito Federal são também elementos de estudo. No decênio, encontramos anos com avultados estoques, que exerciam a função especuladora após o esgotamento dos estoques do Norte. A especulação então tornava-se desenfreada, logrando o distribuidor-especulador grandes proventos, após o sacrifício da produção que se via na contingência de vender na manobra baixista o seu produto.

Hoje não existe a especulação. Mas, o ínfimo estoque de 58.451 sacos, em 31 de dezembro de 1935 e de 57.615 sacos, em 31 de dezembro de 1934, denota a falta de cooperação entre a produção e a distribuição. Melhor dito, o semi-alheamento da distribuição do Distrito Federal, ao serviço da defesa comercial da produção.

Os estoques, em números índices, considerado o valor de 100 para 1925, se apresentam da seguinte maneira:

1925	100
1926	285,2
1927	158,5
1928	127,9
1929	325,0
1930	253,1
1931	119,3
1932	114,8
1933	110,9
1934	48,7

Comparando-se os estoques de 1925, com os de 1935, temos:

1925	=	100
1935	=	49,6

Finalmente, comparando-se os estoques do decênio 1925-34 com os de 1935, temos:

1925-34	=	100
1935	=	31,9

A queda foi por demais abrupta. . .

(1936)

ASPECTOS DE ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Sob um aspecto geral, a atividade agrícola no Norte açucareiro pode ser considerada empírica. Trabalha-se com o único fito de se conseguir matéria prima para ser esmagada nas moendas. Visa-se frequentemente o volume da produção em açúcar, sendo todos os cálculos calcados no montante de quilos produzidos.

Sempre e com razão, julgamos exagerada a super-industrialização da indústria do açúcar. Demos um grande salto do pequeno banguê a vapor, à água e de almanjarra, para as Centrais.

O advento era necessário, mas houve aceleração. E os efeitos, temo-los no esquecimento completo da parte agrícola pelo industrial, que devotava toda a atenção à sua fábrica.

Depois que os preços do açúcar se aviltaram, que se desencadeou o desentendimento entre fornecedores de cana e usineiros, uma nova orientação veio presidir à diretriz do industrial. No cômputo das contas de fornecimento, agravadas e elevadas pela débacle, e no preço de 14\$000 por sacco, correspondendo a cerca de 8\$000 por tonelada de cana, sujeita a todos os gastos, de plantio até enchimento de carro, à taxa de sacrifício de demerara, à descontos de "cana branca", à renda de 15 a 30% sobre a produção bruta do aforamento da terra, viu o

usineiro que não devera ser unicamente industrial e sim também agricultor. Os prejuizos foram tremendos e a lição enérgica. O novo ciclo se iniciou: o da fazenda plantadora. Com este acontecimento começa a surgir um assunto de interesse coletivo, aliás, bem pouco estudado, porem, digno de atenção. A organização dos serviços de campo. A sistematização do trabalho, que ponha o industrial-agricultor perfeitamente ao par de quanto dispende por uma "conta", por "tarefa", por hectare. O quanto lhe custa uma tonelada de cana. Quanto gasta com as diversas operações de roçagem, plantio, limpas, corte, "cambito" e enchimento. Quanto lhe custa uma tonelada de cana, plantada e limpa rotineiramente à enxada e com arado, grades e cultivadores.

Essa organização, quer queiram ou não, tem de apresentar semelhança com a organização industrial, com a organização científica do trabalho. Há problemas do sistema de Taylor que terão de ser estudados e situados na indústria agrícola. O estudo elementar dos tempos. A remuneração do trabalho — o salário — analisado nas diversas modalidades. O sistema diferencial de Taylor terá de servir de base para uma justa e equitativa remuneração. Com a determinação exata do mínimo absoluto de tempo para a execução dum trabalho, poder-se-á encontrar o preço, de acôrdo com o nível de tempo atingido e perfeição do serviço.

Naturalmente, a organização dos serviços de campo não poderá ser tão rígida como a industrial, como a idealizada e executada por Frederico Winslow Taylor.

Ademais, temos um fator em nosso desfavor. O grau de atraso, de doença, de nomadismo de nossas populações rurais. Porem não se deverá

cruzar os braços e deixar que o custo de uma tonelada de cana seja elevada, como um mal necessário.

Se o fenômeno que nos coloca nesse plano inferior pode ser modificado mesmo fracamente, em suas condições iniciais, teremos então efeitos de grande amplitude. Assim, uma organização judiciousa, simples, controlada, nos dará como efeito, uma baixa sensível no custo da tonelada de cana.

Está claro que essas organizações serão difíceis, quando não inviáveis, nos casos em que a Usina não fôr a exploradora dos seus terrenos. Por maior que seja o contrôle e fiscalização, no caso dos fornecedores, escapará ao cálculo do custo de produção o preço justo e exato da tonelada de cana..

Damos a conhecer um tipo de organização de serviços de campo, resultado de inúmeras observações e de trabalhos deste gênero já presenciados e estudados.

Em geral, existe a Gerência, controladora, que divide sua ação em Administração e Fiscalização.,

A — ADMINISTRAÇÃO

1 — Chama-se uma Administração, Engenho ou Capitania, uma área variando de 1.000 a 4.000 toneladas de produção anual. Se não há motivos de ordem administrativa, o ideal é a área para 3.000 toneladas, devido à diminuição de custo unitário, da taxa reservada ao pessoal propriamente de administração.

A administração é ocupada por um administrador nomeado pela Gerência, à qual tem que prestar contas de tudo que ocorre no seu engenho.,

A orientação da administração é da Gerência, com a execução feita pelo funcionário desse depar-

tamento, que tem o direito de livre escolha dos cabos de eito.

Aos sábados, o administrador se apresenta ao Gerente, sendo este cientificado de tudo que ocorreu durante a semana no seu engenho, de acôrdo com os dados trazidos pelos apontadores, fiscais de tarefa, de moagem e examinador de canas. Essas informações ficam consignadas num livro especial, com o título de Administração.

Neste dia, o administrador recebe a importância dos gastos da semana, de acôrdo com as apurações feitas pelo escritório.

A folha do sábado é feita por cálculo, sendo regularizada na semana seguinte.

2 — Tarefa é uma área de 3.025 metros quadrados, ou 625 braças quadradas, quando possível tendo 25 braças de cada lado. Tal área é entregue a um ou mais trabalhadores para execução dos serviços de roçagem, encoivramento e limpas. No caso do plantio ser de arado ou sulcador, o terreno deverá ser entregue após o plantio. Se se der o caso do plantio à enxada, e em covetas, o trabalhador poderá executá-las, cabendo porem sempre à Usina, o plantio.

O serviço por tarefas é dirigido pelo cabo de tarefas, debaixo das ordens do administrador. Se a administração não comportar um cabo de tarefas, então esse serviço será feito pelo próprio administrador.

Essas áreas destinadas ao serviço por tarefas, deverão estar determinadas. Facilmente isso se consegue, por intermédio do esquadro do Agrimensor, que simplifica o serviço, uma vez que é preciso

unicamente tirar linhas perpendiculares acompanhando o terreno, e medir as 25 braças em cada lado.

Os quatro pontos dos ângulos retos que delimitam a área, são marcados por uma coveta onde é plantado um pé de pinhão ou palma ou mesmo é assinalado por um marco.

Ao entregar ao trabalhador uma tarefa, o administrador fornece um talão, discriminando o serviço, o preço e data do seu início. Uma tarefa somente poderá ser consignada na folha do pagamento, quando o talão estiver legalmente assinado, pelo administrador, pelo fiscal das tarefas, e visado pelo apontador.

No talão virá a opinião do fiscal de tarefas sobre o preço e perfeição do serviço executado. As tarefas julgadas caras ou mal executadas são inscritas pelo encarregado da escrituração das despesas, em livro especial, no título do engenho. As mal executadas recebem multa a critério do administrador, multa esta também consignada naquele livro especial. Se houver omissão da multa por parte do administrador, o escritório multará, tomando em consideração a classificação do fiscal, de "regular", "sofável" e "ruim".

Outro mérito do livro especial é o de julgar do interesse, vigilância, equidade e fiscalização, tanto do administrador, como do fiscal de tarefas.

3 — A moagem está a cargo de um cabo de "palha", que dirige o serviço de corte e transporte de cana. Conta e recebe os centos de feixes de canas dos cortadores. Fornece as fichas de viagens aos cambiteiros que terão assim controlado o seu serviço de transporte. Diariamente faz a folha dos

cambiteiros e cortadores, entregando-a ao administrador.

4 — Ficam ainda afetos à administração do engenho os serviços de construções rurais, cercas, transporte de material, etc.

Está assim delineado o serviço propriamente a cargo do administrador do engenho ou capitania.

Para contrôle dessas atividades, o conhecimento diário ou constante do que ocorre nas administrações, possui a Gerência uma Fiscalização.

B — FISCALIZAÇÃO

Essa parte essencial de contrôle, fica diretamente subordinada à Gerência, com a qual possui contacto diário.

A fiscalização é feita:

1 — Pelos apontadores. — Residem na Usina, indo diariamente à tarde, à Gerência. Tem como função, apontar e fiscalizar o pessoal diarista, de eito, corte, cambito e serviços diversos, consignados e descritos na parte da Administração.

Trazem do campo, a folha diária do eito e da moagem. Com o ponto diário de cada engenho, o escritório levanta semanalmente as despesas de cada administração depois de conferir com a folha enviada pelo administrador, para efeito de cotejo.

Os apontadores constataam as tarefas em execução, passando o visto no respectivo talão, visto este que somente poderá ser passado dentro do pró-

prio serviço e de forma alguma não é atestado de término de serviço e sim sua constatação.

Compete ainda aos apontadores trazerem, uma ou duas vezes por semana, a folha das tarefas executadas, acompanhada dos respectivos talões.

Finalmente, é função dos apontadores a verificação da relação entre a cana cortada e o transporte; se a cana cortada não está demorando na palha, etc.

2 — Pelos fiscais de tarefas. — Cada fiscal de tarefas reside na sua própria secção, e tem por função essencial, constatar, examinar, conferir e receber as tarefas executadas. Autenticam o recebimento, o visto e a assinatura do fiscal no talão de tarefa, na parte reservada para isto, ficando em poder dele, a segunda via, que é remetida para a Usina. Independentemente desta assinatura, o fiscal pode ter passado o seu visto no verso do talão, como sinal de verificação provisória, não tendo porem o valor de recebimento.

Uma das obrigações do fiscal de tarefas é medir constantemente os serviços executados pelos eitos de sua secção, enviando o talão de serviços de eito para a Usina, demonstrando ainda por quanto saiu o serviço assim executado e por quanto sairia se executado por tarefas.

Uma vez por semana o fiscal vem à Usina se entender com a Gerência, afim de ser orientado e fazer uma explanação verbal e ampla do serviço feito e a executar.

Esse comparecimento ao escritório será em dia diferente do do comparecimento do administrador.

3 — Fiscais de moagem. — Pelo próprio título logo se induz, não ser um serviço permanente

de campo. Tem o seu início com o início da própria moagem.

Há duas espécies de fiscais de moagem:

a) — O “examinador de canas”, com residência na Usina, tendo como função, percorrer as safras pendentes ao corte e munido do refractômetro de Zeiss, autorizar a abertura dos cortes, nos canaviais que hajam atingido o “standard” de maturação. É ainda de sua alçada percorrer os cortes abertos nos canaviais, para exame das canas na palha, e se certificar da sua real maturação. Finalmente, observar se não existem canas velhas na “palha”, se o transporte é eficiente e econômico, se o número de viagens pagas ao cambiteiro confere com a distância percorrida.

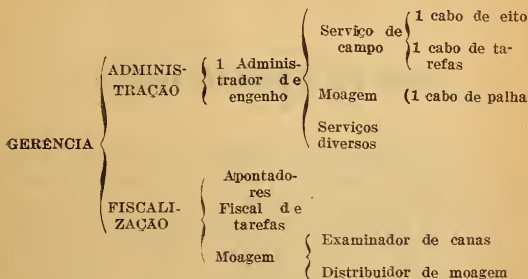
Depois, diariamente, à tarde, fornecer à gerência, um mapa dos cortes, e canaviais percorridos, anotando suas observações e irregularidades encontradas.

b) — O “Distribuidor de moagem”. — Viajando sempre de estrada de ferro, tem por função essencial, instruir diariamente a Gerência da quantidade de cana nos “pontos”. Se as canas foram cortadas recentemente. Distribuir diariamente os carros que cabem a cada engenho, de acôrdo com o mapa semanal, dado pela Gerência com a quota diária de cada engenho ou administração e também com o estoque existente cortado.

Fiscaliza o enchimento dos carros anotando todas as irregularidades observadas, como feixes com atilhos, canas com raizes, filhação muito nova, etc.

Esse distribuidor de moagem fornece diariamente, uma folha com todas essas observações.

Resumindo essa organização num quadro sintético, poderemos analisar com mais precisão, as divisões e sub-divisões do trabalho:



Em linhas gerais, sujeito a modificações de acôrdo com o sistema de trabalho, zonas e meio, o modelo de organização de serviço de campo é variável. Porem, a base, é esse contrôle que a Gerência pode obter.

Com organizações de campo, conheço êxito nas Usinas Catende, Roçadinho e Santa Terezinha, em Pernambuco e nas Usinas Brasileiro, Central Leão e Sinimbú, em Alagoas.

Com organizações semelhantes será possível se levantar uma contabilidade agrícola real, e o agricultor se livrará da rotina em que se atola concientemente, vítima do fatalismo incompreensível do "mal necessário". Deixaremos então de ouvir ser impossível se obter o preço exato de uma tonelada de cana. Estamos já numa época em que o trabalho deve ser técnico e racionalizado.

CUSTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Com a indústria açucareira ocorreu o que ocorre com todo país que, tendo vivido sempre da lavoura, se vê, pelas contingências da concorrência e do momento, na obrigação de se industrializar, para não perecer. E no afan de logo conquistar posição, postergando para um segundo plano a questão que deverá ser primordial, cuidamos de aperfeiçoamento industrial, quase que unicamente. A questão primordial da matéria prima, só a grande crise de 1929 veio despertar. Começou-se a cuidar seriamente da lavoura canavieira. A renovação dos canaviais do Norte e do Sul fez-se e se continua fazendo sistematicamente, substituindo variedades há dezenas e dezenas de anos se reproduzindo agamicamente, o que vale dizer, que a possibilidade de enfraquecimento se acentua mais.

A racionalização do trabalho agrícola também é um dos frutos da crise, com a rotação de culturas nos terrenos há anos plantados com cana, com a mecanização, e com a prática de adubação, que o velho e sutil cronista Henry Koster, na época ainda do Brasil colonial, preconizava, dizendo claramente:

“Os agricultores brasileiros não chegaram ainda ao tempo, que todavia não



está longe, em que hão de ser obrigados a estrumar a terra”.

Enfim, a crise forçou a racionalização, com o aperfeiçoamento da contabilidade agrícola, que dá o conhecimento perfeito, integral, do custo de produção da tonelada de cana.

E, inquestionavelmente, a usina Leão, localizada no Estado de Alagoas, leva a vantagem de muitos anos, sobre muitas usinas do país, pela perfeição de sua organização agro-industrial.

Naturalmente é preciso ressaltar que o fato de aumentar o custo de produção de um ano para outro, longe de demonstrar falta de organização, denota a verdade do controle, pois que o custo de produção aumenta, quando atuam fatores vários, como inconstância pluviométrica, falta de braços, etc. É claro, pois, que, numa mesma área, a produção pode oscilar bastante, fazendo também oscilar os preços de custo por tonelada de cana.

Possue a Central Leão, 18 engenhos ou fazendas, nos quais controla todo o trabalho agrícola. Na análise dos números que serão indiscutivelmente de grande atualidade, terá o agricultor encontrado um modelo de organização, que será um valioso subsídio para novas organizações racionalizadas que se iniciem:

Divide-se a contabilidade agrícola, referente às safras 1932-33 e 1933-34, em:

- 1 — “Resumo das Despesas”;
 - 2 — “Canas de Planta e de Socas”;
 - 3 — “Médias das Despesas por Tonelada de cana”;
 - 4 — “Média do preço de cana por Tonelada”.
- O título “Resumo das Despesas” se subdivide em:

- a) — “Culturas”;
 b) — “Administração geral”;
 c) — “Colheitas de Canas”;
 d) — “Totais”.

1 — RESUMO DE DESPESAS
 Safra 1932/33:

<i>Engenhos</i>	<i>Culturas</i>	<i>Administração geral</i>	<i>Colheitas de canas</i>	<i>Totais</i>
Utinga	3:614\$200	2.982\$940	2.001\$300	8:598\$440
Garça Torta . . .	23:156\$300	12:736\$560	7:554\$000	43:446\$860
Pinto	22:450\$400	17:631\$750	6:867\$500	46:949\$650
Ligação	37:137\$014	15:432\$800	9:696\$750	62:266\$564
Primavera	20:489\$020	7:919\$250	11:121\$800	39:530\$070
Campinas	19:877\$200	19:380\$590	10:537\$600	49:795\$390
S. Sebastião . . .	12:772\$600	7:031\$600	7:385\$000	27:189\$200
Retiro	25:758\$200	18:362\$610	13:150\$400	57:271\$210
Boa Paz	19:748\$400	15:147\$630	6:107\$200	41:003\$230
Tabocal	28:378\$550	20:972\$050	7:100\$400	56:451\$000
Duarte	23:810\$750	17:980\$150	6:283\$500	48:074\$400
Sítio Nicho	25:942\$300	18:343\$150	8:094\$500	52:379\$950
Uruçú	20:927\$400	17:532\$800	3:346\$800	41:807\$000
Bom Regalo	23:440\$500	21:436\$650	8:050\$300	52:927\$450
R. das Pedras . . .	28:305\$500	21:432\$750	10:430\$200	60:168\$450
Jacinto	32:309\$200	18:770\$360	10:532\$200	61:611\$760
Antas	27:461\$400	13:499\$460	5:869\$500	46:830\$360
	395:578\$934	266:593\$100	134:128\$950	796:300\$984

O título “Canas de Plantas e Socas” se divide em:

- e) — “quilos” — significando o volume de colheita;
 f) — “Réis” — subentendendo-se o valor da produção.

2 — CANAS DE PLANTAS E SOCAS

Safrá 1932/33:

ENGENHOS	QUILOS	R E I S
Utinga	1.059.390	16:27\$400
Garça Torta	4.361.940	64:83\$400
Pinto	3.114\$160	50:350\$600
Ligação	4.501.700	71:977\$300
Primavera	4.853.980	91:347\$200
Campinas	5.503.580	101:612\$800
S. Sebastião	3.478.020	54:365\$200
Retiro	5.886.630	91:326\$800
Boa Paz	3.388.080	49:939\$400
Tabocal	3.392.120	53:024\$200
Duarte	2.889.600	43:707\$800
Sítio Nicho	3.001.970	51:339\$900
Uruçú	1.325.980	20:230\$000
Bom Regalo	3.787.290	62:983\$000
R. das Pedras	3.553.200	61:326\$800
Antas	2.455.720	43:157\$200
Jacinto	3.484.010	58:204\$600
	60.017.370	1.224:321\$460

3 — MÉDIAS DAS DESPESAS POR TONE-

LADA DE CANA

Safrá 1932/33:

Engenhos	Culturas	Ad. geral	Colheita	Total
Utinga	3\$412	2\$816	1\$889	8\$117
Garça Torta	5\$309	2\$920	1\$732	9\$960
Pinto	7\$209	5\$662	2\$205	15\$076
Ligação	8\$250	3\$428	2\$154	13\$832
Primavera	4\$221	1\$631	2\$291	8\$143
Campinas	3\$612	3\$521	1\$915	9\$048
S. Sebastião	3\$672	2\$022	2\$123	7\$817
Retiro	4\$376	3\$119	2\$234	9\$729
Boa Paz	5\$829	4\$471	1\$803	12\$103
Tabocal	8\$366	6\$183	2\$093	16\$642
Duarte	8\$240	6\$222	2\$174	16\$636
Sítio Nicho	8\$642	6\$110	2\$696	17\$448
Uruçú	15\$784	13\$222	2\$524	31\$528
Bom Regalo	6\$189	5\$660	2\$126	13\$975
R. das Pedras	8\$011	6\$066	2\$952	17\$029
Antas	11\$183	5\$497	2\$390	19\$070
Jacinto	9\$274	5\$387	3\$023	17\$684
MÉDIA	6\$591	4\$441	2\$235	13\$267

O título “Médias das despesas por tonelada” de cana, nos instrue perfeitamente sobre o lucro agrícola, no qual sómente não estão incluídos os juros sobre o capital empatado na exploração agrícola e no custo da terra.

4 — A MÉDIA DAS DESPESAS POR TONELADA DE CANA

Em 1933/34 as despesas por tonelada de cana foram:

I — Cultura	6\$050
II — Administração Geral . .	5\$067
III — Colheita	2\$324
IV — Total	13\$441

Na análise dos números da safra 1932/1933 verificamos que 49,8% das despesas pertencem à parte propriamente de cultura agrícola, 33,4% à Administração geral e 16,8% à colheita.

Na safra 1933/34, a distribuição do custo total da tonelada de cana pelas três rubricas, é a seguinte:

Cultura agrícola	45,1%
Administração geral	37,7%
Colheita	17,2%

Comparando os números apresentados dos dois anos, constatamos que na designação “Cultura” houve uma redução de 8,2%, enquanto a “Administração geral” subiu de 14% e a “Colheita” também subiu de 3,9%.

À margem desses números em que comprovamos de maneira exuberante a racionalização e a organização de trabalho que consideramos "Standard", podemos observar que não é privilégio de determinadas zonas do país, a obtenção de tonelada de cana, a baixo custo. Analizando os dados do capítulo intitulado "Médias das despesas por tonelada de cana" encontramos por exemplo a média de despesa do engenho São Sebastião de 7\$817, sendo:

a) — Cultura	3\$672
b) — Administração geral	2\$022
c) — Colheita	2\$123

Encontramos ainda os seguintes dados para os engenhos Utinga e Primavera:

	<i>Utinga</i>	<i>Primavera</i>
a) — Cultura	3\$412	4\$221
b) — Administração geral	2\$816	1\$631
c) — Colheita	1\$889	2\$291
	8\$117	8\$143

Mas, encontramos também altos custos por tonelada como no engenho Uruçú, atingindo até 31\$528, com as seguintes especificações:

a) — Cultura	15\$782
b) — Administração geral	13\$222
c) — Colheita	2\$524

As despesas desse engenho suplantaram por exemplo as do S. Sebastião, em:

a) — Cultura	329,7%
b) — Administração geral . .	553,9%
c) — Colheita	18,8%

Esses números demonstram que em toda organização agrícola há custo de produção oscilando de engenhos para engenhos, onde condições locais, topográficas, geográficas, agrológicas e até meteorológicas, fazem modificar sensivelmente as despesas.

Positivando com números essas diferenciações, estampamos como exemplo e talvez pela primeira vez na literatura agrícola do Brasil com tanto detalhe, as despesas por tonelada de cana, relacionando todas as operações agrícolas. As despesas dos engenhos Garça Torta e Ligação, em “cultura” e “administração geral”, durante a safra 1933/34, foram:

	POR TONELADA DE CANA	
<i>Cultura</i>	<i>Garça Torta</i>	<i>Ligação</i>
1) — Brocar	\$062	\$279
2) — Encoivarar	\$016	\$138
3) — Tocos e pedras	\$027	\$022
4) — Arar	\$591	\$611
5) — Plantar	\$549	\$896
6) — Estrumar	\$485	\$333
7) — Replantar	\$227	\$154
8) — Drenar	\$203	\$361
9) — Limpar plantas	1\$771	1\$815
10) — Limpar socas	2\$312	1\$788
11) — Irrigar	\$025	1\$875
	<hr/>	<hr/>
	6\$268	8\$272

Administração geral:

12) — Pasto	\$092	—
13) — Roçado	\$040	\$012
14) — Estrebaria	—	\$411
15) — Trato animais	\$003	—
16) — Arreios	—	—
17) — Tratores	\$098	\$784
18) — Serviço animais	1\$465	\$557
19) — Materiais	\$165	\$253
20) — Cons. Mat. Agrícola	\$577	\$453
21) — Cons. casas	\$364	\$508
22) — Cons. Estradas e Pontes	\$063	\$041
23) — Doentes	\$211	\$085
24) — Diversos	\$475	\$330
25) — Vigia	—	\$383
26) — Salário	1\$148	2\$539
27) — Limpeza rios	—	—
28) — Gratificações	—	—
29) — Bonificação	—	—
	<hr/>	<hr/>
	4\$701	5\$760

<i>Resumo:</i>	<i>Garça Torta</i>	<i>Ligação</i>
I) — Culturas	6\$268	8\$272
II) — Administr. geral	4\$701	5\$760
III) — Colheitas	1\$779	2\$414
	<hr/>	<hr/>
	12\$748	16\$446

Enquanto no engenho Garça Torta, no título "Culturas", encontramos a maior despesa no ítem 10 — Limpa e socas — com 2\$312 por tonelada de cana, no engenho Ligação o ítem 11 — Irrigar — tem a primazia com 1\$875, seguindo-se-lhe com

1\$815 o item "Limpar plantas" e após com 1\$788 o item "Limpar socas".

No título "Administração geral", a maior despesa no engenho Garça Torta foi a efetuada no item 18 "Serviço animais" com 1\$465 e depois no item 26 — "Salário" — com 1\$148. No mesmo título, no engenho Ligação, a maior despesa foi a ocorrida com "Salários" 2\$539, seguindo-se-lhe "Serviços animais" com \$557.

Positiva-se pois a particularidade de cada propriedade, de cada engenho, na distribuição das despesas por tonelada de cana.

Verificamos já que as despesas com uma tonelada de cana até a colheita em 1932/33 foi de 13\$267 e em 1933/34 foi de 13\$441. E a "média do preço da cana por tonelada" representando o valor de aquisição em 1932/33 foi de 16\$428 e em 1933/34 de 23\$000. Quer dizer que para um trabalho essencialmente organizado como o da Usina Central Leão, em 1932/33, o lucro por tonelada de cana foi de 3\$161; em 1933/34 subiu o lucro, para 9\$559. Há a notar porem, que nos gastos não foram computadas as despesas de transporte ferroviário, os juros sobre o capital empregado na agricultura e os juros sobre o valor da terra. Também não houve incidência de taxas e impostos vários, que gravam a terra e a produção.

Finalmente, um último elemento de comparação, nos dão os valores médios do preço da tonelada de cana, nas duas safras 1932/33 e 1933/34, que foram respectivamente de 16\$428 e 23\$000. Talvez no ano de 1932/33, tenha sido de poucas usinas — plantadoras — que lograram lu-

eros agrícolas, pois, o conseguiu de 2\$987 por tonelada.

Calculamos para a Usina Leão uma eficiência de 30% sobre a média dos produtores de cana do país, pois que tem seus serviços perfeitamente controlados, trabalhos agrícolas mecanizados, 40 a 50% de canas javanesas, irrigação, adubação, etc. Quer dizer que majorando os preços obtidos por tonelada de cana na Central Leão, de 30%, teremos a média de preços dos demais agricultores. Portanto os preços que podemos tomar como básicos para a média de tonelada de cana são de 17\$247 em 1932/33. Conclue-se, pois, que o ano de 1932/33 apresentou, para a agricultura canavieira de Alagoas, um "déficit" de \$819 na parte exclusivamente agrícola. E esta conclusão nos revela o drama pungente do açúcar, desde 1929, pois que as dívidas se generalizaram para os que tinham por base de sua vida a exploração agrícola. As despesas particulares do agricultor da cana teem de sair do próprio valor da cana. Foi o caos que imperou desde 1929 e se acentuou com menor intensidade em 1932/33. Em junho de 1933, o Governo que já vinha intervindo desde 1932, trouxe com o Instituto do Açúcar e do Alcool uma situação de mais desafogo. E a média dos preços por tonelada de cana sobe de 1932/33 para 1933/34, de 40% ou de 6\$572. E em vez do "déficit" como em 1932/1933, encontramos sobre a média das despesas para a grande maioria dos agricultores, um lucro de 5\$527 por tonelada de cana. Para a Central Leão esse lucro agrícola subiu para 9\$509. É plenamente justificavel o lucro, pois se ela paga pela tonelada de cana de seu fornecedor o preço de 23\$000, a matéria por ela própria produzida deve ter o mesmo valor. (1936)

UM PROJETO FRUSTRADO

Não sabemos a que atribuir o verdadeiro sentido do incrível projeto n. 62, sobre a transferência de usinas de um Estado para outro. Patriotismo queremos crêr que não seja. Porque provocar o desequilíbrio econômico de zonas brasileiras, ocasionar o pauperismo de regiões, desorganizar o ambiente social com a paralização do trabalho, unicamente para servir os interesses injustos de uma outra região, não representa obra de brasilidade. Classificamos de interesses injustos porque a região que se pretende agora beneficiar jamais sofreu as agruras das inúmeras crises que teem assoberbado a indústria açucareira do Brasil. Compulse-se a História Econômica do Açúcar, que é a da própria formação econômica do Brasil, e verificar-se-á o trabalho gigantesco dos nossos antepassados, lutando contra o meio, contra o gentio, contra o especulador, contra a rotina, a política, a Metrópole, para construir a indústria açucareira. E, de acôrdo com a capacidade de trabalho, com o clima, com o solo, com a distribuição geográfica das zonas de produção, fomos tendo estruturada a feição típica, característica da economia de cada região. Foram tais ocorrências que deram a contínua supremacia de Pernambuco desde a época colonial até os nossos dias, na produção de açúcar.

Como em Pernambuco, em diversos outros centros de produção, a cultura predominante foi a da cana de açúcar. Porém, essa formação não foi imposta, não foi decretada, não foi artificial. Foi, sim, uma conquista, e dura conquista. São inenarráveis os efeitos das crises de quase um século, no XVIII século. As intermitentes do século XIX, as do princípio de século XX, as do período governamental de Epitácio Pessoa e finalmente, a de 1929, a mais aguda e a mais profunda. E ao se iniciar essa nova crise, ainda nessa região, que querem premiar — o Paraná — não havia usinas de açúcar. Entrou, nessa época, toda a indústria básica do Brasil, num estágio de miséria, de penúria. Foi preciso a ação do Governo Provisório, em 1932, e o fortalecimento da legislação com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, para que podessemos, a pouco e pouco, buscar a normalidade. E, ainda hoje, a-pesar-de concretizada a defesa da produção, os sacrifícios são de vulto. Basta citar que na safra 1935/36, Pernambuco e Alagoas exportaram 1.727.503 sacos para o exterior, correspondendo a 26\$986 por saco, o que representa sobre o preço atual um prejuízo de 20.754:197\$014 para os produtores daqueles Estados. Essa exportação é um índice de que ainda temos uma produção excedendo à capacidade normal de consumo.

Passemos a analisar o projeto n. 440, de 1935, que tomou na presente legislatura o n. 62, e que é a redação para discussão especial de uma emenda apresentada pelo deputado Francisco Pereira ao projeto n. 142-A, de 1935, já transformado em lei.

O projeto incrível está assim redigido:

“Artigo 1.º — Mediante indenização que livremente acordarem com os seus fornecedores, po-

derão as usinas reduzir ou suprimir as quotas de fornecimentos de cana a que são obrigadas pela legislação em vigor, não prevalecendo, nesse caso, para o fornecedor, a faculdade de que trata o parágrafo único do artigo 4.º do decreto número 24.749, de 14 de julho de 1934, mesmo que a usina, em consequência, seja fechada ou removida para outro local.

Artigo 2.º — As usinas que, na forma do artigo 1.º, obtiverem de seus fornecedores de cana a supressão integral de seus fornecimentos, poderão ser removidas, total ou parcialmente, para qualquer outro ponto do território nacional, sem prejuízo das quotas de produção que lhes cabem pela legislação em vigor, podendo também transferir suas quotas de produção ou parte delas à outra usina já existente no país”.

Os que assinaram tal projeto desconhecem completamente a realidade da vida agrícola dos centros de produção de açúcar. Inúmeras zonas de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba e de Campos, principalmente nas várzeas úmidas, sujeitas a inundações periódicas, de alto coeficiente de acidez, quer dizer de baixo pH, de composição humo-argilosa e, muitas vezes, de sub-solo impermeável, só mesmo a cultura canavieira medra. É poesia, é falta de conhecimento completo do assunto, apregoar-se em determinadas zonas a policultura, o abandono da cultura canavieira por qualquer outra. Cito os vales do Goiana, do Serinhaem, do Una, do Jaguaribe, em Pernambuco; o do Paraíba, na Paraíba do Norte; o do Camaragibe e do Coruripe em Alagoas; os do Recôncavo da Baía e do Paraíba do Sul, no Estado do Rio, nos quais sómente a gra-

mínea pode apresentar uma justa remuneração ao trabalho, pelas condições agro-geológicas e topográficas.

E, se cumprindo a letra do projeto, tal calamidade de transferência de usinas dessas zonas fosse permitida, brusca transformação de um centro de trabalho, palpitante de vida e cheio de movimento, se operaria, com o mato invadindo as várzeas e ladeiras, com o êxodo dos que podessem conseguir a colocação em outras regiões, e com a miséria negra dos que ficaram sem trabalho porque, que agricultura iríamos ter? Estaríamos caminhando para o drama norte-americano e europeu do "chômage".

Do norte, principalmente, o aspecto do fornecimento de cana escapou à perspicácia dos membros da Comissão de Agricultura, que em novembro de 1935 assinaram o projeto.

Há fornecedores com produção até de 15.000 toneladas anuais, há a usina-plantadora e há fornecedores que são sócios da usina. Que mudança de cultura poderia se processar no primeiro caso, que satisfação teriam que dar o usineiro-plantador, ou os sócios-plantadores da usina, com a transferência da fábrica? Iríamos ter o empobrecimento de toda uma região. Quer dizer que, no caso de ser aceito o projeto número 62, seria uma injustiça social para com os trabalhadores.

Finalmente, além da economia do Estado a ser atingida, inúmeros seriam os prejudicados por tão nefasta medida. Um saco de açúcar no Estado de Pernambuco tem as seguintes despesas médias, desde que sai da fábrica até chegar no Distrito Federal:

1. DIREITOS:

a)	— Imposto de 8 por cento sobre o valor do açúcar à base de 39\$000	3\$120
b)	— Adicionais de 20 por cento	\$640
c)	— Imposto Especial a \$100 por saco	\$100
d)	— Taxa de Ensino, 1 por cento sobre o valor pago à Recebedoria	\$040

2. DOCAS:

e)	— Mil e quinhentos réis por tonelada c/2 por cento de Previdência	\$100
f)	— Entrada nas Docas	\$100

3. DESPACHANTE:

g)	— Comissão	\$300
----	----------------------	-------

4. FRETES:

h)	— Frete médio até Recife com carretos	2\$500
----	---	--------

5. IMPOSTOS ESTADUAIS:

i)	— Imposto de 5 réis por quilo	\$300
j)	— Imposto à Prefeitura de \$060 por tonelada de cana	\$040
k)	— Impostos de Balança e de Classe	\$006

l)	— Imposto territorial de 5\$000 por cento sobre o valor da propriedade calculando-se esse valor de 100:000\$ e produção de 2 mil toneladas	\$016
----	--	-------

6. FRETES MARÍTIMOS:

m)	— Frete marítimo até o Distrito Federal	4\$810
n)	— Caridade: 1 por cento	\$040

7. S E G U R O .

o) — Premio por sacco	\$276
p) — Imposto por sacco	\$030
q) — Selos por sacco	\$800
	<hr/>
	13\$218

Não se computando os impostos federais e corretagens, o açúcar de Pernambuco subdividido em todas essas pequenas verbas dá trabalho e subsistência a muitos milhares de pessoas e estabilidade à vida financeira do Estado. Supondo-se possível a transferência das usinas, fica patenteado o prejuizo do Estado, o prejuizo do município, do comércio, das Docas, das Companhias ferroviárias e marítimas, dos operários de transportes terrestres; em suma, seria decretar a falência dos Estados exportadores de açúcar que tem nesse produto o motivo de sua relativa prosperidade.

Dos fatos expostos se deduz a verdadeira miopia do sr. deputado Delfim Moreira, cujo parecer é tão absurdo nas conclusões, quanto o próprio projeto.

Dizer que “a prosperidade da indústria açucareira não pode exigir, como base de sua estabilidade, que as usinas permaneçam nas zonas em que elas se acham” é considerar um único elemento de análise — a máquina, a fábrica. Mas esqueceu o senhor deputado Delfim Moreira o esforço desse batalhão preto e crioulo que sustenta a economia brasileira com o seu trabalho diário, incansavelmente cavando a terra fértil e dadivosa, plantando a semente, limpando a cana, cambitando e transportando-a para a esteira da moenda. Esqueceu o ilustre deputado o operário brasileiro de nossas fábricas de açúcar, espalhado desde a moenda à

turbina. E esqueceu também todos os que vivem indiretamente da indústria açucareira. E esse bem-estar, esse trabalho persistente e contínuo de todos é que deve ser considerado, com a sua estabilidade, como prosperidade da indústria.

E mais contristadora é a afirmativa constante no mesmo parecer de que “não se fere de morte a economia de uma zona produtora quando o usineiro retirante indeniza o lavrador dos prejuízos que a sua retirada ocasionar, deixando-o com recursos indispensáveis para dotar a região de outras fontes de produção e de riqueza”. É o caso de perguntar por que São Paulo não derruba os cafezais que lhe trazem superprodução e não tenta dotar os campos desocupados com essas outras fontes de produção e de riqueza preconizadas pelo sr. Delfim Moreira. Por que o Amazonas não se livra da seringueira que lhe traz o onus da desvalorização da borracha, tentando outra cultura que lhe dê aquela antiga projeção? Isto não acontece porque somente poderá ocorrer à imaginação fértil de quem vislumbra no amparo nacional da economia açucareira, um germen imaginário, inexistente, de desunião e desharmonia entre os Estados.

(1936)

O BANGUÊ EM ALAGOAS

Em Alagoas, há os três estágios da evolução da indústria açucareira.

O engenho de "bestas" e o de "bois" ainda existem. O número de banguês movidos a água e a vapor está acima de meio milhar, contrastando com usinas de tipo padrão.

Dos primeiros, sabemos da existência de diversos, porem tivemos a oportunidade de ver dois, sendo um nos confins do município de S. Luiz de Quitunde e o outro a menos de um quilômetro da histórica e velha cidade de Porto Calvo.

Engenhos banguês movidos a água e a vapor, estão inscritos até a presente data, 585, sendo 482 fabricantes de açúcar bruto e 161 de rapadura.

É de todos conhecida a precariedade da indústria açucareira, com as fábricas rudimentares de banguês ou de tachas.

O rendimento é insignificante nestes e por ele poderemos aquilatar a debilidade econômica dos engenhos de "bestas".

Um engenho banguê bem montado consta de um terno de moendas, cujas dimensões oscilam de 16" até 32". A maior que encontramos, foi de 32", com "pé de ferro", funcionando no engenho Porto de Canoas, no município de Capela. Fazem ainda parte do aparelhamento industrial do enge-

nho, as tachas, casas de purgar, encaixamento, secção de retames e destilaria de aguardente.

O número de tachas num engenho varia de 5 a 7. Um engenho possui geralmente 6 tachas, com as seguintes denominações:

- Vaso morto.
- Sub-caldeira.
- Caldeira.
- Caldeirote.
- 2 tachas de cozimento.

Este conjunto é que se chama de assentamento.

O rendimento do engenho de tachas, em média, não excede de 45 quilos de açúcar bruto e 15 quilos de açúcar em mel, por tonelada de cana. A razão é que, além de outros fatores, as moendas sómente extraem de 35 a 55% do peso bruto das canas.

O caldo tem uma densidade de 9° a 11° Baumé.

A primeira tacha recebe o caldo frio e devido à ação branda do fogo, começa a processar a eliminação de impurezas, que são separadas com auxílio da espumadeira de cobre, do diâmetro de quarenta centímetros. Na sub-caldeira, a ação do fogo é mais intensa e nova eliminação é feita.

Depois de descachaçado o caldo, ele é passado por meio de canecos de madeira ou de cobre, para a caldeira, onde é alcalinizado — sem medida — e atuando o fogo mais energicamente, entra em ebulição. Novas impurezas sobrenadam, e são retiradas com uma espumadeira. Ainda na caldeira, quando o caldo aparenta uma relativa pureza, é-lhe adicionado um pouco de azeite de mamona, para baixar a fervura e entrar na fase de evaporação.

Após, o caldo é passado para o caldeirote onde se ultima a limpeza, dosando-o com mais pasta ou

azeite de mamona, entrando então na fase de concentração.

Quando a densidade está entre 20° e 22° Baumé, do caldeirote é o xarope removido para as tachas de cozimento, que recebem o fogo direto da fornalha, pois que ficam em cima da "boca da fornalha".

Depois de completo o cozimento, o xarope passa para a tacha de resfriar, onde demora cerca de 30 minutos, sendo então batido. Meio resfriado, é levado para as formas onde demora 10 dias, escorrendo. É o tipo de açúcar bruto escorrido.

O açúcar bruto purgado, sofre mais uma operação, após escorrido. Cava-se o açúcar na forma, uns 20 centímetros, juntando barro massapê, dissolvido em água. No fim de quatro dias retira-se o primeiro barro, substituindo-o por novo, durante 8 dias. Com mais 15 dias, o açúcar é retirado da forma, quebrado e separado conforme o tipo. O que ocorre com o barro, é uma verdadeira filtração através da argila figulina. Na expressão popular, muitas vezes saborosa, há formas de açúcar, branco, de "cara a cabucho". Inteiramente branco.

O terceiro tipo de açúcar bruto é o de rampa, o inconcebível açúcar de rampa. Ao sair da tacha de cozimento, o xarope passa à rampa de resfriar ou bacia de resfriar, e após vinte minutos de batido, é ensacado, com todo o mel. Encontramos inúmeros carregamentos de açúcar de rampa, ainda quente, baloiçando dentro do saco, escorrendo estrada a fóra. Com menos de um dia de viagem quebra até 10 quilos. Os compradores só o aceitam abatendo de antemão de 25 a 30% do peso do açúcar.

Finalmente, existe ainda o tipo de açúcar de retame, que nem todos os engenhos aproveitam. O

mel escorrido das formas, que muitos despejam nos tanques para distilar, é novamente concentrado nas tachas de retame e após jogado nos caixões, onde fica em repouso. É um tipo muito baixo.

A média de rendimento para um engenho banguê, é de 45 pães de açúcar bruto por hectare ou cerca de 3.600 quilos de açúcar escorrido, acrescido de $\frac{1}{5}$ de açúcar de retame ou 720 quilos por hectare, somando 4.320 quilos.

E se resume nestas simples e rudimentares operações, a primitiva e ainda persistente indústria açucareira do banguê. Resto de uma indústria, hoje fictícia. Existe unicamente, em nossos dias um pouco de vida e um vislumbre do esplendor dos tempos de antanho, em que ser senhor de engenho era atestado de nobreza. Construiu no entanto, ele, a nossa civilização açucareira, legando-nos a própria unidade econômica brasileira.

Mas, o banguê era a fábrica de ontem. E hoje é a época das usinas.

(1936)

ECONOMIA AÇUCAREIRA COMPARADA

Houve uma época em que não se poderia dissociar do pensamento o termo açúcar da paisagem nordestina. Jamais alguém concebeu a possibilidade do deslocamento do centro de gravidade da produção açucareira, do Norte para o Sul. No entanto, uma série de fatores, como a localização geográfica dos centros consumidores, a técnica agrícola mais divulgada no Sul; a renovação completa da semente de cana de açúcar, operando esplêndido ressurgimento das zonas canavieiras de Campos e São Paulo, antes assolados pelo “mosaico”, enquanto em Pernambuco a variedade de cana “man-teiga” exercia um verdadeiro imperialismo; e, finalmente, a anormalidade climática que há dois anos caustica o Nordeste, tudo isto, vem demonstrar exuberantemente a possibilidade do deslocamento da produção, constituindo uma séria advertência aos produtores nortistas.

De todos os mercados de açúcar do Brasil, o do Distrito Federal é o que mais atrai o açúcar do Nordeste, pela mais pronta colocação e pela grande quantidade de açúcar de “usina” quase exclusivamente cristal, que pode absorver.

A-pesar-da excepcional vantagem de liderar a colocação do açúcar no mercado do Distrito Federal, o Nordeste vem perdendo, de maneira im-

pressionante, o seu melhor mercado. Para melhor apercebermos esse fato que tanto afeta a tradicional zona do açúcar, atentemos no volume anual de importação, na distribuição do açúcar de acôrdo com a procedência, e na sua distribuição percentual.

Durante o decênio 1925/34, as entradas de açúcar no Distrito Federal foram de 20.680.467 sacos, de todos os tipos, o que representa uma média anual de 2.068.046 sacos, obedecendo à seguinte distribuição conforme a procedência: Pernambuco, 746.618 sacos; Campos (Est. do Rio), 603.100 sacos; Alagoas, 378.913 sacos; Paraíba, 26.787 sacos; Sergipe, 216.528 sacos; Baía, 70.848 sacos; Diversos, 25.248 sacos.

Calculando-se, sobre o volume médio anual das importações de açúcar no Distrito Federal, as percentagens da distribuição pelas procedências, são: Pernambuco, 36,0%; Campos (Estado do Rio), 29,1%; Alagoas, 18,3%; Sergipe, 10,4%; Baía, 3,9%; Paraíba, 1,2%; Diversos, 1,1%.

O grande produtor de açúcar, o Estado de Pernambuco, ocupa, no decênio, o primeiro lugar, distanciando-se da colocação de Campos em 23,7%. E, excetuando-se Campos, Pernambuco se colocava 3,1% acima da soma de todos os demais concorrentes na distribuição de açúcar no Distrito Federal.

Estudando-se, agora, em relação ao decênio 1925/34, a posição dos Estados nordestinos, durante o triênio 1935/37, podemos concluir, sem receio de crítica, sobre a verdadeira situação das diversas zonas de produção.

A distribuição no ano de 1935 apresenta um aspecto diferente do verificado no decênio. Campos lidera a distribuição, seguindo-se-lhe Pernambuco; e Alagoas praticamente perde o mercado,

tal o decréscimo que afetou a sua exportação para o Distrito Federal. O volume total das entradas foi de 2.059.024 sacos; da seguinte maneira distribuído: Campos (E. do Rio), 795.281 sacos; Pernambuco, 728.603 sacos; Sergipe, 298.393 sacos; Alagoas, 88.934 sacos; Baía, 88.598 sacos; Minas, 10.849 sacos; Paraíba, 6.500; Diversos, 41.856 sacos.

Estudando-se, para melhor clareza, a colocação, de acôrdo com a ordem percentual, temos: Campos (E. do Rio), 38,6%; Pernambuco, 35,3%; Sergipe, 14,5%; Alagoas, 4,4%; Baía, 4,3%; Minas, 0,5%; Paraíba, 0,3%; Diversos, 2,1%.

Patenteia-se, assim, o deslocamento de Pernambuco, pois a distribuição de açúcar de Campos supera a daquele centro de produção de 9,1% em relação à do decênio. A distribuição do açúcar pernambucano em 1935 é inferior de 2,4% à obtida no decênio de 1925/34. O Estado de Alagoas tem, em 1935, um decréscimo de 76,5% em relação ao decênio. E a Paraíba, uma diferença de 75,7%. Enquanto isto ocorre com os três Estados produtores açucareiros no Nordeste, Campos consegue aumentar sua exportação para o mercado do Distrito Federal em 31,8%. O Estado de Minas Gerais, que não constava nas estatísticas dos concorrentes, senão sob a rubrica de "Diversos", já aparece com 0,5% do total das entradas de açúcar.

Em 1936, as importações de açúcar no mercado do Distrito Federal atingem 1.958.755 sacos, com a seguinte distribuição, de acôrdo com as procedências: Campos (E. do Rio), 999.756 sacos; Pernambuco, 708.584 sacos; Sergipe, 147.774, sacos; Minas Gerais, 69.848 sacos; Alagoas, 22.064 sacos; Baía, 6.445 sacos; Paraíba, 1.500 sacos; Diversos, 2.784 sacos.

Sobre o volume total das entradas, em 1936, a distribuição percentual é a seguinte: Campos (E. do Rio), 51,1%; Pernambuco, 36,2%; Sergipe, 7,5%; Minas, 3,5%; Alagoas, 1,2%; Baía, 0,3%; Paraíba, 0,7%; Diversos, 0,13%.

A distribuição do açúcar fluminense no Distrito Federal é 41% superior ao de procedência pernambucana. E a distribuição do açúcar mineiro, até pouco tempo quase nula, já em 1936 é 217% superior à de procedência alagoana.

Finalmente, em 1937, as entradas de açúcar no Distrito Federal montam em 2.010.701 sacos, obedecendo à seguinte ordem, de acôrdo com o volume da importação: Campos (E. do Rio), 1.290.766 sacos; Pernambuco, 396.783 sacos; Minas Gerais, 157.844 sacos; Alagoas, 115.007 sacos; Baía, 34.320 sacos; Sergipe, 14.318 sacos; Diversos, 1.663 sacos.

Em ordem percentual, é a seguinte a colocação dos diversos centros de produção relativamente aos volumes importados pelo Distrito Federal: Campos (E. do Rio), 64,1%; Pernambuco, 19,7%; Minas Gerais, 7,8%; Alagoas, 5,8%; Baía, 1,8%; Sergipe, 0,72%; Diversos, 0,08%.

Por esses números deduzimos que a distribuição do açúcar fluminense é superior à de procedência pernambucana, em 225,3%. Jamais Campos, em toda a sua história açucareira, conseguira alcançar o volume de 1937. Mesmo Pernambuco, também não lograra ainda atingir volume tão alto. Somente em 1929 conseguiu subir a 1.250.013 sacos. Convém notar que a distribuição de Pernambuco, em 1937, é inferior à do ano de 1929.

Para uma análise mais detalhada, alinhemos as distribuições, segundo a procedência no decênio 1925/34, e nos anos de 1935, 1936 e 1937. Assim temos:

ESTADOS	Dec. 1925/34	1935	1936	1937
Campos (E. do Rio)	29,1%	38,6%	51, 1%	64, 1%
Pernambuco	36,0%	35,3%	36, 2%	19, 7%
Sergipe	10,4%	14,5%	7, 5%	0,72%
Minas Gerais	—	0,5%	3, 5%	7, 8%
Alagoas	18,3%	4,4%	1, 2%	5, 8%
Baía	3,9%	4,3%	0, 3%	1, 8%
Paraíba	1,2%	0,3%	0,07%	—
Diversos	1,1%	2,1%	0,13%	0,08%

Para uma melhor impressão sobre a realidade desses números, reduzimos as percentagens encontradas no triênio 1935/37 a números-índices e, tomando-se como base o decênio 1925/34, temos:

ESTADOS	1925/34	1935	1936	1937
Campos (E. Rio)	100	131,8	165,7	214,0
Pernambuco	100	97,6	95,0	53,2
Sergipe	100	137,8	68,3	6,7
Alagoas	100	23,5	5,9	30,4
Baía	100	125,5	9,1	48,5
Paraíba	100	24,3	5,6	—

Pelo quadro acima, enquanto todo o Norte açucareiro tem enormemente diminuído os seus volumes de entrada no mercado do Distrito Federal, em relação ao decênio estudado, o Estado do Rio eleva sua quota de 114%.

São números que exigem meditação e precisam ser tomados em consideração pelos que tem de salvar uma grande zona e um grande patrimônio. Deve ser combatido com energia e veemência o mussulmanismo de alguns produtores que confiam num cataclisma ou na irrupção de um mal nos canaviais do Sul, para o reerguimento e salvação do Nordeste açucareiro.

(1938)

CRITICAS À POLITICA AÇUCAREIRA

Ultimamente tem aparecido uma forte campanha contra a actual politica açucareira, de que se formou dentro do Brasil uma classe de favorecidos, chamada de "verdadeiros privilegiados".

Inquestionavelmente, há na indústria açucareira aspectos dolorosos, que necessitam urgente solução. Mas não somente nesse ramo de actividade económica esses problemas se apresentam de uma maneira tão cruel. Tem-se usado a mesma técnica do sr. Alfredo Ellis Júnior para demonstrar que em São Paulo não há latifúndio e que o café é cultivado em pequenas propriedades, resultado obtido pela divisão do número total de cafeeiros no Estado pelo número de fazendas de café, encontrando um total de 18.250 pés de café por propriedade.

Na indústria açucareira, tomando-se para base de cálculo a média de safras de açúcar e comparando com os totais de fábricas, encontraremos os seguintes números para os seis principais produtores de açúcar no Brasil:

ESTADOS	Saços	N.º de fab.	Scs. p/fab.
Pernambuco	4.345.810	1.838	2.364
Alagoas	1.458.530	623	2.341
Sergipe	749.000	209	3.585
Baía	1.170.497	1.761	664
Rio de Janeiro . . .	2.299.017	1.148	1.315
São Paulo	2.509.193	1.342	1.869

Uma propriedade produzindo matéria prima para fabricação de um máximo — em Sergipe — de 3.585 sacos, é positivamente uma propriedade média. Computando-se a média geral das produções do triênio com o número total de fábricas de açúcar, chegaríamos, então, à conclusão de que a distribuição para cada propriedade é de 1.114 sacos de açúcar.

Por esse método, naturalmente idêntico ao cálculo para o café, concluiríamos, paradoxalmente, que não há no Brasil latifúndios açucareiros.

Quanto aos demais números estatísticos postos em jogo pelos comentaristas, não podem ser tomados com muita consideração, porque no Brasil, em vez dos 22.000 engenhos consignados, existem registrados 47.488 engenhos. Em Minas Gerais em vez de 10.000 engenhos recenseados, estão registrados 28.140. Finalmente, em nenhuma estatística de produção de açúcar, dada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, jamais se estimou a safra do Brasil em 30.000.000 de sacos, existindo francamente um excesso de 10.000.000 de sacos.

Todas essas críticas chegam a conclusões falsas, porque trabalham com dados estatísticos errados. Há, porem, argumentações inconcebíveis denotando absoluta falta de conhecimento do problema açucareiro. Devido à deficiência das safras do Nordeste, os Estados do Sul tiveram, de fato, aumentados em 20% os seus limites. Diz-se então que “o aumento beneficiou, porem, as usinas já existentes. Mesmo a não ser mediante concorrência pública, não sabemos como se poderia conceder a outrem o direito de montar usinas em São Paulo ou em qualquer parte do Brasil, para atender à necessidade de compensar a deficiência de produção da zona setentrional”. Ora, os ciclos de crise de chu-

vas e, concomitantemente, de produção, são de um ou de dois anos. Como permitir que sejam criados para uma indústria que está visivelmente em superprodução, desde que atinja o seu limite, novas fábricas para atender uma parte do consumo, unicamente durante o período de uma redução de safras, quando uma anormalidade climática desorganiza a produção de uma zona açucareira?

E onde se descobriu uma usina, no Brasil, com uma capacidade de 700 mil sacos?

Ainda mais, como se encontrou uma produção média de 73.000 sacos de usina, por fábrica, quando essa média só atinge 48.455 sacos? É interessante comparar essa média geral de produção de usina, no Brasil, com a de outros centros de produção açucareira. Assim temos: Ilha de Reunion, 67.122 sacos; Ilha Maurícia, 80.826 sacos; Argentina, 87.864 sacos; Trindade, 188.405 sacos; Java, 248.217 sacos; Perú, 227.425; Austrália, 257.100 sacos; Cuba, 280.974 sacos; Porto Rico, 356.640 sacos; Havaí, 375.640 sacos; Filipinas, 439.853 sacos.

A produção, por fábrica, no Brasil, é inferior à de Reunion, 27,6%; à de Maurícia, 40%; à da Argentina, 44,8%; à da Trindade, 74,2%; à de Java, 80,4%; à do Perú, 78,6%; à da Austrália, 81,1%; à de Cuba, 82,7%; à de Porto Rico, 86,7%; à de Havaí, 87,1% e à das Filipinas, 88,9%. Raciocinando ante os números acima, temos de concluir que o Brasil terá de evoluir para a grande indústria açucareira, aperfeiçoando as grandes usinas atuais, sem, porém, absorver a terra; agrupando as pequenas usinas em forma cooperativa sem monopolizar a produção entre poucos, para que se possa usufruir o benefício de uma relativa boa repartição da riqueza açucareira. (1938)

O JUSTO PREÇO DO AÇUCAR

Em 1834, o Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, no seu "Ensaio Sobre o Fabrico de Açucar" estigmatizando o aviltamento dos preços de açúcar, que pagava então cerca de 12,5% do seu valor, em impostos, representando o valor da produção, cerca de 6,6% do capital invertido, focalizava da seguinte maneira a situação do açúcar:

"Se alguma vez se obteve com 1.000 arrobas de mel um proveito igual ao que dariam 600 de bom açúcar, atrevo-me a asseverar que isso poderia somente ter lugar quando a arroba desse gênero se vendia por 20 em ouro, o boi custava 8, o cavalo 16 e o escravo 120\$000; e também quando os artigos de primeira necessidade e o custeio de um engenho custava a terça parte menos do que hoje importa. Mas atualmente, que a conservação da fábrica, pelo concurso da política, das epizootias e das más estações tem triplicado de valor e sem prospecto de melhoramento correspondente a tanta subida; quando, enfim, se vende a arroba de açúcar a 20 em papel, comprando-se o boi por 30, o cavalo por 40 e o escravo por 400\$000; não é possível,

sem delírio, entreter aquela esperança. E não se alegue o princípio de Economia Política (muitas vezes citado e poucas entendido) do valor relativo dos gêneros. O preço do açúcar não tem acompanhado a alta dos demais produtos; nem, o que mais é, progredido em valor com as outras cousas vendáveis.

O tijolo, por exemplo, que se vendia por 5 em prata, custa hoje 10 em papel”.

Essa apreciação do erudito baiano se applicaria perfeitamente ao caso do açúcar, hoje em dia, em se tomando para estudo as condições de preços durante um período largo.

Estudando-se os preços de açúcar cristal no Distrito Federal desde 1918, temos as seguintes cotações, por sacco: 1918 — 50\$165; 1919 — 51\$435; 1920 — 66\$956; 1921 — 48\$257; 1922 — 30\$406; 1923 — 75\$808; 1924 — 78\$525; 1925 — 58\$696; 1926 — 57\$685; 1927 — 52\$964; 1928 — 64\$833.

Nesse período de onze anos, em que os desniveis bruscos dos preços de ano para ano, verdadeira ginástica de cotações, denotando o desenfreamento das especulações, trazendo os preços por sacco a 31\$406, ora elevando-os a extremos, em 78\$525, a média geral das médias anuais das cotações do açúcar é de 58\$006. Atendendo à circunstância dessa média ser de um período de onze anos, ela bem representa a necessidade da produção, pois que são niveladas as grandes diferenças oriundas da especulação, quando os preços se elevavam, ou da consequência dessa especulação, quando o aviltamento dos preços trazia à produção perspectivas sombrias.

Em 1929 se inicia uma época de crise para a indústria açucareira. A produção de açúcar de usina subiu de 8.000.407 sacos em 1928-29, para 10.804.034 sacos em 1929-30, representando um aumento de 35%, coincidindo exatamente com a deflagração da grande crise mundial, cuja consequência mais imediata foi o retraimento dos capitais e retração do consumo. Como excesso da produção sobre a absorção no consumo, seja pela superprodução, seja pelo sub-consumo, verificamos a queda muito vertical dos preços. Nesse período anormal do comércio do açúcar cristal, os preços no Distrito Federal, por sacco de 60 quilos, foram: 1929 — 49\$625; 1930 — 28\$167; 1931 — 36\$708; 1932 — 37\$708.

A não ser nos dois primeiros anos da Grande Guerra, jamais as cotações haviam baixado de 31\$000. No entanto, em 1930, os preços se aviltaram bastante, chegando a 28\$167, quando o custo da produção era bem mais elevado que o de 1914-15; os fretes majorados e os impostos aumentados. A média desse quadriênio de dificuldades para a produção foi de 38\$052. Isso representa uma redução de 34,4% sobre a média obtida no undecênio 1918-1928.

Em 1933, um terceiro período se esboça, de consolidação da economia açucareira, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, que trouxe a elevação dos preços a um nível remunerador, salvando a produção da ganância da especulação.

A normalidade dos preços se comprova pelos números que seguem: 1933 — 49\$083; 1934 — 50\$917; 1935 — 50\$062; 1936 — 49\$667; 1937 — 55\$742.

A média geral do quinquênio foi de 51\$094, no Distrito Federal, representando uma diferença de 12% sobre a média do undecênio.

E jamais como no período desse quinquênio 1933-1937, as utilidades tão alto atingiram, os impostos tão alto se elevaram; os fretes alcançaram níveis anteriormente inatingidos e o mil-réis já-mais desceu tão baixo.

Para atender a essa injustiça para com o açúcar, pois que “o preço do açúcar não tem acompanhado a alta dos demais produtos; nem, o que mais é, progredido em valor com as outras cousas vendáveis”, o ex-deputado Xavier de Oliveira ofereceu, em agosto de 1937, uma emenda substitutiva ao projeto n. 399, que se achava em estudos na Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Eis a emenda substitutiva:

“Art. 1.º — Fica alterado para 50\$000 (cinquenta mil réis) o preço de 42\$000 (quarenta e dois mil réis) por saco de 60 (sessenta) quilos de açúcar cristal branco, na praça do Rio de Janeiro, ou o seu correspondente nos centros produtores, a que se refere o art. 14 do decreto n. 22.789, de 1.º de junho de 1933.

Art. 2.º — Fica alterado para 59\$000 (cinquenta e nove mil réis) o preço de 48\$000 (quarenta e oito mil réis) por saco de açúcar cristal, na praça do Rio de Janeiro, a que se refere o artigo 4.º do decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933.

Art. 3.º — Sempre que, em qualquer ponto do território nacional, se verifique majoração excessiva de preços, destruindo a correspondência com as cotações básicas estabelecidas nesta lei, poderá o Instituto do Açúcar e do Alcool requisitar, nos

centros produtores, pelas cotações normais do mercado, ou pelo preço máximo legal, se este houver sido atingido, as quantidades necessárias de açúcar para abastecer os mercados onde aquela majoração esteja ocorrendo, até que se restabeleça o equilíbrio dos preços.

Parágrafo único — O açúcar requisitado não poderá, em nenhum caso, ser destinado a outro fim, e em caso de recusa de entrega não poderá ser de nenhum modo liberado, ficando sujeito à apreensão nos termos do art. 60, parágrafo 2.º do Regimento aprovado pelo decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933.

Art. 4.º — Alcançado pelas exigências do consumo nacional o limite total atual das quotas de produção das usinas do país, fica o Instituto do Açúcar e do Alcool obrigado a conceder acréscimo de produção equivalente à média do aumento do consumo nos últimos três anos.

Parágrafo único — Esse acréscimo será distribuído do seguinte modo:

- a) — cinquenta por cento (50%) nos Estados produtores de açúcar ou que, produzindo-o, não o façam em quantidade bastante para atender às necessidades do seu próprio consumo;
- b) — os restantes por cento (50%), entre os demais Estados produtores, pelas usinas cujos limites não estejam equiparados à sua capacidade máxima de produção.

Art. 5.º — Nos preços básicos, mínimo e máximo, estabelecidos na presente lei, considerar-se-á sempre compreendida a importância da taxa de defesa, de 3\$000 por sacco, a que se refere o art. 10: do decreto n. 22.789, de 1.º de junho de 1933, a

qual em nenhum caso deverá ser levada a cargo do consumidor, onerando o preço do açúcar”.

A alteração prevista no substitutivo está plenamente justificada pelos argumentos acima pormenorizados, aos quais se podem juntar, por exemplo, o aumento progressivo dos fretes. Basta que se examine a tabela de fretes de Recife para o Distrito Federal, a partir de 1925:

1925	—	1\$800; despesas — \$490 = 2\$290; em vapor de passageiros, mais \$200;
1929	—	(Convênio) frete — 2\$950; despesas — \$490 = 3\$440; em vapor de passageiros, mais \$250;
1935	—	frete — 3\$952; despesas — 1\$688 — = 5\$640; em vapor de passageiros, mais \$208.

Depreende-se que de 1925 para 1935, até à presente data, o aumento dos fretes de Pernambuco para um dos maiores centros de consumo de açúcar de usina — o Distrito Federal, subiu 146,2%.

Somente este fato seria motivo preponderante para um reajustamento de preços do açúcar, que foram fixados em 1933, antes, portanto, do aumento de 2\$200 por sacco, verificado em 1935.

As usinas de açúcar tem que importar do estrangeiro todo o material de instalação — maquinismos e acessórios — material de custeio, enxôfre, cal, óleo, graxas, ferro, aço etc. Quer dizer que vive na dependência sempre da posição do câmbio, o que equivale a afirmar ser precária a situação econômica do usineiro que compra por um preço, para pagar com onus, preços mais elevados. Diz, e com muita razão, um ilustre economista que

“enquanto no Brasil independente (em 1822), nunca se cobraram, em média geral, tarifas aduaneiras, superiores a 50% sobre o valor dos artigos importados, a nossa moeda se depreciou 40 vezes, isto é, houve um encarecimento de 4.000% no valor ouro”.

Durante o período de 1918-1937, o mesmo período tomado para o estudo das cotações do açúcar, encontramos os seguintes valores oficiais em ouro, do mil réis, demonstrando na verticalidade da queda os prejuizos vultosos sofridos pelos produtores de açúcar:

A N O S	Valor do mil réis ouro	Depreciação em percentagem	Valor em réis ouro do mil réis papel
1918	2.094	109,4	473
1919	1.876	87,6	533
1920	1.866	86,6	536
1921	3.260	226,0	307
1922	3.772	277,2	265
1923	5.023	402,3	199
1924	4.500	350,0	222
1925	4.500	350,0	222
1926	3.817	281,7	262
1927	4.567	356,7	219
1928	4.576	357,6	219

Tomando-se a média aritmética do valor oficial em ouro do mil réis, nesse undecênio, encontraremos uma média geral de 314,7 rs.

No segundo período do estudo, isto é, de 1929 a 1932, os valores do mil-réis, em ouro, foram:

A N O S	Valor do mil réis ouro	Depreciação em percentagem	Valor em réis ouro do mil réis papel
1929	4.567	356,7	219
1930	4.987	398,7	200
1931	7.792	679,2	128
1932	7.757	675,7	129

A média aritmética dos valores em ouro do mil-réis, dá uma média geral de 169 réis, o que representa uma diferença de 46,3% sobre a média obtida no undecênio.

No último período, correspondendo ao quinquênio 1933-1937, os valores oficiais, em ouro, do mil réis, foram:

A N O S	Valor do mil réis ouro	Depreciação em percentagem	Valor em réis ouro do mil réis papel
1933	7.096	609,6	14,1
1934	12.798	1.179,8	78,2
1935	15.931	1.493,1	62,8
1936	15.840	1.484,0	63,2
1937 (11 meses) .	14.539	1.353,9	68,8

A média geral verificada durante o quinquênio é de 82,8 réis, o que representa uma depreciação, respectivamente, de 76,8% e 51% em relação ao undecênio 1918-28 e ao quatriênio 1929-1932.

Em suma, o importador de maquinismos, isto é, o produtor, para a reforma e aperfeiçoamento da sua usina, para a compra do material de origem estrangeira para o fabrico do açúcar, teve de gastar, no undecênio 1918-1928, mais 262,2% em mil-réis, para adquirir a mesma quantidade de ouro, com relação à sua paridade; gastou mais 101,1% no quatriênio 1929-1932, com relação aos períodos 1918-1928, e, finalmente, dispendeu mais 132,3% no quinquênio 1933-1937, com relação ao quatriênio 1929-1932.

Atualmente, o usineiro teria que gastar, em mil-réis, para adquirir a mesma quantidade de ouro, com relação à sua paridade ($\text{£} = 8.888$) mais 1.528,7%, tendo-se em consideração que o valor atual de 1 grama de ouro é de 19\$700, o que representa 15\$287 por mil réis ouro.

Essa queda cada vez mais acentuada do mil-réis, principalmente de 1933 em diante, forçou ao produtor do açúcar gastos muitas vezes atingindo quase 100% a mais. Basta atentarmos no quadro abaixo, do valor a bordo, no Brasil, em moeda brasileira, dos principais produtos que tem aplicação na indústria açucareira:

PRODUTOS	1933	1934	1935	1936
Ferro em barra e vergalhões, por quilo	\$452	\$548	\$722	\$816
Ferro guza, por quilo	\$442	\$568	\$843	\$725
Ferro em chapas, por quilo	\$582	\$779	\$948	\$997
Ferro e aço não especificados, por quilo	\$685	1\$042	2\$226	1\$338
Enxofre, por quilo	\$410	\$387	\$661	\$895
Gachetas, por quilo	17\$455	19\$107	25\$192	33\$625
Elxos, rodas e pertences para carros de estradas de ferro, por quilo	1\$004	1\$394	1\$827	1\$744
Trilhos, talhas de junções, ac- cessórios para estradas de ferro, por quilo	\$502	\$571	\$845	\$852
Caldeiras, por quilo	5\$174	4\$150	4\$497	5\$209
Motores elétricos, por quilo	9\$693	11\$472	13\$958	14\$880
Motores a óleo, por quilo	11\$781	13\$784	12\$320	13\$230
Tijolos refratários, por quilo	\$528	\$573	\$882	\$911
Graxa mineral para lubrifica- ção, por quilo	1\$453	1\$369	2\$074	2\$912
Kerozene, por quilo	\$515	\$516	\$694	\$634
Óleo para lubrificação, por quilo	\$942	\$916	1\$309	1\$263
Óleo mineral para combusti- vel, por quilo	\$116	\$110	\$149	\$147

A média geral anual, por quilo, desses dezeseis produtos de origem estrangeira e que em todo o período — ora na safra, ora na entrè-safra — teem emprego na indústria do açúcar, é: em 1933 — 3\$233 por quilo; 1934 — 3\$580 por quilo; 1935 — 4\$321 por quilo; 1936 — 5\$011 por quilo.

Tomando-se por base o valor por quilo, verificado em 1933, temos em números índices: 1933 = 100; 1934 igual a 110,7; 1935 igual a 133,6; 1936 igual a 154,9.

Em relação, pois, ao ano de 1933, houve um aumento de 10,7% em 1934, de 33,6% em 1935 e, finalmente, de 54,9% em 1936.

São números que não precisam de justificativas para comprovar que o açúcar não tem “progreddido em valor com as outras cousas vendáveis”.

Esses dados testemunham plenamente que não há exagero no aumento de 23,8% e 22,9% nos preços, respectivamente, sobre os anteriores fixados pelo artigo 14, do decreto n. 22.789, de 1.º de junho de 1933, e artigo 4.º, do decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933.

O artigo 3.º da emenda substitutiva do ex-deputado Xavier de Oliveira traz à legislação açucareira uma inovação. Pelos atuais dispositivos de lei, o Instituto do Açucar e do Álcool só poderá intervir no mercado do Distrito Federal, afim de equilibrar e forçar os preços dentro dos limites prescritos pela legislação. Os demais mercados vivem completamente isentos de qualquer compressão do Estado, sendo muitas vezes campo aberto à especulação. Nas principais praças de distribuição e consumo, no período, por exemplo, de março

a julho de 1937, as oscilações das cotações e as disparidades dos preços, em desacordo com a situação geográfica de alguns centros, demonstram que falta à organização da defesa da indústria açucareira a faculdade de subjugar qualquer veleidade de especular. Eis o quadro:

P R A Ç A S	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho
João Pessoa .	66\$000	66\$000	66\$000	66\$000	66\$000
Recife	60\$000	60\$000	60\$000	55\$/60\$	55\$000
Maceió	56\$/62\$	56\$/60\$	60\$/63\$	62\$000	58\$/59\$
Aracajú	48\$/51\$	42\$/48\$	45\$/50\$	46\$/49\$	48\$/49\$
S. Salvador .	56\$000	56\$/58\$	58\$000	58\$000	58\$000
Campos	66\$/72\$	62\$/67\$	62\$/65\$	60\$/64\$	50\$/62\$
Dist. Federal	nominal	nominal	nominal	nominal	nominal
São Paulo . .	73\$/75\$	73\$/75\$	73\$/75\$	71\$/76\$	66\$/73\$
B. Horizonte .	70\$/80\$	70\$/72\$	72\$000	72\$000	68\$/72\$

Não há explicação, por exemplo, na permanência dos preços em João Pessoa, em 66\$000 o saco de açúcar, de março a julho, enquanto em Recife os preços baixam de 60\$000 em março, para 55\$000 em julho. Como se explicar a diferença de 4\$000 por saco, em Maceió sobre Recife, durante o mês de julho? Ainda mais, de Aracajú para Maceió, durante o mês de junho as diferenças de preços, entre as duas praças de distribuição, eram de 13\$000 a 16\$000 por saco. Entre Aracajú e São Salvador, essa diferença é de 10\$000 no mês de julho, quando em março era somente de 4\$000 a 8\$000. Maior discrepância ainda se acentua, entre as cotações — normalmente iguais — de Recife e Campos. Essas diferenças são em março — 6\$000 a 12\$000; em abril — 2\$000 a 7\$000; em maio — 2\$000 a 5\$000; em junho — 4\$000 a 5\$000; em julho — 7\$000. Entre São Paulo e Belo Hori-

zonte as discrepâncias são também, aparentemente inexplicáveis. Eis as diferenças médias mensais: em março — 1\$000 por sacco, a mais, nas cotações de Belo Horizonte, sobre as de São Paulo. Em maio — 2\$000 a mais em São Paulo, e também em maio — 1\$500; finalmente em julho os preços do sacco de açúcar são superiores 500 réis sobre os de São Paulo.

Comparemos, por último, as diferenças no mês de março, das cotações de Recife e Aracajú, em relação aos preços de São Paulo. De Recife em relação a São Paulo, as diferenças foram de 13\$000 a 15\$000, enquanto de Aracajú as diferenças foram de 24\$000 a 25\$000. Todas essas disparidades demonstram a necessidade de se armar o I.A.A. de elementos de requisição compulsória de açúcar, dentro dos preços legais, para sacudí-lo onde a especulação força a alta, prejudicando a obra da defesa do açúcar.

Finalmente, a última parte da emenda substitutiva do ex-deputado Xavier de Oliveira, tratando da eventualidade do aumento do consumo, obriga ao Instituto do Açúcar e do Alcool a distribuir o equivalente aumento da produção, 50% aos Estados não produtores de açúcar ou aos que tenham sua produção inferior às necessidades do consumo e os restantes 50% entre os demais Estados produtores, pelas usinas cujos limites sejam inferiores à sua capacidade máxima de produção.

Se a redação do artigo 4.º e seus parágrafos atendem ao lado econômico da questão, no entanto faltou ao legislador a percepção da questão social da produção.

Se ao Estado compete preservar a economia coletiva de crises de produção e de preços, compete-lhe ainda mais defender o produtor mais

fraco. Fortalecer a economia do mais fraco e impedir a ganância açambarcadora do mais forte, afim de trazer o equilíbrio social entre os produtores de açúcar. A emenda apresentada pelo ex-deputado João Cleofas, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, é mais humana, mais racional, mais equitativa e está da seguinte maneira redigida:

“Art. 4.º — Alcançado pelas exigências do consumo nacional o limite total atual das quotas de produção das usinas do país, fica o Instituto do Açúcar e do Alcool obrigado a conceder acréscimo de produção equitativa à média do aumento de consumo nos últimos três anos.

Parágrafo único — Esse acréscimo será distribuído do seguinte modo:

Trinta por cento para os Estados não produtores de açúcar de usinas.

Quarenta por cento para atender às usinas de capacidade inferior a 50 mil sacos, cuja quota atual de limitação não seja proporcional à sua distribuição entre todas as usinas, cuja capacidade seja superior aos limites atuais de produção”.

Essa distribuição, aquinhoando melhor o pequeno produtor de açúcar, naturalmente aquele menos aparelhado e por isso mesmo mais fraco economicamente, lhe dará elementos de revigoração, de resistência e de vitória.

Se em 1933 era considerado como justo preço o estabelecido pelo decreto da criação do Instituto

do Açúcar e do Álcool e se o seu ex-presidente, o sr. Leonardo Truda, afirmava que “essencial no nosso caso é que, por ambição desarrazoada, não se transponham os limites desse preço justo, caindo em excessos não apenas condenáveis como contra-producentes”, hoje, ante os argumentos estatísticos apresentados, o preço do açúcar tem que ser alterado, um pouco majorado, afim de ser justo.

(1938)

CENTRO DE GRAVIDADE DO AÇUCAR

O total da produção nacional da safra 1936/37, dos tipos de usina, atingiu a 9.550.214 sacos. E a produção de açúcar de todos os tipos atingiu 14.996.654 sacos, sendo portanto de 5.446.440 sacos a produção de tipos baixos, como bruto seco ou melado, açúcar batido, mascavado, farofa, rapadura; todos, tipos coloniais de açúcar.

Em virtude da grande irregularidade de chuvas no Nordeste, suas safras caíram a quase 50% do seu limite de produção. Daí ter sido colocado em primeiro lugar, na classificação de produção, o Estado do Rio, com uma produção de 2.615.923, em segundo lugar o Estado de São Paulo com 2.248.370 sacos, e em terceiro lugar se coloca Pernambuco, desbancado — pelo menos um ano — da constante e exclusiva liderança como produtor de açúcar do Brasil.

Aliás, os produtores nortistas ou se aparelham realmente, ou perderão definitivamente a hegemonia açucareira.

É uma tese que não mais comporta discussões a do acelerado deslocamento do centro de gravidade de produção do Norte para o Sul.

Aprofundando-nos num exame retrospectivo da ação do café e do açúcar nos quadros econômicos do Brasil, a par das grandes diferenciações dessas

duas culturas que fixaram e que implantaram uma fisionomia cultural civilizadora do nosso "hinterland", encontraremos uma identidade longínqua.

O café, civilizando, cansou as terras por onde passou. Don Juan de terras pretas e roxas, insaciável, esgotante, por isso mesmo, passa de terra em terra, da terra que extenuou para a que vai cansar. E com a exaustão do solo, deixa atrás a civilização que criou, que erigiu magnificamente e que depois entra em decadência. Essa mobilidade, essa migração, essa marcha é, caracteristicamente, cafeeira.

A cana de açúcar funda uma civilização estável, conservadora e, até pouco tempo, situada na clássica região açucareira do Brasil — o Nordeste e, dentro do Nordeste, principalmente em Pernambuco.

Mas, a situação econômica do açúcar nesses doze anos se transmuda. Com o "mosaico" da cana, a fitotecnia cria novas variedades resistentes ao mal e à geada, muito mais ricas em sacarose e mais produtivas.

O fator geográfico da localização das usinas nortistas, a densidade demográfica no Sul, o mais elevado "standard" de vida dos Estados meridionais, são os predominantes fatores que provocaram a mobilidade incaracterística da cana de açúcar. E o deslocamento da produção, num acelerado alarmante, ameaça uma angustiosa situação para o Nordeste.

A identidade somente agora se percebe: — o café e a cana de açúcar emigram. O café, por uma questão de fertilidade de solo, o açúcar por um conjunto de fatores econômicos. Se ao primeiro, nem mesmo a técnica agrícola, com sua taumaturgia, pode remediar, com o açúcar está na capaci-

dade de trabalho, na inteligência, na resistência e principalmente na visão dos homens do Nordeste, a vitória da liderança de Pernambuco na produção e a oposição de uma barreira intransponível ao deslocamento da produção do Norte para o Sul. E para se atentar até onde já caminhamos nesse plano inclinado, meditemos nos volumes de produção dos seis Estados produtores: São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais, como produtores do Sul e Pernambuco, Alagoas e Sergipe, como produtores nortistas. Eis as safras, a partir de 1925/26:

S A F R A S	São Paulo (sacas)	Estado do Rio (sacas)	Minas Gerais (sacas)
1925/26	155.348	861.070	82.088
1926/27	375.930	1.467.800	100.169
1927/28	652.867	1.177.385	119.911
1928/29	945.980	807.434	92.277
1929/30	1.113.417	2.102.019	73.291
1930/31	1.108.510	1.345.297	145.348
1931/32	1.565.824	1.705.700	177.106
1932/33	1.673.998	1.486.209	212.127
1933/34	1.828.688	1.767.259	258.602
1934/35	1.844.497	1.825.474	245.821
1935/36	2.032.083	2.107.651	294.395
1936/37	2.248.370	2.615.923	408.229

Levando-se em consideração a safra de 1925/26 e comparando com a de 1936/37, isto é, doze anos após, verificamos que a produção paulista, atingindo nesse ano a sua maior safra, apresenta um aumento de 1.347,3%, a fluminense um acréscimo de 203,7%, e a mineira de 397,3%.

Tomando-se a safra de 1925/26, do Estado do Rio, que atingiu a 861.070 sacos, verificamos que ela é superior 452,2% à safra de São Paulo, e

948,9% à safra de Minas Gerais, naquele mesmo ano. Já na safra de 1936/37, o Estado do Rio teve uma produção de 2.615.923 sacos; constatamos, assim, que ela é superior à de São Paulo e à de Minas Gerais nessa mesma safra, respectivamente, 16,3% e 540,7%.

O Norte açucareiro é representado por Pernambuco, Alagoas e Sergipe, podendo-se excetuar a Baía porque, se bem seja um Estado com produção avultada, no entanto, é pequeno exportador, consumindo, assim, grande parte de sua produção.

No período 1925/26 e 1936/37, as safras desses três Estados foram:

S A F R A S	Pernambuco (sacas)	Alagoas (sacas)	Sergipe (sacas)
1925/26	2.256.285	480.731	345.667
1926/27	2.648.627	470.276	397.481
1927/28	3.282.123	726.000	386.846
1928/29	3.876.944	910.334	378.497
1929/30	4.603.127	1.450.986	580.269
1930/31	3.106.244	1.037.170	724.508
1931/32	3.854.742	892.412	398.424
1932/33	3.306.573	963.652	342.911
1933/34	3.219.124	747.557	298.790
1934/35	4.267.176	1.336.577	743.802
1935/36	4.588.761	1.074.873	741.022
1936/37	2.122.793	669.535	531.067

Calculando o aumento da safra nos dois extremos dos doze anos de produção, verificamos que a produção pernambucana caiu 5,9%, a alagoana aumentou 39,2% e a sergipana aumentou 53,6%.

Computando-se, para efeito de ser diminuído, tanto quanto possível, o erro de cálculo baseado em poucas safras, as médias dos doze anos, temos:

São Paulo — 1.295.457 sacos; Estado do Rio — 1.605.768; Minas Gerais — 192.442; Pernambuco — 3.427.709; Alagoas — 896.675; Sergipe — 490.190 sacos.

Quer dizer que o Sul açucareiro teve uma produção média nos doze anos de 3.093.667 sacos anuais, quando em 1925/26 essa produção era de 1.098.506 sacos, aumentando-a em 1936/37, para 5.272.522 sacos, enquanto que o Norte açucareiro tem uma produção média nos doze anos, de 4.814.574 sacos anuais, quando em 1925/26 essa produção era de 3.082.683 sacos, aumentando-a para 3.323.395, na safra 1936/37.

O Sul açucareiro, na média dos doze anos, tem um aumento sobre a safra de 1925/26, de 181% e uma diferença de 41% em relação à safra 1936/37.

E o Norte açucareiro, na média dos doze anos, tem um aumento sobre a safra de 1925/26 de 56%, e, em vez de uma diferença como no Sul açucareiro, um aumento de 44% em relação à safra de 1936/37.

O valor total da produção de açúcar no Brasil atingiu em 1936/37 a 609.307:849\$000, o que representa uma diminuição de 7,7% e 2,1% em relação às duas safras anteriores, ou seja uma redução, respectivamente de 51.185:518\$000 e 13.461:444\$000. As reduções se observaram nos Estados nordestinos, pois somente a diminuição havida no valor da produção pernambucana é de 89.133:813\$000 e 91.769:436\$000, isto é, 49% e 50% em relação às safras de 1935/36 e 1934/35. Quer dizer que o prejuízo sofrido pela indústria açucareira desse Estado, nas safras 1935/36 e 1936/37, em comparação com a safra de 1934/35, se aproxima de cem mil contos de réis.

Em Alagoas, a diminuição também é de vulto, pois, sendo o valor de sua produção em 1936/37 de 32.248:890\$000, representa uma diferença de 36% e 43%, em relação às duas safras anteriores.

Em Sergipe, a redução nos valores foi bem menor, tendo sido o seu valor de produção 22.278:924\$000, o que representa uma redução de 12% e 15%, em relação às safras de 1935/36 e 1934/35.

Em compensação, o Sul açucareiro muito lucrrou nas três últimas safras. O Estado do Rio, que tinha em 1934/35 o valor de sua produção atingindo 78.214:538\$000, na safra seguinte supera-o em 18% e em 1936/37 em 43%, atingindo então a 112.067:155\$000.

O Estado de São Paulo também teve valorizada bastante a sua safra de 1936/37, que subiu a 116.133:975\$000, o que representa uma elevação de 19% em relação à safra anterior.

Comparando os valores das produções dos quatro grandes Estados produtores, nas três últimas safras, temos:

ESTADOS	1934/35	1935/36	1936/37
Pernambuco	182.418:336\$	179.782:713\$	90.648:900\$
Alagoas	57.557:310\$	50.023:545\$	32.248:890\$
Estado do Rio	78.214:538\$	92.957:978\$	112.067:155\$
São Paulo	108.484:624\$	97.967:688\$	116.133:975\$

Desses números friamente concluímos que cada ano de crise de produção no Norte torna-se incentivo a ampliação dos cultivos no Sul.

Ante a evidência desses fatos, que só a vontade de não querer ver ou a fantasia dos sebastianistas

que pretendem salvar a economia açucareira do Nordeste com o desequilíbrio da produção de outros Estados poderão obscurecer, urgem medidas enérgicas. E a palavra mágica para o Nordeste é fazer função de governo irrigar na zona da Mata do Nordeste, como o foi o saneamento da baixada em Campos, alargando muito a área agrícola do município e incorporando uma vasta área de uma uberidade maravilhosa, possibilitando assim o progressivo aumento das lavouras campistas.

Funcionaram, durante a safra de 1936/37, 302 usinas de açúcar, sendo 6 no Pará, 4 no Maranhão, 1 no Piauí, 1 no Ceará, 4 no Rio Grande do Norte, 7 na Paraíba, 61 em Pernambuco, 22 em Alagoas, 76 em Sergipe, 15 na Baía, 34 em São Paulo, 4 em Santa Catarina, 23 em Minas Gerais, 1 em Goiás e 10 em Mato Grosso.

A capacidade total diária das usinas atingiu 99.415 toneladas, sendo que cabe a Pernambuco uma capacidade diária de 32.597 toneladas, a Alagoas 9.479 toneladas, ao Estado do Rio 14.856 toneladas e a São Paulo 14.311 toneladas.

Tomando-se em consideração a tonelagem de canas moídas na safra 1936/37 e relacionando com a capacidade das moendas brasileiras, concluímos que, em média, a produção total de canas seria esmagada em 65 dias.

Tomando, porem, isoladamente cada grande Estado produtor, verificamos que a safra de Pernambuco seria moída em 45 dias, a de Alagoas em 47 dias, a de São Paulo em 99 dias e a do Estado do Rio em 119 dias. Concluímos que na última safra Pernambuco e Alagoas ficaram aquém da média teórica de capacidade diária de moagem 30% e 27%, e São Paulo e Estado do Rio ficaram além dessa média, respectivamente, 52% e 83%.

Quanto à média do rendimento industrial, a maior foi a do Estado de S. Paulo, com 9,5% em seguida Alagoas com 9%, Estado do Rio com 8,9% e Pernambuco com 8,7%.

Como vemos, caiu completamente a suposição de que somente as terras gordas, terra de massapê, as várzeas da zona da Mata, os vales do Paraíba do Norte, do Capibaribe, do Una, do Jacuipe, do Camaragibe, do Coruripe e o recôncavo da Baía do Salvador, localizados no Setentrião, eram o "habitat" para a cana de açúcar no Brasil.

O movimento de importação nos Estados, de açúcar de procedência dos Estados exportadores foi, em 1937 de 6.688.494 sacos.

Nos dois anos anteriores houve uma exportação para o exterior de 1.380.466 sacos em 1936 e 1.448.197 sacos em 1935, enquanto que em 1937 a exportação se reduziu a 4.969 sacos. De forma que a posição exata das entradas de açúcar nos diversos mercados brasileiros é, em 1935, 6.947.573 sacos; em 1936, 6.955.629 sacos; e em 1937, 6.683.525 sacos.

A providência em se limitar as usinas com uma percentagem quase se aproximando de 20% a mais, sobre a capacidade de absorção do consumo, foi providencial. Sem isso, o Brasil teria fatalmente importado açúcar do estrangeiro.

O maior comprador de açúcar em 1937 foi o Distrito Federal com 2.237.644 sacos, depois São Paulo com 1.673.227 sacos, Rio Grande do Sul com 584.969 sacos, Paraná com 316.793 sacos. Os demais Estados estão abaixo desse nível.

Se o nível de civilização e prosperidade está na ordem direta do consumo de açúcar de tipo superior — pois consumo de açúcar fino é índice de progresso — verificamos que o Estado de Minas

Gerais com sua produção de 408.229 sacos e importação de 584.969 sacos tem um ridículo consumo “per capita” de açúcar de usina de 7,1 quilos, enquanto ainge altos níveis com os demais tipos de açúcar.

Os “stocks” gerais em janeiro de 1937 eram de 3.807.541 sacos, havendo a maior retenção do produto em Pernambuco — exatamente época de moagem — com 1.027.339 sacos.

A curva dos “stocks” em todos os meses é a seguinte: Janeiro — 3.807.541 sacos; fevereiro — 3.406.874; março — 2.914.459; abril — 2.358.672; maio — 1.764.335; junho — 1.217.810; julho — 1.222.591; agosto — 1.397.690; setembro —, 1.770.089; outubro — 2.672.954; novembro — 3.459.683; dezembro — 4.005.287 sacos.

Nesse último mês, o maior “stock” de açúcar permanece em Pernambuco, com 1.290.175 sacos, depois em São Paulo com 1.070.294, após no Estado do Rio com 850.281 sacos. Dentre os três maiores Estados produtores, isto é, Pernambuco, Estado do Rio e São Paulo, somente o segundo não atinge a um milhão de sacos, em qualquer dos meses do ano de 1937.

A atual legislação do Instituto do Açúcar e do Alcool é falha em matéria de correspondência de preços. A lei manda somente assegurar os preços no Distrito Federal. Escapou ao legislador dar elementos de combate à especulação nos outros Estados, mediante requisição compulsória, de açúcar, em qualquer região produtora. Atente-se, por exemplo, nas diferenças das cotações entre Paraíba e Pernambuco, onde o frete e demais despesas de exportação não poderão ultrapassar de 6\$000 por saco. Eis as cotações:

M E S E S	Paraíba	Pernambuco	Diferença
Janeiro	65\$000	57\$500	7\$000
Fevereiro	67\$000	60\$000	7\$000
Março	66\$000	60\$000	6\$000
Abril	66\$000	60\$000	6\$000
Maió	66\$000	60\$000	6\$000
Junho	66\$000	57\$000	8\$500
Julho	66\$000	55\$000	11\$000
Agosto	65\$000	53\$615	11\$385
Setembro	60\$920	49\$400	11\$520
Outubro	49\$480	44\$840	4\$640
Novembro	49\$545	44\$909	4\$636
Dezembro	56\$640	46\$000	10\$640

São oscilações por demais bruscas para que se não aperceba a ação vitoriosa da especulação.

Outra demonstração de quanto tem atuado nos diversos mercados a especulação é facil de ser verificada com a comprovação entre os valores do açucar do tipo cristal nos diversos meses, entre as cotações de Aracajú e Maceió.

É preciso esclarecer que nunca é a produção que lucra. É o intermediário atuando quer no centro de produção, quer longe dele, fazendo recalcar os preços, pela abstenção das ofertas.

Eis a prova:

M E S E S	Aracajú	Maceió	Diferença
Janeiro	53\$500	53\$000	\$500
Fevereiro	61\$500	51\$000	10\$500
Março	59\$000	49\$500	9\$500
Abril	58\$000	45\$000	13\$000
Maió	61\$500	47\$500	14\$000
Junho	62\$000	47\$500	14\$500
Julho	58\$653	45\$961	12\$692
Agosto	58\$153	38\$424	19\$629
Setembro	48\$800	39\$794	9\$006
Outubro	45\$160	39\$255	5\$805
Novembro	45\$500	38\$650	6\$850
Dezembro	47\$240	40\$400	6\$840

Pela ginástica louca dos números, com as diferenças entre as duas praças, tão próximas, oscilando entre \$500 e 19\$629, qualquer comentário se tornaria desnecessário.

A média do consumo de açúcar de todos os tipos no Brasil, em 1937, foi de 22,2 quilos "per capita", cabendo a maior quota ao Distrito Federal com 57,2 quilos "per capita", seguindo-se-lhe São Paulo com 36,9 quilos, Minas Gerais com 25,0 quilos, Estado do Rio com 23,2 quilos, Rio Grande do Sul com 21,7 quilos, Paraná com 19,1 quilos, Pernambuco só tem um consumo de 16,9 quilos. O mais baixo colocado é o Piauí com 5,1 quilos "per capita".

O DESTINO DAS REGIÕES AÇUCAREIRAS

Depois que a soberania do café se implantou no Brasil, duas grandes zonas de produção especializada se localizaram: — no Sul, o café, no Norte, o açúcar. Como uma pequena exceção, em Campos se cultivava a cana de açúcar. Uma baixada muito grande, úmida, em que a preciosa graminea encontraria um “habitat” esplêndido e onde o cafeeiro não medraria economicamente. O meio ambiente traçou o destino econômico da região. O mais era o império do café. No Norte, só se plantava a rubiácea para as necessidades domésticas, para o seu consumo interno. O cafeeiro só dava na sombra, debaixo do “bordão de velho” ou debaixo das frondes das árvores altaneiras do altiplano de Garanhuns, nos brejos de Caruarú, ou nas fraldas das montanhas de Vertentes, Vicência e Timbaúba, em Pernambuco; ou nas encostas da Borborema e nos brejos de Bananeiras, na Paraíba, onde o “vermelho” dizimou quase toda a produção de café. O mais, tudo era cana de açúcar, na zona em que chovia com regularidade, a partir do recôncavo baiano, até ao vale do Paraíba, onde, ora a cheia tudo levava quando nos sertões a invernoada era impetuosa, ora a seca, aumentando sua irradiação, crestava o vegetal e rachava a terra.

Mas, após um poderio soberano, a situação do café se complica. Ele já não dava para tudo. E os capitais foram procurando uma renda mais lucrativa. A fitotecnia faz o milagre da criação da POJ. Campos, alarga os seus plantios, modifica suas usinas e S. Paulo funda racionalmente uma grande indústria açucareira. Aquela antiga delimitação de zonas de produção, que forçava um equilíbrio das forças econômicas de regiões, está recebendo um rude golpe. Qual será o destino do açúcar do Norte?

No quadro, pois, que se esboça, com o fenômeno que gritantemente nos adverte, estudemos a situação do açúcar dos Estados do Nordeste, junto aos mercados de consumo do Sul, que absorvem a quase totalidade da produção açucareira do setentrião.

Os três grandes mercados consumidores são: Distrito Federal, S. Paulo e Rio Grande do Sul. E os Estados nortistas principais exportadores de açúcar são: Baía, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Analisemos, pois, as exportações desses centros de produção, para aqueles centros de consumo.

A Baía, antiga grande produtora de açúcar nos tempos coloniais, se especializou depois, em fumo e cacau, tendo quase abandonado a indústria açucareira, a-pesar-dos seus torrões ubérrimos de massapê, verdadeiro lençol de terra gorda. Às margens da baía, do recôncavo, as antigas construções dos solares denotam o fausto a que chegou a aristocracia rural, verdadeira miniatura do esplendor da civilização açucareira de Pernambuco.

Tomando-se as somas das exportações de açúcar de procedência baiana para os três principais mercados brasileiros de açúcar, verificamos uma ascensão quase constante, e jamais nos anos pos-

teriores a 1932, as exportações caíram em relação ao primeiro ano do estudo. As somas das exportações foram: 1932 — 39.050 sacos; 1933 — 250.032 sacos; 1934 — 308.122 sacos; 1935 — 234.078 sacos; 1936 — 133.334 sacos; 1937 — 230.800 sacos.

Ninguém poderá contestar à Baía o direito de ser grande produtora de açúcar, desde que o seu limite oficial de produção é de 687.561 sacos.

Da Baía, o seu movimento de exportação de açúcar para os três mercados, foi:

A N O S	Distrito Federal	São Paulo	Rio Grande do Sul
1932	38.050	—	1.000
1933	135.432	87.000	27.600
1934	110.681	142.503	54.938
1935	88.598	107.075	38.405
1936	6.445	78.650	48.239
1937	34.320	143.860	52.620

Se, em 1932, sua exportação era simplesmente de 38.050 sacos e se em 1937 eleva-a a mais 489%, claro que substituiu nos mercados de consumo, açúcar de outras procedências.

Outro Estado grande exportador de açúcar para os três grandes centros consumidores é Sergipe, que, tendo pequeno consumo interno, exporta quase toda a sua produção. Produção obtida em suas oitenta pequenas usinas, mais engenhos banguês ampliados que propriamente usinas de açúcar. É a principal característica da indústria açucareira sergipana, onde a produção média por fábrica é inferior a 10.000 sacos.

Nos seis anos do estudo, foi a seguinte a sua exportação para o Distrito Federal, S. Paulo e Rio Grande do Sul:

A N O S	Distrito Federal	São Paulo	Rio Grande do Sul
1932	97.937	14.610	18.291
1933	183.289	14.567	20.533
1934	157.141	61.972	43.930
1935	298.393	117.299	116.496
1936	147.774	124.167	246.012
1937	14.308	104.229	179.700

O Estado de Sergipe conquistou, durante quatro anos, após o ano de 1932, uma boa posição na distribuição do seu açúcar no mercado do Distrito Federal, tendo-a, porem, perdido em 1937, quando desceu a um volume inferior a 85% em relação ao de 1932 e a 95% em relação ao de 1935. Em compensação, melhorou sua posição nos mercados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, pois, computando-se as exportações conjuntas em 1932 para aqueles dois centros, em 1937 há uma melhoria de 778%.

Somando-se as exportações de açúcar durante o sexênio, para os três centros consumidores, temos: 1932 — 130.838 sacos; 1933 — 218.389 sacos; 1934 — 263.043 sacos; 1935 — 532.188 sacos; 1936 — 517.953 sacos; 1937 — 198.247 sacos.

A-pesar-da grande redução verificada em 1937, deduzimos dos números acima que não houve nenhum rebaixamento em relação ao ano de 1932. E durante o sexênio houve elevação digna de nota, em 1935 e 1936, quando as exportações de Sergipe eram 309% e 297% superiores à de 1932.

O Estado de Alagoas, o terceiro grande Estado exportador de açúcar, é o irmão gêmeo da sorte de Pernambuco. Grande Estado produtor, sendo o seu limite de produção de 1.341.965 sacos. Ala-

goas açucareira se caracteriza pelos seus grandes vales, do Camaragibe, Coruripe, Satuba e Santo Antônio.

Ainda possui mais terra boa de cana, terra descansada, terra coberta. Apesar de contar algumas grandes usinas, Alagoas açucareira, com engenhos banguês, com açúcar de rampa, lembra bem Pernambuco açucareiro de trinta anos atrás.

Durante o sexênio 1932-1937, a posição de Alagoas na colocação nos mercados sulistas — de fato o real mercado de consumo do açúcar brasileiro — era a que segue:

A N O S	Distrito Federal	São Paulo	Rio Grande do Sul
1932	385.812	538.836	140.039
1933	209.267	536.086	158.784
1934	128.730	529.527	238.960
1935	88.934	661.479	316.771
1936	22.064	574.047	247.560
1937	115.007	372.075	198.264

No mercado do Distrito Federal, a colocação de Alagoas durante o sexênio chegou a volumes insignificantes, como no ano de 1936. Nota-se uma progressiva queda na distribuição do açúcar alagoano, motivo por que deixa de impressionar o pequeno aumento ocorrido em 1937, em relação ao ano anterior. Comparando-se as exportações de 1936 e 1937 em relação à de 1932, há uma queda, respectivamente, de 94 e 70%. No mercado paulista a exportação de 1937 é inferior 30% à de 1932. Somente no Rio Grande do Sul, em 1937, o açúcar alagoano logrou um aumento, em comparação com o volume exportado em 1932. No entanto, em

1937 ocorreu uma sensível redução em relação aos três anos anteriores.

A soma das exportações anuais, a partir de 1932, foi para os três grandes mercados do sul: 1932 — 1.064.687 sacos; 1933 — 904.137 sacos; 1934 — 897.217 sacos; 1935 — 1.067.184 sacos; 1936 — 842.671 sacos; 1937 — 685.346 sacos.

Se houve, em 1935, um pequeno aumento de 0,2% em relação à exportação de 1932, nos demais anos o movimento açucareiro é sempre menor, havendo em 1937 uma redução de 35%.

Finalmente, chegamos a Pernambuco, centro legítimo da tradição açucareira no Brasil. Onde primeiro se fez açúcar, e a mais ambicionada colônia de produção do Novo Mundo. Lá se constituiu uma aristocracia rural com todos os seus encantos e defeitos, que começou manobrando o pequeno engenho que era “cada um deles uma máquina e fábrica incrível”, com suas moendas de três eixos de madeira, e que traçou com o grotesco de seus banguês, acaçapados, pardacentos, de biqueira baixa, cheirando a açúcar queimado, cheirando a garapa, a suor de negro, a mais nítida fisionomia cultural da América, durante quase três séculos após a sua descoberta. E o banguê pernambucano começou a se enfeitar. Deram-lhe melhores moendas, como as do tipo Mornay. A lenha foi substituída pelo bagaço nas fornalhas. E os melhoramentos foram vindo a pouco e pouco. Construíram a primeira estrada de ferro em 1856, o que marcou uma nova era para o Estado. Gira a toda velocidade a primeira turbina sistema Weston, instalada no engenho “Fragoso”, em Olinda. O barão de Muribeca, em S. João da Várzea, monta defecadores a vapor, evaporadores, vácuo e turbina. O

banguê chegou à sua última etapa. Em 1884, com a fundação dos primeiros engenhos centrais, o banguê subsiste, para cair aos poucos na voragem do "acaparamento". E como últimos bastiões de uma batalha entre dois sistemas econômicos, entre duas culturas, entre duas épocas, entre dois tipos de açúcar, entre o açúcar "bruto" sêco ou melado, mascavado, de raiça, batido ou retame e o açúcar demerara, cristal, grã-fina e refinado, os derradeiros engenhos banguês de Pernambuco sintetizam todo o esplendor que eles imprimiram à civilização do Nordeste e se erguem como monumentos do Brasil antigo.

Mas, Pernambuco, a-pesar-de toda sua tradição canavieira, está perdendo a sua hegemonia de Estado "líder" da produção açucareira.

Quando as safras se avolumam como reação aos imprevistos das secas, Pernambuco se sangra remetendo a baixos preços uma grande parte de sua produção para o estrangeiro, no que é somente acompanhado por Alagoas, que compartilha sua sorte.

Quando as safras baixam, como consequência da perturbação climática, Pernambuco perde os seus mercados, porque o fenômeno econômico do deslocamento do centro de gravidade de produção, ora sutil, ora tenazmente, ameaça subverter a economia açucareira do Nordeste. Analisemos os dados da exportação do açúcar pernambucano, no período do sexênio 1932-1937, para os três grandes mercados de consumo, isto é, Distrito Federal, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Eis os números que exprimem muito:

A N O S	Distrito Federal	São Paulo	Rio Grande do Sul
1932	904.956	1.232.013	761.912
1933	652.338	1.023.393	641.109
1934	882.244	1.012.385	546.397
1935	728.603	1.236.189	523.771
1936	708.584	1.026.926	604.657
1937	396.783	587.233	570.761

A não ser uma pequena diferença a mais, de 4.176 sacos, ocorrida em 1935 em São Paulo, em todos os anos a partir de 1933, até 1937, nos três maiores mercados para o açúcar de Pernambuco, o grande Estado produtor do Nordeste jamais conseguiu atingir os volumes de açúcar distribuídos em 1932. Exatamente o surto açucareiro do Sul se avanta a partir desse ano.

Comparando-se os dois extremos do período do sexênio, no Distrito Federal, a diferença da distribuição do açúcar pernambucano é de 56%. Em S. Paulo a diferença é de 52%. No Rio Grande do Sul é de 25%.

Somando-se as exportações para os três mercados, temos os seguintes volumes, a partir de 1932: 1932 — 2.898.881 sacos; 1933 — 2.316.840 sacos; 1934 — 2.441.026 sacos; 1935 — 2.448.563 sacos; 1936 — 2.340.167 sacos; 1937 — 1.554.777 sacos.

É visível que Pernambuco, longe de ter conservado o seu mercado nacional, está dia a dia perdendo-o.

Na safra 1934/35, quando Pernambuco teve uma produção de 4.267.176 sacos, exportou para o exterior 804.856 sacos, e colocou nos três mer-

cados do Sul, 2.488.563 sacos, enquanto, em 1932, só exportara para aquele mesmo destino 277.604 sacos, logrando, porem, colocar nos três mercados sulistas 2.898.881 sacos.

Na safra 1935/36, Pernambuco produziu 4.459.297 sacos, tendo exportado para o exterior, a preços de sacrifício, 1.405.767 sacos, e nos três mercados do Sul, diminuiu a sua colocação para 2.340.167 sacos em 1936.

Esses dados confirmam que a Pernambuco cabe a quase totalidade do onus da exportação para o exterior, amenizado pelas diferenças cobertas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, sem nenhuma vantagem, porem, para a garantia dos seus antigos mercados do Sul. Basta se atentar que, em relação ao ano de 1932, houve, em 1933, um decréscimo de 20%, em 1934 de 19%, em 1935 de 14%, em 1936 de 19%, em 1937 de 46%, na colocação do açúcar de Pernambuco, nos mercados do Distrito Federal, de São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses números, além de ilustrativos, são por demais sintomáticos. Quem quiser caminhar para o suicídio, é só cruzar mussulmanamente os braços. . .

Estudemos, para melhor análise, os números índices do movimento de açúcar dos quatro Estados açucareiros do Nordeste, para os três mercados consumidores do Sul. Tomando por base o ano de 1932, temos:

ESTADOS	1932	1933	1934	1935	1936	1937
Baía	100	641	789	600	340	589
Sergipe	100	167	202	409	397	152
Alagoas	100	85	84,4	100,2	80	65
Pernambuco . . .	100	80	85	86	81	54

Tomando, para diminuição de êrros de interpretação, a média dos números índices do sexênio, encontramos: Baía — 509; Sergipe — 234; Alagoas — 85; Pernambuco — 81.

Com números não há pessimismos ou otimismo. Existe exclusivamente a realidade. E ela grita, adverte e ensina. Ela demonstra gritantemente e adverte sobejamente que, nos quadros econômicos da produção açucareira do Brasil, algo de anormal ocorre para ameaçar o ritmo da economia nordestina. A explicação numérica desse desequilíbrio se encontrará no cotejo das safras do Estado do Rio e São Paulo, a partir de 1932:

A N O S	Estado do Rio (sacos)	São Paulo (sacos)
1932/33	1.486.209	1.673.998
1933/34	1.767.259	1.828.668
1934/35	1.825.474	1.844.496
1935/36	2.107.651	2.023.083
1936/37	2.615.923	2.248.370
1937/38	2.513.783	2.408.422

Comparando-se as produções extremas desse período, verificamos que atingiam, em 1932-33, a 3.160.207 sacos e, em 1937-38, a 4.922.205 sacos, o que representa uma diferença a mais de 1.761.998 sacos. Se o aumento do consumo foi relativamente pequeno, se o grande mercado consumidor está colocado no Sul, o que resulta de positivo é que a economia açucareira do Norte corre perigo. Será uma contingência econômica? Uma fatalidade? Há um grave risco. Porém, o Norte, isto é, o Nordeste açucareiro poderá reagir e vencer a própria fatalidade econômica e geográfica. (1938)

O AÇUCAR E A UNIDADE NACIONAL

Quando em 1931 o Governo Federal decidiu intervir na economia açucareira afim de normalizar os preços, salvando de uma grave e profunda crise a indústria mais antiga e que mais fastígio e renome deu ao Brasil em todo o período colonial e grande parte do período imperial e que representa hoje um dos principais produtos de circulação interna, deparou-se-lhe como importante problema o da super-produção.

Em 1929-30, a produção brasileira foi de 10.804.034 sacos de açúcar de usina, o que representa um aumento de 2.803.627 sacos ou de 35%, sobre a safra anterior, aliás volumosa e, positivamente, bem superior à capacidade de absorção dos mercados consumidores. Além disso, coincidindo essa época com o período inicial de desorganização de todos os mercados, com a ginástica dos preços de todas as utilidades, com o amontoamento dos stocks de todos os produtos agrícolas e industriais, com o rebaixamento dos salários e concomitante retração dos consumidores, ficamos com um grande stock de açúcar, produzido a altos preços e com a matéria prima alta, e valendo preços ínfimos. No ano de 1930, a exportação foi de 1.407.602 sacos, insuficiente ainda para normalizar os excessos de stocks decorrentes da safra 1929-30. A

safra 1930-31 se apresentou com um decréscimo sobre a anterior, de 2.547.881 sacos ou 23,5%, que, se bem tenha possibilitado melhorar a situação estatística, no entanto, com uma pequena exportação de 184.936 sacos, não logrou melhorar nas cotações que oscilaram no Distrito Federal, de 40\$000 a 33\$000 o saco de açúcar cristal. Era a falência da indústria, porque os preços nos centros de produção estavam abaixo de 20\$000 o saco.

A safra de 1931-32 se prenunciava grande. A situação climatérica do Nordeste era propícia, os Estados do Sul, isto é, Estado do Rio e São Paulo aumentavam já progressivamente as suas produções. Ante o clamor dos produtores, completamente perdidos sem uma intervenção do governo, o Estado interveiu para que se transformasse o problema do açúcar num problema nacional, se saneassem os mercados dos remanescentes das safras anteriores, acumulados, e para que se traçassem normas de regulamentação da produção, afim de diminuir, dentro das possibilidades econômicas, a capacidade de produção das fábricas de açúcar.

Pelo decreto n. 20.041, de 15 de setembro de 1931, o Governo Provisório, chefiado pelo Exmo. Sr. Getúlio Vargas, considerando "que a situação mundial presente obriga os governos, cada vez mais, a modificar as causas da desorganização econômica, pela aplicação de uma economia logicamente organizada, o que obriga o Estado, em proveito dos interesses gerais a seguir uma política de intervenção defensora do equilíbrio de todos os interesses em jogo", dá o primeiro passo para a defesa da produção açucareira. A partir de então, uma série de medidas vem completar a ação do governo, com a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, pelo decreto n. 20.761, de 1 de dezembro

de 1931. Foi então criada a taxa de 3\$000 por saco, para todo o açúcar produzido pelas usinas do país. Pela primeira vez se contingentava a produção no Brasil. Aliás, limitação "sui generis", visando mais coibir a ganância de aumento de produção, quando cessasse a crise, que propriamente recalque de produção em relação às safras anteriores. A Comissão de Defesa instalada em fevereiro de 1932, começa logo a sanear o mercado exportando em forma de "dumping", 674.315 sacos, em 1932. O problema palpitante, portanto, quando se iniciou a defesa do açúcar, foi o da super-produção, decorrente, entre nós, do sub-consumo, pois que o coeficiente de consumo de açúcar de toda a população trabalhadora dos campos, principalmente no setentrão brasileiro, é quase nulo, em relação ao açúcar de usina, e praticamente ridículo em relação aos tipos baixos, como bruto, seco, melado, retame, ou rampa. No sertão, a rapadura vai entrar na dieta, como alimento complementar da carne seca e farinha de mandioca.

Em 1933, ante os benéficos efeitos causados pelo intervencionismo do Estado na economia açucareira, o Governo Federal cria o Instituto do Açúcar e do Alcool, com função muito mais ampla, com força de restringir a produção e ligando ao problema açucareiro o problema do álcool, como derivativo dos excessos da produção canavieira. A safra 1933-34 não tendo sido excessiva, não ultrapassando em muito as possibilidades dos mercados de consumo, trouxe uma fase inicial de estabilidade ao I.A.A., com uma pequena exportação de 398.280 sacos e um acúmulo de disponibilidades que permitiu enfrentar galhardamente a safra seguinte. De grande vulto, esta subiu a 11.136.010 sacos, o que forçou uma exportação para o exterior

de 1.448.197 sacos em 1935 e 1.380.466 sacos em 1936, quando a safra atingiu 11.841.087 sacos. Foram, inquestionavelmente, dois anos de prova para a organização da defesa açucareira. Tendo resistido, sustentando e colocando a preços de "dumping" os excessos da produção sobre o consumo nos mercados estrangeiros, ainda abertos para atender a qualquer volume aqui excedente, o I.A.A. se firmou como organismo eficiente, e como a mais sábia obra de reconstrução econômica realizada no Brasil.

Nas duas safras seguintes viveu o Instituto um período de calma, pois que atingiram 9.550.214 sacos e 10.894.002 sacos respectivamente, as safras 1936/37 e 1937/38. Não houve exportação para o exterior. As disponibilidades do I.A.A. aumentaram. Foi construída e já está funcionando sua grande destilatória para álcool anidro em Campos, com capacidade diária de 60 mil litros, podendo trabalhar melaços e açúcar demerara. É um aparelhamento de previdência, precipuamente, afim de transformar os excessos de matéria prima, em álcool anidro, evitando a exportação para o exterior, quando existisse mercado, e concorrendo para uma menor aquisição do carburante líquido nos países produtores de gasolina. Possibilitaram ainda essas duas safras, a compra e instalação de uma outra grande destilatória, com capacidade de 60 mil litros, em Pernambuco, afora auxílios a produtores, em forma de empréstimos, correspondentes a 50% do valor dos maquinismos. Finalmente, pôde o I.A.A. adquirir o controle da mais importante organização da distribuição de açúcar no Brasil: a Companhia Usinas Nacionais.

A produção, pois, encontrou elementos de fortalecimento e de resistência.

Chegamos assim às vésperas da safra 1938/39. Supervisionando os quadros econômicos do açúcar e comparando-os com os diversos períodos, desde a fundação do I.A.A., verificamos quanto o administrador, o economista, tem de mudar, de se adaptar, de encontrar novas fórmulas e sentidos novos para novas soluções.

Encontramos os mercados mundiais controlados, e o nosso único mercado livre em 1933, já agora só poderá receber 950.000 sacos de açúcar de procedência brasileira. A sêca que atingiu a produção nortista, nas duas últimas safras, deu ensejo a uma majoração de 20% nas safras do Sul. Será realmente muito difícil contingentar esse excesso declarado, e que por um ano foi oficializado. Como diminuir as culturas? Como convencer aos lavradores, — pequenos e grandes — que o limite permitido em 1937/38, não poderá, nem deverá mais ser atingido? Quer dizer que em 1933, os limites fixados para o Sul jamais tinham sido atingidos, enquanto que nas vésperas da futura safra, a produção sulista excede bastante o seu próprio limite. Como exemplo, basta a análise do volume das duas últimas safras.

Expondo de maneira sintética e patriótica o problema nacional do açúcar, o sr. A. de Andrade Queiroz, que exerceu até há pouco o cargo de presidente do I.A.A., como seu vice-presidente em exercício, firmou no seu último documento público, o conceito de economista e de conhecedor da realidade açucareira. E na franqueza da exposição, feriu melindres, maltratou susceptibilidades, porque disse cruamente verdades. Feriu, ao aludir às razões da defesa açucareira, encontrando como motivo da assistência do Governo, a razão não somente econômica, como primordialmente social,

porque “não se justificaria tanto esforço para assegurar o bem estar e garantir o patriotismo de três ou quatro centenas de usineiros, se por traz deles não estivessem alguns milhões de trabalhadores que das usinas tiram o sustento, seja como operários, lavradores, assalariados ou fornecedores de canas de culturas próprias”. Mesmo nos tempos em que imperava o plutocrata, ou o interesse individual era preeminente, jamais se deixou de atender ao interesse geral, pelo motivo do receio da insubordinação das massas. Depois, então, que o Brasil com o governo do Sr. Getúlio Vargas, a partir de 1930, acompanha o evoluir das aspirações sociais, sempre o indivíduo ficou subordinado ao interesse da coletividade; diminuíram as diferenças entre as classes; e foi sendo catequizado o capitalista para a compreensão de que a propriedade só é útil quando não fere o interesse coletivo. Aborda o expositor um novo aspecto da defesa açucareira: — a utilização econômica dos excessos. Até hoje tivemos a solução da exportação como “dumping”. Mas, com o acôrdo açucareiro da Conferência de Londres, já não possuímos um mercado ilimitado para os nossos excessos. Temos, pois, que caminhar para a solução de transformar os excessos em álcool anidro, para misturar com a gasolina importada. Mas, aí vem uma advertência do Sr. Andrade de Queiroz que merece ser cuidadosamente considerada, para não cairmos, por exclusiva culpa nossa, nos males da superprodução alcooleira. Diz o ilustre economista que “se o Brasil fixar em 25% a quota de álcool a adicionar à gasolina para compôr o carburante nacional, esse limite estará atingido quando fôr a produção do primeiro elemento 106.028.104 litros, calculado o consumo do segundo,

pela média do triênio 1935-1937, em 424.112.419 litros”.

E para a ilustração de sua tese, demonstra que estaríamos chegando ao ponto de saturação da produção de álcool anidro para fins de carburante, se Pernambuco e Alagoas atingirem o seu limite (o que aliás é certo), e se o Estado do Rio e São Paulo alcançarem a produção da última safra. Os excessos apurados dentro da atual limitação e os verificados no extra-limite, nos dois Estados sulinos, dariam, — se transformados em álcool — uma produção de 106.072.633 litros. Seria realmente a saturação. Poderiam objetar que a percentagem da mistura poderia ser elevada. Mas, em nosso meio, de acôrdo com as experiências realizadas, não seria aconselhavel a elevação. Em outros países do mundo, onde existe superabundância e mesmo superprodução de álcool, nem sempre são atingidos os 25% preconizados como máximo da mistura carburante. Na França, o decreto de 24 de abril de 1937 torna obrigatória a mistura de 10% de álcool no volume de essência dada ao consumo. Nas Índias Holandesas “as experiências demonstraram que é possível misturar a essência e o álcool absoluto (20-25%) e empregar esta mistura nos motores comuns” (*Documentation & Renseignements concernant l'Alcool dans le Monde*). Nas Filipinas o “Gasanol”, é a mistura da essência com 20 a 30% de álcool. Na Polônia, a lei que criou o monopólio do álcool, de 2 de setembro de 1932, estatue que a mistura é de 15-30% de álcool para 85-70% de petróleo. Na Hungria a mistura “motalko”, — mistura oficial — tem 20% de álcool desidratado, com um mínimo de 99,5°. Ante tais exemplos, e ante as experiências executadas no Instituto Nacional de Tecnologia, temos que concordar

com as conclusões do Sr. Andrade Queiroz, quando afirma que é de 25% a quota máxima, o "optimum", para a mistura carburante. Deve entrar desde já nas cogitações dos dirigentes esse fato da futura superprodução, naturalmente ainda adiável, se o consumo do combustível progressivamente aumentar. Há a considerar que estamos praticamente no início da era dos transportes no Brasil. Mas a advertência é de molde a nos fazer previdentes. Nas vésperas da grande safra que se avizinha, encontramos uma estimativa total de 12.498.200 sacos, da seguinte maneira distribuída:

ESTADOS	Límite fixo	Área cultivada Ha	Cana Toneladas	Estimativa
Pará	9.507	140	6.000	5.700
Maranhão	9.789	310	11.764	10.000
Piauí	2.678	75	2.857	3.000
Ceará	14.912	369	11.428	12.000
R. G. do Norte	41.531	1.229	38.095	40.000
Paraíba	229.412	5.644	169.315	206.000
Pernambuco	4.456.745	98.974	3.068.181	4.500.000
Alagoas	1.341.965	21.884	765.957	1.200.000
Sergipe	723.570	12.019	384.615	500.000
Baía	687.561	18.750	600.000	800.000
E. Santo	50.000	1.053	47.368	45.000
Rio de Janeiro	2.016.916	51.111	1.533.333	2.300.000
S. Paulo	2.071.439	44.976	1.484.210	2.350.000
M. Gerais	349.163	6.777	325.301	450.000
S. Catarina	50.225	1.208	42.254	50.000
R. G. do Sul	1.318	52	1.500	1.500
Goiás	5.000	117	5.172	5.000
Mato Grosso	28.669	667	30.000	20.000
	12.090.400	265.355	8.527.350	12.498.200

Fica patenteado, dentro dos limites, um excesso de cerca de 1.500.000 sacos que, com o extra-

limite, ultrapassará de 2 milhões de sacos. Há duas alternativas para esse excesso dentro da atual limitação; ou honestamente é produzido e retirado do mercado em forma de demerara ou mel rico para transformação em álcool; ou é lançado clandestinamente no consumo a despeito de qualquer acôrdo que se promova para restringir a produção, afim de que haja o equilíbrio da produção com a capacidade do consumo.

Três soluções existem para o excesso do extralimite; ou é jogado honestamente no mercado com aquisição de correspondente quantidade de demerara do Norte, para exportação para o exterior, se por acaso os mercados mundiais presos ao acôrdo de Londres, comportem; ou permanecerá a matéria prima no campo, perdida, o que nos parece humanamente impossível; ou é jogado no consumo, clandestinamente, como assevera o Sr. Andrade Queiroz, pois "a fraude é registrada nas estatísticas de consumo, que acusam pausas inexplicáveis de solicitação, índice seguro da entrada do clandestino". E o sr. dr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no seu primeiro documento público, ao iníciar a sua administração, abordando o complexo problema açucareiro, diz textualmente que "no confronto, com os fatos anteriores, o preço por si só não explica o fenômeno, nem a expansão do açúcar banguê. Temos clandestino, o açúcar que foge às taxas e às quotas legais".

São duas opiniões sensatas, de dois economistas, de dois administradores. E por que não declararmos então, que o problema máximo hoje, é coibir a ambição demasiada, e combater por todos os meios, e em toda parte, a produção clandestina? Ora, se há um interesse nacional norteando todo

o plano de defesa, se o clandestino afeta toda a organização que tão amplos benefícios tem semeado, se a todos os produtores bem intencionados assiste o direito de pedir ao governo medidas que salvaguardem o patrimônio ameaçado, deve ser de amplitude nacional que bem demonstre espírito de brasilidade qualquer plano que vise o equilíbrio das safras. Constatado que está, um excesso de 1.500.000 sacos, dentro dos limites, porque assistiria a algum Estado o direito de lucrar nas cotações estabilizadas e não concorrer para a sustentação desses preços? Cremos que o Norte não fará nenhum sacrifício, exportando para o exterior, se Campos e São Paulo não cooperarem nesse sacrifício. E a permanência desse volumoso stock no Norte trará a queda brusca das cotações, porque agirá como "dumping" interno. Os dois grandes produtores sulistas teriam então muito maior prejuízo... Uma diferença de 10\$000 por saco nas cotações de São Paulo e Campos equivale a um prejuízo de 40 mil contos de réis, ao passo que o sacrifício que lhes caberia, talvez não atinge a 2\$000 por saco, sobre toda sua produção.

Se o açúcar, a nossa indústria básica e mater, o vínculo dos interesses do Brasil colônia, o construtor da nossa economia até o advento do café, o produto que mais disseminação tem em todo o território nacional, geograficamente distribuído onde o homem vive ao lado da água, nas zonas onde chove, servir de luta entre Estados, for motivo de guerra econômica entre regiões, nas férteis terras brasileiras, terá desmentido o seu destino. Assim, na zona de aluvião do vale do Paraíba onde a sedimentação é uma obra perene do rio impetuoso; nos vales do Capibaribe desde a delimitação da "caatinga" com a "mata", do Serigí onde ainda estão

os maiores e melhores bañguês do Nordeste, no Una, no Arariba, no Pirapama, nas várzeas do Cabo, do Serinhaem e do Jacuipe em Pernambuco; na terra em que Cristovão Lins, em 1575, funda o primeiro engenho, ou no Coruripe, visão fantástica de um vale interminavel, em Alagoas; nos vales do Japarutuba, Cotinguiba e Vasa Barrís em Sergipe ou nos torrões de Massapê, da Baía, íntima e volutuosamente descritos por um filósofo senhor de engenho dos princípios do século XIX; em Campos dos Goitacases, o habitat por excelência da cana de açúcar; em São Paulo, Campinas, Piracicaba, Araraquara ou Igarapava, em todos os lugares onde a cana de açúcar substituiu o café em crises permanentes; no Norte, Centro ou Sul do Brasil onde se planta cana, ele, o açúcar, terá desmentido toda a sua tradição e ter-se-á tornado elemento perturbador, motivo de desagregação e portanto de maldição.

(1938)

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DO AÇUCAR

O problema do açúcar no Brasil é antes de tudo um problema de consumo, ponto inicial e finalidade da economia açucareira, tendo para a economia Política tanto interesse e importância quanto a produção e a circulação.

Pela configuração geográfica do Brasil, se perceberá, desde logo, a dificuldade que as distâncias proporcionam e o obstáculo natural ao consumo com o interior imenso, pontilhado, de longe em longe, por vilas e cidades. Essa dispersão dos núcleos humanos do interior e a maior facilidade de circulação, de transporte nas zonas marítimas reafirmam o conceito de civilização litorânea do Brasil.

Não resta dúvida que as populações localizadas nas zonas marginais do Atlântico têm um consumo relativamente alto e que as populações rurais possuem um consumo muito baixo.

O consumo de açúcar no Brasil foi em 1935 de 16.220.753 sacos ou 973.245.180 quilos; em 1936 de 15.817.787 sacos, correspondendo a . . . 946.067.220 quilos; e, em 1937 de 15.718.997 sacos, isto é, 943.139.620 quilos, de todos os tipos de açúcar, fabricados nas usinas, em meios- aparelhos, banguês, instantâneos e engenhos.

Esse consumo de açúcar de todos os tipos se distribue da seguinte maneira entre os Estados brasileiros:

ESTADOS	Consumo total de todos os tipos de açúcar		
	1935	1936	1937
Acre	12.708	14.457	14.626
Amazonas	91.315	110.457	117.099
Pará	135.805	207.957	155.743
Maranhão	91.867	120.347	112.168
Piauí	80.561	70.004	72.112
Ceará	585.836	434.910	386.170
R. G. do Norte	337.636	288.601	213.146
Paraíba	512.708	414.032	350.371
Pernambuco	1.250.307	789.115	848.114
Alagoas	299.373	257.631	276.441
Sergipe	139.657	115.822	169.737
Baía	1.057.760	986.674	1.042.305
Esp. Santo	218.439	221.801	211.716
R. de Janeiro	668.583	854.011	800.378
São Paulo	4.041.878	3.902.022	4.174.595
Paraná	269.351	338.925	331.264
Sta. Catarina	139.285	166.611	196.218
R. G. do Sul	1.116.650	1.294.240	1.127.224
Minas Gerais	3.028.113	3.135.328	3.208.685
Goiás	177.401	211.700	193.731
Mato Grosso	37.245	42.417	43.320
D. Federal	1.928.275	1.840.725	1.673.834
BRASIL	16.220.753	15.817.787	15.718.997

Os dados do consumo de açúcar dão uma impressão imediata da descontinuidade demográfica no Brasil, das desigualdades territoriais e grau de civilização dos diversos Estados: o Território do Acre ou o Amazonas, contrastando, mesmo no se-tentrião, com Pernambuco ou Baía. Esses dois Estados, em contraste ainda mais chocante com

o Distrito Federal ou São Paulo. E nos dois extremos: o Território do Acre e São Paulo.

Dividindo-se o Brasil em zonas de consumo, encontramos as regiões do extremo Norte, compreendendo o Território do Acre, o Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; a do Nordeste e Centro, envolvendo os Estados a partir do Ceará até Espírito Santo; as zonas do grande consumo de açúcar, começando com o Estado do Rio, e abarcando o Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais; a zona do extremo Sul com o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e finalmente a zona de consumo do Oeste, compreendendo os Estados de Mato Grosso e Goiás. Na média do triênio 1935-37, a primeira região, a do extremo Norte teve um consumo médio de 469.110 sacos, para uma população de 4.053.259 habitantes espalhada numa área de 3.928.789 quilômetros quadrados. A população dessa zona corresponde a 9,7% do total da população e a superfície a 46,15% da área total do território brasileiro, cujo resultado sob o ponto de vista de densidade demográfica é de 1,03 habitantes por quilômetro quadrado.

A segunda zona, Nordeste e Centro, teve no triênio 1935-37 um consumo médio de 3.802.698 sacos de açúcar de todos os tipos, para uma população de 13.383.160 habitantes, localizados numa área de 980.362 quilômetros quadrados, correspondendo, assim, a uma densidade demográfica de 13,6 habitantes por quilômetro quadrado, equivalendo a população dessa zona a 32,2% da população brasileira.

À terceira zona, a maior zona de consumo de açúcar, compreendendo os três Estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e o Distrito Federal, cabe uma distribuição de açúcar, na média do

triênio 1935-37, de 9.752.139 sacos de açúcar de todos os tipos, para uma população de 17.968.471 habitantes, vivendo numa área de 884.620 quilômetros quadrados. Isso representa uma densidade demográfica de 20,3 habitantes por quilômetro quadrado. A população dessa zona equivale a 43,2% do total da população brasileira.

A zona do extremo sul, compreendendo uma população de 5.053.041 habitantes e uma área de 580.184 quilômetros quadrados, ou seja, uma densidade demográfica de 8,7 habitantes por quilômetro quadrado, tem um consumo de 1.501.548 sacos de açúcar de todos os tipos, na média do triênio 1935-37. A população dessa zona equivale a 12,1% do total da população brasileira.

Finalmente, na extensa zona do Oeste, onde o consumo do açúcar no triênio foi de 316.926 sacos, para uma população equivalente a 2,6% da população brasileira, isto é, 1.102.215 habitantes, numa área de 2.137.234 quilômetros quadrados, correspondendo a 25,1% da área total do Brasil, o que representa uma densidade demográfica de 0,51 habitantes por unidade territorial.

Mas, não somente o alto consumo de açúcar é índice de progresso e de civilização. O consumo mais ou menos elevado dos tipos de açúcar atesta o grau de progresso das populações, traçando uma perfeita diferenciação de zonas econômicas. Como nas diversas classes sociais há uma especialização de tipo de açúcar, assim também, nas diversas zonas de consumo, o tipo de açúcar irá caracterizá-las. E, na comparação entre o consumo de tipos de açúcar, concluiremos que quanto maior o consumo "per capita" de açúcar de usina, maior a prosperidade e, quanto maior o consumo do açúcar bruto, de engenho banguê e de rapadura, mais

primária a civilização. Eis durante o triênio 1935-37, o consumo de açúcar de usina, cuja média foi de 10.107.491 sacos, de acôrdo com o seguinte quadro:

ESTADOS	Consumo exclusivo de açúcar de Usina		
	1935	1936	1937
Acre	520	3.993	5.106
Amazonas	82.175	102.333	110.261
Pará	121.106	182.795	136.947
Maranhão	55.884	76.403	79.149
Piauí	31.140	39.980	46.084
Ceará	160.249	182.475	170.611
R. G. do Norte	79.285	57.567	48.611
Paraíba	136.365	115.085	147.652
Pernambuco	945.123	436.416	463.476
Alagoas	234.277	244.504	88.785
Sergipe	48.582	27.372	90.785
Baía	461.277	434.920	399.320
Esp. Santo	94.489	76.600	65.782
R. de Janeiro	673.505	723.142	698.986
São Paulo	2.968.207	2.916.854	3.329.023
Paraná	236.292	300.990	282.801
Sta. Catarina	78.066	101.184	77.908
R. G. do Sul	1.079.123	1.244.178	1.104.103
Minas Gerais	857.052	957.961	1.018.847
Goiás	4.813	4.729	5.227
Mato Grosso	34.912	39.245	40.013
D. Federal	1.791.554	1.804.846	1.665.429
BRASIL	10.173.996	10.073.572	10.074.906

Se tomarmos em consideração o consumo de açúcar de usinas, o aspecto do estudo muda sensivelmente, porque na primeira zona, isto é, a do extremo-norte, o consumo médio do triênio 1935-37 é de 357.958 sacos; o da zona Nordeste-Centro, de 1.736.534 sacos; o da terceira zona, a de maior consumo, de 6.468.466 sacos; o do extremo sul, de

1.501.548 sacos; e, finalmente, o da zona do Oeste, é de 41.979 sacos.

Comparando-se o consumo de açúcar na terceira zona de consumo, decorrente de uma densidade demográfica bem mais acentuada, — como de uma região onde o trabalho humano é mais valorizado, com conseqüente mais elevado nível de vida, — com as demais zonas em conjunto, verificamos que, no consumo de açúcar de usina, o consumo da terceira zona é superior ao do resto do Brasil 76,9%.

Com a distribuição média, anual, de 15.919.179 sacos de açúcar de todos os tipos, a média do consumo “per capita” para o Brasil, atinge 22,6 quilos. Não resta dúvida que esse consumo é superior 76,5% ao consumo do triênio 1914-16, que atingiu 12,8 quilos. No triênio 1917-19 alcança 14,8 quilos; em 1920-22, 20,6 quilos; no triênio 1923-25, vai a 20,9 quilos; no triênio seguinte, consegue subir a 21,5 quilos; e, em 1929 atinge 23 quilos “per capita”. Em 1931-32 o consumo foi de 22,4 quilos, em 1933-34 de 21 quilos. Em 1935 o consumo reage, conseqüência da melhoria interna da economia brasileira, subindo a 23,5 quilos, descendo 5,1% no ano seguinte, pois que atinge 22,3 quilos e em 1937, 22,2 quilos “per capita”, de açúcar de todos os tipos.

Claro que se não pode classificar de baixo o consumo de açúcar no Brasil. É relativa a asserção de que grande consumo de açúcar é índice absoluto de civilização. A localização do Brasil em pleno trópico, onde o homem para viver não precisa de tanto “combustível”, como o dos países de clima frio, modifica o conceito civilizador, por excelência do consumo de açúcar. Mas, sob o prisma de consumidor tropical, não se pode considerar, assim

mesmo, o brasileiro como detentor de um consumo de açúcar satisfatório. O que mais extasia no confronto do consumo "per capita" no Brasil, em relação aos Estados, é a disparidade entre os números do consumo. Dir-se-ia que no Brasil tudo é contraste. Os consumidores de açúcar no Distrito Federal teem um gasto "per capita" de 62,5 quilos por ano e os do Piauí 5,2 quilos, isto é, o consumo "per capita" no Distrito Federal é superior 1.101% ao do Piauí. Porque uma disparidade tão acen-tuada? Eis o quadro geral do consumo "per capita" de todos os tipos de açúcar:

ESTADOS	Consumo "per capita" de todos os tipos kls.		
	1935 %	1936 %	1937 %
Acre	6,6	7,4	7,5
Amazonas	12,5	14,9	15,8
Pará	5,4	8,1	6,1
Maranhão	4,7	6,1	5,6
Piauí	5,8	4,9	5,1
Ceará	21,3	15,6	13,8
R. G. do Norte . . .	26,5	22,1	16,4
Paraíba	22,5	17,8	15,0
Pernambuco	25,4	15,7	16,9
Alagoas	14,9	12,7	13,6
Sergipe	15,2	12,5	18,3
Baía	15,1	13,9	14,7
Esp. Santo	19,0	18,7	17,9
R. de Janeiro	19,7	24,7	23,2
São Paulo	36,6	34,4	36,9
Paraná	16,0	19,5	19,1
Sta. Catarina	8,5	10,6	11,6
R. G. do Sul	22,0	24,9	21,7
Minas Gerais	24,0	24,4	25,0
Goiás	14,4	16,8	15,4
Mato Grosso	6,1	6,8	7,2
D. Federal	67,6	62,9	57,2
BRASIL	23,5	22,3	22,2

Se tomarmos como base para estudo o consumo médio "per capita" dos diversos Estados, e das diversas zonas de consumo, em relação à zona de maior consumo, verificamos que entre os Estados da zona do extremo Norte, cabe ao Amazonas o maior consumo e ao Piauí o menor; sendo a média do triênio 1935-37, de 7,7 quilos "per capita", a qual é inferior 79,2% ao do consumo médio da terceira zona, que compreende o Estado do Rio, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais. Na segunda zona, a do Nordeste-Centro, o consumo médio foi de 17,1 quilos "per capita", sendo o menor Estado consumidor o de Alagoas e o de maior consumo o Rio Grande do Norte.

Em relação ao consumo da terceira zona, o da zona que envolve a região típica e tradicionalmente açucareira, é inferior 53,9%.

Na terceira zona, o maior consumo é o do Distrito Federal, com 62,5 quilos "per capita" e o menor consumo o de Minas Gerais com 24,4 quilos. A média geral obtida nessa zona é de 37,1 quilos "per capita", durante o triênio 1935-37, de açúcar de todos os tipos.

Na zona do extremo Sul, a média obtida dos consumos dos três Estados meridionais é de 17,1 quilos "per capita", inferior 53,9% à da zona anterior. O Estado de menor consumo é o de Santa Catarina, com 10,3 quilos "per capita"; depois, o Paraná com 18,2 quilos; e, finalmente, o Rio Grande do Sul com 22,9 quilos "per capita", na média verificada no triênio 1935-37. Por último, na zona do Oeste, de fraca produção e de grandes dificuldades de transportes, o consumo médio "per capita" é de 11 quilos, isto é, inferior 70,3% ao da zona de maior consumo.

Se se considerar unicamente o consumo de

açúcar de usina, o consumo "per capita" no Brasil é de 14,3 quilos.

Ocorre, porém, que esse número seria inexpressivo sob o ponto de vista de geografia do consumo, se não conhecermos a existência de uma grande expressão demográfica sem consumo de tipos superiores de açúcar. O açúcar de usina é de uso das classes abastadas, das classes médias e raramente das classes operárias, e isso, só nas grandes metrópoles. Se quisermos fazer um estudo real do consumo de açúcar de usina, precisamos desde logo, frisar que esse consumo é litorâneo. Produto essencialmente das zonas úmidas do litoral, em todo o Nordeste até Baía, nas capitais desses Estados, o consumo do açúcar de usina atinge razoáveis níveis. E, só nos centros do interior de grande atividade, como Campina Grande na Paraíba, Caruarú e Garanhuns em Pernambuco; Penedo em Alagoas, Propriá em Sergipe e Feira de Sant'Ana na Baía, é que o açúcar de usina logra concorrer com o açúcar de banguê, conseguindo romper a sua zona de irradiação, circunscrita quase à própria zona de produção nordestina.

Para o Sul, a situação se transmuda, porque as zonas de produção são mediterrâneas. Campos, no Estado do Rio, grande fornecedor de açúcar ao Distrito Federal, torna-se, pela sua localização, o centro eficiente de distribuição para o Estado do Rio e Minas Gerais, numa grande zona que é economicamente tributária do seu açúcar.

Em São Paulo, as diversas zonas de produção se distribuem em imensos municípios do hinterland, — Piracicaba, Campinas, Araraquara, Ribeirão Preto, Capivarí, Igarapava, Lorena, Porto Feliz, Santa Bárbara, Sertãozinho, etc., — zonas ligadas aos principais centros paulistas por extensa

rede ferroviária e esplêndidas rodovias, facilitando bastante a distribuição e o consumo. O grande consumo da produção paulista do açúcar de usina é processado no interior. A capital e Santos são aprovisionadas, quase, com açúcar de procedência nordestina. Em Minas Gerais, o grande Estado mediterrâneo, a produção de açúcar de usina tem diminuta irradiação além das zonas açucareiras. O consumo de açúcar de usina em Minas Gerais é relativamente insignificante, pois que só alcança 9,9 quilos "per capita".

Mas, temos de atentar no aspecto geral do consumo de açúcar de usina, na especialização das zonas consumidoras. Estará bem aproximado da realidade o cálculo de que um terço da população brasileira se abstem do consumo de açúcar de usina, utilizando unicamente açucares baixos. Assim, encontramos os dados "per capita", por Estados, atingindo a média geral do triênio 1935-37, 21,5 quilos distribuídos nas zonas de consumo próprio para açúcar de usina:

CONSUMO "PER CAPITA" DE AÇUCAR DE USINA

ESTADOS	"Per capita" em kls.		
	1935	1936	1937
Acre	0,4	3,1	3,9
Amazonas	17,8	21,0	22,1
Pará	7,7	10,8	7,8
Maranhão	4,6	5,8	5,9
Piauí	3,6	4,3	4,8
Ceará	9,2	9,9	9,0
R. G. do Norte . . .	9,9	6,7	5,5
Paraíba	9,4	7,5	9,3
Pernambuco	30,5	13,2	13,6

Alagoas	18,5	18,2	6,5
Sergipe	8,4	4,5	14,5
Baía	10,5	9,3	8,3
Esp. Santo	13,0	9,8	8,1
R. de Janeiro	31,5	31,7	29,8
São Paulo	42,6	39,0	43,0
Paraná	22,1	26,3	23,8
Sta. Catarina	7,6	9,1	6,7
R. G. do Sul	33,7	36,3	31,2
Goías	0,6	0,6	0,6
Mato Grosso	9,1	9,6	9,4
Minas Gerais	10,8	11,3	11,7
D. Federal	62,8	61,7	55,5
Médias	22,8	21,1	20,5

Deduz-se desse quadro que houve uma retração do consumo de 10%, em 1937, em relação a 1935. A maior diferença na queda do consumo se verificou em 1937, no Estado de Alagoas, com uma redução de 64,8%, e em Pernambuco de 55,4%, em relação ao consumo "per capita" do ano de 1935. Essa queda do consumo se justifica devido à grande depressão provocada pela sêca, nos anos de 1936 e 1937, que, diminuindo consideravelmente as duas safras, desorganizou a economia das classes produtoras e trabalhadoras dos dois Estados.

No Distrito Federal houve uma diminuição de 11,6% em 1937, em relação a 1935, sendo explicada essa redução pela majoração dos preços em alguns meses do ano de 1937.

Vive a indústria açucareira brasileira num dilema econômico: com os atuais preços, ante os motivos justos da elevação do custo de produção, a produção se julga sacrificada, mas o consumo, com os altos preços, tende a se retrair, provocando a elevação dos stocks, assoberbando o drama da super-produção.

Chegamos, finalmente, no estudo do consumo de açúcar, à parte comparativa do consumo “per capita” no Brasil e em outros países.

Segundo os dados publicados por F. O. Licht nas suas “World Sugar Statistics”, de 1937, o consumo “per capita” em quilogramas nos diversos países do mundo é o seguinte:

P A I S E S

<i>Europa</i>	<i>1935-36</i>
Alemanha	25,0
Tchecoslováquia	26,1
Áustria	26,3
Hungria	12,1
França	25,1
Bélgica	29,8
Holanda	28,9
Dinamarca	55,9
Suécia	48,8
Noruega	31,9
Polônia	11,5
Itália	7,9
Espanha	12,2
Portugal	8,2
Dantzig	18,7
Iugoslávia	5,4
Rumânia	5,4
Bulgária	4,0
Grécia	11,2
Albânia	36,1
Grã-Bretanha	54,6
Irlanda	38,7
Finlândia	29,7
Letônia	24,7

Lituânia	10,0
Estônia	25,0
Turquia	4,6
Rússia	13,6

América

Cuba	36,9
Estados Unidos	47,9
Canadá	44,9
Argentina	31,3
Brasil	19,6
Perú	12,2
Chile	27,7
México	16,2

África

União da África do Sul	23,1
Egito	9,2
Marrocos, Argélia, Tunis	19,0

Ásia

Índia Inglesa	9,4
Java	4,2
Japão, Formosa, Coreia	11,2
China	2,0

Oceania

Austrália	49,8
---------------------	------

Na tabela de Licht o consumo de açúcar no Brasil é de 19,6 quilos “per capita” quando as estatísticas levantadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool elevam-no a 23,5 quilos em 1935. Considerado esse consumo, concluímos que a média do consumo “per capita” de 14 países europeus com consumo inferior ao do Brasil é de 9,1 quilos, isto é,

inferior 61,2% ao consumo brasileiro. A média dos demais 15 países europeus é superior ao consumo "per capita" do Brasil em 43,4%.

Dos países americanos estudados por Licht, a média de cinco países é superior 60,4% ao consumo brasileiro, enquanto este é superior 39,5% à média do consumo do Perú e do México.

Em relação aos cinco países africanos, o consumo da União da África do Sul é inferior 0,4 quilos "per capita" ao consumo brasileiro; o do Egito inferior 60,8% e o de Marrocos, Argélia e Tunis inferior 19,1%.

As seis regiões asiáticas estudadas tem todos baixíssimos consumos, bastando salientar que o consumo da Índia Inglesa é inferior ao do Brasil 60%, o de Java inferior 84,6%, o do Japão, Formosa e Coréia inferior 52,7% e o da China, espantosamente inferior 91,4%. São regiões onde os homens pululam e vivem miseravelmente a maior tragédia de aglomeração humana.

Finalmente, em relação à Austrália, o consumo brasileiro é inferior 52,8%.

Dos dados de consumo mundial "per capita" se infere que a posição do Brasil não é deprimente em relação aos demais países. No confronto do consumo de açúcar, tem-se a considerar como fator decisivo o clima. Vivemos no Brasil em latitudes onde o clima não requer excessos de combustão para revitalização orgânica. Daí a relativa insegurança nos dados comparativos entre o Brasil e os países do Norte da Europa, do Norte da América, ou das regiões do Sul da América ou da Austrália.

À conta, pois, desse fator, um grande índice de consumo deve ser creditado.

Para termo de comparação de consumo de açúcar, teremos de tomar o dos países ocidentais

da Europa, Portugal e Espanha, os países mediterrâneos, quer do Sul da Europa quer do Norte da África, a Austrália, Cuba, México e Perú. E a posição do Brasil, na generalidade, é superior ao consumo desses países, exclusive Cuba e Austrália.

É uma dedução de que no Brasil se consome açúcar num índice animador, comprovando o grau de adiantamento e progresso da civilização litorânea brasileira. E esse consumo só é tão elevado, por causa do baixo preço do açúcar. No confronto do consumo com os preços nos mercados internacionais, essa tese ficará firmada.

O problema açucareiro do Brasil é de elevação do padrão de consumo nas suas populações menos favorecidas, porque o brasileiro das cidades é um grande consumidor. Efeito, talvez, de cozinha, de regime alimentar, e, daí esse índice de consumo para um povo positivamente de baixo standard de vida. Mas, ao lado do alto consumidor existe o subnutrido, o trabalhador rural, o homem que vive nos campos ou nas cidades do interior em trabalhos agro-pecuários. Esse tem um baixíssimo consumo, não atingindo sequer a 7 quilos "per capita".

E, possivelmente, um terço da população brasileira vive nesse nível, consumindo essa parcela de açúcar bruto, melado e rapadura. A elevação desse nível é que se faz premente para a tarefa de valorização do homem que trabalha nos campos, transformando sua vida em utilidades para nossa civilização.

O crescente aumento do consumo brasileiro nos dois terços de sua população, será, — além de uma pequena elevação promovida pela melhoria das nossas condições econômicas, — função do crescimento da população.

(1938)

PAISAGEM ECONÔMICA BRASILEIRA

O Brasil, com uma extensão territorial de 8.511.189 quilômetros quadrados, dispostos em mais de 40° de latitude, abrangendo desde a zona equatorial à temperada, com os mais variados tipos de solos, só poderia se apresentar na paisagem econômica mundial como o país das culturas variadas.

Essas culturas dão a cada Estado ou zona uma fisionomia própria. No extremo norte, a indústria extrativa predomina, com a produção de borracha e de castanha, que se apresentam com um valor de exportação, em 1936, de 58.504:944\$000 e 45.926:000\$000, correspondendo, respectivamente, a 11.135 toneladas e 24.322 toneladas. A Amazônia quase se resume à economia móvel da extração, faltando, como atributo de sua formação, a fixidez das culturas agrícolas.

O elemento humano vive à margem da produção. O trabalho, nas fases de colheita e extração, se caracteriza pelas suas intermitências. Falta a continuidade do trabalho agrícola. Dir-se-ia que o trabalho hiberna. E quando a árvore da borracha pode ser cortada para dar o latex, ou a castanha atinge o seu ponto de maturação, o homem volta à paisagem, pisando o solo úmido, humoso, aluvional, a descoberto pelas águas dos rios que baixaram.

No Nordeste, a cana de açúcar vive nas zonas úmidas e semi-úmidas, faixas litorâneas da Zona da Mata. Onde existe água, a cana vegeta, na zona do litoral como matéria prima para as Centrais, para as usinas. Onde a água é mais escassa, a cana de açúcar é matéria prima para os engenhos banguês que foram empurrados para o extremo da Zona da Mata, quase nos limites com o agreste, ou com a caatinga.

Finalmente, onde as precipitações pluviométricas são minguadas ou muito irregulares, nas caatingas, na zona de vegetação característica de sertão, nos córregos, às margens de lagoas, nos alagadiços, a cana de açúcar é matéria prima para a fabricação da rapadura.

Nesse Nordeste açucareiro, o tipo de açúcar impregna o ambiente com uma fisionomia e uma cultura. Onde o tipo cristal predomina, a monocultura é mais intensa, a grande propriedade é mais avassaladora. A industrialização é o fenômeno dessa zona canavieira.

A predominância do tipo de açúcar bruto, — sêco ou melado, purgado, retame, — é a característica do engenho ainda colonial. Métodos antiquados de fabricação, com fogo direto sob tachos abertos, com pequeno terno de moendas, de diminuto diâmetro.

O banguê representa com o rudimentarismo de suas instalações, o apogeu do período pre-industrial do açúcar. Foi o expoente da economia industrial e agrária do Brasil, durante todo o período colonial e imperial. O açúcar bruto é alimento das classes menos favorecidas, das classes operárias, cujo índice de cultura é muito baixo ou quase nulo.

Finalmente, na zona econômica da rapadura, zona do Nordeste, localizada nos brejos do sertão,

a fábrica é do tipo inferior ou igual ao das entrosas, ao dos engenhos de bestas. É a fábrica primária, num ambiente primário. A rapadura é o alimento por excelência do sertanejo e na escala dos tipos de açúcar, indica bem o seu grau de civilização.

Esse é o panorama da lavoura canavieira no Nordeste.

Nos demais centros açucareiros do Brasil, a mesma diversidade de tipos de açúcar traça em cada zona uma fisionomia própria. Nas economias açucareiras, o usineiro tem um interesse diferente do banguezeiro, e o rapadureiro se afasta diametralmente dos dois tipos de industriais.

A economia do açúcar cristal é de assimilação, de absorção, de predomínio e de expansão. . .

A economia do açúcar bruto é de resistência à assimilação, à absorção que lhe faz o açúcar cristal, quer absorvendo o engenho para efeito de adjudicação de sua quota de limitação, quer expulsando de sua zona de consumo, desde o momento em que o açúcar de usina — refinado, grã-fina, cristal ou demerara — abandonando as capitais, procurou o consumo no interior.

Entre os dois tipos de açúcar há, inegavelmente, uma luta surda. A civilização contra a rotina. O branco contra o escuro. O forte em poderio, porem pouco numeroso, contra o fraco mas em grande número. Uma época de concentração industrial, contra uma fase de economia patriarcal. Luta insana, incansável, visível e fatal. Luta talvez, de duas culturas, dentro da cultura da cana de açúcar. . .

Dentro, ainda do Nordeste, a cultura do algodão é um grande elemento de riqueza com a localização das suas variedades, nas diversas zonas do agreste e do sertão. É a lavoura, por excelência, do pobre. É com algodão que ele faz dinheiro. Para se

avaliar a sua importância no Nordeste, basta citar, que em relação à área cultivada em 1935 no Ceará, a cultura do algodão representa 75%, no Rio Grande do Norte 87%, e em Pernambuco 32%. Aliás, hoje, o algodão tem uma área de cultura superior 285% à da cana de açúcar, espalhando-se o seu plantío pela quase totalidade dos Estados brasileiros.

Na Baía, impera o cacau que tem uma área cultivada equivalente a 35% da totalidade da área cultivada do Estado.

O cafeeiro domina soberanamente nos quadros econômicos de São Paulo e do Brasil. Representa sua cultura, em São Paulo, 45% da área cultivada do Estado e 27% da totalidade da área cultivada do país. No Espírito Santo representa 58%, e em Minas Gerais 30%.

Outra grande cultura que representa 23% da área cultivada de São Paulo e 45% da área cultivada de Minas Gerais é o milho, que no cômputo geral das áreas cultivadas está colocado em primeiro lugar.

Na comparação do açúcar com os demais produtos agrícolas, em função da área cultivada, num total de 12.815.294 hectares, em 1935, à cana de açúcar cabem 3,4%. Na ordem de importância, eis a distribuição:

Milho	31,8%
Café	27,7%
Algodão	13,9%
Arroz	7,4%
Feijão	6,8%
Cana de Açúcar	3,4%
Mandioca	2,5%
Cacau	1,3%
Trigo	1,1%
Fumo	0,9%

As demais culturas, como abacaxí, alfafa, aveia, banana, batata, centeio, cevada, côco, laranja e uva, contribuem com 3,2%.

Por esses dados deduzimos que as áreas plantadas com milho, café, algodão e feijão são superiores às de açúcar, respectivamente 809%, 714%, 308%, 117% e 99%. Esses dados, porém, não denotam inferioridade da cana de açúcar no cômputo geral das produções agrícolas brasileiras. É que, por unidade de superfície, nenhuma outra cultura atinge tão alta produção.

O milho, que se avanta na colocação de maior área cultivada tem um rendimento médio de 1,460 tons. por hectare. O café 0,320 tons., o algodão em caroço 5,390 tons., o arroz 1,440 tons., o feijão 0,940 tons., a mandioca 14,100 tons., o cacau 0,720 tons., o trigo 1,010 tons., o fumo 0,820 tons., enquanto a média da cana de açúcar no Brasil é de 30 toneladas por hectare. Desaparece, pois, toda a superioridade de algumas culturas em relação à cana de açúcar, quando é ela estudada sob o prisma comparativo de área cultivada.

Basta se atentar que, mesmo depois de beneficiada, de transformada, a cana em açúcar, este entra numa maior percentagem no quadro da produção agrícola do país. Assim, temos, a partir de 1931:

A N O	PRODUÇÃO AGRÍCOLA — Em toneladas		
	Total (inclusive açúcar)	Açúcar	%
1931	13.638.068	1.050.250	7,7
1932	15.229.429	981.610	6,4
1933	15.706.287	1.026.456	6,5
1934	15.648.002	1.084.572	6,9
1935	16.208.965	1.093.693	6,7
1936	16.305.951	1.019.171	6,3

Em 1935 a percentagem da área cultivada com a cana de açúcar sobre a área total cultivada, era de 3,4%, em 1936 de 3,6% e na distribuição percentual da produção agrícola, nesse período, ao açúcar cabe, respectivamente, 6,7% e 6,3% do total da produção agrícola do país. A explicação desse fato decorre do valor muito mais elevado de um hectare da produção de açúcar, em comparação com a média geral dos demais produtos. A média geral do valor, por hectare, da produção, no sexênio 1931-1936, foi de 499\$300 e a média geral do valor da produção açucareira, por hectare, durante o mesmo período, foi de 1:420\$700, isto é, superior 184%. Outro testemunho da maior valia do açúcar no confronto com os demais produtos agrícolas do país se patenteia no seguinte quadro:

A N O S	Valor por tonelada do açúcar	Valor por tonelada dos demais produtos agrícolas
1931	424\$300	340\$000
1932	478\$600	347\$800
1933	548\$700	379\$700
1934	640\$700	421\$800
1935	611\$800	404\$900
1936	664\$200	482\$500

A média geral obtida com o valor por tonelada de açúcar é de 562\$600 e a dos demais produtos de 398\$300. E no total do valor da produção brasileira que em 1936 atingiu 8.052.497.000\$000, ao açúcar cabe uma percentagem de 2,22% equivalendo a 676.922:000\$000. Ocupa o açúcar o quarto lugar no quadro geral dos valores das produções agrícolas do país. De fato, temos:

Café	2.253.819:000\$000
Algodão	1.179.224:000\$000
Milho	1.165.098:000\$000
Açucar	676.922:000\$000

Somente esses quatro produtos representam 65,6% do total do valor da produção brasileira, distribuindo-se os restantes 54,4% por dezenove outros produtos.

O açúcar fica abaixo 69% da quota do café, 42% abaixo do algodão e 41% abaixo do milho. Mas a contribuição do açúcar corresponde a 24% da reservada aos outros produtos agrícolas.

Se ao açúcar falta hoje o poderio que o café detém, decorrente da influência decisiva na economia brasileira, no entanto, representa um grande fator da riqueza interna, desde que todos os lucros quer agrícolas, quer industriais, quer comerciais, circulam dentro do país. Com o algodão e, principalmente, com o café, nos mercados mundiais, fica a grande parcela do esforço do produtor brasileiro. Com o açúcar, a quase totalidade da produção se consome dentro do país, desdobrando-se em inúmeras operações, multiplicando-se de acôrdo com as transações, ele se transforma num grande elemento de riqueza.

(1938)

A TEMPESTADE NO MUNDO AÇUCAREIRO

Poderíamos admitir o ano de 1929 como o início de um novo ciclo açucareiro no Brasil. Emergia a lavoura canavieira de uma grave crise motivada pela disseminação do mosaico, uma das incógnitas para os fitopatologistas de todo o mundo. As canas importadas de Java, bem aclimatadas no Brasil, traziam a ressurreição das plantações, a melhoria dos rendimentos agrícolas e industriais.

No Sul, essa renovação se processa bruscamente e, em menos de três anos, de canas resistentes ao mosaico, nos canaviais paulistas, fluminenses e mineiros, é quase a totalidade cultivada. No Norte, por efeito de clima ou de solo, a moléstia estacionou, ou não causou o estado de calamidade verificado nos canaviais das regiões meridionais. De forma que havia a possibilidade de alcançar grandes volumes de produção quando as condições do meio não fossem satisfatórias.

Na parte industrial, somente perto de 1929 começávamos a ter em funcionamento as grandes centrais. Algumas grandes usinas, por essa época, estavam em construção.

O Brasil não pôde acompanhar o grande surto mundial de após-guerra. Tendo havido o impedimento, por parte do governo do presidente Epitácio Pessoa, de concorrer o Brasil nos mercados mun-

diais, devido às excessivas cotações do açúcar no mercado interno, retraiu-se a iniciativa particular amarrada e entibiada ante as vicissitudes das cíclicas oscilações, das altas e baixas dos preços do açúcar, verificadas numa intermitência impressionante, em toda a sua história econômica, até 1929. Não tendo o Brasil aproveitado a desorganização da produção européia de beterraba, logo após a Guerra, cingindo-se às quotas do consumo nacional, o equipamento para as usinas não se processou de um modo imediato.

Somente anos depois, quando o Sul começou a se inclinar para a produção de açúcar, quando em Campos e São Paulo se começaram a ampliar e reformar algumas usinas, é que os produtores em geral se aperceberam da precariedade das nossas fábricas de açúcar. E num instante, no Norte, como no Sul, os planos de reforma foram mais arrojados, e começaram a aparecer as usinas com capacidade de esmagamento para oitocentas, mil e mil e quinhentas e até mil e oitocentas toneladas diárias.

Se alguma crítica mereceria, no momento, o governo que cerceava — isto em 1922, em pleno regime de economia liberal — a liberdade do comércio, afastando-nos de um lucrativo negócio no exterior, recebendo altos preços pela produção açucareira encaminhada para os campos ainda sangrentos da Europa, adiando o equipamento das fábricas fatalmente acelerado pelo estímulo das esplêndidas cotações, ficamos, hoje, a mirar o destino de outras regiões que, se tornando, desde então, grandes centros exportadores debatem-se numa miséria de preços, asfixiados pelas montanhas dos imensos stocks retidos nos armazens, numa esperançosa presunção de que um dia o mundo açucareiro encontre o seu equilíbrio. Numa interrogação, que traduz um de-

sespero dos que vivem do açúcar — trabalhadores, operários, plantadores, usineiros, governos — o problema tem resistido a todas as soluções definitivas.

O paralelo da situação atual da indústria açucareira do Brasil e a dos países que ingressaram na concorrência nos mercados consumidores quando se partiu o equilíbrio das produções de açúcar de cana e de beterraba — consequência da guerra de 1914 — é facilmente concludente.

Examinemos algumas regiões açucareiras para termo de comparação com a situação relativamente de desafogo que gozam os produtores brasileiros (1).

A Austrália é um típico exemplo do que estaria ocorrendo dentro do Brasil se o destino da indústria açucareira não se tivesse desviado da concorrência nos mercados consumidores da Europa.

Quando os “stocks” dos países europeus caminhavam para o esgotamento e quando os campos de produção de beterraba se transformaram em campo de mortandade, ou se tornaram desertos pela ausência dos que caminhavam, sem saber por que, para o sacrifício das vidas, de saúde, da tranquilidade, da riqueza, das instituições, da cultura e da civilização, os preços de açúcar de cana nos países tropicais subiram fantasticamente, aguçando o interesse dos produtores, para a cobertura do “deficit” da produção beterrabeira.

Ante a iminência de desorganização da economia do consumidor australiano pela exportação exagerada do açúcar normalmente destinado aos mercados internos, que pagavam menos que os centros consumidores da Europa, o governo da Austrália enveredou pelo controle da indústria açuca-

(1) Alguns dados desse estudo comparativo são fornecidos pelo Sr. O. W. Wilcox, no livro “A Economia dirigida aplicada ao açúcar”.

reira, a partir de 1915. Em primeiro lugar, tal como o governo brasileiro, impediu totalmente a exportação do açúcar. Porém, enquanto ainda embalado pela economia clássica, o governo brasileiro aí parava, deixando à iniciativa particular a sorte da indústria açucareira, da lavoura canavieira e dos consumidores, o governo australiano, desde então, legislou sobre as tabelas de compra e venda de cana, fixando um máximo nos preços da cana pago pelo usineiro ao lavrador e, concomitantemente, o preço máximo do açúcar que o consumidor deveria pagar.

Não bastava, porém, para o consumo interno da Austrália, a sua produção açucareira, encarregando-se o governo de importar as diferenças para cobrir as exigências do consumo. No mercado internacional as cotações subiam cada vez mais, e o açúcar era importado a altos preços. Em 1929, teve de importar a Austrália 200.000 toneladas de açúcar a preços exorbitantes. Não podendo o governo arcar com as grandes somas que desfalcavam a sua economia, foi permitida a elevação dos preços no mercado interno, garantido o preço da tonelada de açúcar aos usineiros, como estímulo para ampliação de suas produções. E em menos de um quinquênio, a indústria modernizada e as plantações ampliadas cobriram a antiga diferença e logo após, num crescendo admirável, excedia às próprias exigências do mercado interno, possibilitando, em 1935, a exportação de 200.000 toneladas de açúcar.

Enquanto os preços internacionais davam para cobrir o alto custo da produção australiana, a sua economia açucareira permanecia estavel. Mas, chegou o dia em que a recuperação da produção européia e o levantamento de fortes muralhas alfandegárias fizeram amontoar, permanentemente,

“stocks” sobre “stocks”, de açúcar produzido com as canas dos trópicos. E, junto à bem aparelhada indústria açucareira da Austrália, um peso morto, que é a exportação a preços vis, motiva um continuado empobrecimento da indústria, subsistente pelas altas cotações cobradas no consumo interno, pois um saco de açúcar refinado, de 60 quilos, custava 136\$100 (2). Mas, não poderia indefinidamente permanecer essa situação de crescente desorganização por dois motivos: se os excessos da produção continuassem invendáveis, pesando sobre a parte sã da produção, isto é, o volume destinado a preços altos no consumo australiano, nenhuma possibilidade restaria de equilíbrio e manutenção desses preços; se a indústria ficasse compelida a somente fabricar o necessário ao consumo do país, dois quintos das terras, e, concomitantemente, da produção, afetando toda a vida econômica e social da Austrália, ficariam inúteis.

Como solução de equilíbrio e de bem-estar público, a economia açucareira, já bastante afastada dos tipos clássicos da Economia, tomou uma medida drástica em relação à liberdade de produção e de venda do açúcar. Limitou-se a quota de cada produtor, tomando-se em consideração, precipuamente, a capacidade das usinas, de acôrdo com a maior safra até então produzida. E em relação ao fornecedor de cana, esse “máximo” de produção servia de base para a fixação da sua quota. Mas, o problema mais grave, aí, se defrontou. Como limitar as quotas de consumo interno, e as destinadas aos mercados internacionais? Como determinar os dois preços para a produção, sendo o mercado nacional

(2) Welt Zucker — Statistik, 1937. — Preços em 1.º de outubro de 1936 — F. O. Licht.

evidentemente alto, e vil o dos centros de consumo do exterior? Em vez de fazer um ensaio de economia dirigida, como o Brasil, em que a ação governamental era quase que catalítica, e em determinadas situações, para o equilíbrio estatístico de produção e consumo, indo até a retiradas de açúcar para exportação sob forma de "dumping", na Austrália, a Queensland Sugar Board, aparelho oficial de controle, vai ao ponto de adquirir todo o açúcar produzido pelas Usinas, pagando-o por um preço fixo, igual para todos os produtores. Esse açúcar é retirado por conta daquele departamento, que o coloca no mercado interno por um preço fixo e único.

Sem a atitude drástica da economia dirigida desprezando o tabú do direito individual — mera ficção no domínio econômico, quando se defrontam maiores interesses de sentido coletivo — iniludivelmente teria baqueado a indústria açucareira da Austrália.

Em Java, terra por excelência canavieira, grande empório do açúcar do Oriente, foi radical a medida de combate à crise da super-produção. Tendo sido a média do quadriênio 1928-29 a 1931-32, de 2.834.640 toneladas, em 1932-33, reduz a sua produção de 52,2%, descendo a 1.352.296 toneladas. Em 1933-34, uma limitação ainda mais profunda atinge a produção javanesa, descendo a 465.328 toneladas, o que representa uma diminuição de 83,5%. E a atual situação melhor será apercebida ao se constatar que das 172 usinas até há pouco tempo em funcionamento, atualmente, só se movimentam 40 usinas. As fábricas, em chômage, tiveram para os javaneses um triste destino. Foram vendidas a baixo preço para a Índia, ou ficaram instaladas, imoveis, se depreciando com a

ferrugem — trabalho persistente e progressivo de desgaste.

Há menos de um século a indústria açucareira mundial vivia num período de poucos progressos. As moendas eram simples rolos sem quase pressão, sendo o rendimento industrial muito baixo. Os primeiros ensaios se processavam para o cozimento do xarope em caldeiras fechadas. Há pouco é que as fornalhas se adaptaram à queima do bagaço, em vez de lenha. Todo o açúcar produzido tinha de ser exposto ao sol para secar e sofria nos principais centros de consumo o beneficiamento da refinação.

Depois, o técnico da máquina idealizou o melhoramento das moendas para efeito de repressão. A defecação e a clarificação do caldo sofreram progressivos melhoramentos a ponto dele atingir um alto grau de pureza. A evaporação nos tríplice-efeitos e a concentração no vácuo são um grande contraste com os tachos abertos, atingidos diretamente pelo fogo que lhes lambia o fundo. Nos velhos engenhos, depois do último tacho, a meladura de ponto grosso era depositada em fôrmas, de onde, escorrendo a pouco e pouco o mel, restava o açúcar bruto, seco ou melado. Na nova fábrica desce o xarope aos cristalizadores e daí às turbinas que separam o açúcar cristal do melaço. Até no final, os destinos do açúcar já fabricado contrastam. Na antiga fábrica, o açúcar vai secar ao calor dos raios solares; na nova, que o homem aperfeiçoou, o açúcar é rolado, esquentado a vapor, num tacho sempre em rotação, que batisaram de secador.

O homem, depois que se apropriou da técnica e a pôs à sua disposição para criar uma nova economia, espalhou por todos os pontos do universo a marca do seu gênio; no ferro trabalhado, nas

chapas e vergalhões de aço, nas caixas de cobre e nos bronzes das máquinas. Nas chaminés de ferro ou de tijolo há um símbolo das forças da natureza, transmutadas em vapor. Nos trilhos de ferro, a tentaculização da terra ao interesse humano. A perfeição foi sendo procurada; e à proporção que o homem vencia, ele se precipitava num caminho que ignorava. A ânsia de perlustrar esse caminho acicatava seu desejo infrene de progredir no desconhecido, resolvendo novos e outros problemas. E ao resolvê-los, outro problema nascia, crescia, se avantajava. O homem com o seu gênio se superava, criava um problema da demasia, do excesso, da superabundância. Aquilo que fora criado para benefício da humanidade, para suavizar o seu trabalho, para multiplicar os seus gozos, desejos e apetites, crescera de tal ordem, que se tornou malefício e desgraça. A humanidade, hoje, chegou à inconcebível necessidade de destruir gêneros de alimentação para sustentação dos preços. No Brasil, a partir de 1931 até fevereiro de 1937, foram destruídos 42.423.000 sacos de café (3) para impedir o declínio mais acentuado dos preços nos mercados internacionais, sujeitos à influência psicológica dos "stocks", no maior centro de produção cafeeira do universo. E no entanto, no próprio país da queima valorizadora há multidões sofrendoras e famintas.

No Canadá, nos Estados Unidos e na Inglaterra, com o intuito de se equilibrarem os preços de trigo e milho, os altos administradores, depois de procurarem a solução para o problema dos preços em face dos "stocks" — esquecidos dos milhões

(3) Boletim Mensal do Banco do Brasil — Maio de 1937.

de “chômeurs”, vítimas da fatalidade econômica dos tempos que correm — decidiram dividir os excedentes em duas porções: a primeira para combustível das locomotivas, e a segunda, para o trabalho da podridão.

Na Holanda, de 1 de outubro de 1932 a 1.º de maio de 1933, deram o seguinte destino a 20.000.000 de quilos de legumes que faziam diminuir a cotação do restante da produção: uma grande parte foi empregada como forragem e o resto, posto “fóra do estado de servir para alimentação”. Em 1934, foram destruídos 6,5 milhões de quilos de couve, 1,5 milhões de quilos de batata inglesa. Na Dinamarca, sacrificaram, em 1933, 137.131 touros, transformando-os em adubo orgânico e farinha para animais.

Ante tal espetáculo, “não existe, sem dúvida, capítulo mais triste na história da economia privada que esta destruição racional dos “stocks”, no meio de numerosos homens sofrendo fome” (4).

A técnica do homem suplantou suas necessidades. Ei-lo caminhando para a auto-destruição, desfazendo o que construiu, arrazando o que edificou, anulando todo o seu esforço. E em Java, onde o nível da indústria açucareira atingira alto grau, “enormes fábricas do valor de um milhão de dólares foram vendidas, com armas e bagagens, até por mil dólares, para serem desmontadas e carregado o seu equipamento aproveitável para a Índia ou para o Japão, para produzir açúcar para os mesmos antigos clientes, mas sob a administração de uma economia social diferente, onde se paga mais pelo açúcar e onde se ignora a existência dos

(4) La strategie economique. E. Wagemann.

apóstolos do "laissez-faire" que reclamam a vitória na corrida para o mais ligeiro e na batalha para o mais forte" (5). Essa, a atual situação da indústria açucareira mais aperfeiçoada do mundo, e a que mais profundamente foi atingida pela crise.

Na República Argentina vamos encontrar, também, no estudo de economia açucareira comparada, dados de interesse para a história contemporânea do açúcar no Brasil. Há uma relativa semelhança entre a economia açucareira argentina e a brasileira. Ambas evoluíram após a guerra, ambas chegaram à fase de super-produção e igualmente foram atingidas pela debacle dos preços no mercado mundial.

O início da crise coincidiu nos dois países. Como no Brasil, também na Argentina, em 1930, os preços do açúcar não davam para cobrir o seu custo de produção. Na Argentina, afirmam que somente uma única fábrica conseguiu não baquear nesse período, apresentando um lucro de 3,9%. Também no Brasil, das informações que se teve da sua economia açucareira, só uma usina, a Central Leão Utinga, nesse período de calamidade para a produção, conseguiu um lucro — diminuto é verdade — pois não chega a atingir 1\$000 por sacco. Mas, já então, essa usina brasileira, apresentava altos rendimentos obtidos em sua maquinária recentemente importada e completamente moderna. Os trabalhos de campo já eram racionalizados, sendo positivamente uma antecipação quase de um decênio sobre a média das usinas do Brasil. Ademais, a grande Central não dispndia praticamente nada na parte social, pois as suas vilas operárias eram abaixo de

(5) A Economia dirigida aplicada ao açúcar. — O. W. Willcox.

mediócras, a assistência ao trabalhador, nula, e os salários, vis, enquanto outras fábricas brasileiras já se haviam apercebido da necessidade de harmonizar o homem com a usina.

É um capítulo de toda a história açucareira mundial o das relações do trabalhador com a fábrica de açúcar. Em alguns lugares as reivindicações proletárias foram obtidas através de violências, greves, incêndios e depredações. Em outras partes, o Estado, para evitar perturbações, lançou-se entre o homem e a máquina, não permitindo que essa esmagasse o trabalhador, e que o trabalhador também não a escravizasse. Mas, há regiões açucareiras em que a violência não apareceu e em que o sofrimento é suportado. Aí, o homem é autômato e fatalista. Trabalha para o seu sustento diário, menosprezando o salário pois, se o ganho diário baixa, ele também se consola comendo menos. Por que reclamar, se ele, o trabalhador, se sustém em pé, e a indústria açucareira do Brasil existe há quatrocentos anos?

Mas, na Argentina, a iniciativa particular falhava em seus planos de salvação à economia açucareira. Lá também, o individualismo é duro, e tão feroz que mesmo na miséria, quando as vontades se aglutinam e se irmanam, não logrou harmonizar os produtores de açúcar. Foi reclamada a intervenção do governo que se defrontou com um "stock" avultado de açúcar, acumulado nos anos anteriores de super-produção. Que fazer então do excedente? Não se poderia buscar a solução na transformação desse excesso em álcool, porque é florescente a indústria petrolífera argentina. Queimar ou sacudir ao mar repugnou a todos, porque seria destruir trabalho. Idealizaram e executaram um plano engenhoso, se bem que complicado. Conhecido o custo

de produção médio das usinas de Tucuman, foi esse valor acrescido dos impostos provinciais e fretes, correspondendo a 17,8% daquele custo, de 0,5% de comissões e mais 12,5% para o trabalho de refinação. Concluiu-se que o custo de um quilo de açúcar refinado em Buenos Aires era de 38 centavos. Foi deixado para os produtores uma margem de 3 centavos por quilo, o que equivale a uma margem de 7,9% sobre o custo total de um quilo de açúcar de procedência tucumana, posto em Buenos Aires. Mas, esse preço, sendo alto em relação às cotações do mercado internacional, poderia ser ultrapassado, quando os produtores se refizessem, após o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, obtido pelo recalque do volume das safras durante três anos, correspondendo aos "stocks" acumulados.

Para evitar a especulação interna, a comissão organizadora para o estudo de medidas de salvação para indústria em crise, elaborou o seguinte esquema: "Um imposto específico de sete centavos ouro é cobrado sobre o açúcar estrangeiro. Como proteção aduaneira complementar se devem ajuntar a esses centavos mais 11 centavos da maneira seguinte: ao fim de cada mês a Comisión Nacional del Azúcar recebe do representante consular argentino em Praga um telegrama que indica o dia do mês anterior em que foi mais baixa a cotação do açúcar refinado para exportação Cif Buenos Aires. Idêntica informação é recebida por telegrama de Hamburgo e Londres. A Comisión anota qual das três cotações é mais baixa e o dia em que ela ocor-

reu, bem como a cotação oficial do câmbio naquele dia. Verificada, da maneira acima, a cotação mínima, acrescenta-se-lhe a despesa fixa de 3,63 centavos para cobrir as despesas oficiais. Então essa soma é subtraída de onze e a diferença representa o imposto aduaneiro extraordinário que deve pagar o açúcar estrangeiro que porventura chegou no mês seguinte. Isso quer dizer que o açúcar estrangeiro importado na Argentina tem contra si a diferença de 18 centavos ouro, constituída do custo no mercado europeu mais baixo, do imposto específico de 7 centavos, o imposto aduaneiro adicional acima descrito e mais as despesas. Esses 18 centavos ouro equivalem ao preço oficial de 41 centavos na depreciada moeda argentina. Para evitar que o preço real no mercado exceda o preço oficial, reza a lei que, quando o preço do açúcar por atacado, oferecido no mercado de Buenos Aires, exceder de 41 centavos, seja suspenso o imposto adicional, permitindo-se a entrada do açúcar estrangeiro, até que o preço retorne ao nível oficial" (6).

Em toda a atual legislação açucareira argentina reponta um profundo sentido social. Quando se fixaram as quotas de limitação das usinas, concomitantemente foram também limitados os plantadores de cana. No entanto, desde logo ficou estabelecido que os fornecedores que na safra anterior tivessem produzido abaixo de 10,5 toneladas, esse seria o seu limite. Ainda mais, quando se verificou o "stock" enorme acumulado e se decidiu dividi-lo em três anos, jogando-o no consumo enquanto se recalrava de igual quantidade a quota

(6) O.W. Willcox — O. cit.

de produção das usinas já limitadas, esse novo gravame recaiu exclusivamente sobre o usineiro, ficando assim, os fornecedores de cana, com as suas quotas integrais. É um exemplo digno de imitação.

O Brasil, olhando a tempestade a rolar pelo mundo açucareiro, foi dos menos afetados pela miséria universal. Como, porem, teria subsistido?...

(1939)

UMA TESE NOVA

Na parte meridional do Brasil, três Estados podem ser considerados como produtores de açúcar, sendo um por tradição econômica, o Estado do Rio, e dois por oportunidade econômica — os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

É digno de estudo o desenvolver das safras nos últimos nove anos, compreendendo um período de grave perturbação motivada pela crise, e depois, o período de recuperação, atingindo a prosperidade, graças à intervenção oficial do governo do presidente Getúlio Vargas.

No Estado do Rio, as usinas tiveram uma produção a partir de 1929 de: 1929/30 — 2.102.019 sacos; 1930/31 — 1.345.297; 1931/32 — 1.705.700; 1932/33 — 1.486.209; 1933/34 — 1.767.259 sacos.

Em relação ao primeiro ano do quinquênio que serviu de base à limitação houve duas safras de profunda depressão.

A média do quinquênio da limitação foi de 1.681.296 sacos, que é inferior 20% à maior safra, e superior 56% à menor safra.

Revistos os casos das usinas que tinham direito à majoração do limite em virtude de possuírem capacidade de esmagamento das moendas superior à média quinquenal, e, resolvidos os casos das usinas enquadradas nas exceções consagradas

pelo decreto que rege as atividades do Instituto do Açúcar e do Alcool, apurou-se um limite geral de 2.016.916 sacos.. Esse limite é superior à média quinquenal 19%, correspondendo a uma majoração de 335.620 sacos.

No Estado de São Paulo, não se encontra nenhuma tradição açucareira. De fato, todos os que estudavam a situação econômica do Estado de São Paulo, apontavam-no como um exemplo de monocultura cafeeira.

Esse imperialismo do café impossibilitou durante muito tempo que em São Paulo a indústria açucareira se organizasse eficientemente. Além disso, as variedades importadas do Norte — a demerara, a manteiga, a Port Mackey — não se aclimataram em São Paulo. Em todas as estatísticas os rendimentos agrícolas e industriais sempre eram mais baixos que os do Estado do Rio e o de qualquer Estado setentrional.

Quando os produtores paulistas começavam a dispensar maiores cuidados à parte agrícola, surgiu com rara impetuosidade a praga do mosaico, que dizimou quase completamente os canaviais. As safras do grande Estado, que eram sempre pequenas, quase que se extinguíram. Em 1923, isto é, logo após a irrupção do mal, não existia ainda, no país, cana resistente à infecção. Em 1924, as estatísticas consignam 1% de canas javanesas. E, num surto admirável, se processa a renovação dos canaviais paulistas, conseguindo, num setênio, transmudar completamente a paisagem agrícola, ascendendo a 99% a quantidade de canas resistentes, plantadas no Estado. As safras obedecem também a um ritmo acelerado. Em 1925/26 o volume alcançado é somente de 155.348 sacos, em 1926/27 atinge 375.930 sacos, subindo a 652.867 sacos e

945.980, em 1927/28 e 1928/29. Após a safra 1929/30, quando se inicia o quinquênio básico para a limitação, as safras são: 1929/30 — 1.113.417 sacos; 1930/31 — 1.108.510 sacos; 1931/32 — 1.565.824 sacos; 1932/33 — 1.673.998 sacos; 1933/34 — 1.828.668 sacos.

Tomando-se em consideração o primeiro ano do quinquênio básico, verificamos que no último ano desse período a produção havia se elevado 64%. Ao contrário do Estado do Rio, em São Paulo não houve nenhum declínio nas safras.

Tendo sido a média do quinquênio legal da limitação de 1.458.083 sacos, a menor safra, a de 1929/30 lhe é inferior 24%, e a maior safra, a de 1933/34, é superior àquela base, 25%.

O limite geral do Estado foi fixado em 2.071.439 sacos, ou seja um aumento de 613.356 sacos, em relação à média quinquenal, correspondendo a uma majoração de 42%.

O Estado de Minas Gerais jamais havia se interessado com o açúcar de tipos de usina. Sua produção sempre fora inferior às necessidades do consumo mineiro. Em matéria de indústria açucareira, tem-se a impressão que, salvo pequenas exceções, o grande Estado vive ainda a era colonial do açúcar, ficando, porem, em situação de desvantagem com a potência dos engenhos banguês de Pernambuco e Alagoas, pois, em Minas Gerais, o número de pequenas fábricas de açúcar, e principalmente de rapadura, é simplesmente assombroso.

De acôrdo com as estatísticas de registro dessas fábricas, em 31 de dezembro de 1937, temos nos diversos Estados os seguintes engenhos de açúcar e rapadura: Acre — 94; Amazonas — 58; Pará — 71; Maranhão — 512; Piauí — 1.392; Ceará — 1.938; Rio Grande do Norte — 493; Paraíba do

Norte — 1.181; Pernambuco — 1.769; Alagoas — 594; Sergipe — 122; Baía — 1.744; Espírito Santo — 167; Rio Grande do Sul — 286; Rio de Janeiro — 1.717; S. Paulo — 1.307; Paraná — 93; Santa Catarina — 4.854; Minas Gerais — 28.016; Mato Grosso — 80; Goiás — 2.598.

Os engenhos de açúcar e rapadura no Brasil sobem a 49.088, correspondendo os de Minas Gerais a 57% do total.

Se é verdadeira a tese de que o consumo de açúcar de usina é índice de civilização, encontraríamos para o grande Estado central um índice significativo de atraso, com o enorme consumo de açúcar bruto e pequeno consumo de açúcar superior.

Está claro que o consumo de açúcar baixo, de quase impossível contróle, se deve, em parte, ao atraso industrial dos produtores de açúcar, que, em tempo, não acompanharam a evolução da indústria.

A produção de açúcar de usina do Estado de Minas Gerais, a partir de 1929, é o seguinte: 1929/30 — 73.291 sacos; 1930/31 — 145.348 sacos; 1931/32 — 177.106 sacos; 1932/33 — 212.127 sacos; 1933/34 258.602 sacos.

Tendo a média quinquenal atingido 173.292 sacos, a menor safra do quinquênio lhe é inferior 57%, e a maior lhe é superior 49%.

O limite geral das usinas do Estado foi fixado em 351.156 sacos. Quer dizer que Minas Gerais foi beneficiada em 95,7%, em relação à média quinquenal, enquanto nos casos normais a majoração permitida ia até 20% sobre a média do quinquênio básico. Comparando a majoração sobre a média quinquenal, no Estado do Rio de Janeiro ela subiu 25,3% e em São Paulo atingiu 42%.

Quatro motivos essenciais devem ter influido poderosamente na fixação da limitação de Minas Gerais:

1. — Sendo um grande mercado para consumo de açúcar e um pequeno produtor de açúcar de usina, houve intencionalmente uma certa liberalidade na distribuição das quotas;

2. — Sendo um Estado pouco interessado na defesa açucareira, desde que ficaria impossibilitado de se abastecer com sua própria produção, um grande onus não lhe deveria caber;

3. — Dentre os Estados atingidos pelo mal do “mosaico”, nenhum foi tão fortemente atacado, nos seus canaviais, como o Estado de Minas Gerais;

4. — Finalmente, a capacidade de produção das usinas mineiras, durante o quinquênio, era sempre inferior a cem mil sacos, de forma que, percentualmente, a majoração distribuída a vinte e cinco usinas dá impressão de alto relevo. Basta dizer que a média da produção quinquenal em relação ao número de usinas é 6.931 sacos por fábrica e 13.966 sacos em relação ao limite geral do Estado.

Depois que foi fixada a limitação de 2.016.916 sacos para o Estado do Rio, 2.071.439 sacos para São Paulo e 351.156 sacos para Minas Gerais, esses Estados atingiram, desde 1934/35 a 1938/39, à sua maior produção, em 1936/37, no Estado do Rio, com 2.615.923 sacos; em 1937/38, no Estado de São Paulo, com 2.408.422 sacos; e na mesma época em Minas Gerais, com 414.023 sacos.

No Nordeste existe um ditado que resume o drama do produtor de açúcar. Ele, dizem, nasce na Fé, vive na Esperança e morre na Caridade. A instabilidade das safras, e antes, a oscilação dos

preços, eram os fatores essenciais desse drama. O governo do presidente Getúlio Vargas aboliu a oscilação dos preços, com o Instituto do Açúcar e do Alcool, e através da Carteira Agrícola do Banco do Brasil irá combater a instabilidade das safras. Só assim o Nordeste açucareiro terá a progressão, ou pelo menos, a estabilidade de suas safras no nível do seu limite, acompanhando o ritmo da produção das usinas do Sul. Já isto será um grande alívio para a desigualdade da distribuição geográfica das usinas de açúcar do Norte, longe dos mercados consumidores.

É contristador saber que se ignora a trilogia em que há quatrocentos anos vive o produtor de açúcar do setentrião. Ao se defrontar alguém, com os palácios de cristal erigidos por produtores de açúcar da Paulicéa, transformando em renda imobiliária o produto da exploração da terra, teria sido motivo de meditação que o produtor nortista precisa de financiamento de entre-safra, de retrovenda durante a safra, embarca ainda altas quotas de açúcar demerara para o exterior, afim de manter a estabilidade dos preços nos mercados internos? E, como se poderia impedir que o produtor sulista ganhe muito mais que o nortista, se o frete marítimo não onera a produção dos que encontram o consumo quase à porta?

Se se quer coibir o lucro exagerado em certas zonas, que se marche, então, para o preço único, para todos os produtores de açúcar do Brasil.

(1939)

MAJORAÇÃO DOS LIMITES DE PRODUÇÃO

Em 1939, ainda o limite geral de produção das usinas do país era de 12.127.044 sacos. Nenhum aumento ocasionado pelo aumento de consumo interno, ou por outra qualquer causa de ordem externa, havia-se processado. O consumo, porem, vinha em curva ascendente. Basta verificar o consumo de açúcar de usina, durante o quadriênio 1935-36 a 1938-39, de 1.º de junho a 31 de maio; 1935-36 — 10.379.013 sacos; 1936-37 — 9.574.049 sacos; 1937-38 — 10.997.849 sacos; 1938-39 — 11.991.916 sacos.

Mesmo levando em conta que certa parcela de açúcar comprada nos últimos meses anteriores a maio de 1939 ainda não havia sido dada a consumo, pode-se considerar o consumo de doze meses, na última safra, de 11.600.000 sacos. Ora, tínhamos uma quota no mercado internacional de 900.000 sacos. Quer dizer que precisaríamos, no mínimo, de 12.500.000 sacos, o que superaria o atual limite em 372.956 sacos, ou em 3,07%. Se a política econômica do Brasil tem interesse na manutenção dessa quota, que nos foi distribuída no Acôrdo do Conselho Internacional de Londres, as monumentais distilaria de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e do Cabo, em Pernambuco, ficariam sem nenhuma função, pois escassearia matéria prima,

isto é, açúcar demerara, decorrente de "superavit" na produção sobre o consumo. Seriam 38 mil contos imobilizados. Não somente isto: decorria desse fato uma diminuição na quantidade de álcool anidro, necessaríssimo como carburante nacional.

Se o atual limite de produção é de 12.127.044 sacos e se o consumo de 1939 é de 11.000.000 sacos, restarão somente 527.044 sacos, o que representaria uma diferença de 372.956 sacos sobre a quota internacional.

Conclue-se, portanto, que o atual limite de produção não atenderia às necessidades do consumo interno, e às da quota do exterior, em tempo normal.

Mas a convulsão europeia veio trazer súbita desorganização na atividade da produção beterrabeira dos campos da Europa Central, e maior necessidade de armazenamento de açúcar, a-fim-de-fazer face a uma guerra presumivelmente longa. Ainda mais, os países açucareiros da Europa, vivendo em regime de superprodução, remetiam, em forma de "dumping", as sobras de suas necessidades internas, tanto para a Inglaterra, para fins de exportação ou fabricação de confeitos, chocolates, como para países de outros continentes, não produtores de açúcar.

Na atual emergência, tem o Brasil recebido pedidos de açúcar dos seguintes países: Finlândia, Turquia, França, Inglaterra, Espanha, Itália, Grécia, Irak, Uruguai e Chile. Se se pudesse atender às requisições desses países, teria o Brasil possibilidade de colocar acima de 4 milhões de sacos de açúcar demerara. Representaria essa exportação um valor total, FOB, entre 120 e 160 mil contos de réis.

Talvez essas possibilidades de exportação aumentem, enquanto os outros grandes centros canavieiros, como Java, Índia, Porto Rico e Antilhas, não puderem estender os seus plantios. Mas, mesmo ampliados os plantios da cana de açúcar, a redução da produção beterrabeira é de tal ordem, e a diminuição dos "stocks" de açúcar nos centros produtores e consumidores será de tal monta, que não existe o perigo de débacle de preços.

Na guerra de 1914, analisada a curva de produção mundial de açúcar, encontramos na safra de 1914-15 um volume de 18.532.107 toneladas (de 2.240 libras), em 1915-16 a produção cai para 16.869.894 toneladas, reagindo em 1916-17, para 17.104.862 toneladas, em 1917-18 para 17.381.831 toneladas, caindo, na safra 1918-19 e 1919-20 em relação ao primeiro ano da guerra, 14,7% e 16,3%, pois as produções só atingem 15.801.594 e 15.495.142 toneladas.

Ainda nos três anos consecutivos, isto é, de 1920-21 até 1923-24, as produções mundiais de açúcar não conseguem atingir ao nível de produção de 1914-15. Foram, portanto, oito anos de produções diminuídas, a-pesar-do incentivo enorme dos plantios de cana nos trópicos. Basta citar que Porto Rico aumentou suas produções em 1914, de 313.982 toneladas para 431.776 toneladas, 449.180 toneladas, 405.175 tons., 362.500 tons., 433.100 tons. e 438.494 tons., respectivamente, de 1916 a 1921.

Em Cuba, a produção açucareira em 1914 foi de 2.551.119 toneladas e daí até 1922 a ascensão é contínua, chegando, nesse ano, a 3.966.189 toneladas, o que representa um aumento de 55%.

Em Java, também, a ascensão é ininterrupta a partir de 1914. Nesse ano o volume produzido é

de 1.303.045 toneladas. Em 1918 alcança 1.749.408 toneladas e em 1922, 1.771.772, representando um aumento de 34 e 35%.

As Filipinas aumentam a safra em 1914, de 232.761 toneladas, para 332.157 toneladas em 1916, 356.351 toneladas em 1922, isto é, um aumento, respectivamente, 42 e 53%.

A Austrália passa de 160.205 toneladas em 1914-15, para 329.240 toneladas em 1916-17, para 309.150 toneladas e 289.500 toneladas, respectivamente, em 1921-22 e 1922-23, o que representa aumentos de 105, 92 e 80%.

Enquanto isso ocorria nos países canavieiros, nos países produtores de açúcar de beterraba as produções caíram assustadoramente. Na Alemanha, em 1913-14 a produção era de 2.618.000 toneladas, e cai para 740.000 toneladas em 1919-20. Na França, em 1913-14 a produção é de 717.000 toneladas, e dois anos depois não passa de 110.000 toneladas.

Só depois de um decênio é que a produção açucareira começa a se elevar, para suplantiar em 1927-28 o limite de 1913-14.

Em média, houve um intervalo de mais de cinco anos, após o quadriênio de guerra, para que os países europeus retomassem o ritmo normal de produção açucareira. Escoados nos dois primeiros anos da guerra os grandes "stocks" acumulados, os preços se alteraram, e os produtores dos trópicos conheceram um período de fartura. Aumentaram, porem, desmesuradamente, os seus maquinismos, inverteram grandes capitais na aquisição de novas fábricas, grandes propriedades se cultivaram com cana, tudo para atender ás requisições dos países europeus em luta e praticamente sem produção. Mas, a guerra, tendo que terminar, teria

um dia que acabar com esse ciclo áureo para a cana de açúcar. E passando a onda, restou uma crise tremenda. Teria valido, para os países essencialmente exportadores de açúcar aquele fastígio de um decênio, para um mergulho longo de dois decênios de crise tão grave, tão profunda, que só a nova guerra fará voltar àquelas antigas grandezas?

Exatamente, quando surgiu a atual guerra, o problema açucareiro da limitação de produção foi posto em equação.

Ao governo, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, apareceu o seguinte dilema: deveríamos continuar com as atuais quotas, mas, com o regime de libertação da produção extra-limite, quer do Sul como do Norte; ou necessitaríamos regularizar essa anômala situação com o aumento das quotas, desde que, em última análise, o primeiro aumento que se verifica seria para sanar a política de liberação de produção acima do limite fixado?

Inegavelmente o Nordeste açucareiro é o maior interessado na manutenção da atual política açucareira, porque para ele o açúcar representa tudo. Raciocinemos como se fôssemos um produtor pernambucano, a quem coubesse decidir o seguinte dilema: estabilizar as quotas atuais ou majorar as quotas de produção açucareira. Imediatamente nos ocorreria à mente que qualquer aumento para São Paulo e Estado do Rio viria prejudicar a colocação do açúcar pernambucano.

Até onde seria verdadeiro esse temor?

Vejam as produções desses dois Estados no último quadriênio. Em São Paulo as produções de 1935-36 a 1938-39 foram, respectivamente, de 2.032.083, 2.248.370, 2.408.772 e 2.198.510 sacos, que equivalem a uma média anual de 2.221.933 sacos. No Estado do Rio de Janeiro as produções

no mesmo quadriênio foram de 2.107.651, 2.615.923, 2.513.960 e 2.023.707 sacos, o que representa uma média anual de produção de 2.340.310 sacos. Ora, se o Estado de São Paulo tem atualmente um limite de 2.079.295 sacos e o Estado do Rio de 2.016.916 sacos, e se o presumível aumento fôr de 5%, caberá ao primeiro uma majoração de 103.964 sacos e ao segundo 100.845 sacos. Quer dizer que São Paulo ficará com 2.183.259 sacos, e o Estado do Rio com 2.117.761 sacos, o que representa, sobre as médias de produção quatrienais, uma diferença, respectivamente, de 1,7 e 9,5%. Então, se tomarmos o limite majorado dos dois Estados, e se compararmos com a maior safra, de cada Estado, no quadriênio, encontraremos São Paulo com 2.408.772 sacos e o Estado do Rio com 2.615.923 sacos, isto é, safras superiores, respectivamente, 10,3 e 23,5% aos limites desses Estados, acrescidos de 5% do aumento projetado.

Quer dizer que um aumento, no momento atual, representa, pelo menos, a legalização de uma situação de liberações de extra-limites, que vem sendo praticada há quatro anos. Onde estaria então o prejuízo para a produção nordestina do açúcar? Como grande interessado na colocação do seu açúcar no mercado consumidor de São Paulo, o industrial pernambucano ainda poderia ter uma objeção: legalizada, com a majoração de 5% nos limites, a situação do extra-limite, ter-se-ia a garantia de que ele não reapareceria? Há inúmeras maneiras de se coibir a produção extra-limite. Talvez essa produção desçambasse para a clandestinidade. Mas, até aí, o Estado pode intervir, de modo a extirpar completamente toda veleidade de fraude.

O pernambucano ficaria sem nenhum argumento para contraditar. Terá logo que anuir sobre a necessidade do aumento das quotas de limitação porque seria um atestado de imprevidência se esperássemos pelo aumento, para o dia, — que não estará muito longe, — de ter a produção nivelada ao consumo brasileiro de açúcar. Haveria, porem, justificativa para o mussulmanismo dessa protelação, quando podemos lucrar, alguma coisa, do estado caótico da produção europeia de beterraba? Evidentemente, não.

Esclarecida a necessidade do aumento das safras em que percentagem sobre a atual limitação deveria incidir essa majoração?

Duas soluções poderiam orientar a economia açucareira do Brasil no futuro: pequenos aumentos de acôrdo com as necessidades de colocação de açúcar no mercado interno e relativas possibilidades de exportação, ou altas percentagens, afim de poder o Brasil atirar-se às aventuras do comércio açucareiro internacional.

No caso dos pequenos aumentos nos limites, os produtores terão a continuidade da atual estabilidade econômico-financeira, se sobrevier uma débacle nos preços do exterior. O Instituto do Açúcar e do Alcool, dosando esses aumentos, não correrá os riscos de assumir a responsabilidade de safras excessivamente superabundantes, quando os mercados europeus não mais precisarem do nosso açúcar ou não puderem comprá-lo. Ao passo que os plantíos em demasia ampliados trariam, momentaneamente, a ilusão de grandes exportações a preços convidativos. E depois? Os exemplos no mundo açucareiro são tão numerosos que não devemos enveredar por uma trilha onde todos baquearam. •

O grande futuro da indústria açucareira brasileira, precipuamente, reside no seu consumo interno. Que o mercado externo continue como dreno dos nossos excessos, se bem que seja do interesse brasileiro a garantia de nossa posição de exportador de açúcar.

Portanto, é razoavel e lógico que o aumento das safras brasileiras deve, inicialmente, ser de 5%, ou 608.670 sacos sobre o atual limite que será fixado então em 12.782.078 sacos.

Quando a necessidade do aumento se patenteou, surgiu a questão da distribuição dessa majoração. Como fazer a distribuição do novo aumento? Proporcionalmente aos atuais limites ou inversamente proporcional aos limites?

Tomemos, por exemplo, duas usinas com limites extremos: 10.000 e 300.000 sacos. A diferença entre as duas capacidades é de 290.000 sacos. Calculemos a incidência de um aumento de 5% sobre os dois limites: A primeira ficará com 10.500 sacos e a segunda com 315.000 sacos, ficando a diferença de uma para outra de 304.500 sacos. Os dois tipos de usinas cada vez mais se distanciaram. Mas, dirão, tudo no mundo é relativo e a pequena usina deverá aumentar devagar, e sendo a época de industrialização, não se deve opôr obstáculos à grande fábrica.

No domínio econômico é uma tese verdadeira, sem dúvida. Mas o mundo tem sido tão infeliz quando procurou, com o supercapitalismo, transformar, de súbito, a pequena em grande fábrica! Na industrialização excessiva, na condensação das fábricas, teria, por acaso sido encontrada a fórmula da felicidade? Java e Cuba são dois atestados de infelicidade açucareira. A sabedoria dos governantes consiste em traçar normas que evitem

as aflições e os abismos. Se essa sabedoria tropeça com a teoria econômica, mas abre um horizonte de ordem social, que seja relegado para um segundo plano o fator econômico.

Outro argumento em favor de uma majoração proporcional ao atual limite é de que a assistência social é feita de maneira mais eficiente pela grande usina, e que quanto maior a usina, menor o custo de produção. Mas, se dêmos possibilidades à pequena usina de progredir mais depressa, fortalecendo a sua economia, não poderemos proporcionar elementos que só a grande usina possui?

O presidente Getúlio Vargas abandonou o econômico pelo social. Favoreceu mais o pequeno. Procurou amparar o pequeno produtor. Dentre todas as suas medidas de organização da produção, o decreto-lei n. 1.669, de 11 de outubro do corrente ano, — tem um sentido tão profundo, que poderemos caracterizá-lo como o mais humano dos emanados do atual governo. Esse decreto dispõe sobre a fixação de quotas de produção de açúcar, e tem a seguinte redação:

“Art. 1.º — O Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar a majoração das quotas de produção das usinas de açúcar verificada a hipótese prevista no art. 59 do regulamento aprovado pelo decreto n.22.981, de 25 de julho de 1933, dividindo o aumento proporcionalmente à quota de cada Estado e observando o disposto nos artigos seguintes:

§ 1.º — A quota que fôr atribuída a cada Estado será dividida em três parcelas, sendo 50% para as usinas de menor produção, 30% para as usinas médias e 20% para as de maior produção.

§ 2.º — A classificação será feita, de acôrdo com as capacidades das usinas de cada Estado, fazendo-se a distribuição das quotas de cada uma das respectivas categorias.

Art. 2.º — A classificação das usinas, nas categorias mencionadas, obedecerá às seguintes normas:

1.º — Paraíba — usinas menores as que tenham quota inferior a 20.000 sacos; médias — as que tenham quota entre 20.000 e 40.000 sacos; maiores — aquelas cuja limitação exceda de 40.000 sacos.

2.º — Pernambuco — 1.º, até 60.000 sacos; 2.º, de 60.000 a 150.000; 3.º, mais de 150.000 sacos.

3.º — Alagoas — 1.º, até 30.000; 2.º, de 30.000 a 100.000; — 3.º, mais de 100.000 sacos.

4.º — Sergipe — 1.º, até 6.000; 2.º, de 6.000 a 20.000; 3.º, mais de 20.000 sacos.

5.º — Baía — 1.º, até 30.000; 2.º, de 30.000 a 70.000; 3.º, mais de 70.000 sacos.

6.º — Rio de Janeiro — 1.º, até 60.000; 2.º, 60.000 a 120.000; 3.º, mais de 120.000 sacos.

7.º — São Paulo — 1.º, até 40.000; 2.º, de 40.000 a 120.000; 3.º, mais de 120.000 sacos.

8.º — Minas Gerais — 1.º, até 10.000; 2.º, de 10.000 a 30.000; 3.º, mais de 30.000 sacos.

§ único — Excetuam-se dessa classificação os demais Estados açucareiros, para que neles a distribuição do aumento seja proporcional à quota de cada uma das usinas.

Art. 3.º — Do aumento verificado em cada usina, qualquer que seja a sua categoria, 70% se destinarão aos fornecedores, lavradores e colonos, incorporando-se o restante à quota de produção própria da usina, exceto

quando não existe fornecedor, lavrador ou colono, com direito a limite.

Art. 4.º — O presente decreto-lei não invalida a faculdade do Instituto do Açúcar e do Alcool, de acôrdo com o que dispõe o artigo 59 do regulamento aprovado pelo decreto n.º 22.981, de 25 de julho de 1933, de fixar, em qualquer tempo, as reduções que se tornem necessárias para o equilíbrio entre a produção e o consumo.

§ único — No caso de se tornar necessária a redução de aumento concedido por força desta lei, a percentagem será proporcional aos referidos aumentos.

Art. 5.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

O decreto-lei prevê a majoração das quotas de produção, abandonando assim o regime de liberações de excessos de safras. E, sabiamente, resolve a maneira de processar esse aumento, de acôrdo com o grau de industrialização açucareira de cada Estado, procurando sempre beneficiar as usinas de menores capacidades. O destino de 50% do aumento de cada Estado atribuído às usinas pequenas, de 30% às usinas de médias capacidades e 20% às grandes usinas, fortalece o mais fraco, estabiliza o produtor médio, e não impossibilita ao grande usineiro de progredir.

Vejamos o reflexo dessa classificação de usinas, nos diversos Estados açucareiros:

1 — Paraíba — Até 20.000 sacos — 3 usinas; até 40.000 sacos — 2 usinas; mais de 40.000 sacos — 2 usinas.

2 — Pernambuco — Até 60.000 sacos — 34 usinas; até 150.000 sacos — 23 usinas; mais de 150.000 sacos — 6 usinas.

3 — Alagoas — Até 30.000 sacos — 18 usinas; até 100.000 sacos — 8 usinas; mais de 100.000 sacos — 3 usinas.

4 — Sergipe — Até 6.000 sacos — 44 usinas; até 20.000 sacos — 31 usinas; mais de 20.000 sacos — 8 usinas.

5 — Baía — Até 30.000 sacos — 10 usinas; até 70.000 sacos — 4 usinas; mais de 70.000 sacos — 4 usinas.

6 — Rio de Janeiro — Até 60.000 sacos — 12 usinas; até 120.000 sacos — 11 usinas; mais de 120.000 sacos — 4 usinas.

7 — São Paulo — Até 40.000 sacos — 19 usinas; até 120.000 sacos — 7 usinas; mais de 120.000 sacos — 8 usinas.

8 — Minas Gerais — Até 10.000 sacos — 14 usinas; até 30.000 sacos — 9 usinas; mais de 30.000 sacos — 2 usinas.

Pela classificação do decreto se incluem na primeira categoria — das usinas mais beneficiadas — na Paraíba, 43% do número total de usinas; em Pernambuco, 54%; em Alagoas, 62%; em Sergipe, 53%; na Baía, 55%; no Estado do Rio, 44%; em São Paulo, 55% e, em Minas Gerais 56%.

Verifiquemos, ainda mais, quais as consequências de um aumento de 5%, por exemplo, sobre o limite de cada Estado, e sobre as três categorias de fábricas:

1 — A Paraíba tem atualmente um limite de produção de 229.412 sacos, atingindo, com 5% de aumento, 240.883 sacos. Do aumento total de 11.471 sacos, 14,05% pertencerão às pequenas usi-

nas, 3,42% às médias usinas e 2,6% às grandes usinas.

2 — Pernambuco atualmente tem um limite de produção de 4.504.639 sacos, alcançando, com mais 5% de aumento, 4.729.870 sacos. Do aumento total de 225.231 sacos, pertencerão 13,47% às pequenas usinas, 3,16% às médias usinas e 2,94% às grandes usinas.

3 — Alagoas possui um limite de 1.358.169 sacos, que, com mais 5%, atingirá 1.426.077 sacos. Com o aumento de 67.908 sacos, se beneficiarão as pequenas usinas com 18,07%, as médias usinas com 5,49%, e as grandes usinas com 1,69%.

4 — Sergipe, com seu limite de 726.944 sacos, tê-lo-á ampliado para 763.291 sacos, com a adjudicação de mais 5%. Do aumento de 36.347 sacos, as usinas pequenas lucrarão 16,38%, as médias usinas 2,90% e as grandes usinas 3,1%.

5 — A Baía, possuindo um limite de 687.561 sacos, verá sua produção majorada para 721.939 sacos, com a incidência dos 5% de aumento. Essa majoração equivale a 34.378 sacos, pertencendo 13,68% às usinas pequenas, 5,82% às usinas médias, e 1,78% às grandes usinas.

6 — O Estado do Rio tem o seu limite aumentado de 2.022.916 sacos para 2.124.062 sacos, em virtude do aumento de 5%. Desse aumento, caberão 11,86% às pequenas usinas, 3,11% às médias usinas e 3,25% às grandes usinas.

7 — O Estado de São Paulo, que atualmente possui um limite de produção de 2.079.295 sacos, tê-lo-á aumentado para 2.183.259 sacos, devido à majoração de 5%, cabendo desse aumento de... 103.964 sacos, 24,96% às pequenas usinas, 6,99% às médias usinas e 1,45% às grandes usinas.

8 — O Estado de Minas Gerais, possuindo um limite de produção de 355.958 sacos, conseguirá um aumento de 17.798 sacos, devido à incidência de mais 5%, cabendo às pequenas usinas 14,21% do aumento, às médias usinas 4,06% e às grandes usinas 2,19%..

O outro ponto fundamental do novo decreto diz respeito ao fornecedor de cana. Construtor igualmente da atual grandeza da usina de açúcar no Brasil, o fornecedor de cana nunca havia conseguido legalizar sua situação perante o usineiro. Sua primeira conquista ocorreu posteriormente ao ano de 1930. Os desentendimentos eram profundos e contínuas as lutas. Gritava o fornecedor contra a tabela imposta pelo industrial, e imprecava o usineiro contra a ruim matéria prima remetida pelo fornecedor. Aludia o fornecedor aos grandes lucros do usineiro, impugnava o usineiro cana de tão baixo teor sacarino. E o dissídio cada vez era maior. O usineiro taxava com 10 e 20% a cana "cabeluda" e a cana "branca", e o fornecedor bradava haver sonegação de peso. No fundo, o que existia era uma grande incompreensão, assoberbada pela crise. Todos gritavam porque ninguém tinha dinheiro.

A incompreensão degenerou, em Pernambuco, depois em Campos, em verdadeira luta entre as duas classes, que se completam no grande trabalho de civilização.

Para dirimir uma contenda tão intensa, o governo do Presidente Getúlio Vargas baixou em 8 de abril de 1932, o decreto n. 21.264, ratificando o decreto estadual n. 111, do mesmo ano, que fixou

as normas das relações entre usineiros e fornecedores de cana, em Pernambuco.

Em 9 de janeiro de 1936, com a lei n. 178, foram reguladas em todas as regiões açucareiras as recíprocas obrigações entre as duas classes, em torno do limite do fornecedor, da obrigatoriedade de fornecimentos à Usina e do valor da matéria prima. Não se pode considerar definitivamente sanada a situação de dificuldades, pois a lei aludida apresentou algumas falhas, deixando, por exemplo, sem imediata sanção o ato de recusa, pelo usineiro, da cana do fornecedor.

Igualmente, o usineiro ficou sem grandes garantias de recebimento da quota integral pertencente ao fornecedor, pois não existe nenhuma penalidade para quem diminua progressivamente suas remessas de cana à usina. Representa, no entanto, um grande benefício para o fornecedor de cana, pois, pela primeira vez, teve estabilidade e adquiriu um direito.

Dentro do espírito de amparar os mais desfavorecidos, vimos o tratamento dispensado ao pequeno usineiro.

Da mesma forma, não poderia ser esquecido o fornecedor de cana, pois ele está, para o usineiro, como o pequeno está para o grande usineiro. Assim, da majoração de limite que couber à usina, 70% pertencerão aos seus fornecedores e somente 30% serão distribuídos aos usineiros-plantadores. Poder-se-ia julgar que os fornecedores das grandes usinas estariam prejudicados com a menor percentagem dada às fábricas da terceira categoria. Tiveram, porém, o benefício de 70% do aumento atribuído às usinas e, de uma maneira geral, a tabela de pagamento de cana é mais alta para os fornecedores das grandes usinas.

Em suma, sem deixar de considerar o esforço do grande produtor, o decreto das novas quotas de açúcar trouxe um pouco de humanidade para muitos casos que se chocam pelo contraste.

CONSUMO DE AÇUCAR EM 1939

A produção de açúcar de todos os tipos no Brasil, no ano civil de 1939, foi de 18.712.843 sacos, havendo um "stock" nos diversos centros de consumo e distribuição, em 1.º de janeiro de 1939, 3.783.468 sacos. Em 31 de dezembro de 1939, o "stock" final era de 4.275.306 sacos, donde se deduzir que foram consumidos 17.420.092 sacos.

De acôrdo com as estimativas, a população, em 1939, era de 45.002.176 habitantes, havendo portanto um consumo "per capita" de 23,2 quilos de açúcar de todos os tipos.

O maior consumo "per capita" de açúcar de todos os tipos, pertence ao Distrito Federal que consumiu 60,0 quilos ou 1.896.998 sacos. Em seguida o Estado de São Paulo com 40,5 quilos ou 4.928.329 sacos, o Estado do Rio de Janeiro com 35,1 quilos ou 2.183.078 sacos. O Rio Grande do Sul com 23,6 quilos ou 1.311.304 sacos, o Paraná com 22,2 quilos ou 415.789 sacos, Minas Gerais com 21,9 quilos ou 2.944.364 sacos e todos os demais Estados com consumo abaixo de 20 quilos "per capita".

Onde o consumo "per capita" é menor, no Brasil, é no Estado do Piauí, com 5,9 quilos de açúcar de todos os tipos, ou 89.160 sacos, para uma população de 901.385 habitantes.

Não resta dúvida que o consumo de açúcar de tipo superior é um seguro índice do progresso das regiões. Poderemos classificá-las, em zonas de economia industrial, onde o açúcar de usina é o preferido para consumo, e zona de economia agrária onde é consumido, em maior escala, o açúcar bruto, tipo colonial.

No ano de 1939, foram dados ao consumo 11.847.875 sacos de açúcar de usina, tendo atingido a produção desse mesmo ano ao alto nível de 13.093.034 sacos. Sendo o "stock" inicial de 3.723.027 sacos, em 31 de dezembro de 1939 havia subido para 4.186.601 sacos. A média do consumo "per capita" foi de 15,8 quilos, ficando o açúcar bruto com 7,4 quilos.

Continua como detentor do primeiro lugar de consumo "per capita", o Distrito Federal, com 59,2 quilos. Verifica-se, pois, que o seu consumo de açucares inferiores é de 0,8 quilos "per capita". Em seguida S. Paulo, com 34,2 quilos ou 4.170.568 sacos, ficando para o seu consumo de tipos inferiores 6,3 quilos "per capita". Em terceiro lugar, o Estado do Rio de Janeiro, com 32,3 quilos ou 1.176.639 sacos, ficando os açucares inferiores com 2,8 quilos. O Rio Grande do Sul mantém a sua posição de quarto colocado, com um consumo "per capita" de 23,1 quilos ou 1.280.739 sacos, pertencendo aos açucares baixos 0,5 quilos. O quinto lugar ainda é do Paraná com um consumo de 375.891 sacos, correspondendo a um gasto "per capita" de 20,1 quilos, ficando os açucares de engenho com 2,1 quilos.

No sexto lugar, viria — se considerado o consumo de açúcar de todos os tipos, — o Estado de Minas Gerais. Mas, se opera uma completa modificação na classificação, se se computa unica-

mente o consumo do açúcar de usina. Minas Gerais tem somente um consumo "per capita" de 6 quilos de açúcar de usina, ficando com os tipos inferiores de açúcar 15,8 quilos. Enquanto o consumo de açúcares coloniais é de 2.130.851 sacos, o de usina só atinge 813.513 sacos. Minas Gerais que detinha no consumo total de açúcar o sexto lugar, desce, no consumo de açúcar de usina, para o 12.º lugar.

Até onde estará certa a tese de que consumo de açúcar superior é sinal de progresso? Coincide perfeitamente com os dados acima expostos? E a situação de Minas Gerais ainda mais espantará se se fizer a especificação dos tipos de açúcares inferiores de engenho banguê e rapadura. Na escala decrescente do valor econômico-industrial se acha colocada a rapadura, que é fabricada pelos mais empíricos e antiquados processos. Do total de 2.130.851 sacos de açúcares inferiores consumidos por Minas Gerais, 1.362.711 sacos pertencem à rapadura e 768.140 sacos ao açúcar bruto, com um consumo "per capita", respectivamente, de 10,1 quilos e 5,7 quilos. Só se encontram índices iguais, em relação à rapadura, nos Estados de grandes populações sertanejas, onde a rapadura é a "carne" do pobre: na Paraíba e no Ceará.

Há, em matéria de consumo, fatores imponderáveis que fazem as pequenas oscilações dos índices de consumo de açúcar. Se se estivesse dentro de um determinado período em face de fatos concretos de depressão econômica que trouxesse como consequência o rebaixamento do trem de vida, ou se tivesse ocorrido uma alteração sensível dos preços que motivasse uma retração forçada do consumidor, compreender-se-iam as modificações da curva do consumo.

Em 1935, os dados de consumo de açúcar são, para açúcares de todos os tipos: 16.317.061 sacos, isto é, para os tipos de usina, 10.173.996 sacos e para os açúcares inferiores 6.143.065 sacos. O consumo "per capita" total é de 23,5 quilos, sendo dos tipos de usina 14,7 quilos e 8,8 quilos para os tipos inferiores. É interessante a curva crescente do consumo de açúcar de usina, e a decrescente de açúcares inferiores. De 1936 a 1939, o consumo de açúcar de usina é, respectivamente, de 10.073.572 sacos, 10.074.906 sacos, 10.989.324 sacos e 11.847.875 sacos.

Em relação ao consumo de 1938, o de 1939 aumentou de 858.551 sacos ou 7,8%.

A curva do consumo "per capita" no quinquênio é a seguinte, a partir de 1935: 14,7 quilos; 14,0; 14,9 e 15,8 quilos em 1939.

O consumo de açúcares inferiores, no quinquênio, partindo de 1935, foi de 6.143.065 sacos; 5.744.215 sacos; 5.644.091 sacos; 5.063.760 sacos e, finalmente, em 1939, de 5.572.217 sacos. Comparando-se os anos extremos do quinquênio verifica-se uma diminuição de 570.848 sacos, correspondendo a 9,4%. A diminuição em relação ao ano de 1938 é muito maior, pois atinge a 1.079.305 sacos ou 17,5%. A curva do consumo "per capita" dos açúcares inferiores é, a partir de 1935, a seguinte: 8,8 quilos; 8,1; 7,8; 6,9 e finalmente, em 1939, 7,4 quilos.

A curva do consumo de todos os tipos de açúcar é em 1935 de 23,5 quilos; em 1936, de 22,3 quilos; em 1937, de 21,8 quilos; em 1938, de 21,8 quilos; e em 1939, de 23,2 quilos.

As percentagens do consumo em relação aos tipos de açúcar de usina e açúcares inferiores, são, respectivamente, em 1935, 62,6% e 37,4%; em

1936, 63,7% e 36,3%; em 1937, 64,3% e 35,7%; em 1938, 68,4% e 31,6%; e em 1939, 68,2% e 31,8%.

Os principais Estados que concorreram para o aumento de consumo de açúcar em 1939 foram os de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que tiveram um acréscimo, em relação a 1938, respectivamente, de 286.727 sacos, 234.685 sacos, 216.390 sacos e 138.039 sacos. Aos demais Estados coube um aumento, somente, de 17.290 sacos.

Comparando a situação do consumo brasileiro com o dos países europeus, verificar-se-á que a Dinamarca é a detentora do maior consumo "per capita", com 56 quilos; a Inglaterra com 51,2 quilos; a Suécia com 49; a Suíça com 43 quilos e a Irlanda com 41,2 quilos. Os demais países europeus têm um consumo inferior ao do Estado de São Paulo, que em 1939, foi de 40,5 quilos. A Noruega tem um consumo de 35,6 quilos, igual ao do Estado do Rio de Janeiro; a Bélgica consome 32,5 quilos, "per capita", a Finlândia 30,4 quilos, a Holanda 29,2 quilos, a Áustria 27,6 quilos a Tchecoslovaquia 27,3 quilos, a França 26,9 quilos, a Alemanha 26,8 quilos, a Estônia 26,4 quilos e a Letônia 25,1 quilos. No Brasil este último nível é quase atingido pelo Paraná com 23,6 quilos de açúcar "per capita".

Todos os demais países da Europa, a Rússia, a Polônia, a Espanha, a Grécia, a Lituânia, a Hungria, Portugal, Itália, Turquia, Romênia, Iugoslávia, Bulgária e Albânia têm um consumo de açúcar inferior a cada consumo "per capita" dos Estados de Minas Gerais, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina. Realmente, o

consumo daqueles países oscila entre 13,2 quilos “per capita” e 4,8 quilos. Nenhum Estado do Brasil tem consumo tão baixo como o da Albânia e Bulgária. E o consumo da Iugoslávia é igual ao do Piauí, detentor do menor consumo “per capita”, de todos os tipos de açúcar no Brasil.

(1940)

A SUPER-INDUSTRIALIZAÇÃO AÇUCAREIRA

Teria o Brasil, desde a fundação da sua primeira usina de açúcar — a Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro, — acompanhado o ritmo universal do aperfeiçoamento da indústria açucareira?

Iniciada há 63 anos a racionalização da indústria açucareira indígena, por acaso, atingimos àquele alto grau de aperfeiçoamento da técnica encontrada em Java, Havaí ou Porto Rico?

Num país, onde as antigas fábricas de tipo colonial se espalhavam indistintamente em todas as regiões, em todas as províncias, num país sem grande condensação de fabricação de açúcar, — excetuadas duas ou três regiões tradicionalmente açucareiras, — país onde o crédito quase não existia, a especialização do trabalho era desconhecida, e as crises de preços apareciam periódicas, intermitentes, não admira que, nesse país, a evolução industrial marchasse vagarosamente.

Não importa que ano após ano se elevasse o número de usinas. Fundavam-se, porem, pequenas usinas. Uma ou outra das chamadas grandes usinas, ia a 800 ou 1.000 toneladas, e uma única a 1.500 toneladas. Não chegavam, porem, a meia dúzia. Um pouco antes de 1930 aparecem em Pernambuco novas usinas, com capacidades aproximadas de 1.500 toneladas. Também em Alagoas, Es-

tado do Rio e São Paulo, umas poucas usinas ultrapassam de 1.000 toneladas diárias. As restantes usinas brasileiras que convenciamos chamar usinas de média capacidade, em qualquer parte do mundo seriam classificadas de pequenas usinas. As nossas pequenas usinas, então, não conseguiriam classificação. Usinas, elas nunca seriam. Como admitir dentro da definição real de usinas as que possuem ainda antigas moendas dos velhos banguês? Usinas com moendas importadas em 1880?

Daí a necessidade de um estudo da situação das usinas brasileiras em face da sua eficiência. Poder-se-á concluir se a evolução da indústria açucareira entre nós apresentou qualquer vantagem, ou se foi um fator decisivo do nosso afastamento dos mercados internacionais.

Estando o Brasil dotado de cerca de 291 usinas de açúcar, distribuídas por dezoito Estados, cumpre verificar até onde vai a eficiência técnica dessas fábricas.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer qual o volume de produção, por fábrica, em relação ao seu limite legal. O Estado do Pará, com 5 usinas, tem uma produção média, por usina, de 2.847 sacos; o Maranhão, com 4 usinas, produz 2.447 sacos por usina; o Piauí produz na sua única usina 2.678 sacos; o Ceará, também com uma usina, produz 14.912 sacos; no Rio Grande do Norte a produção por fábrica é de 13.843 sacos, e o número de usinas é de 3. Na Paraíba, sobe a produção média por fábrica, atingindo 38.235 sacos, sendo seis o número das usinas; Pernambuco consegue o mais alto nível de produção média por usina, com 75.129 sacos, havendo em funcionamento 60 fábricas; em Alagoas, o nível desce para 62.238 sacos e o número de usinas para 22; em Sergipe

há o maior número de usinas entre os Estados brasileiros, — 76 em funcionamento — e a média de produção por sacco é uma das mais baixas: — 9.512; na Baía, a média geral de produção por usina é de 43.048 sacos e são 16 as usinas em funcionamento; no Espírito Santo só existe uma usina, com 50.000 sacos de produção legal; o Estado do Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar na média de produção, por fábrica, pois alcança 74.729 sacos, com 27 usinas; em São Paulo, o número de usinas sobe para 33, e a média de produção por fábrica desce para 63.067 sacos; Santa Catarina, com 3 usinas, tem uma média geral de produção de 18.141 sacos; e, em Minas Gerais, suas 22 usinas só tem uma média geral de produção de 16.541 sacos; finalmente, Goiás e Mato Grosso, respectivamente com uma e dez usinas, tem uma média de fabricação legal, por usina, de 5.000 e 2.866 sacos.

Sendo o limite das usinas brasileiras de 12.214.707 sacos, a média geral de produção, por fábrica, é de 41.974 sacos.

Confrontando os principais Estados açucareiros, em relação à média de produção, por fábrica no país, verificaremos que Pernambuco está acima dessa média 78,9%, o Estado do Rio 78,0%, o Estado de São Paulo, 50,2%, o Estado de Alagoas, 49,4% e a Baía, 2,5%. O Estado de Sergipe está com 77,3% de diferença na média de produção do Estado, em relação à média geral do Brasil, o Estado de Minas Gerais 60,5% e o Estado da Paraíba, 8,9%.

A capacidade total das 291 usinas do presente estudo, em 24 horas de esmagamento, atinge 98.286 toneladas, podendo, pois, produzir, em 90 dias de trabalho util, e com um rendimento médio de 90 quilos de açúcar por tonelada de cana moída,

13.266.943 sacos, isto é, 1.052.236 sacos a mais que o limite oficial de produção do país. Em 120 dias úteis de trabalho, as usinas brasileiras, de acôrdo com a capacidade de suas moendas, poderiam produzir 17.691.480 sacos, ou uma diferença a mais de 5.486.773 sacos. Considerando que normalmente uma usina trabalha cinco meses ou 150 dias, a produção atingida, se a produção correspondesse à capacidade das moendas, e se as fábricas fossem realmente eficientes, seria de 22.114.350 sacos, isto é, 81% a mais sobre o limite oficial, ou 9.899.643 sacos.

Em relação aos diversos Estados basta atentar em que Pernambuco, por exemplo, que atualmente tem um limite legal de 4.507.721 sacos, com a sua capacidade de moendas, em 24 horas, de 32.607 toneladas, em 150 dias de trabalho util, e com um rendimento médio de 90 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada, poderia produzir 7.338.575 sacos, ou 62,8% a mais, correspondendo a um aumento de produção de 2.830.854 sacos. O Estado do Rio poderia produzir a mais 1.252.896 sacos, ou 60%; o Estado de São Paulo, mais 1.093.303 sacos, ou 52,5%; o Estado de Alagoas, mais 848.167 sacos ou 61,8%.

Onde é mais alarmante o sinal de ineficiência das fábricas de açúcar no Brasil é, inequivocamente, em Sergipe, pois possuindo 76 usinas, com uma capacidade de esmagamento, em 24 horas, de 10.844 toneladas, em 150 dias poderia produzir 2.439.900 sacos, ou uma diferença a mais de 1.712.956 sacos — 235,6% — em relação ao seu limite de 726.944 sacos. É preciso notar, ainda, que nem sempre Sergipe logra alcançar seu nível legal de produção.

Um outro elemento decisivo para a conclusão do grau de eficiência das usinas de açúcar do país está no seu rendimento industrial.

Um estudo retrospectivo virá elucidar a curva de elevação desse rendimento em quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada.

No quinquênio 1929-30 a 1933-34 — quinquênio básico da atual limitação das safras — as usinas moeram 6.228.321 toneladas de canas e obtiveram um rendimento médio de 89 quilos de açúcar por tonelada de cana moída. Coube ao Estado de S. Paulo o maior rendimento, com 95 quilos de açúcar por tonelada de cana, em seguida o Estado do Rio de Janeiro com 96 quilos, Pernambuco com 89 quilos, Alagoas e Sergipe com 85 quilos, Rio Grande do Norte, Paraíba, Baía e Minas Gerais com 82 quilos, e os demais Estados com rendimentos mais baixos.

Se verificarmos a relação — no Brasil — no quinquênio acima, entre a tonelagem de canas moídas e uma tonelada de açúcar produzido, encontraremos: 11,2 toneladas de cana para cada tonelada de açúcar fabricado. Será razoável esse rendimento? Na África do Sul é de 10,9 toneladas de cana para uma tonelada de açúcar; em Mauritius 10,6 toneladas de cana; em Java 8,80 toneladas de cana; em Cuba 8,50 toneladas e em Havai 8,20 toneladas de cana.

Confrontando os principais Estados açucareiros em relação ao rendimento industrial, desde a safra 1934-35 até a de 1939-40, incluindo até os resultados de usinas ainda em funcionamento no Norte (15 de março), verificaremos que Pernambuco teve o seu máximo rendimento, com 91 quilos de açúcar por tonelada de cana moída, nas safras 1934-35, 1938-39 e 1939-40. Em 1935-36, 1936-37 e

1937-38, os rendimentos foram, respectivamente, de 90, 87 e 88 quilos de açúcar. A média aritmética do sexênio é idêntica ao rendimento do quinquênio básico da limitação.

Em Alagoas, a situação é evidentemente melhor, pois a média de rendimento durante o quinquênio 1929-30 a 1933-34 era de 85 quilos de açúcar por tonelada de cana, e a média de sexênio posterior atinge 94 quilos, sendo o menor rendimento de 90 e o maior de 98 quilos de açúcar. Temos a impressão de que essa diferença tão marcante entre os rendimentos industriais das usinas dos dois Estados se prende à qualidade de cana moída. Se quisermos ter a impressão do prejuízo que essa diferença representa para Pernambuco basta atentar que ele esmagou durante a sexênio 1934-35 a 1939-40 (4 de março) 15.676.057 toneladas de cana, tendo sido a média de rendimento industrial de 89 quilos de açúcar. Se em vez do rendimento médio de 89 quilos, as usinas de Pernambuco tivessem tido um rendimento igual ao das usinas alagoanas, isto é, 94 quilos, Pernambuco teria alcançado 24.559.156 sacos e não 23.252.817 sacos realmente produzidos. Teria havido uma majoração, nas seis safras, de 1.306.339 sacos, ou uma média anual de 217.723 sacos.

Em Sergipe, o rendimento ainda é mais baixo, caindo de 85 quilos de açúcar por tonelada de cana, para 75, 78, 81 e 77 quilos, respectivamente, da safra 1934-35 até à safra 1939-40 (15 de março). A média geral do rendimento do sexênio é de 78 quilos de açúcar por tonelada de cana moída. Em relação ao rendimento industrial de Alagoas, o de Sergipe é inferior 16 quilos, ou 17%. Em relação à média de rendimento do quinquênio 1929-30 a

1933-34, a média do sexênio seguinte é inferior 7 quilos de açúcar por tonelada de cana.

Na Baía, ocorre o mesmo fenômeno de baixos rendimentos, pois, tendo obtido, em 1929-30 a 1933-34, 82 quilos de açúcar, nos anos seguintes descem para 76, 79, 81, 80, subindo em 1938-39 para 83 quilos e finalmente 84 quilos na safra 1939-40, até 15 de março. A média do sexênio é de 80,5 quilos de açúcar por tonelada de cana, inferior, pois, 1,5 quilos ao rendimento médio do quinquênio da limitação.

O Estado do Rio de Janeiro, que teve nas safras 1929-30 a 1933-34 um rendimento médio de 90 quilos de açúcar no sexênio 1934-35 a 1939-40 apresenta um aspecto bastante curioso: — a única oscilação brusca entre os grandes Estados açucareiros em matéria de rendimento. Não se poderá acusar a seca nem o excesso de chuvas. Moagem tardia ou muito prolongada também não; pelo menos não haveria motivo para oscilações tão grandes. Praga? Há mais de doze anos que ela desapareceu. O mosaico foi embora quando surgiram as canas javanesas. Apesar de tudo isso, vejamos as oscilações dos rendimentos: 1934-35, 101 quilos de açúcar por tonelada de cana moída; 1935-36, 95 quilos; 1936-37, 89 quilos; 1937-38, 90 quilos; 1938-39, 94 quilos, e, finalmente, na safra 1939-40, novamente 101 quilos de açúcar. A média geral do sexênio foi de 95 quilos de açúcar, superior 5 quilos à média do quinquênio da limitação. As oscilações máximas durante o sexênio apresentam uma diferença de 12 quilos de açúcar por tonelada de cana.

Em São Paulo, as oscilações são muito menos bruscas, sendo a média do quinquênio 1929-30 a 1933-34 de 95 quilos, — o maior rendimento do

país — e a média do sexênio 1934-35 a 1939-40, respectivamente, de 99, 93, 95, 94 e 93 quilos de açúcar. A média geral de rendimento industrial do sexênio é de 94,8 quilos de açúcar por tonelada de cana, praticamente igual à do Estado do Rio.

Os outros Estados tem rendimentos sempre mais baixos, chegando em Mato Grosso e Goiás até a 40 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada, verdadeiro rendimento de engenho banguê.

Os processos antiquados, rotineiros; a impossibilidade financeira para transformação da usina, passando a uma exploração intensiva e racional; essas e outras numerosas razões explicam o medíocre rendimento de grande parte das usinas.

Depois de tantas considerações e de tanta estatística, teríamos de concluir que somente ingressando no regime da grande industrialização do açúcar, com aquelas grandes centrais como as de Porto Rico, Havaí, Java e Cuba, estaria resolvido o problema do melhor aproveitamento da cana de açúcar esmagada. Mas, só é possível a realização de um empreendimento dessa natureza, com a concentração industrial. Assim, em Pernambuco, para o seu limite atual, teríamos necessidade de somente 10 centrais, e isto mesmo, devido à localização dessas fábricas nas diversas regiões da Zona da Mata. Em Alagoas bastariam 3 centrais, em Sergipe 2, outras tantas na Baía, 4 centrais no Estado do Rio e 4 também em São Paulo. Em resumo, 25 centrais açucareiras nos seis Estados que possuem hoje 234 usinas. Haveria, portanto, uma redução de 93,1% no número de usinas desses Estados. Valeria a pena tal concentração, mesmo redundando num rebaixamento do custo de produção, com o sacrifício de todos os que hoje, bem ou mal,

vivem da velha indústria açucareira? Comportará o mundo atual uma marcha tão intensa para a super-industrialização, com o perigo da proletarianização de quase todos, — pequenos usineiros e fornecedores de cana — em favor de um princípio que a ninguém deu felicidade?

(1940)

PRODUÇÃO E CONSUMO DO AÇUCAR

Jamais se poderia conceber numa federação o vigoramento de autarquias, de forma a cada Estado se bastar às suas necessidades econômicas, de matérias primas e de produtos alimentares.

Além do sentimento de nacionalidade que congutina os filhos de todas as regiões, une-se o interesse econômico, com a permuta, com as trocas interestaduais, de produtos agrícolas e industriais. A própria natureza físico-química dos solos, as variedades de clima, as altitudes, demarcam as culturas peculiares a cada região geo-econômica. Temos assim as zonas da borracha, da castanha, do babassú, do algodão, da cana de açúcar, do cacau, do café, do pinheiro, do mate e das pastagens.

Se bem haja interferência do produto de uma zona em outra, no entanto, há evidentes predominações que traçam verdadeiros limites geográficos e econômicos de uma lavoura.

Com o açúcar ocorre a mesma cousa, isto é, há zonas onde ele tem uma decisiva influência na vida do Estado ou da região. Em outras zonas, ele, sendo elemento de riqueza, não exerce, porem, soberania. Finalmente, noutras zonas, lhe é tributado quase desprezo. De acôrdo com essas três ocorrências, temos Estados cuja produção excede em muito às necessidades do seu próprio consumo;

Estados grandes produtores, porem onde o alto consumo reclama importação dos Estados açucareiros exportadores; e, finalmente, Estados somente importadores, pois a sua fabricação é infinitamente pequena, em relação às necessidades do seu consumo.

No ano de 1939, a produção de açúcar de usina foi de 13.093.034 sacos, cabendo ao Norte 7.816.419 sacos e ao Sul 5.276.515 sacos, ou respectivamente, 59,7% e 40,3%.

É o maior produtor de açúcar Pernambuco, com uma safra em 1939, de 4.614.184 sacos, ou 35,2% da produção total de açúcar do Brasil. O Estado de São Paulo vem imediatamente depois, com uma produção de 2.464.692 sacos, correspondendo a 18,8% da quota geral brasileira. Logo após, segue-se o Estado do Rio de Janeiro com 2.313.975 sacos ou 17,6% da produção açucareira total. Em quarto lugar se coloca o Estado de Alagoas com uma produção correspondendo a 12,5% da produção total de açúcar do país, ou 1.640.512 sacos. Esses quatro Estados açucareiros detem 84,1% da produção total do Brasil, cabendo, somente, aos demais Estados 15,9%.

Com uma produção de 13.093.034 sacos, houve um consumo de 11.847.875 sacos, sendo as necessidades dos Estados importadores de 6.412.132 sacos e, o suprimento próprio para consumo de todos os Estados de 5.435.743 sacos. A Paraíba teve um "superavit" de 106.007 sacos entre a sua produção e o seu consumo; Pernambuco tem um "superavit" de 4.207.661 sacos; Alagoas, 1.554.203 sacos; Sergipe, 592.841 sacos; Baía 59.243 sacos e o Estado do Rio de Janeiro apresenta também um "superavit" de 1.137.336 sacos. Esses "superavits" atingem 7.657.291 sacos.

Mais interessante ainda se torna o estudo do consumo "per capita" e a correlação entre esse consumo e a produção "per capita" de cada Estado.

É a seguinte a produção "per capita", de açúcar de usina dos Estados brasileiros:

Pará	0,3 quilos
Maranhão	0,3 "
Piauí	0,1 "
Ceará	0,4 "
Rio Grande do Norte	3,1 "
Paraíba	9,3 "
Pernambuco	86,6 "
Alagoas	77,5 "
Sergipe	65,2 "
Baía	8,6 "
Espírito Santo	3,2 "
Rio de Janeiro	63,6 "
São Paulo	20,2 "
Santa Catarina	2,6 "
Minas Gerais	2,8 "
Goiás	0,1 "
Mato Grosso	3,9 "

A produção geral "per capita" no Brasil atingiu, em 1939, a 17,4 quilos. Não tem nenhuma produção de açúcar de usina, os Estados do Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul, o Território do Acre e o Distrito Federal.

O consumo "per capita" de açúcar e o "deficit" do consumo sobre a produção se apresenta da seguinte maneira, em kgs.:

ESTADOS	CONSUMO	DEFICIT
Acre	3,4	3,4
Amazonas	15,3	15,3
Pará	6,8	6,6

ESTADOS	CONSUMO	DEFICIT
Maranhão	4,1	3,8
Piauí	3,3	3,2
Ceará	5,2	4,8
Rio Grande do Norte . .	3,2	0,1
Paraíba	5,1	—
Pernambuco	7,6	—
Alagoas	4,1	—
Sergipe	3,0	—
Baía	7,8	—
Espírito Santo	9,5	6,3
Rio de Janeiro	32,3	—
São Paulo	34,1	14,1
Paraná	20,1	20,1
Santa Catarina	5,1	2,5
Rio Grande do Sul . . .	23,1	23,1
Minas Gerais	6,0	3,2
Goiás	2,0	1,9
Mato Grosso	6,2	2,3
Distrito Federal	59,2	59,2

Somente, como vemos acima, apresentam “superavits” os Estados da Paraíba com um excesso “per capita” de 4,2 quilos da produção sobre consumo, Pernambuco 97,0 quilos, Alagoas, 73,4 quilos, Sergipe 62,2 quilos, Baía, 0,8 quilos e o Estado do Rio de Janeiro 31,3 quilos “per capita”.

A média mensal de consumo de açúcar tem ultimamente subido de uma maneira sensível, pois em 1937 foi de 839.757 sacos, em 1938, 915.777 sacos e em 1939, 987.322 sacos.

Em 1939, os meses de consumo superior a 1.000.000 de sacos foram fevereiro, abril, maio, setembro, outubro e novembro. O mês de maior consumo foi o de outubro com 1.374.685 sacos, aliás ocorrência verificada no mesmo mês desde

o ano de 1935. O consumo menor em 1939 foi o do mês de dezembro, com 606.401 sacos, o que representa uma diferença de 380.921 sacos, em relação à média de consumo anual.

Os dados de consumo tendo atingido, em 1939, um tão alto nível, de 11.847.875 sacos, o que representa um aumento mensal sobre o ano anterior de 71.545 sacos, veem demonstrar patentemente a ação fiscalizadora do Instituto do Açúcar e do Alcool sobre a produção. Não será para admirar o número que o consumo apresenta em 1940. O ritmo ascensional que se deveria ter verificado, a partir de 1935, no consumo de açúcar, somente agora se poderá medir.

O aumento do consumo fôra, porem, anulado nas estatísticas pela produção clandestina jogada no mercado. A iniciativa governamental, através do decreto 1.831, foi, não há dúvida, de grande efeito moralizador. O verdadeiro consumo nacional vai aparecer trazendo uma melhoria nos atuais limites de todas as usinas, que se acham contingenciadas na sua produção.

(1940)

Aspectos geográficos



TRANSPORTE DO AÇUCAR EM ALAGÔAS

A precariedade do transporte entre nós é notória. Temos no Estado de Alagoas, 0km,012 de estradas de ferro, por quilômetro quadrado de superfície. Isto é, temos em tráfego, 336 quilômetros de via férrea, sendo que a zona propriamente açucareira, é atravessada em 247 quilômetros.

E de estradas de rodagem, possui o Estado, 1.718 quilômetros, correspondentes a 0km,06 de rodovia por quilômetro quadrado de superfície, não alcançando, porém, 700 quilômetros de zona propriamente açucareira.

E, comparando-se os dois meios de transporte — estradas de ferro e de rodagem — por quilômetro de estrada de ferro, temos 5km,1 de estradas de rodagem; o que é realmente insignificante e insuficiente para o incremento da produção agrícola e industrial do Estado.

Insignificante, quando vemos que, na Europa, existe a seguinte relação:

Na França	por 1 quilômetro de ferrovia,	17	de rodovia
Na Alemanha	” ” ” ” ”	14	” ”
Na Itália	” ” ” ” ”	15	” ”
Na Inglaterra	” ”	15	” ”

Das usinas do Estado de Alagoas, dez enviam seus produtos por estrada de ferro, seis por via

marítima, em barcaças, e quatro pelas rodovias, em caminhões. Deixamos de computar a Usina Porto Rico, em todos os aspectos, porque, situada no município de Leopoldina, próxima à fronteira pernambucana, envia para Recife a sua produção, gastando 3\$400 por saco de açúcar de 60 quilos.

A usina mais próxima de Maceió é a Central Leão, distando do porto 28 quilômetros. A mais longínqua é a Coruripe, distando 173 quilômetros. O frete mais baixo é o da Central Leão, custando o transporte, 600 reis por saco de 60 quilos. E o mais elevado é o da Porto Rico, com cerca de 3\$400 por saco.

Dividindo o presente estudo em três partes, correspondendo aos três quadros que seguem, temos:

I — Frete por 1 saco de açúcar de 60 quilos:

USINAS	FRETES
1 — Água Comprida	1\$660
2 — Alegria	2\$104
3 — Brasileiro	1\$650
4 — Camaragibe	1\$960
5 — Campo Verde	1\$816
6 — Capricho	2\$150
7 — Central Leão	\$600
8 — Coruripe	1\$600
9 — João de Deus	2\$400
10 — Laginha	2\$186
11 — Mucurí	1\$904
12 — Ouricuri	2\$600
13 — Peixe	2\$500
14 — Porto Rico	3\$400
15 — Sant'Ana	2\$200
16 — Santo Antônio	1\$100

17 — Serra Grande	2\$200
18 — Sinimbú	1\$000
19 — S. Simeão	1\$733
20 — Terra Nova	1\$600
21 — Uruba	1\$426

II — *Frete por tonelada de açúcar:*

USINAS	FRETES
1 — Água Comprida	27\$666
2 — Alegria	35\$066
3 — Brasileiro	27\$500
4 — Camaragibe	32\$666
5 — Campo Verde	30\$266
6 — Capricho	35\$833
7 — Central Leão	10\$000
8 — Coruripe	26\$666
9 — João de Deus	40\$000
10 — Laginha	36\$433
11 — Mucurí	31\$733
12 — Ouricuri	43\$333
13 — Peixe	41\$666
14 — Porto Rico	58\$333
15 — Sant'Ana	36\$666
16 — Santo Antônio	18\$333
17 — Serra Grande	46\$666
18 — Sinimbú	16\$666
19 — São Simeão	28\$883
20 — Terra Nova	26\$666
21 — Uruba	23\$766

III — *Custo da tonelada de açúcar por quilômetro:*

USINAS	FRETES
1 — Água Comprida	\$359
2 — Alegria	\$547
3 — Brasileiro	\$404

4 —	Camaragibe	\$320
5 —	Campo Verde	\$432
6 —	Capricho	\$416
7 —	Central Leão	\$357
8 —	Cururipe	\$154
9 —	João de Deus	\$500
10 —	Laginha	\$428
11 —	Mucurí	\$520
12 —	Ouricurí	\$666
13 —	Peixe	\$578
14 —	Porto Rico (envia para o Recife o açúcar)	
15 —	Sant'Ana	\$308
16 —	Santo Antônio	\$327
17 —	Serra Grande	\$385
18 —	Sinimbú	\$183
19 —	S. Simeão	\$431
20 —	Terra Nova	\$666
21 —	Uruba	\$485

O custo médio do frete de 1 saco de açúcar de todas as usinas do Estado, é de 1\$942, correspondendo a 5,5% sobre o valor de 1 saco de açúcar demerara ou 4,9% sobre o valor de 1 saco de açúcar cristal. A média geral em relação à Usina Central Leão é superior 323,6% e em relação à Usina Porto Rico, é inferior 42,8%.

E, computando-se os dois preços extremos de transportes de açúcar no Estado, o da Usina Porto Rico é mais alto 566,6%.

O custo médio de frete por tonelada de açúcar é de 32\$228, sendo superior ao do frete da Usina Central Leão, 22\$228 e inferior ao da Porto Rico 26\$105.

Finalmente, o custo médio do transporte de tonelada de açúcar, por quilômetro percorrido, é

\$423, superior ao da Central Leão, 15,7%. A usina melhor colocada no quadro de transporte de tonelada de açúcar por quilômetro percorrido, é a Coruripe, localizada no município do mesmo nome, ao sul de Alagoas, remetendo o açúcar por via marítima. Essa média geral do Estado é superior ao seu custo de transporte, — de uma tonelada de açúcar por quilômetro percorrido — em 274,6%, e, em relação ao transporte mais caro 42,6% inferior. E, relacionando-se os dois extremos, o mais alto é superior 432,4%, ao custo de transporte por quilômetro, do açúcar proveniente da Usina Coruripe.

O RIO E A CANA DE AÇUCAR

Nos domínios da cana de açúcar o que liga o homem à paisagem é a água. Artéria por onde se escoam as produções de açúcar, o rio é ainda o elemento essencial para as rodas d'água dos engenhos banguês e para as necessidades das máquinas.

No Brasil, a cana de açúcar começou o seu domínio à beira-mar, refletindo-se quase no oceano. Itamaracá, uma ilha ubérrima no litoral pernambucano; Igarassú, a cidade das igrejas centenárias; Goiana, à margem de um braço de mar, com seus velhos templos e seus sobrados que denotam ainda um esplendor e um fausto notáveis; Olinda, a cidade dos monges e dos jesuitas; Ipojuca, um resto de cidade açucareira que não conseguiu progredir; Cabo, ao lado do Cabo de Santo Agostinho, com suas várzeas de massapê; Serinhaem no alto de uma colina, dominando o mar, circundada de terras feracíssimas e palustres; Barreiros, extremo sul dos municípios pernambucanos — todas essas terras de cana se debruçam no mar e por elas, num primeiro movimento de irradiação se espalhou a cana de açúcar.

Depois, a palmo e palmo, a cana, caminhando rio acima, ia civilizando a terra, incorporando-a definitivamente ao europeu. Foi a conquista primeira do "hinterland" brasileiro.

Em Alagoas, a cana de açúcar alastra-se à margem da lagoa do Norte e às margens do oceano cria Maceió, séde de um engenho de açúcar; e às margens da lagoa de Manguaba, a cidade das Alagoas, antiga Madalena, na encosta de uma colina, deixa divisar, refletida nas águas do grande lago, uma visão de antigas riquezas.

Na Baía, as cidades de Santo Amaro e São Francisco, os dois grandes municípios açucareiros do Recôncavo, miram-se nas águas da baía de Todos os Santos.

Campos não poderia, por ser um município açucareiro, plantar-se longe de um rio, e determinou-lhe o destino que o Paraíba, como um pequeno Nilo, lhe atravessasse as terras, espraiasse suas águas nas planícies infinitas desde tempos imemoriais, construindo n'uma sedimentação constante a grande camada de terra aluvional, numa baixada de extensões desmedidas. Baixada, que dir-se-á, numa convulsão geológica, a terra abatera ao longo da cordilheira dos Orgãos, afastando o mar para além de São João da Barra. Um pouco antes de Campos, em S. Fidelis, o Paraíba que atravessou impecilhos abruptos da Mantiqueira e varou altiplanos, espreme-se sinuoso entre as asperezas dos contrafortes das montanhas pertencentes à Serra do Mar, deixa o acidente e investe pela planície, num desnível de 1.600 metros de seu nascedouro. Aí, é um curso franco, sem apertos. Quando na serra as catadupas espadanam água, escorrendo aos borbotões pelas grotas, pelos córregos entumescidos, o rio incha, empanzinado, revoltado, se atritando nos desfiladeiros, se apertando nas gargantas de granito, onde a erosão milenar pouco consumiu; depois, cansado, o rio como que se fadiga e desdobra o seu leito, ganhando novas margens

em busca de outros limites para as suas águas crescidas. É a inundação da baixada campista.

Conta a história que em 1833 Campos ficou submersa com o caudal. O fenômeno se repetiu em 1841, 1877, 1896, 1906, 1917 e 1932. E, todas as vezes, os campos ficaram hidrópicos, amolecidos de tanta água, cobertos de humus e cheios de grez ferruginoso, resultante da alteração do diorito constitucional, arrastado de terras paulistas, por onde a enxurrada vinha rolando. Assim, Campos se fez fértil, a ponto de dar a impressão de ser, no Brasil, o "habitat" da cana de açúcar.

Mas, um dia o homem se associou à terra. O rio não era somente um acidente geográfico. Começaram a impressionar ao homem, a relação do rio com a baixada, o benefício da limonagem e os prejuízos das inundações, a acidificação do solo, as endemias que as águas estagnadas escondiam e as terras gordas de humus tornadas lagoas e pântanos, onde o junco, a coirana e a aninga teem o seu domínio.

Ampliando um justo conceito de Ratzel de que todo Estado é uma porção de solo e de humanidade, Jean Brunhes completou que todo Estado, e mesmo toda instalação humana, é o amálgama de um pouco de humanidade, de um pouco de solo e de um pouco de água. E acrescenta que, por este motivo, a hidrografia continental ou marítima sempre exerceu uma grande influência sobre a humanidade.

Mas, além das necessidades imediatas supridas pelas águas dos rios, essenciais à vida, o rio torna-se elemento de ligação entre núcleos humanos, e há quem compare a história de um rio navegável ao estudo de uma aglomeração humana. Ainda mais, aproveitando as declividades dos leitos

dos rios, nas corredeiras, nos trechos encachoeirados e nas cachoeiras, a água gera a energia que movimenta os motores elétricos, espalhando a mais barata força motriz.

O Paraíba, porem, em terras americanas, talvez tenha tido o sentido mais civilizador de todos os rios. O grande rio foi o motivo de duas culturas, que, no tempo, porfiaram uma posição de destaque na economia brasileira. Degladiaram-se durante anos, à busca da hegemonia, cada uma procurando refinar a sua civilização, cada uma impregnando a paisagem de uma característica. E enlaçando as duas civilizações o rio civilizador — o Paraíba — as atravessava, cortando as ondas dos cafezais, e depois a baixada dos canaviais. Canaviais que datam de 1539, plantados por Pero de Góes, donatário da Capitania, que montou em terras goitacazes um engenho d'água “com 800 braças de levada de 3 palmos sós em largo e trazem na borda do rio, sobre um outeiro e dunas, uma queda que é de 60 palmos para riba... Anda-se um dia por terra... assim que pelo rio se pode acarretar o açúcar”.

Mas, foi cruenta a luta da terra conquistada, pois, a-pesar-de ter captado a princípio, a complacência do ameríndio, para a irradiação do poder português, um dia, conta-nos ainda o infeliz donatário, estando “mui contentes com ter a terra muito pacífica e um engenho quase todo feito com muitos canaviais, subiu da terra de Vasco Fernandes Coutinho, um homem por nome Henrique Cruz, com outros, em um caravelão; e sem eu ser sabedor, se foi a um posto desta Capitania e contra o farol de S.A., resgatou o que quiz e, não contente com isto, tomou por engano um índio, o maior principal que nesta terra havia, mas amigo dos cristãos,

e o prendeu ao navio, pedindo por ele muito resgate”.

Assim, viu o rio Paraíba o fracasso dos primeiros canaviais, plantados no aluvião que ajudara a formar. Voltou o esquecimento à terra dos Goitacazes. Sómente nos princípios do século XVII é que chegaram as notícias da fertilidade das terras do vale do Paraíba, na zona da baixada. Apresou-se o general Correia de Sá e Benevides a provocar a divisão das extensas terras do “hinterland” fluminense, tendo ele ficado com grande parte da atual zona açucareira do Estado erigindo um engenho de açúcar, onde hoje se localiza a fazenda do Visconde, perto da Usina São José. Daí por diante, cresceram os canaviais, multiplicaram-se os engenhos, e a riqueza que os preços do açúcar proporcionaram no século XVII, parte do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, resultou na formação de uma bela cidade, a de Campos, que viveu em fausto, em ostentação, talvez semelhante à de Olinda, à do Recife e à do Recôncavo.

É que a cana de açúcar, por força do seu poder de atração, de agregação, se torna um motivo de civilização. E nos campos dos Goitacazes, os engenhos e engenhocas cada vez mais se multiplicavam, ora às margens do Paraíba, ora nas dos seus afluentes, subindo sempre o rio, chegando a São Fidelis, já montanhoso, com as elevações das serras do Sapateiro e Macapá, até que um dia a preciosa graminacea encontrou uma outra cultura que caminhava em sentido oposto, trazida também pelo Paraíba.

O cafeeiro, no Estado do Rio, foi introduzido em 1770, no vale do Paraíba, possivelmente em Resende. E começou a onda verde a se movimen-

tar: Barra Mansa, Barra do Pirai, Vassouras, Paraíba do Sul, Sapucaia, acompanhando sempre a trajetória do rio. Sómente Vassouras, então, concorria com 15% da receita provincial. Acima de São Fidelis é que as duas culturas, presas às águas do rio histórico, se defrontaram. Seria o momento mais trágico da cana de açúcar. O café vinha impulsionado pelas próprias águas revoltas do rio, no sentido de sua marcha, e a cana de açúcar ia subindo a correnteza, a passo e passo, vencendo a resistência da serra. E houve um instante irresistível, em que o cafeeiro suplantou a própria resistência da cana, e investiu contra São Fidelis, subiu o afluente Muriaé, fundando em Itaperuna, talvez, o maior centro produtor de café, com cinquenta e dois milhões de cafeeiros. Toda essa expansão açucareira em Campos, e cafeeira em todo o vale que a rubiácea, num trabalho de exaustão tenaz, medrou, vicejou, enriqueceu, deve-se ao rio civilizador, o único no Brasil que serviu às duas grandes formações sociais.

Quando o homem se dispôs combater a enchente, procurando domesticar o rio Paraíba, para enquadrá-lo na sua missão de cooperador exclusivo, limitando o seu poder de destruição, chegou à conclusão de que em tempos longínquos, no período em que o rio divagava pelo terreno aluvionário, a sua foz era nas proximidades da Lagoa Feia. Até que um dia a ação de diversos fatores foi traçando o verdadeiro leito do rio que corre entre duas muralhas naturais — diques de terra — havendo uma declividade quando se caminha para o interior. De forma que, quando o rio extravaza, as águas jamais voltam ao seu antigo leito, tornando uma grande parte da baixada dos Goitacazes,

pântanos, brejos, charnecas, impróprias às culturas e ao pastoreio.

Começou o trabalho de expurgo da água. Logo a lagoa de Cacumanga foi esgotada e restituiu-se à lavoura uma extensa área calculada em mais de 500 contos de réis. Construiu-se um dique no valor de 3.500 contos de réis, à margem do rio Paraíba, numa extensão de 18 quilômetros, a partir da estação do Itereré, e mais 76 quilômetros serão construídos. Esses diques, em determinadas secções apresentarão um escoamento de águas excedentes recebidas em canais de largura normal de 30 metros partindo quatro do rio Paraíba para a Lagoa Feia, e um desta lagoa para o mar. Estão orçadas em 40.000 contos as obras do serviço de saneamento da baixada dos Goitacazes, que terão, em breve, restituído a Campos, as terras gordas do aluvião, tornando o grande município o maior centro econômico de produção agrícola do Brasil. Novas terras surgirão e renascerão agregadas às atuais áreas de cultura, num trabalho contínuo de ressecamento de paúes, de drenagem de charcos, de canalização das águas transbordantes do rio.

Que futuro não estará reservado então a Campos, quando a lama se transmudar em humus e a matéria orgânica de sedimentação secular for nutrição para os canaviais, cereais e leguminosas alimentícias?

Dentre os municípios produtores brasileiros, os estudiosos das finanças municipais destacam o de São Bernardo, em São Paulo, como um dos expoentes nas rendas públicas. Por isso, é interessante compará-lo, nas arrecadações municipais, com as do município de Campos, a partir de 1930:

A N O	S. BERNARDO	C A M P O S
1930	1.279:066\$688	1.789:553\$494
1931	1.373:561\$312	2.074:656\$405
1932	1.225:621\$611	1.969:374\$006
1933	1.505:098\$394	2.538:175\$538
1934	1.777:975\$500	2.626:665\$850
1935	1.783:935\$800	2.754:916\$900
1936	2.562:713\$800	3.227:413\$100
1937	3.028:824\$000	3.157:519\$805

Ninguém poderá obscurecer o grande surto do município paulista de São Bernardo, que, em oito anos, conseguiu aumentar suas arrecadações municipais de 136,7%.

Mas, ante os dados expostos, se evidencia a supremacia das rendas do município de Campos, em todo o período em estudo, denunciando, com uma ascensão mais lenta, um mais sólido progresso.

Se considerarmos que as arrecadações municipais do Estado do Rio atingiram, em 1937, a 31.647 contos de réis, concluiremos que o município de Campos contribue com 9,9% de todas as arrecadações. Sendo as arrecadações municipais do Estado de São Paulo de 316.388 contos de réis, a contribuição do município de S. Bernardo é de 0,9%. Se bêm que não se possa comparar as duas percentagens em relação às arrecadações totais dos municípios dos dois Estados, no entanto, no Estado do Rio, o município de Campos assume uma posição de singular relevo.

Compulsemos agora os dados das arrecadações estaduais a partir de 1931: 1931 — 2.167:674\$100; 1932 — 2.205:598\$300; 1933 — 3.357:454\$800; 1934 — 2.746:799\$300; 1935 — 2.801:718\$800; 1936 — 3.551:593\$600; 1937 — 4.228:046\$400.

As arrecadações, em 1937, são superiores 95,1% às de 1936. E se compararmos as arrecadações do

último ano, com as de 1933, quando se iniciou a ação do Instituto do Açúcar e do Alcool, verificaremos uma elevação de 25,9%. Comparando-se as arrecadações estaduais no município de Campos, em 1937, com as do Estado do Rio, que atingiram, no mesmo ano, 59.472 contos de réis, as arrecadações campistas representam 7,1% da arrecadação total do Estado. Chegaremos, também, a uma interessante conclusão que deporá satisfatoriamente sobre a intervenção governamental na economia açucareira, se analisarmos os dados de 1931 a 1933, das arrecadações estaduais em Campos, em relação à arrecadação total do Estado: as percentagens das contribuições de Campos são, respectivamente, 4,3% e 5,5%. Anos depois, essa percentagem sobe a 7,1%, isto é, uma melhora de 65,1% e 29%, sobre aqueles dois anos — o primeiro, em plena crise açucareira e o segundo, já sob a influência do regime econômico de defesa, estatuido pelo governo do sr. Getúlio Vargas.

Quanto às rendas federais, o município de Campos se classifica como dos mais importantes, bastando se medite no quadro dessas arrecadações e nos números índices, tomando por base a arrecadação de 1914:

A N O	ARRECADADAÇÃO	N. ÍNDICES
1914	348:405\$701	100
1930	3.513:659\$606	1.009
1931	3.798:560\$440	1.098
1932	4.489:813\$759	1.289
1933	4.958:647\$400	1.424
1934	4.009:831\$000	1.152
1935	4.824:611\$700	1.386
1936	4.911:727\$300	1.411
1937	5.770:549\$100	1.658

A majoração, pois, das rendas federais de 1937 em relação à arrecadação de 1941 foi de 1.558%, e em relação à de 1930, de 64%, o que bem representa um alto potencial econômico do município fluminense.

A rubrica, na arrecadação federal de maior vulto, foi a do imposto de renda, que era, em 1932, de 335:983\$835, e em 1937 atingiu 2.035:605\$000.. Esse imposto seria ainda mais elevado, se várias firmas e empresas comerciais e industriais de Campos, tendo suas sédes no Distrito Federal e São Paulo, efetuassem seus pagamentos nesse quase município açucareiro. Outro índice do progresso campista são o número de contribuintes de impostos de industria e profissão, atingindo 2.498, pagando cerca de quinhentos contos de réis; 18.543 proprietários rurais e 19.142 propriedades, com o valor venal de 210.000 contos de réis, testemunhando uma repartição da terra relativamente boa, exceção única na economia açucareira do Brasil.

Além da indústria açucareira, existe uma produção anual de 300.000 sacos de café, 500.000 quilos de algodão, 1.000.000 de frutas cítricas.. Conta ainda o município com uma criação de 200.000 bovinos.

A economia campista, inegavelmente, vale pela economia de alguns dos Estados brasileiros.

O município de Campos possui 17 usinas, algumas de alto grau de eficiência, tendo um limite de produção de 1.400.133 sacos, sobre um limite de 2.017.000 sacos o que representa 69% da produção total do Estado. Sobre a produção do Estado, que atingiu, no triênio último, o volume médio de 2.412.511 sacos, coube ao município de Campos 73% da produção total, pois que atingiu 1.766.684 sacos.

Calculando-se, para conhecimento da eficiência das fábricas, a produção de açúcar, por fábrica, verificamos que, de acôrdo com os limites, o município de Campos tem uma produção de 85.893 sacos, por fábrica; todo o Estado do Rio, 73.879 sacos; Pernambuco 73.768 sacos; São Paulo 62.770 sacos; Alagoas 60.785 sacos; Baía 42.973 sacos; Minas Gerais 15.871 sacos; e, finalmente, Sergipe, uma produção de açúcar, por fábrica, de 9.140 sacos. Se tomarmos a média de produção do triênio 1935-36 — 1937-38, o número de sacos, por fábrica, sobe a 103.922, média superior à produção, por fábrica, da Ilha Reunião, que foi de 67.122 sacos, da Ilha Maurícia, com 80.826 sacos, e da República Argentina, com 87.864 sacos.

Na média geral do Brasil a produção, por fábrica, baixa bastante, descendo a 48.455 sacos, o que bem ressalta o grau de aperfeiçoamento técnico da indústria açucareira de Campos. Eis a produção por fábrica das usinas campistas, de acôrdo com o limite: Cambaíba, 93.691 sacos; Cupim, 118.499; Mineiros, 99.765; Novo Horizonte, 12.000; Outeiro, 74.600; Paraíso, 89.119; Poço Gordo, 76.890; Queimado, 137.469; Sant'Ana, 24.240; Santa Cruz, 119.777; Santa Maria, 40.500; Santo Amaro, 92.904; Santo Antônio, 58.050; São João, 84.081; São José, 234.513; São Pedro, 38.685; Sapucaia, 55.350; num total de 1.400.133 sacos de açúcar.

(1938)

FISIOGRAFIA DAS TERRAS AÇUCAREIRAS DO NORDESTE

Na sua ordem de importância, as regiões açucareiras do Brasil se dividem em quatro blocos de produção: a do Nordeste, começando na Paraíba e terminando no recôncavo baiano; a do Estado do Rio, tendo como centro o município de Campos; a de São Paulo, distribuída em diversos municípios nem sempre limítrofes; e a Mineira, cujo maior núcleo é o município de Ponte Nova.

A Paraíba açucareira, produtora de açúcar de usina, fica situada no vale do rio Paraíba, onde os terrenos são aluvionais, de grande profundidade, de grande fertilidade e muito tenazes, rachando no verão, e de fraca permeabilidade no inverno, tornando-se difícil de trabalhar pelo excesso de umidade. Essa várzea de uma extensão enorme e largas dimensões, encontra o seu primeiro acidente no lugar "Batalhas", no município de Santa Rita, com o afloramento de rochas gneissicas. A vegetação característica dessa zona é o camará, o genipapeiro, o mariseiro, o mulungú, o pau darco, o espinheiro, a milhã branca, a milhã Paraíba, o capim de roça, a milhã vermelha e o capim assú.

A temperatura média anual é de 25°,2 Humidade relativa, 71°8. Nebulosidade, 6°3. Chuva média anual em Espírito Santo, 1.180,3mm.

Na zona litorânea da Paraíba e, principalmente, no vale dos rios Paraíba, Mamanguape e Gramame se localizam 179 fábricas de açúcar, das 1.161 existentes no Estado, sendo que ali estão oito usinas dentre as 9 existentes. Quer dizer que no vale do rio se condensam praticamente 100% da produção de açúcar de usina da Paraíba. Aí, o rio é todo capricho. Simples poços, ténue regato, quando na caatinga o rio de todo cortou, ele consente em suas margens culturas de vasante. O pobre planta o seu milho, a sua verdura. Os cavalos e bois pastam no capinzal que brotou dentro do leito do rio. O canavial perto, plantado no aluvião, no massapé, é uma esperança. Mas ao rebentar as catadupas no sertão, o rio enche em fúria impetuosa, muda de leito, soterra canaviais, aniquila plantações, inunda tudo e, dia a dia, as águas que subiram muito, vão descendo. A cana que resistiu ao choque ou à asfixia, retoma o seu viço, mas a safra ficou prejudicada. Vezes outras, embalde o plantador espera a chuva e o chão, na agonia de sedento, se escancara, parte e se fendilha. Dir-se-ia uma resistência entrelaçando, conglutinando, irmanando as partículas de terras, à agrura do vento seco e do sol impiedoso. A cana de açúcar, vegetal por excelência de meio úmido, se ressentido, se tosta, definha. E as reduções das safras são enormes.

Vejam, a partir de 1929, as safras da Paraíba, de açúcar de usina: 1929-30 — 218.071 sacos; 1930-31 — 118.507 scs.; 1931-32 — 121.060 scs.; 1932-33 — 152.321 scs.; 1933-34 — 166.600 scs.; 1934-35 — 117.013 scs.; 1935-36 — 219.223 scs.; 1936-37 — 139.768 scs.; 1937-38 — 104.709 sacos.

Tomando-se como base a safra de 1929-30, que foi normal, verificamos em 1930-31 uma redução de 45%; em 1931-32 de 44%; em 1932-33 de 30%; em 1933-34 de 23%; em 1934-35 de 46%; somente em 1935-36, a safra consegue superar de 0,4%, a produção do ano 1929-30; em 1937-38, o desnível mais se acentua, descendo a 52% de redução, em relação ao ano 1929-30.

É preciso notar, ainda mais, que o limite autorizado da produção do açúcar de usina no Estado é de 229.412 sacos e desde 1929-30, ele não foi atingido. Somente a safra anterior, isto é, a de 1928-29, se lhe aproximou, com uma produção de 228.080 sacos, a maior dos últimos treze anos.

Assim tem vivido a indústria açucareira paraibana, no eterno dilema da fatalidade climática: redução por excesso de água, redução por escassez de água.

Há uma outra zona açucareira, zona de açúcar bruto, e principalmente de rapadura. É a do brejo da serra da Borborema, região semi-úmida, com nascentes e vegetação de zona da mata. No "pé da serra" estão os engenhos e as engenhocas, e nessa zona do brejo estão localizados 273 engenhos. É a zona da rapadura, isto é, o sucedâneo da carne de sol ou do xarque, para o tropeiro, para o sertanejo pobre. Misturada à farinha de mandioca, é a base da alimentação do homem que viaja, do homem que pastoreia o gado.

No brejo, a vegetação característica é o camará, o malmequer, o João-mole, o mulungú, a vassourinha, o cedro, a milhã branca, o pé de galinha, a milhã vermelha e o capim de roça, cobrindo um solo argiloso, proveniente da desagregação e decomposição de arenito de sedimentos ferruginosos e de gneiss.

E a Borborema, ramificando-se, estendendo-se, em cada dobra forma um vale, em cada volta cria um córrego.

Os demais engenhos do Estado, geograficamente, se distribuem na zona sertaneja onde as várzeas em geral muito férteis e produtivas nos anos chuvosos, são aluvionais, argilosas, e na zona da caatinga onde o terreno, em geral, é silico-argiloso, quando não pedregoso. Na caatinga, a flora predominante é das cactáceas, bromeliáceas, euforbiáceas, aglomerados de angico, baraúna, aroeira, mororó, caatingueiro e marmeleiro. No sertão, a predominância vegetal é do marmeleiro, e das cactáceas, que aí tem o seu reino florístico.

Corôa de frade, palma, mandacará, cardeiro, com os seus espinhos, uns abrutos, outros moles; estética paisagística original; rispidez e falta de vibração no colorido, impregnam a paisagem de certa repulsa e temor. Tal a geografia do sertão e caatinga açucareira.

A região propriamente açucareira de Pernambuco está encerrada na zona da Mata que tem uma largura para o interior de 70 a 80 quilômetros e uma extensão de Norte a Sul de cerca de 400 quilômetros, pertencendo toda essa faixa ao arqueano, sendo constituída por rochas metamórficas, aflorando em todo o interior, entremeadas de sedimentos argilosos autoctones, de origem terciária. Nos municípios de També e Vitória ocorre também um calcáreo cretáceo. O schisto, o gneiss, e o granito são as rochas componentes dos terrenos da zona da Mata.

As culturas da cana de açúcar são feitas, preferentemente, nas várzeas cujo solo de massapé preto, vermelho e branco — argilo-sílico-humoso — é bastante profundo. A cultura das várzeas acom-

panha a trajetória dos rios e dos seus afluentes, localizando os engenhos e as usinas às suas margens. A obra de fixação do homem pela água assume avantajadas proporções. Ao longo dos rios e riachos, procurando o hinterland, se distribuem as fábricas de açúcar e as cidades e vilas vivem sobre eles debruçadas.

A rede potamográfica do Norte de Pernambuco compreende o Capibaribe-mirim, banhando os municípios de Timbaúba, Também e Goiana, indo reunir-se ao rio Tracunhaen para a formação do rio Goiana, a 30 quilômetros de sua foz; o Tracunhaen, banhando no município de Floresta dos Leões os engenhos Serraria, Cordeiro, Goitá, Rosário, Limeirinha, Limeira; em Nazaré, os engenhos Japarutuba, olho d'Água, Diamante, Pedregulho na freguezia de Tracunhaen e na de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré, banha os engenhos Babilônia, Alcaparrinha, Alcaparra, Felicidade, e na freguezia de Lagôa Seca rega os engenhos Boa Sorte, Pau d'Arco, Veludo, Salgado, Urubú, Camaleão, Marotos, Carirí e Terra Preta., Dirigindo-se para o município de Goiana, na freguezia de Nossa Senhora do Ó, banha os engenhos Matarí, onde está localizada a Usina Matarí, Taipú, Tabaiaré, Tracunhaen, Itapecerica e, finalmente, inclinando-se para a freguezia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, atravessa os engenhos Cagí, Mussumbú e Bujarí e, logo após, une-se ao Capibaribe-mirim, para com essa junção formar o rio Goiana. Essa zona atravessada pelo Tracunhaen e banhada pelo rio Sirigí forma o maior centro de produção de açúcar bruto do Nordeste.

O Sirigí que nasce no município de Vicência na serra do Tipí, banha os engenhos Laranjeiras, Belo Monte, Sambaquim, Canavieiras, Usina Barra,

passando para o município de Aliança, atravessa os engenhos Vasante, Carneiro, Sítio Novo, Cangaú, Usina Aliança, engenhos Albuquerque, Brejo, Laureano, Água Branca, Cipó Branco, Sirigí, e na freguezia de Nossa Senhora do Ó em Goiana, os engenhos Natal, Pendência, Borges e Retiro, desembocando no Capibaribe-mirim.

A economia açucareira, a paisagem industrial, os hábitos sociais, de toda essa zona banguzeira, recordam a vida da sociedade rural pernambucana, até o advento da usina.

Restam ainda como monumentos dessa época, os paredões enormes das velhas igrejas do engenho, que davam sombra aos vivos que passavam, aos mortos que lá se enterravam. Arquitetura simples e atraente. O engenho de biqueira, acaçapado, de telhas escurecidas pela fumaça. A chaminé baixa, de quatro faces. O secador de açúcar ao sol. A bagaceira ampla, miniatura da esplanada da usina. e a casa-grande imperando sobre todo o seu mundo, até longe, onde a divisa dos marcos de pedra demonstram o limite da propriedade.

A vida é pacata, os movimentos são tardos. Não há vibração no trabalho, não há a azáfama que caracteriza a grande indústria.

Parece que uma paisagem colonial teimou em não desaparecer dessa zona produtora que resiste estoicamente à fatalidade da evolução açucareira.

Segue-se-lhe, no estudo da rede hidrográfica, o Capibaribe, o rio que penetra o Estado em mais de 450 quilômetros, sertão a dentro. Depois de múltiplas circunvoluções pela zona da caatinga, o Capibaribe deixa o município de Limoeiro e penetra na zona da Mata, no município de Floresta dos Leões, encontrando logo no início do seu percurso a usina Petribú, onde sofre o seu primeiro

obstáculo: — uma barragem fecha a sua passagem, armazenando sua água durante os períodos de estío. Quando vem com cheia, não haverá impecilho que obstrua o seu ímpeto de procurar o mar.

Entre pedras e penhascos, rola o Capibaribe em busca da cidade de Pau d'Alho, onde se acha uma pequena usina: Nossa Senhora do Desterro; mais abaixo Mussurepe, com sua usina; mais adiante já esgotado atinge a usina Tiuma, grande fábrica moderna com capacidade superior a 200.000 sacos. Já quase exangue, recebe aí o Goitá e o Tapacurá, este último banhando uma outra grande zona de boas propriedades no município de Vitória e São Lourenço da Mata, como Pau Ferro, Natuba, Pombal, Campo Alegre, Marapicú, Batalha, Conceição, Poço D'Antas, São Bento, Poço, Bela Rosa, Tapacurá, Califórnia e Calunda, hoje, a quase totalidade fornecedora da Usina Tiuma, que construiu uma grande estrada de ferro de penetração, para coleta de matéria prima. A menos de 5 quilômetros da Usina Tiuma, deságua o rio Tapacurá, que engrossa bastante o Capibaribe. Mais abaixo, uma outra Usina, a Capibaribe, e uma outra barragem. Enfim, conseguindo livrar-se dos obstáculos, o Capibaribe cortando ainda canaviais, vai banhar a Usina São João da Várzea, para depois, bifurcando-se, ir abarcar em seus abraços a cidade do Recife, dividida em ilhas pela sinuosidade do seu leito.

Essa é a zona de Pernambuco onde, quando chove irregularmente, as safras são mais sacrificadas. Mas, como nas regiões mais ferteis do Estado, quando o ciclo vegetativo da gramínea se processa normalmente, os rendimentos agrícolas são os melhores que se podem esperar, em toda essa zona, onde uma vampírica exploração da terra, há

séculos, está, encaminhando o homem para o pauperismo, se a técnica, racionalizando o trabalho, não modificar, visceralmente, os métodos da sua agricultura.

Mais ao Sul, atravessando municípios limítrofes do Recife, o rio Jaboatão corta outra região açucareira. Nasce em terras do Engenho Pacas, em Vitória, e, atravessando os engenhos Pedreiras e São Francisco, Genipapo e Jaboatãozinho, engenhos Taquarí, Una, Jussara, Contra-açude, Usina Jaboatão, Pintos, Morenos, Catende, Coxito, Usina Bulhões, vai banhar, após imensas voltas, a Usina Muribeca, e pouco depois deságua no Atlântico, na mesma barra de outro rio, o Pirapama, que no seu percurso reúne uma grande produção de açúcar, desde seu nascimento em terras do engenho Várzea, município de Vitória. Passa no engenho Arandú do Couto ou Boa Vista, encaminha-se para o engenho Pirapama, depois Guandús, Pagão, descambando após para o sul, indo banhar Arandú de Baixo, Cochoeirinha e Cachoeira Tapada, Dois Braços, Usina Massauassú, engenhos Noruega, Liberdade, encaminhando-se para o município de Cabo, atravessando os engenhos Mupan, Jardim, Pirapama, Engenho Novo, Barbalho, Trapiche, José Rufino e engenho Velho, indo confluir no rio Jaboatão, perto de sua foz, em Barra da Jangada, após um percurso de 150 quilômetros.

O rio Ipojuca, vindo de muito longe, atravessando a zona da caatinga, vem banhar a zona da Mata, entrando no município de Vitória e, logo depois, em Amaragí e em Ipojuca, onde banha as usinas Ipojuca, Nossa Senhora das Mercês e Salgado.

Ao Pirangí cabe também, a-pesar-do pequeno percurso, a responsabilidade de banhar uma grande

zona açucareira, como as usinas Pirangí, Catende, Frei Caneca e Perí-Perí. Depois do povoado Boa Sorte, o rio Pirangí vai desaguar no rio Una, no lugar Japaranduba. O rio Una, nascendo no meio das caatingas de São Bento, segue para o município de Altinho, pentera no município açucareiro de Bonito, onde está localizada a Usina Pedrosa, encaminha-se para o município de Palmares, banhando a Usina Treze de Maio, os engenhos Trombetas, São Manoel, Venus, Cachoeira d'Antas e Formigueiro, dirige-se para o município de Água Preta, atravessando os engenhos Ilha Grande e Lopes, dirigindo-se em seguida para o município de Barreiros, separando-o em certa extensão do de Rio Formoso, banha os engenhos Limeira, Mauriceia, Aerial, Santa Rosa, Cocalzinho, Cocal, Oriente, Saué, Angico, Coqueiro, Jundiá, Piabas de Cima, Piabas de Baixo, Propriedade, Baité, em Rio Formoso; e em Barreiros, os engenhos Outeiro Alto, Boa Esperança, Barra, Saboroso, Araguaba, Campo Verde, Cachoeira, Rebouças, Roncadorzinho, Bombarda, Bom Tom, Roncador, Tibirí, as usinas Central Barreiros e Rio Una, e desemboca no Atlântico, no povoado Gravatá, após um longo percurso de 300 quilômetros, atravessando uma próspera e fértil zona açucareira.

O rio Serinhaen é outro grande rio canavieiro, com seus 240 quilômetros de curso, banhando na zona da Mata, os municípios de Amaragí, Gameleira, Rio Formoso e Serinhaen, municípios essencialmente açucareiros, onde estão localizadas as usinas Cachoeira Lisa, Cucaú, Jaguaré, Porto Alegre, São Felix e Trapiche. Algumas dessas usinas ficam à margem do Rio Amaragí, tributário do Serinhaen, que banha os engenhos Ajudante, Vis-

gueiro, Maravilha, Caeté, Lopes, Usina Caxangá, Bom Despacho, Bastião, além de banhar a Usina Cachoeira Lisa, engenhos Boa Vista e Duas Barras, onde termina o seu curso, numa extensão de 60 quilômetros, numa região úmida, fazendo jús à significação do topônimo tupí: abundância d'água do céu.

Finalmente, o rio Jacuípe, nascendo no Estado de Alagoas limita-o com os municípios pernambucanos de Quipapá, Palmares e Água Preta, separando-o do município de Barreiros, onde vai desaguar no rio Una, nas terras do engenho Limeira. Em Água Preta atravessa as terras onde se acha localizada a Usina Santa Terezinha, de grande produção açucareira.

A divisão das regiões açucareiras corresponde às divisões das zonas naturais. Na Zona da Mata todas as ladeiras, todas as várzeas, tudo o que é terra boa, de barro vermelho, de barro branco, de aluvião, silicosa, sílico-argilo-humosa, onde chove bem, onde chove pouco e irregularmente, onde o homem pode trabalhar para ganhar pouco e para perder quase tudo, existe verdadeira "vocaçõ" açucareira. Parece, — assim afirmam todos os que pressentem a tragédia do açúcar nordestino — que aquelas terras só dão cana de açúcar, que se formaram, exclusivamente, para produzir a preciosa granínea. E essa "vocaçõ" teve a virtude de caracterizar todo o ambiente açucareiro pernambucano, impregnando toda a sociedade do novo ciclo açucareiro de produção do açúcar de usina. Na caatinga e no sertão, a cana de açúcar perde o seu sentido gregário. Mistura-se, adapta-se e, de per-meio com a mandioca, com o milho, o feijão, a fava e, muitas vezes, com a abóbora e a melancia, vive a cana num ambiente que lhe é adverso, pelo clima,

pelo solo, pela vizinhança de outras culturas. Mas assim mesmo, produz a rapadura e em alguns lugares, aviltada, vai produzir a aguardente, a pinga. O tipo de produção dir-se-ia resultado do meio físico e social.

A geografia física da região açucareira alagoana se caracteriza pelos grandes vales, principalmente, do Coruripe e do Camaragibe, e, secundariamente, pelos dos rios Santo Antônio Grande, Mundaú, Paraíba e São Miguel. No Norte do Estado, na região montanhosa de Porto Calvo — o primeiro lugar das Alagôas onde se plantou a cana de açúcar, tornando-se um grande centro agrícola — a exaustão do solo é patente. A decadência de sua agricultura, dia a dia, aumenta. E, para agravar a situação do desmoronamento, morros num trabalho rápido de desagregação, se bipartem, sulcam profundamente, apresentando aspectos de grutas, de estalactites, de contínuo transmudado em cada inverno, na forma e na variedade das cores. O trabalho da erosão das terras de Porto Calvo é o mais dramático de toda a região açucareira do Nordeste.

O município de Porto de Pedra produz somente açúcar bruto, e em pequena quantidade.

O primeiro vale onde a cana medra viçosamente é o do Camaragibe que tem um curso de 118 quilômetros. Dividindo-se em Alto e Baixo Camaragibe, a primeira secção do grande rio leva vantagens na uberdade. Na zona onde fica localizada a Usina Camaragibe, a antiga Travessão, o massapê recorda o massapê decantado do recôncavo baiano. Em relação à magnificência da várzea, a produção é ainda ínfima. As ladeiras aí são de natureza sílico-argilosa, fracas, abandonadas às culturas, notando-se a vegetação característica da imbaúba, — sinal de terras pouco produtivas.

Segue-se-lhe outro vale também muito produtivo, porém muito sujeito às inundações, na zona da Usina Santo Antônio: — o do rio Santo Antônio, com um curso de 92 quilômetros. As ladeiras de toda essa zona são também fracas, com a presença de imbaúbas e palmeiras. Nesta zona há inúmeros engenhos banguês que fabricam um tipo de açúcar completamente desconhecido nos centros açucareiros de Pernambuco — o açúcar de rampa. Aliás, um tipo inconcebível de açúcar, pois que não vai ao secador, nem é purgado. Ao sair do último tacho aberto, em ponto ainda semi-líquido, caramelizada, a meladura passa para uma rampa de cimento, onde é batida e esfriada, e ainda morna é colocada nos sacos. É comum se defrontar nos caminhos com “cambiteiros”, ou “carreiros”. carregando em cavalos ou em carros de bois, sacos de açúcar melado, escorrendo mel, estrada em fóra. Há quebras no peso, quando as viagens se prolongam, de 5 até 10%.

Nova região, e essa mais profunda em extensão, é a do vale do Mundaú, cujo rio com um percurso de 190 quilômetros, abrange as zonas das usinas Serra Grande, Laginha, Campo Verde, São Simeão e Central Leão Utinga. Zona, a princípio seca, depois que se aproxima mais do litoral, torna-se mais úmida, sem perder a mesma fertilidade, sendo relativamente boas as ladeiras.

Igualmente profundo em extensão, abarcando uma grande zona de açúcar bruto e também grande zona de produção de açúcar de usina, o rio Paraíba, banha as usinas Capricho, João de Deus e terras da Usina Brasileiro. O percurso desse grande rio é de 200 quilômetros, desaguardo na lagoa Mangaba. As ladeiras dessa zona são de grande fer-

tidade, porem as condições climáticas são inferiores às de outras regiões açucareiras do Estado.

O rio São Miguel, navegavel até a Usina Canção de Sinimbú, tem à sua margem inúmeros engenhos banguês, quer no seu percurso, quer nos seus pequenos tributários.

Finalmente, o rio Coruripe, com um longo curso de 150 quilômetros, atravessa um vale de uma fertilidade amazônica, excessivamente humoso, duma amplitude capaz de conter uma central de 300.000 sacos. Alí está localizada a Usina Coruripe e engenhos de açúcar banguê.

A divisão de zonas naturais em Alagoas difere da de Pernambuco. E existem só, praticamente duas zonas: — a litorânea e a sertaneja. Na primeira, localizam-se as produções de açúcar bruto, e no sertão as fábricas de rapadura. Uma das características mais essenciais entre as zonas açucareiras de Pernambuco e Alagoas é a presença ainda, de maiores extensões de matas. Não existe em Alagoas um desflorestamento tão intenso como em Pernambuco, já porque as usinas são em menor número, de instalações mais recentes e mais dispersas, já porque a intensidade da exploração açucareira tem sido maior nesse último Estado.

A parte montanhosa da zona litorânea tem uma estrutura gneissica, sendo os terrenos argilosos e argilo-silicosos. Os vales são de natureza argilo-humosa. Destacam-se nessa região as serras de Curuaranha, Dois Irmãos, Cauchí, Palmares ou Barrigas, Manguaba, Bolão, Macaco, Balança e Mucucá. Há uma originalidade a ser notada na Zona da Mata de Alagoas; as zonas naturais não obedecem a uma certa divisão. Logo após a cidade de Maceió, subindo para o altiplano, uma extensa região de vegetação de agreste com as típicas man-

gabeiras, cajuí, pau-candeia e capim de agreste, se desdobra em taboleiros infindos que praticamente atingem os limites de Pernambuco e Sergipe. Em Pernambuco existe uma dessas falhas na zona da Mata, porem de amplitude bem reduzida. É a do taboleiro de Goiana, o terreno clássico da cultura do abacaxí.

Após essa zona de vegetação rasteira, a poucos quilômetros da cidade de Maceió, descamba-se para a Zona da Mata, apresentando, ex-abrupto, uma radical transformação na vegetação, formada logo por extensos capoeirões e matas. Já é a região açucareira do Estado: a da Central Leão Utinga, no município de Santa Luzia do Norte e das Usinas Uruba e Brasileiro no município de Atalaia. Nas regiões açucareiras ainda se encontram matas relativamente extensas, ricas de aroeira, cedro, pau caixão, angico, copaíba, paraíba e amarelo.

O Estado de Sergipe tem uma interessante característica industrial. É o Estado de maior número de usinas e de menor fabricação, em média, por usina. Essas fábricas, em número de noventa e uma, estão localizadas em 17 municípios da Zona da Mata, dos 24 que cultivam a cana de açúcar, destacando-se os municípios de Laranjeiras, Rosário e Riachuelo.

As mesmas falhas verificadas em grande escala no Estado de Alagoas, ocorrem em Sergipe, pois que depois dos pântanos litorâneos, com sedimentação nos deltas e nas imediações da desembocadura dos rios, acham-se os taboleiros terciários cretáceos, de sedimentos argilosos e arenosos e pré-cambrianos isto é, chistos cristalinos, gneiss e granito e uma pequena faixa de permiano — arenito, calcário e folhelhos, nas imediações de Estância; e uma pe-

quena parte de paleozoico — quartzitos, e arenitos duros, na zona de Itaporanga.

Descambando da faixa de taboleiro, de largura variavel, encontram-se vales de massapês, comparáveis ao do recôncavo baiano, se bem que com menos fama, formados de argila e matéria orgânica.

Os rios dessa zona açucareira são o Vasa-Barris, o Japarutuba, o Sergipe e o Piauí.

O Vasa-Barris banha parte das terras açucareiras de Itaporanga, Estância e Itabaianinha, através de tributários, zona de açúcar bruto por excelência e é aquele mesmo rio que, “sem nascentes em cujo leito viçam gramíneas e pastam os rebanhos, não teria o traçado atual se corrente perene lhe assegurasse um perfil de equilíbrio através de esforços contínuos e longos. A sua ação como agente geológico é revolucionária. As mais das vezes “cortado”, fracionando-se em gânglios estagnados ou secos, à maneira de larga estrada, poeirenta e tortuosa, quando cresce, “empanzinado”, nas cheias, captando as águas selvagens que estrepitam nos pendores, volve por algumas semanas águas barrentas e revoltas, extinguindo-se logo em esgotamento completo, vasando como o indica o dizer português e substituindo-lhe com vantagem a antiga denominação indígena.

É uma onda tombando das vertentes de Itiuba, multiplicando a energia da corrente no apertado dos desfiladeiros, e correndo veloz entre barrancos ou entalada em serras, até Geremoabo”. (Euclides da Cunha). Este é o principal rio da região açucareira de Sergipe. No vale do Vasa-Barris fica o município de Itaporanga, de relativa fertilidade, estando aí instaladas as usinas Camassarí, São Carlos, São José e Belém.

Ainda nesse fértil vale, se encaminha, pelo afluente Paramopama, um outro vale açucareiro onde se localizam as usinas Cumbe, Escurial, Itaperoá, Rio Branco e Tabúa.

O rio Japarutuba, descendo do município de Nossa Senhora das Dores, onde nasce, na serra da Boa Vista, dirige-se para SE. em largas curvas e banha os municípios de Japarutuba e Capela, onde estão localizadas as usinas Cambuí, Cruzes, Flor do Rio, Nossa Senhora da Purificação, Ourteirinhos, Palmeira, Pedras, Proveito, Santa Clara, São Francisco, São João, São José, Jardim, São José do Junco, Soledade e Timbó.

Afluente do Japarutuba, o rio Sirirí nasce também na serra da Boa Vista e corre quase paralelamente com o rio principal, até o município de Rosário, onde se dirige para a confluência. O rio Sirirí atravessa as terras dos municípios onde se acham localizadas as usinas Jaguaribe, Mata Verde, Paté, Santa Maria, São Domingos e Varzinha, no município de Sirirí; e Cumbe, Jurema, Lagoa Grande, Oitocentos, Perí-Perí, Santa Bárbara, São José do Capim Assú, Serra Negra e Várzea Grande, no município de Rosário.

O rio Sergipe nasce também na serra da Boa Vista, seguindo para SE. banha os municípios de Divina Pastora, Riachuelo, Laranjeiras, Socorro e Aracajú, com um percurso de cerca de 135 quilômetros. Atravessa a mais fértil zona açucareira do Estado, e em pé de igualdade com as boas terras do Nordeste. Banha os municípios onde se localizam as usinas Fortuna, Lourdes, Nazaré, Salobro, São Felix, Vassouras, no município de Divina Pastora; as usinas Coração de Jesús, Espírito Santo, Lira, Porto dos Barcos, Santa Maria, São Domingos, São João, São Paulo, Tinguí, no muni-

cípio de Riachuelo; as usinas Aroeira, Boa Luz, Boa Sorte, Cafuz, Central — a melhor usina do Estado, com uma capacidade diária de 600 toneladas — Paraiso, Patí, Pilar, Santa Cruz, São Francisco, São João Faleiro, São José, São Luiz, Sergipe e Varzinha no município de Laranjeiras; e, finalmente, a Usina Socorro, no município de igual nome.

Afluente do rio Sergipe, o rio Ganhamoroba, atravessando um fértil vale, banha o município de Maroim, onde se acham instaladas as usinas Jordão, Mato Grosso e Pedras.

O rio Piauí nasce na serra dos Palmares, banha o município de pequena produção açucareira — Estância, onde se acha a Usina Cruanha.

O Estado de Sergipe apresenta uma característica muito importante: um grande número de pequenas usinas, 91, tendo somente a Usina Central, digna realmente da denominação de usina. Devido ao fato dessa característica, e mesmo da inferioridade do meio industrial e agrícola, não existe o complexo problema da terra e da riqueza, tão agravado, como em Pernambuco e Alagoas. Ademais, o sertão sergipano é mais fresco, menos sujeito às periódicas irregularidades climáticas. Outra observação na geografia física das terras açucareiras de Sergipe é ser a faixa da zona canavieira muito menos profunda, no sentido de extensão para o interior, que as de Alagoas e Pernambuco. É que ocorrem em Sergipe acidentes orográficos que delimitam a zona da cana de açúcar. A cerca de 70 quilômetros do mar, ergue-se a cadeia de Itabaiana, cujo ponto culminante atinge 860 metros de altitude. Fazendo parte dessa cadeia, as serras Boa Vista, Comprida, Guajaíba, circunscrevem a me-

lhor zona açucareira do Estado, quer pela fertilidade do seu massapê vermelho, quer pela melhor localização das fábricas, cuja produção converge para o porto de Aracajú, centro distribuidor do açúcar sergipano.

(1939).

Aspectos sociais



A REFORMA DA LEI N. 178 (*)

Eu não quero e nem devo dissimular o contentamento em ser homenageado pelos produtores de cana de Pernambuco. Congregando plantadores de cana e banguzeiros, eu vejo nessa homenagem uma recompensa do meu amor à terra., Porque a terra é o princípio de tudo.

No trabalho diário do homem do campo; na tragédia dos ciclos da seca, martirizando a cana que se amesquinha, a terra que se combure e o homem que sofre; na delícia da sinfonia vegetal quando a natureza se torna amiga, em tudo isso, eu vejo e sinto o heroísmo do produtor de cana.

Essa mesma terra e essa mesma cana que tanto enobreciam os nossos antepassados, continuam e continuarão a ter a mesma missão civilizadora.

Por isso, o estudioso da história econômica e da sociologia açucareira há de respeitar e defender a verdadeira classe média do açúcar. Sem ela ter-se-ia quebrado o equilíbrio que deve predominar nas atividades várias de sua economia.

Nada mais perigoso do que os extremos se tocando: o usineiro e o proletário rural. O fornecedor de cana e o banguzeiro, pela própria natureza

(*) Discurso proferido em Recife, em Dezembro de 1939.

do seu trabalho, teem um contacto mais íntimo com o trabalhador.

Suavizam as distâncias e amenizam os contrastes. É um fato insofismavel, mesmo que se tenha em vista o grande trabalho de humanização feito pelo usineiro que procura, através de uma notavel obra de assistência social, se harmonizar com o trabalhador.

O governo federal reconheceu a necessidade de amparar a classe dos fornecedores de cana, em 1931, legislando para Pernambuco, e em 1936, — com a lei n. 178, — estendendo a garantia de estabilidade para todos os fornecedores de cana do país. O mesmo ocorreu com a classe dos banguzeiros, pois, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool assumia, por lei, a obrigação de amparar o açúcar bruto. A presunção, aliás razoavel, de que uma vez amparado o açúcar de usina, automaticamente estaria valorizado o açúcar bruto, — em vista de certo paralelismo de preços, — trouxe o movimento em favor da liberdade do açúcar de tipo inferior. Nesses seis últimos anos, vimos, gradativamente, se aviltando o banguê, mercê de especulação, de quem, não podendo recalcar os preços do cristal e demerara, rebaixava os preços de açúcar bruto, para obtenção de lucros no somenos. Com o decreto n. 1831, resumindo as aspirações dos produtores do açúcar bruto, o Governo outorga ao I.A.A. a função de defensor da economia banguzeira.

Todos esses fatos são inequívocos sinais de quanto preza o Governo a sorte dos produtores de cana de açúcar.

Meus senhores, agradecendo essa homenagem eu quero retribuí-la desde já. Eu quero pôr os meus serviços, a minha atividade e os meus conhe-

cimentos, à disposição dos fornecedores de cana e dos banguzeiros.

Para os fornecedores de cana, eu prometo todo o meu esforço e colaboração, para se chegar à perfeição de uma harmonia entre essa classe e os usineiros, onde sejam respeitados os seus recíprocos interesses, onde pela melhor cana receba o fornecedor melhor paga. Onde, pelo maior fornecimento aceito pelo usineiro, haja a elevação do limite do fornecedor. Onde fique para sempre garantida, no mínimo, a percentagem atual, de canas de fornecedores, no limite de cada usina. É preciso, porem, respeitar os interesses do usineiro, que não pode ficar à mercê dos fornecimentos incertos, que trazem desequilíbrio econômico à usina. É preciso também firmar o critério de zonas econômicas de fornecimento, afim de que não haja leilão de canas, canas aliás partes integrantes do limite de determinadas usinas, e que, por motivo de escassez de matéria prima, são conquistados por quem pode pagar mais.

Numa economia fechada não pode haver concorrência, porque os proveitos são divididos equitativamente por todos os produtores.

Na confecção desse regime de mútua compreensão entre usineiros e fornecedores de cana, todos me encontrarão batalhando para a fórmula ideal da harmonia e do equilíbrio de interesses.

Da mesma maneira, os banguzeiros poderão contar com o meu trabalho permanente, para definitivamente se solucionar o problema de sobrevivência do banguê. Abondono a rigidez da fórmula de industrialização moderna, os preconceitos de que somente a grande fábrica, enfeixando, abarcando, adjudicando, e conglutinando múltiplos e comple-

xos interesses de pequenos produtores será capaz de contornar a crise de açúcar bruto.

Abondono tudo isto, porque no ambiente de intranquilidade universal, ao econômico se deve sobrepôr o social. E dentro da grande família produtora, se deve propugnar pela maior distribuição possível da riqueza açucareira.,

A DEMOCRATIZAÇÃO DO SOLO CAMPISTA (*)

Convidado pelo Rotary Club de Campos para pronunciar aquí uma palestra, recebia ao mesmo tempo uma sugestão para o tema: o açúcar brasileiro em face da guerra.

Como todo filho dessas paragens novas impregnadas de um novo pensamento, espírito aberto à liberdade que usufruem os povos da América, consciência votada a tudo que é conquista da civilização, vontade soberana de ver a nossa terra numa afirmação de força e de poder econômico, se impondo como grande nação, todos nós, espectadores desse drama homérico, todos nós sentimos um "frisson" ao ouvir falar em guerra. Drama que traz convulsão, drama que fará estourar o recalque dessa humanidade que tanto sofre. Por acaso aqueles que soltaram os cavaleiros apocalíuticos, aqueles que quebraram as algemas dos guerreiros enclausurados, pensaram algum dia na tragédia do Homem?

Ouçamos o que nos diz a Estatística econômica sobre o sofrimento da humanidade:

Na Holanda, em um dos anos após 1932, existiam 20 milhões de quilos de legumes de excesso, que faziam recalcar os preços do restante da safra. Que

(*) Conferência pronunciada no Rotary Club de Campos, em Maio de 1940.

fizeram então, desde que se sabia existir uma grande massa humana decadente, enfraquecida, desfibrada, por falta de vitaminas? Tudo foi esquecido, e o destino desses legumes foi o da alimentação de animais, uma parte, e outra grande parte, posta “fora do estado de servir para alimentação”. Em 1934, na suave terra das tulipas, onde o chão era todo alcatifado de flores e grama, o ar rescendia a perfume, e a paisagem era um encanto de pintores, — moinhos de vento, canais, barcos, lagos, tipos humanos curiosos — pois, nessa mesma terra, e naquele ano, foram destruídos 6,5 milhões de quilos de tomates, 4 milhões de quilos de couve flôr, 4,5 milhões de quilos de couve, e 1,5 milhões de quilos de batata inglesa. Tudo isso queimado porque sobrava. Mas sobrava para quem podia comprar. E para os que de tudo necessitavam?

Passeiemos mais um pouco. Na Dinamarca, outra paisagem paradisíaca, tão civilizada, que nem possui exército, em 1933, foram sacrificados 137.131 touros, transformados em adubo orgânico e farinha para animais.

No Canadá, nos Estados Unidos e na Inglaterra, — países onde o chômage é instituição pública, onde milhões de desempregados denunciam a fálência de uma economia e de uma política, os excedentes do trigo e do milho, para o efeito de sua valorização, teem o seguinte destino: o primeiro para combustível das locomotivas e o segundo para o trabalho da podridão.

Sobre tudo isto dizia Wagemann “não existe sem dúvida capítulo mais triste na história da economia privada que esta destruição racional dos estoques, no meio de numerosos homens sofrendo fome”.

Esse número de sofredores é, certo, demasiadamente grande. E quando essa massa que sofre calada, começar a ulular, — solta pela voragem da guerra, estupidificada pela visão macabra dos massacres, horrorizada pelo sangue que corre em turbilhões, — procurando uma direção, que direção irá ela tomar?

Esse calafrio que sente o espectador, talvez mais que o protagonista, é que me fez recuar na sugestão do tema proposto. Eu teria sobre isso somente a dizer que se a guerra fôr uma guerra longa ficaremos sem os nossos fregueses europeus, porque a Inglaterra nos comprava açúcar para refiná-lo e revendê-lo, ou para confecção de bombons e chocolates e doces, para seu comércio no continente europeu. Esse continente lhe está fechado.

Se a guerra fôr rápida, o padrão de vida do francês, do inglês, do italiano, do alemão, terá caído, sobrevivendo a retração do consumo. Além disso, todos os países tropicais produtores de açúcar estão com as vistas lançadas para a Europa, à espera de poder lhe remeter os excessos de sua produção.

Nesse xadrez açucareiro somente uma ou outra pedra será a nosso favor.

Ante tal expectativa, eu solicito a indulgência do Rotary Club de Campos em me abster de entrar em maiores considerações em torno desse assunto tão belicoso. Eu prefiro retornar ao novo Ocidente: aquí, onde as fronteiras não são moveáveis como as dunas, onde as pátrias não vivem a vida efémera de uma geração, e onde as gerações não vivem numa flutuação angustiante, em decifrar o seu proprio futuro e muitas vezes até, o seu proprio presente.

Em contraposição àquela dôr que existe no Velho Continente, dentro do panorama açucareiro

nacional, eu procuro, não o estigma da dôr, mas um sinal da felicidade.

Se existe uma economia açucareira, porque não acreditar numa filosofia açucareira? E essa filosofia é um princípio de sabedoria: é a solução humana de um problema social. E por isso, pergunto eu, onde é que está a felicidade dentro do sistema açucareiro no Brasil?

Essa felicidade reside numa fórmula de compreensão e equilíbrio.

Em nenhuma outra zona açucareira do país encontramos de uma maneira tão profunda a diversificação de trabalho como em Campos. Possuindo 18 usinas e cerca de 15 mil fornecedores de cana, concluirão todos, que em outra parte não existe um panorama dessa natureza. Quase me atreveria a dizer que somente Campos possui maior número de fornecedores de cana que o resto da indústria açucareira do Brasil.

Aquí impera um regime meio socialista de um grande parcelamento de propriedade. Se eu sou contrário, por natureza, ao grande regime latifundiário, por intuição, também, sou opositor ao regime absoluto da pulverização da propriedade. O que julgo essencial é a co-existência da grande propriedade e do pequeno domínio. Das centenas de alqueires junto aos poucos hectares. Do grande junto ao pequeno, e do pobre junto ao rico. O que fere a nossa sensibilidade é a ambição desmedida do único senhor, do absoluto predomínio do grande industrial que quer monopolizar toda a produção agrícola. Não se poderia conceber a ausência de um governo vigilante quando queriam abalar, intimamente, as relações do agricultor com a usina. E o Governo, na hora precisa esteve presente. Com a lei n. 178, o presidente Getúlio Var-

gas firmou direitos recíprocos entre as duas classes. A primeira lei em torno de um assunto tão complexo, qual seja o das relações entre fornecedores de cana e usineiros, abrangendo todas as regiões açucareiras do país, não poderia ser completa e perfeita. Porem todas as imperfeições que prejudicam o fornecedor ou o usineiro, todas elas estão sendo objeto de estudos por parte do órgão coordenador e controlador da nossa indústria açucareira — o Instituto do Açúcar e do Alcool — para oportunamente serem apresentadas sugestões ao Sr. Presidente da República, que dirimam todas as dificuldades existentes.

Partindo as sugestões do próprio Instituto, após a audiência dos interessados, a fórmula será equitativa e justa. Não prevalecerão os interesses particularistas de cada grupo porque a justiça deve ter um sentido coletivo.

E assim, nessa fórmula de compreensão e equilíbrio, na solidariedade que deve existir entre as duas classes altamente dignas, nós iremos encontrar a verdadeira felicidade dentro da família açucareira, porque ela se resume na maior distribuição possível dos lucros e da riqueza.

USINEIROS VERSUS FORNECEDORES DE CANA

Dir-se-ia ser um problema eterno e universal. Por que desde que se fundaram as usinas no Brasil começou a luta entre a fábrica e o campo? Por que, em todos os centros produtores de cana do mundo existe a luta, ora latente, ora acesa, entre os fornecedores de cana e os usineiros?

Em Pernambuco e em Campos, os dois maiores centros de produção açucareira do Brasil, essas lutas tem sido intermitentes.

Estudando isoladamente cada caso, em Pernambuco vemos, a princípio, as terras açucareiras pertencentes aos engenhos banguês. Com a fundação das Centrais açucareiras, os engenhos banguês se transformaram em engenhos fornecedores de cana, ficando a Central como elemento exclusivamente de industrialização da matéria prima particular.

Possuimos uma escritura, datada de 1882, em que o incorporador de uma Central açucareira a ser construída no município de Escada, em Pernambuco, se obriga com as partes — senhores de engenho — ao recebimento da matéria prima. Por esse contrato a Usina se obrigava a comprar dos agricultores contratantes “todas as canas maduras e em boa condição, em todos os respeitos e que seriam pagas a eles conforme os preços estipulados

em tabela, feita de conformidade com o câmbio do dia e o grau do caldo da cana, cálculo para 1.500 quilos ou 100 arrobas de cana”.

Obrigava-se ainda a Central a “estabelecer, de acôrdo com os proprietários, estações em vários pontos de suas propriedades agrícolas, e onde mais cômodo e apropriado fôr, para a entrega de canas, correndo por conta da empresa o assentamento de trilhos, a conservação do leito da estrada, pontes, etc.; porem, os senhores de engenho obrigam-se a zelar pela estrada e pelos trilhos que passarem pelo seu engenho e responderão por qualquer dano que possa resultar de sua falta de vigilância; obrigam-se a não usar nem mesmo consentir que outro qualquer se utilize da mesma estrada, sob qualquer pretexto”.

Claro que a Usina precisava se garantir da matéria prima. Ora, se concomitantemente a Usina recebesse canas e os engenhos usassem parte das canas produzidas, haveria uma instabilidade de funcionamento, ou da Usina ou do engenho. Logo que o preço do açúcar bruto melhorasse e o preço da aguardente reagisse, se não houvesse uma obrigação contratual, a Usina seria prejudicada. Assim, resolveram as duas partes contratantes que: “Os agricultores e proprietários agrícolas obrigam-se, por si e por seus sucessores, por título universal ou singular, a vender à Companhia que se organizar, pelo preço da tabela, e durante o período de 5 anos consecutivos a contar do dia em que o Engenho Central começar a funcionar, todas as canas que as suas propriedades produzissem”. Mas, o agricultor, em caso de preços aviltantes do açúcar ou no de “melhor remuneração de outras lavouras, poderia desprezar a cultura da cana. Em vista disso, os agricultores se comprometeram a “não

mudar a lavoura atual, que é a das canas, e a não reduzir a extensão também atual de suas culturas". Tal era a independência da fábrica à terra, que para a instalação dos maquinismos, esplanada e estrada de ferro, os agricultores se obrigavam a fornecer os terrenos que a Central necessitasse e no local que ela escolhesse.

Entre outras obrigações, comprometiam-se os agricultores a entregar a cana nos pontos ou estações dentro de um prazo que não excedesse de 48 horas, depois de cortadas.

Fundaram-se, nessas bases de contrato, diversas Centrais, sendo quatro no ano de 1884.

Qual, porém, o destino dessas primeiras Centrais fundadas sob o regime de independência absoluta da fábrica com a terra?

A questão cambial, com os pagamentos em libra aumentados, influiu para o insucesso. Porém, a falência foi determinada pela inconstância dos fornecimentos de cana e pela luta que, logo de início, se esboçou entre a usina e o fornecedor de cana. Por que essa luta? A usina exige tudo o que possa aumentar o seu lucro, tendo em vista o grande emprego de capital que uma organização dessa natureza necessita. Ora, para cobrir as necessidades crescentes da Usina, nem sempre o fornecedor de cana suporta as reduções em preços, os onus provenientes da qualidade inferior da cana. Em compensação, a instabilidade de fornecimentos e a concorrência entre as fábricas levam as usinas a modificar fundamentalmente sua diretriz econômica e social. Procura garantir-se no fornecimento de cana própria, começando pela destruição do assentamento dos engenhos e enveredando, depois, pela solução da compra de grandes propriedades. Assim se fundou em Pernambuco o latifúndio açucareiro.

Aliás, dever-se-à esclarecer que a propriedade adquirida em sua quase totalidade, é cultivada.

As crises continuadas foram, pouco a pouco, expurgando os pequenos fornecedores das terras da Usina e os fornecedores dos engenhos — antigos banguês — que, não resistindo à periodicidade das crises de preços e produção, tinham fatalmente, por uma questão de darwinismo econômico, de marchar para a absorção. A quem cabe a culpa desse fato? A Usina, pelo seu poder de atração, ao fornecedor pela sua fraqueza ante a absorção, ou ao Estado pela sua ignorância ou receio de intervenção na economia particular? A todos deve caber uma parcela de culpa.

Esse o panorama de Pernambuco canavieiro até 1931.

Em Campos, o problema agrícola é inteiramente diverso. Quando se opera a libertação do elemento servil, coincidindo com um período de crise de preços, o antigo senhor de engenho, muito menos enraizado que o pernambucanô à terra, pela proximidade da metrópole, e pela estrutura mais frouxa da organização econômico-social do banguê, naquela época, começa o processo histórico do desmembramento da grande propriedade. Não há o abandono temporário do domínio territorial, pois o que se verifica então é a ânsia de desprezar a terra. Divide-se e subdivide-se em mil pedaços, em milhares de pequenos sítios.

Em Pernambuco existe, portanto, o remanescente da antiga sociedade rural banguezeira, ou seus diretos sucessores, homens de “standard” de vida elevado, como grandes fornecedores de cana, e, em Campos subsiste o pequeno fornecedor, o pequeno proprietário de alguns alqueires e detentor de pequenas quotas de produção. Enquanto em

Pernambuco, para um limite de produção de 4.500.000 sacos, o número de fornecedores de cana talvez não ultrapasse de 4.000; em Campos, com 1.800.000 sacos de quota municipal, o número de fornecedores alcança, talvez, 15.000.

Em São Paulo, o problema do fornecimento de cana é inteiramente original. Os usineiros paulistas não teem, na sua generalidade, a figura do fornecedor de cana, como nas outras zonas açucareiras do Brasil. Na zona açucareira de São Paulo não houve a substituição do banguzeiro pelo fornecedor de cana, porque com a febre do café, a sua indústria açucareira entrou em declínio.

Quanto à posse da propriedade rural, não houve necessidade de fracioná-la, quando veio a libertação dos escravos, porque São Paulo, com a imigração, resolveu com facilidade a questão do braço trabalhador.

Ficaram, pois, as grandes extensões territoriais sem muito trabalho com cana de açúcar, porém íntegras em seus antigos limites.

Depois que o café começou a desinteressar os capitais, após as continuadas crises motivadas pelas valorizações artificiais, o usineiro paulista resolveu tratar seriamente da produção de açúcar.

Tinha ao seu lado a técnica da exploração agrícola do café com o trabalho organizado do colono. Este, filho de italiano, ou mesmo italiano, afeito à faina agrícola, se adaptou imediatamente ao regime de colonato na indústria açucareira. Não é fornecedor de cana, porque, pela atual legislação não lhe cabe direito a uma quota, e não é proprietário. Rendeiro da terra do usineiro, recebe o solo lavrado e plantado. Cabe-lhe o trabalho das limpas, do corte e do transporte.

Quando se deu a crise açucareira de 1929, os únicos fornecedores organizados eram os de Pernambuco, e, por isso mesmo, através de um movimento de fundo grave e de aspecto de perturbação social, processou-se uma ruptura nas relações dos usineiros e fornecedores de canas. Em 1931, os fornecedores conseguem uma vitória sobre o usineiro, com a aprovação de tabelas de fixação de preços de cana.

Através da Câmara dos Deputados, os representantes dos Estados canavieiros conseguem a promulgação de uma lei, de n. 178, que regula as relações entre os duas classes produtoras.

Num país com a extensão do nosso, com os problemas de aspectos tão variados e formas de trabalho tão diversas e de evolução do trabalho processada diferentemente, não se poderá, numa lei rígida, de carater geral, procurar uma solução universal. A lei, se bem que estruturando as normas de aplicação geral, deveria ter elasticidade e flexibilidade a-fim-de atender aos casos particulares e peculiares de cada zona produtora.

A lei n. 178, que pareceu beneficiar o mais fraco, — o fornecedor de cana — veio trazer mais uma complicação no seu trabalho.

Não se pode, porem, negar que uma cousa ela proporcionou: um direito líquido de uma quota de produção no limite da Usina. De outra forma teria ele desaparecido. Mas, o que a lei não evitou foi uma luta funda, permanente, fomentada pela incompreensão recíproca de direitos e deveres, e pelas divergências e obscuridades da própria lei.

(1941)

O ESPIRITO DO ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA (*)

O Estatuto da Lavoura Canavieira não é uma vingança nem uma afronta. Não veio restabelecer a situação de 1933, época em que se fez a limitação açucareira, porque ninguém procurou punir o usineiro pelo fato dele ter procurado, através de sua própria orientação, o regime da ampliação das culturas próprias. Se isso não lhe era proibido, não houve crime no fato da preterição do fornecedor nos trabalhos do campo. Ora, se existia uma limitação na capacidade produtora do açúcar e, se o usineiro dilatava os seus campos de cana, alguém teria de ir sobrando. Sobraram assim muitos fornecedores. Não sendo um Estatuto para efeito punitivo, não se poderia conceber qualquer resquício de vingança: vingar o fornecedor que foi aniquilado.

Também não se pode encontrar dentro da estrutura da nova lei uma afronta ao direito de propriedade, legal e honestamente adquirida. Não é, pois, em absoluto, uma restrição ao direito de posse.

O novo regime procura uma divisão de trabalho; impede a exploração unitária, isto é, a fábrica de açúcar absorvendo toda a atividade agrí-

(*) (Entrevista concedida em Dezembro de 1941).

cola. Se a fábrica açucareira deve ser um motivo do enriquecimento da terra, a terra não deve ser a razão do enriquecimento exclusivo da fábrica. Teríamos com esse último fato a miséria generalizada nos campos, em volta de uns poucos centros de prosperidade e de fortuna.

Assim, a lei é uma medida de renovação. Renovação dos meios de estabilidade da pequena burguesia canavieira que tem tanto direito de sobrevivência como a grande indústria. Qual seria o cérebro normal que desejasse a extinção das usinas grandes do Brasil, só porque lhes apontam o fato de serem grandes? Por ser apologista da usina grande e próspera, não adoto a mística de que somente a grande exploração canavieira poderá trazer prosperidade e riqueza. Por isso, não vejo justificativa para o desaparecimento dos fornecedores. Creio que a fórmula certa, e que prevalecerá dentro da economia açucareira do país será: uma relativa concentração industrial, ao lado de uma relativa descentralização agrícola.

Não existe nenhum motivo que me leve a supôr a possibilidade de qualquer distúrbio na produção de canas. A lei é suave na sua aplicação e será prudente na sua execução. Somente o fato de ter sido dada ao Instituto a faculdade e poder de regulamentação é um índice de que o I.A.A. não pretende revolucionar os métodos e as relações existentes. Não se leva também ao extremo a intervenção, que venha ferir as justas suscetibilidades de todos nós que vivemos num regime de liberdade de ação e de pensamento. A lei não pretende, propriamente, uma nova ordem, pois que sendo calcada na nossa realidade teria de estar impregnada de uma certa dose de liberalismo. E, dentro desse espírito, não vislumbro probabilidades de funestas

consequências com a aplicação do Estatuto. Poucas serão, realmente, as usinas que terão de atingir, na safra 1942-43, a quota de 25% de canas de fornecedores.

Depois, para a elevação da quota de fornecedores até 40%, as usinas com mais de 60% de canas próprias darão 2%, por safra, sobre o limite da usina. Na peor situação, isto é, a de uma usina que na safra 1942-43 tenha 25% de canas de fornecedores, ela passará 7 anos para integralizar a quota de 40%. Ainda mais, todos os aumentos atribuídos às usinas e calculados em toneladas de cana serão para os fornecedores e corresponderão a cumprimento, por parte da usina, da transferência da parcela da quota.

O mecanismo é de tal maneira simples e suave que não se concebe venha desorganizar os trabalhos de campo.

O que existe de racionalizado nos campos de cana do Brasil poderá continuar na posse da própria usina, sem nenhuma necessidade de transferência desses serviços para os fornecedores. É de tão pouca monta, dentro do plano geral, que não chega a representar um problema..

O que se poderia aduzir é que, embora não seja atingido o que está feito em matéria de racionalização, não haverá mais progresso nos campos, desde que o usineiro não tem mais o direito da exploração total. Esse conceito é desmentido pelo que ocorre em inúmeros países açucareiros. Se real a tese, Porto Rico, onde existe, em grande parte, uma imperiosa necessidade de irrigar e adubar, não deveria possuir fornecedores. E lá, eles são muito numerosos, e adubam e irrigam. É verdade que naquela ilha a água pertence ao governo que a vende, mas no Brasil não será difícil regu-

lamentar essa questão de irrigação, e o fornecedor poderia então comprar a água, mesmo ao usineiro, para irrigar os seus canaviais.

Naturalmente, tudo isso, dentro desse espírito liberal, afim de que não se embote a iniciativa particular, e não se desestimule o capital. País de recursos imediatos reduzidos, a legislação brasileira tem sido sábia no sentido do amparo geral.

Saimos realmente de uma grande batalha, e o que apareceu pela imprensa demonstrou que o assunto foi longamente estudado e debatido. Desse embate saiu o decreto-lei mais aperfeiçoado. Victorioso o projeto, naturalmente todos os que o combateram ensarilharam as armas, mas não deixarão de ter certa amargura. A amargura, para muitos que combateram lealmente, da queda de um princípio — da disposição livre das quotas de cana. Mas deverão convir ter sido promulgada uma lei sábia e justa, exequível e dentro das nossas próprias realidades. Mas para a grande maioria de usineiros, daqueles que sempre viram no seu fornecedor um elemento de cooperação, para os usineiros sub-limitados, para os quais o Estatuto é uma obra de salvação tão grande como para o fornecedor de cana, para todos eles, a lei mais profunda, no sentido humano e social, que já se fez no Brasil, porque vincula mais o homem à terra canavieira, é um ato de benemerência do presidente Getúlio Vargas.

O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA EM S. PAULO

Com dois meses de vida legal, o Estatuto da Lavoura Canavieira está em via de execução nos pontos referentes à distribuição da quota-parte do fornecedor no limite da Usina. Com a sua aplicação, imediatamente se poderá verificar um sentido ainda mais profundo dessa doce revolução que o Presidente Getúlio Vargas chefio nos arraiais açucareiros. Até agora, a quota da Usina era do usineiro e não havia praticamente conexão da quota agrícola com a industrial. A prova é que o usineiro podia — como pôde — diminuir gradativamente a participação do trabalho do fornecedor. Com o novo Estatuto, a quota agrícola está de tal maneira vinculada à de açúcar, que se pode afirmar haver uma verdadeira sociedade entre usineiros e fornecedores de cana. Não há dúvida que é uma evolução do conceito da propriedade da quota de produção.

Com a fixação do limite máximo a que pode atingir a quota de canas de propriedade da Usina, o Governo distribuiu e garantiu a exploração de uma parcela do trabalho agrícola em mãos de fornecedores. Em seus campos bem delimitados, usineiros e fornecedores de cana tem uma ampla margem para que cada uma dessas classes ganhe

o correspondente ao seu capital e ao seu trabalho. Mas, se isso é bastante claro nos centros açucareiros onde é tradicional a figura do fornecedor, no Estado de São Paulo, o regime de trabalho variando sensivelmente, teria de ser dada uma outra solução dentro do Estatuto. Criou-se um capítulo na lei, intitulado "dos lavradores de cana" para atender ao caso paulista, das usinas que não possuem fornecedores de cana. Essas usinas vivem no regime agrícola do colonato, técnica de trabalho trazida da exploração cafeeira.

A situação social dessa classe é superior à do trabalhador assalariado e inferior à do fornecedor de cana. Não corre propriamente o risco agrícola, que é a característica do fornecedor de cana. O colono paulista recebe uma determinada importância pela quantidade de canas por ele tratada, cultivada, cortada e transportada. Em geral recebe 20 a 22\$000 por tonelada de cana que produz. Não assume responsabilidade dos gastos, nem importa qual seja o preço do açúcar, porque a paga que recebe é invariável. Claro que se o rendimento agrícola fôr maior, a sua receita também sobe. Mas esse colono não tem estabilidade; jamais se vinculou à terra que acidentalmente explora, porque não possui área certa e permanente de cultura, incluindo outras terras que se apliquem a culturas de cereais e leguminosas alimentícias. Daí, naturalmente, as dificuldades de enquadrá-lo no mesmo nível do fornecedor de cana, como o de Pernambuco, Alagoas ou Estado do Rio. Se se pudesse fazer alguma comparação, o tipo que mais se aproxima do colono é o lavrador de cana do Nordeste. Mas essa aproximação é mais em função da importância do volume de produção que propriamente do regime de trabalho. O lavrador de canas dos

engenhos pernambucanos é um sub-fornecedor, que trabalha para o fornecedor principal mediante pagamento de uma renda alta. Possui, entretanto, área certa e permanente de cultura, se bem que até há pouco não lhe tenha sido dada nenhuma garantia de estabilidade. O arbítrio do proprietário era a única lei.

Assim, também, no regime de colonato. Certamente se operava nos planos de trabalho agrícola um verdadeiro processo de seleção. Ficavam os elementos mais aptos e mais uteis. Muitos se eliminavam naturalmente; outros muitos, porém, viviam em flutuação. Não tendo maiores garantias e estímulo, esses elementos flutuantes — muitas vezes bons elementos — não se fixavam à terra.

Se não houvesse nenhuma intervenção estatal esse processo se apuraria e, após mais alguns anos, os colonos mais capazes teriam a sua situação normalmente assegurada. A intervenção veio, pois, apressar o desfecho do processo histórico.

Explanada sucintamente a situação atual da lavoura canavieira paulista, é interessante verificarmos como será possível a adaptação à nova lei. Estivemos, há poucos dias, na Usina Fazenda Amália, — em São Paulo, — de propriedade do Conde Francisco Matarazzo Júnior. Usina de grande capacidade, conseguiu na safra 1941-42 se colocar em primeiro lugar, no volume de produção, com um pouco mais de 200.000 sacos.

A usina se acha situada em plena zona cafeeira, e daí a semelhança absoluta do regime de trabalho agrícola. Impera, unicamente, o colonato. Em tal situação, reza o Estatuto (artigo 55), serão dispensadas da distribuição de 40% para os fornecedores, “as usinas que atualmente se abasteçam exclusivamente com canas próprias e não disponham

de fornecedor algum ou de lavrador que lhe seja equiparado”, sujeitos a risco agrícola e que possuam área privativa de lavoura. Em tal situação a usina poderá se desobrigar das prescrições da lei, em matéria de distribuição, se bem que, ainda que sub-limitada, não participará de qualquer aumento futuro ou da distribuição dos saldos da produção intra-limite.

Pois a-pesar-do regime absoluto de colonato, a-pesar-das dificuldades iniciais da adaptação ao novo regime da exploração canavieira, quando visitamos a Fazenda Amália, verificamos que o Conde Francisco Matarazzo Júnior, se tinha antecipado a todos os prazos que o Estatuto estabelecia. Em vez de progressivamente ir aumentando o número de fornecedores e as suas percentagens anuais, ele vai ao encontro do Governo, propondo-se firmar contrato com as melhores famílias de colonos, dando-lhes a ascensão à classe de fornecedores, logo na base de 40% do limite da Usina. Prepara contratos-tipos de fornecedores e os submete à apreciação do Instituto do Açúcar e do Alcool. Dá enfim uma demonstração bem alta de espírito de compreensão do bem público e de conformidade com a política sócio-econômica do Presidente Getúlio Vargas.

E, no caso da Fazenda Amália, ocorre um fato que alarmou bastante os opositores do projeto de reforma da antiga lei n. 178: Alegava-se que, com o novo regime, os trabalhos de racionalização agrícola ficariam parados, e que, ninguém mais empreenderia qualquer melhoria nos métodos de trabalhar a terra, e se aventurariam a inverter grandes somas em serviços de irrigação, se desaparecia a possibilidade de exploração unitária, isto é, a Usina a grande plantadora dos campos canaviei-

ros. Pois, a Usina Fazenda Amália já executou um grandioso trabalho de irrigação e, em breve, terá irrigada a quase totalidade de suas terras cultivadas. Partindo do cálculo de custo de 5:000\$000 por alqueire de terra irrigada, a Usina irá vender, aos seus futuros fornecedores água para a irrigação dos canaviais, deduzindo o preço dela, do da cana a ser tabelada.

Assim, fica patente que a adaptação do novo regime de trabalho rural é perfeitamente exequível e é digna de nota a iniciativa do proprietário da Fazenda Amália, oferecendo uma solução além da exigida pelo Estatuto da Lavaura Canavieira.

F I M

ÍNDICE

	Pags.
Prefácio	I
ASPECTOS HISTÓRICOS	5
História do Açúcar em Alagoas	7
Concentração Industrial	16
Aspectos contemporâneos do açúcar	20
Síntese histórica dos preços do açúcar	26
História Açucareira de Minas Gerais	32
ASPECTOS ECONÔMICOS	41
Uma visão inicial da política açucareira	43
A cana de açúcar em Alagoas	50
O equilíbrio açucareiro	56
Economia do açúcar bruto	62
Limitação açucareira	70
Décênio Açucareiro no Distrito Federal	74
Aspecto de organização agrícola	81
Custo de produção agrícola	90
Um projeto frustrado	100
O banguê em Alagoas	107
Economia açucareira comparada	111
Críticas à política açucareira	116
O justo preço do açúcar	119
Centro de gravidade do açúcar	133
O destino das regiões açucareiras	144
O açúcar e a unidade nacional	154
Distribuição do consumo do açúcar	165
Paisagem econômica brasileira	180
— A tempestade no mundo açucareiro	187

	Pags.
Uma tése nova	201
Majoração dos limites de produção	207
Consumo de açúcar em 1939	223
A super-industrialização açucareira	229
Produção e Consumo do açúcar	238
ASPECTOS GEOGRÁFICOS	243
Transporte de açúcar em Alagoas	245
O rio e a cana de açúcar	250
Fisiografia das terras açucareiras do Nordeste	261
ASPECTOS SOCIAIS.	279
A reforma da lei n.º 178	281
A democratização do solo campista	285
Usineiros versus fornecedores de cana	290
O espírito do Estatuto da Lavoura Canavieira	296
O Estatuto da Lavoura Canavieira em S. Paulo	300

1874

58695

COM. INVENTARIO
PORT. 11-73



Biblioteca do Ministério da Fazenda

Tel: 222-3168

2436-67 338.17361
Dê Carli, Gileno, 1908 D278

AUTOR a.
Aspectos da economia açuca-
TÍTULO
reira... 1942

Este livro deve ser devolvido na última

2436-1967

338,17361
D278
a

Dê Carli, Gileno

Aspectos da economia açucareira.

